

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**“PAZ, ITÁLIA, JESUS”**

**UMA IDENTIDADE PARA IMIGRANTES ITALIANOS E SEUS DESCENDENTES: O  
PAPEL DO JORNAL CORREIO RIOGRANDENSE (1930 – 1945)**

**Gustavo Valduga**

**Porto Alegre, julho de 2007**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**“PAZ, ITÁLIA, JESUS”**

**UMA IDENTIDADE PARA IMIGRANTES ITALIANOS E SEUS DESCENDENTES: O  
PAPEL DO JORNAL CORREIO RIOGRANDENSE (1930 – 1945)**

**Gustavo Valduga**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, como requisito parcial e último para a obtenção do grau de Mestre em História, sob a orientação da profª. Drª. Núncia Santoro de Constantino.**

**Porto Alegre  
2007**

## AGRADECIMENTOS

No caminho trilhado para a elaboração deste trabalho, muitas pessoas contribuíram de diferentes maneiras. Nomearei aqui algumas das mais importantes, porém sempre lembrando que as que aqui não constarem, não foram de menos valia na concretização desta dissertação.

Em primeiro lugar, agradecimentos especiais à minha orientadora, Doutora Núncia Santoro de Constantino, pelas observações, caminhos apontados, com um auxílio paciente à construção deste trabalho e, principalmente, pela liberdade dada no desenvolvimento do mesmo, fruto de todo e qualquer aprendizado.

À CAPES, pela bolsa fornecida, sem a qual esta pesquisa não poderia ser realizada.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, principalmente ao Doutor René Ernani Gertz, pelos debates e orientações teóricas a respeito dos temas que envolveram este trabalho.

Aos secretários do Pós-Graduação, Carla Helena Carvalho Pereira e Davi Estácio Diniz, pelas orientações técnicas e disponibilidade em sempre resolver problemas e dúvidas.

À frei Celso Bordignon e a toda a equipe do Museu Histórico do Capuchinhos do Rio Grande do Sul pelo apoio, pelos cafés e pela disponibilidade de acesso aos microfilmes do jornal *Correio Riograndense*.

Aos funcionários do Arquivo Histórico de Caxias do Sul, em especial à Sandra Regina de Castilhos, pela ajuda, em todos os sentidos; aos funcionários do Museu Histórico Casa do Imigrante de Bento Gonçalves, pela atenção e pela disponibilidade ao jornal *Il Corriere d'Italia*.

À Adriana Selau Gonzaga, revisora de meu trabalho, pelos apontamentos e dicas no melhoramento do texto.

E, por fim, à minha família, sempre um suporte, material e espiritual, para qualquer tipo de problema, principalmente à minha irmã Denise, pela força nos momentos de crise.

Um velho rabino perguntou uma vez para seus alunos como se sabe a hora em que a noite termina e o dia começa. Será, disse um dos alunos, quando conseguimos distinguir de longe um cachorro de uma ovelha? Não, respondeu o rabino. Será, disse outro, quando posso distinguir de longe uma amendoeira de um pessegueiro? Tampouco, respondeu o rabino. Como saberemos então?, perguntaram os alunos. O saberemos, disse o rabino, quando, ao olhar qualquer rosto humano, saibamos reconhecer nosso irmão ou a nossa irmã. Enquanto isso não acontecer, continuaremos na noite.

De um conto árabe

## RESUMO

A identidade tem feito parte das atuais preocupações dos historiadores no que diz respeito à afirmação e à adaptação de grupos sociais em constante mobilidade. Este trabalho procura focar a construção da identidade para imigrantes italianos no Rio Grande do Sul durante o período de 1930 a 1945 através do jornal *Correio-Riograndense*. Primeiramente se estuda a relação existente entre a vinda do clero estrangeiro e dos imigrantes italianos com o processo de reforma que a Igreja nacional procurava implantar no país durante o século XIX. Neste contexto, o surgimento de uma imprensa católica apresenta estreitas ligações com os objetivos de uma presença efetiva do clero em meios a seus fiéis. Essa imprensa, em especial a da região colonial italiana, foi porta-voz dos ideais da Igreja em meio a uma sociedade altamente clericalizada, procurando moldar a imagem e representar os interesses dos colonos locais. As décadas de 1930 e 1940 serão especialmente fecundas de experiências em que a identidade desta comunidade procurará uma via de comunicação com a sociedade nacional ao mesmo tempo em que reforçará a sua especificidade européia. Catolicismo, Fascismo e Nacionalismo cruzam-se neste debate e compõem o quadro em que se dará a redefinição da identidade imigrante local.

**Palavras-chave** – Imigração Italiana, identidade étnica, Nacionalismo, Fascismo, Catolicismo.

## ABSTRACT

The identity has been part of the present concern of historians regarding the establishment and adaptation of social groups in constant mobility. This paper focus on the construction of the Italian immigrants' identity in Rio Grande do Sul between 1930 and 1945 based on the information obtained by researching the *Correio-Riograndense* Newspaper. First of all, a study is carried out on the exiting relation between the coming of the foreign clergy and the Italian immigrants through the process of the reform that the national church aimed to implant in the country during the 19<sup>th</sup> century. In this context, the establishment of a catholic press was closely related to the objectives of an effective influence of the clergy on of their followers. This press, specially the one located in the Italian colonial region, voiced the church ideas among a highly clerical society, trying to shape the image and represent the interests of the local land workers. The 1930's and 1940's will promote experiences in which the identity of this community will look for a means of communication with the national society and at the same time will reinforce its specific European characteristics. Catholicism, fascism and nationalism are interconnected in this discussion and portray the scenery where the local immigrant identity will be redefined.

**Key words:** immigration italian, ethnical identity, nationalism, fascism, Catholicism.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
1 A REFORMA RELIGIOSA NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL NO SÉCULO XIX	
1.1 Romanização da Igreja na América Latina e no Brasil.....	18
1.1.1 A Igreja no Brasil.....	23
1.1.2 A Reforma Católica no Brasil.....	31
1.1.3 A Religião do Povo.....	38
1.1.4 Catolicismo e Reforma no Rio Grande do Sul.....	45
1.1.5 Carlistas e Capuchinhos nas colônias italianas do Rio Grande do Sul	
1.1.5.1 Carlistas ou Scalabrinianos.....	55
1.1.5.2 Os Capuchinhos.....	60
2 A IMPRENSA CATÓLICA	
2.1 A Igreja e a Imprensa Católica.....	65
2.2 A Imprensa na região colonial italiana do Rio Grande do Sul.....	71
2.2.1 <i>Il Colono Italiano</i> e sua breve história.....	74
2.2.2 <i>La Libertà</i> e seu programa.....	81
2.2.3 <i>Il Corriere d'Italia</i> e a defesa da italianidade.....	86
2.2.4 A função moralizante.....	90
2.2.5 Os inimigos da Igreja.....	99
2.2.6 A Primeira Grande Guerra e a sua repercussão nos jornais.....	111
2.2.7 A década de 1920.....	118
3 AS DÉCADAS DE 1930 E 1940 E A IDENTIDADE IMIGRANTE PELO JORNAL CORREIO RIOGRANDENSE	
3.1 O apoio à Recristianização nacional.....	124

3.2 Italianidade e Fascismo no <i>Staffeta</i> .....	149
3.2.1 Agregando os símbolos fascistas aos valores imigrantes: a religiosidade, a família e o progresso econômico.....	156
3.2.2 O Duce.....	162
3.2.3 A conquista da Abissínia.....	165
3.3 Entre Deus e o Diabo: o período da guerra.....	170
3.4 A reação e a polêmica.....	174
3.5 Assumindo a brasilidade.....	182
CONCLUSÃO.....	188
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	192
JORNAIS, ARQUIVOS E MUSEUS CONSULTADOS.....	204



## INTRODUÇÃO

Este trabalho procura analisar a identidade italiana na região colonial do Rio Grande do Sul, através do jornal *Correio Riograndense*, no período de 1930 a 1945, visto ser esse o principal periódico católico local de considerável influência em meio a população local.

A busca de identidade por indivíduos e grupos sociais é parte essencial da definição dos mesmos quanto a serem participantes ou não das sociedades em que estão inseridos. As práticas representativas que permitem dar sentido ou localizar-se no mundo são produtos de interações sociais em um jogo de interesses e de poder estabelecido entre setores dominantes e minoritários.

A identidade - ou seria melhor falar em identidades - corresponde ao poder de reconhecimento das diferenças em meio ao caráter homogeneizador que as culturas estabelecidas e hegemônicas procuram impor no espaço ao qual possuem seu domínio. O exemplo das identidades nacionais é característico no que diz respeito à padronização dos símbolos em que se unificam diferentes agrupamentos humanos. Sistemas de valores universalizados e impostos demarcam fronteiras de pertencimento, tendo o poder de incluir ou excluir dos seus quadros os que não se lhes conformam. Na “comunidade simbólica” que é uma nação, como lembra Stuart Hall<sup>1</sup>, indivíduos e coletividades comungam de uma mesma idéia, construída ou inventada - segundo Hobsbawm<sup>2</sup> - por tradições que dão um sentido de pertencimento ao passado que os liga.

A identidade é, acima de tudo, um fator de segurança, que estabelece não apenas uma relação com o tempo, passado comum, mas também com o próprio espaço. A área geográfica que o sujeito é acostumado a ver-se reforça os seus vínculos com a região ou com o país que habita. “O lugar é específico, concreto, conhecido, familiar, delimitado: o ponto de práticas sociais específicas que nos moldam e nos formam às quais nossas identidades estão estritamente ligadas”.<sup>3</sup> Existimos como sujeitos localizados no tempo e no espaço; nossos sistemas representativos estão idelevelmente a eles ligados.

Entretanto, as próprias noções espaciais e temporais estão em constantes modificações e os próprios agrupamentos humanos, em permanente mobilidade. As rígidas noções de identidade são assim postas em cheque visto que grupos heterogêneos rompem as unidades culturais e forçam a uma redefinição de pertencimentos. Lembrando novamente Stuart Hall, “em vez de falar

<sup>1</sup>HALL, Stuart. **Identidades culturais na pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1997. p. 49.

<sup>2</sup>HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

<sup>3</sup>HALL, 1997, op. cit., p. 72.

de identidade como coisa acabada, deveríamos falar de identificação e vê-la como um processo em andamento”.<sup>4</sup>

Dentro desta categoria móbil espaço-temporal encontra-se o imigrante, transposto de um lugar para o outro e imerso a uma cultura à qual não possui seu passado ligado. O imigrante é o elemento de conflito na ordem estabelecida, o corpo estranho que procura moldar-se, negociando a sua identidade, para lembrar um termo usado por Jeffrey Lesser<sup>5</sup>, com os setores dominantes da sociedade receptora. É sempre quando o fixo, o coerente e o estável transformam-se em dúvida e incerteza que a identidade se torna uma questão importante.<sup>6</sup> Em sua posição peculiar, o imigrante encontra-se em uma condição humana contraditória, pois, para si mesmo, tenta convencer-se de que a sua situação social é de transição, de provisoriedade como estrangeiro diante de um ambiente hostil, configurado pela sociedade receptora, e, ao mesmo tempo, o de que essa situação tende a tornar-se perene, contínua, devido à negação de cidadania por parte desta mesma sociedade.<sup>7</sup>

A imigração pode ser definida como a presença no seio da ordem nacional [...] de indivíduos não-nacionais (isto é, de estrangeiros, de nacionais de outras nações, de outra ordem nacional ou de outra nacionalidade) e a emigração, por simetria, como a ausência de ordem nacional (isto é, da nação, e se durar de mais da nacionalidade) de nacionais pertencentes a essa ordem; o imigrante é aquele que realiza essa presença estrangeira e corretivamente, o emigrante é aquele ausente que se encontra no estrangeiro.<sup>8</sup>

Inseridos nesta problemática estão os imigrantes italianos vindos ao Brasil ao final do século XIX. Deslocados espaço e temporalmente, viram-se em meio a uma geografia desconhecida, fabulosa e hostil, sem vínculos históricos com a sociedade receptora. Socialmente segregados e expulsos da pátria-mãe, não foram de imediato absorvidos pela de adoção; sem direitos políticos, tornaram-se cidadãos de segunda classe. Giralda Seyfert observa que os “imigrantes entravam no Brasil primeiro como colonos estrangeiros, isto é, como indivíduos subordinados às autoridades governamentais, que no nível mais imediato eram os administradores das colônias, sem direito à cidadania”.<sup>9</sup> Sua condição peculiar, como observa Giron, tornou o espaço da colônia a única pátria possível, e seus compatriotas, os demais colonos.<sup>10</sup>

<sup>4</sup>Ibid., p. 39.

<sup>5</sup>JEFFREY, Lesser. **A Negociação da identidade nacional**. São Paulo: Unesp, 2001.

<sup>6</sup>HALL, 1997, op. cit., p. 9.

<sup>7</sup>SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998. p. 57.

<sup>8</sup>SAYAD, 1998, op. cit., p. 266.

<sup>9</sup>SEYFERT, Giralda. **Imigrantes e cultura no Brasil**. Brasília: UNB, 1990. p. 80.

<sup>10</sup>GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloísa Eberle. **Colônia: um conceito controverso**. Caxias do Sul: EDUCS, 1996. p.23.

O fato de entrarem e permanecerem por um determinado tempo nestas condições estimulou entre esses grupos um sentimento de solidariedade. Dessa forma, instituições como a Igreja, a escola e a família tinham a função de manter vivos os laços de origem através da religião, da língua e da ancestralidade comum. Esses valores tenderam a ser realçados em termos de agrupamento étnico, definidos no espaço geográfico da colônia, o que implicava uma visão de hereditariedade e de pertencimento cultural que fazia perpetuar o sentimento em relação ao país de origem. As colônias eram, desta forma, espaços estrangeiros dentro do território brasileiro.

A ligação com o Velho Mundo, neste sentido, era alimentada e sustentada, principalmente pela Igreja. A coesão grupal em torno da religião foi, sem dúvida, um dos elementos mais importantes na conservação e na constituição de uma identidade imigrante. Segundo Manfróí, a religiosidade “permitiu ao colono italiano fugir de uma desintegração social e cair em uma cabloquização, oferecendo-lhe um quadro sócio-cultural no qual ele se reconhecia e se expandia”.<sup>11</sup>

A questão religiosa, contudo, encarava uma função dupla e contraditória, pois, inserida no contexto da Reforma Católica brasileira da segunda metade do século XIX, tinha como objetivo regenerar a catolicidade brasileira, romanizando-a e europeizando-a. A religiosidade imigrante e o próprio clero estrangeiro eram desejados pela Igreja nacional, porém a situação política peculiar do colono e a própria ideologia do clero que o assistia viam na segregação social e no apego ao país de origem uma forma de manutenção de sua fé católica, reforçando o isolamento cultural de tal sociedade.

A presença regular do clero, principalmente por volta do final da década de 1880 reforçará esta tendência. Afirma Rovílio Costa que:

com a vinda de religiosos palotinos alemães (1888) na quarta colônia (localizada em Vale Vêneto), de capuchinhos franceses (localizados em Garibaldi, 1896) e carlistas italianos (1896), seguindo-se outras congregações, o atendimento às colônias se tornou sistemático, com uma grande organização pastoral sempre mais sólida.<sup>12</sup>

Tal característica fez Luis Alberto De Boni afirmar que a região colonial italiana transformou-se em um Estado quase papal.<sup>13</sup> Carlistas e capuchinhos foram as principais ordens

<sup>11</sup>MANFRÓI, Olivio. **Colonização italiana no Rio Grande do Sul**: implicações econômicas, políticas e culturais. Porto Alegre: IEL/Grafosul. 1975, p. 156.

<sup>12</sup>COSTA, Rovílio. A Igreja no início das colônias italianas. In: DE BONI, Luis A. **A presença italiana no Brasil**. V.3.. Porto Alegre: EST/Fondazione Giovanni Agnelli. 1996, p. 497.

<sup>13</sup>DE BONI, Luis A. O Catolicismo da imigração: do triunfo à crise. In: DACANAL, J. H. **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 241- 245.

religiosas a atuar na região; foram as únicas, também, a sustentar uma imprensa católica regional de grande influência (os carlistas, com *Il Corriere d'Italia* e os capuchinhos, com o *Correio Riograndense*). Esses jornais são considerados por eles próprios como púlpitos ambulantes que objetivavam sanar a falta de sacerdotes, levando a palavra missionária até aonde o padre não poderia chegar.

Os periódicos tornaram-se a voz oficial do clero entre os imigrantes, defendendo os seus interesses e moldando a imagem do colono segundo a sua visão de mundo. Em um ambiente altamente clericalizado a Igreja usava a palavra impressa como instrumento de doutrinação, combatendo inimigos e impondo-se cada vez mais como instituição hegemônica no meio colonial. O jornal carlista, fundado em 1912, circulou até 1927 quando foi então absorvido pela folha capuchinha. Mesmo mantendo-se fiel a uma linha editorial católica, o fato de se posicionarem de forma desigual quanto à política local gerou atritos entre os dois jornais. Carlistas e capuchinhos tinham as suas especificidades a começar pela sua nacionalidade (os primeiros italianos; os segundos franceses). Os períodos de crise que geraram tais conflitos, como a Primeira Guerra Mundial, produziram feridas que só foram fechadas com o fim da conflagração. No final da década de 1920, a imprensa católica regional encontrava-se forte e unificada, e a década de 1930 marcará o período de expansão da mesma. Estudar tal imprensa é fundamental para se entender os caminhos pelos quais a identidade local se configurou. O *Correio Riograndense* incorporou entre os anos de 1930 e 1940 o discurso dúbio de uma identidade em construção, inserido em um contexto histórico rico em acontecimentos políticos que marcariam profundamente a sociedade regional.

Diante de tal quadro, o objetivo geral deste trabalho é o de definir o papel do jornal quanto à construção de uma identidade étnica na região colonial entre os anos de 1930 e 1945, procurando analisar as transformações ocorridas no período.

Como problemática impõem-se as seguintes questões norteadoras:

- 1 – Como se inseriu a catolicidade imigrante no ambiente da reforma católica brasileira do século XIX?
- 2 – Como, na imprensa católica, especificamente no jornal *Correio Riograndense*, se fez sentir esta identidade?
- 3 – Em que consistia o discurso de italianidade do jornal nas suas diferentes fases?

As fontes utilizadas para este trabalho são basicamente os periódicos de circulação regional. No caso do jornal carlista, *Il Corriere d'Italia*, sua coleção foi consultada junto ao Museu Histórico Casa do Imigrante em Bento Gonçalves e algumas edições foram encontradas no Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa em Porto Alegre. Neste mesmo Museu, também foi consultado o jornal *A Federação*. O jornal *Correio Riograndense* encontra-se com a coleção microfilmada tanto no Museu dos Capuchinhos do Rio Grande do Sul quanto no Arquivo Histórico Municipal de Caxias do Sul. Outros periódicos como *O Momento*, *A Época*, *Il Colono Italiano* e *Il Giornale dell'Agricoltore*, também foram consultados junto ao Arquivo Histórico de Caxias do Sul.

Para o tratamento das fontes, utilizou-se a metodologia da análise de conteúdo, observando-se os seguintes critérios:

- forma como se constitui o discurso (suas características, em que argumentação se apóia)
- identificação das mudanças e de seus significados;
- caracterização das mudanças.

Análise de conteúdo é entendida, aqui, como um conjunto de técnicas e procedimentos capazes de fornecer ao pesquisador instrumentos a fim de interpretar os seus documentos. O uso dessas técnicas será adequado aos propósitos do historiador, desde que permita um olhar crítico e a produção de uma síntese original quanto ao tema. Segundo as sugestões de Constantino e seguindo os passos dessa metodologia, organizou-se um corpus documental através dos jornais, que foi desconstruído em unidades de análise. Tratou-se de organizar tais unidades em categorias com a finalidade de construir o metatexto<sup>14</sup>.

Buscando interpretar o sentido e ler nas entrelinhas, o tratamento dado à documentação levou em conta o sujeito ou a instituição que o produziu, lugar que ocupa na sociedade e as relações de poder a que está submetido.

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força de quem aí detinha o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.<sup>15</sup>

Neste sentido, para melhor compreender as posições e os significados assumidos por essa imprensa, será primeiramente necessário:

---

<sup>14</sup> CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Pesquisa histórica e análise de conteúdo: pertinência e possibilidades. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, n. 1, v. 28, p. 186, jul. 2002.

<sup>15</sup>LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p. 545.

- analisar o processo de reforma religiosa brasileira no século XIX;
- reconhecer de que modo a religiosidade imigrante e o clero estrangeiro se inseriram neste processo;
- analisar, por meio dos escritos deste mesmo clero, o seu pensamento e as suas posições frente à comunidade local;
- compor um histórico da imprensa católica regional;
- analisar, durante o período de 1930 a 1945, quais as posições do *Correio Riograndense* diante da identidade local e determinar o seu sentido.

Seguindo os passos acima citados, o presente trabalho será estruturado em três capítulos.

No primeiro capítulo, será analisado o processo de reestruturação do catolicismo nacional e estadual, isto é, a substituição de um modelo colonial de religiosidade em prol de uma configuração mais romanizada e européia da Igreja, reformando o clero e as práticas religiosas populares. Para tanto, será abordada a mudança de mentalidade da hierarquia católica nacional, através do fortalecimento do Ultramontanismo, e qual o significado da vinda do clero estrangeiro e dos imigrantes para a religiosidade nacional.

No segundo capítulo, tratar-se-á do significado da existência e da própria formação da imprensa católica regional. Tem-se por objetivo neste capítulo historiar esta imprensa e observar como essa procurou moldar e estabelecer uma identidade ao imigrante regional.

No último capítulo, abordar-se-á de que maneira o jornal católico posicionou-se frente à identidade local, como se deu essa construção e quais os elementos que envolveram essa reconfiguração, tendo como contexto histórico o processo de Neocristandade brasileira, os fascismos europeus e a Segunda Guerra Mundial.

Período historicamente problemático, as décadas de 1930 e 1940 serão especialmente críticas às comunidades estrangeiras no país. Na busca de um espaço social definido dentro da comunidade nacional, essas sofrerão um processo de repressão de suas origens étnicas em nome da nacionalidade brasileira.

Neste sentido, a primeira questão teórica que se coloca aqui é a relação entre nacionalismo e identidade étnica; inicialmente se procurarão definir conceitualmente os dois termos. O nacionalismo é entendido por muitos teóricos como produto do capitalismo moderno. Teria sido a economia de mercado a responsável pela unificação das fronteiras que, rompendo os

estreitos limites das aldeias comunais, unificara diversos grupos sociais em uma única comunidade, submetidas a um governo soberano dentro de uma área geográfica definida, o Estado-nação. O nacionalismo é produto de uma sociedade de massas forçosamente identificada através de uma política de Estado, capaz de impor uma padronização simbólica unificadora da comunidade nacional. Isso foi possível por meio da criação de um sistema educacional universalizado, calcado em uma língua vernácula, do serviço militar, da democracia e do sufrágio universal.<sup>16</sup> O nacionalismo caracteriza-se também pela imposição do Estado no domínio público cuja ligação entre indivíduo e instituição ocorre através da noção de cidadania. Ter estatuto de cidadão é a prerrogativa de participação da comunidade nacional. As modernas instituições (políticas, jurídicas e econômicas) passam a substituir as pré-modernas (Igreja e dinastias), ao fornecer novos vínculos, criando uma “cultura nacional”.<sup>17</sup>

Certamente que este processo não foi idêntico em todos os países - especificidades próprias marcaram a constituição de diferentes nacionalidades. Os próprio termos *Estado-nação* e *nacionalismo* são distintos, segundo Hobsbawn, “o primeiro era um programa para construir um artifício político que reclamava basear-se no último”<sup>18</sup> Ainda segundo o mesmo autor, “os Estados criaram nações, ou seja, o patriotismo nacional e, pelo menos para certos fins, cidadãos lingüística e administrativamente homogeneizados”.<sup>19</sup> Desta forma, era o Estado unificado que definia e registrava a existência civil dos cidadãos, dava-lhes uma identidade e determinava a sua participação na comunidade nacional.

Quanto à etnicidade, é preciso entendê-la como uma identidade mais específica pertencente a grupos sociais diversos que convivem em um mesmo ambiente nacional, o que invariavelmente pode produzir atritos entre as duas concepções. Adota-se, aqui, o conceito de invenção da etnicidade de L.S.Conzen, segundo o qual os grupos sociais, inventando as suas próprias etnicidades, “procuram definir os termos, os métodos e as implicações de seu adaptar-se ao outro”. Esse adaptar-se não pode ser separado do processo e do contexto histórico específico e concreto desses mesmos grupos; neste sentido, temos que os “momentos de crise social, como,

---

<sup>16</sup>BAUER, Otto. A Nação. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 52.

<sup>17</sup>BREUILLY, John. Abordagens do nacionalismo. In: BALAKRISHNAN, 2000, op. cit., p.171 - 175.

<sup>18</sup>HOBBSAWM, Eric. **A era do capital: 1848-1875**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 107.

<sup>19</sup>Id. **A era dos impérios: 1875-1914**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. p. 214.

por exemplo, as guerras e as depressões econômicas são períodos de invenção intensificada da etnicidade”.<sup>20</sup>

Importante observar-se que essa construção ocorre através de uma negociação entre grupos emergentes e dominantes de uma determinada sociedade; isso significa, que essa identidade não é estática, mas sim mutável, segundo as circunstâncias históricas. Essa mutabilidade leva-nos à questão das fronteiras étnicas e das suas persistências ao longo do tempo; desta maneira, “as distinções de categorias étnicas não dependem de uma ausência de mobilidade, contato e informação.”<sup>21</sup> Características culturais e econômicas podem mudar segundo as circunstâncias e os contatos entre os diferentes grupos sociais; no entanto, isso não implica um desaparecimento da identidade, mas sim é a sua condição essencial:

as identidades étnicas só se mobilizam com referência a uma alteridade, e a etnicidade implica sempre a organização de agrupamentos dicotômicos nós/eles. Ela não pode ser concebida senão na fronteira do “nós”, em contato ou confrontação, ou por contraste com “eles”.<sup>22</sup>

Dessa forma, os contatos entre diferentes grupos, produzem a necessidade de diferenciação, cujas práticas supõem o uso de determinados signos construídos historicamente, o que lhes permite uma unidade interna. Segundo Constantino,

não há dúvida de que, para construir uma identidade étnica, é necessário buscar elementos na tradição. Dependendo ainda das necessidades ou objetivos para que se constrói tal identidade, surgirá a escolha de traços culturais diacríticos, como religião ou dialeto, que servirão justamente para estabelecer o perfil de um determinado grupo.<sup>23</sup>

Nesse ponto, a memória apresenta um papel fundamental: “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”.<sup>24</sup> Deste modo, signos que compõem as tradições têm na memória um mecanismo seletivo e ordenado, que permitem estabelecer um sentido histórico na trajetória de cada grupo.<sup>25</sup>

Em seu texto clássico, Halbwachs observa que a memória coletiva

<sup>20</sup>CONZEN, L.S. The invention of the ethnicity: uma leitura americana. **AltreItalia**. v.3, p. 6 – 12, 1990.

<sup>21</sup>BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998. p. 187.

<sup>22</sup>POUTIGNAT; STREIFF-FENART. 1998, op. cit., p. 152-153.

<sup>23</sup>CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **O italiano da esquina: meridionais na sociedade porto-alegrense e permanência da identidade entre moraneses**. 1990 (Tese de Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990. p. 324.

<sup>24</sup>LE GOFF, 1996, op. cit., p. 476.

<sup>25</sup>CATROGA, Fernando. Memória e História. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Fronteiras do milênio**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. p. 46.



apresenta ao grupo um quadro de si mesmo que, sem dúvida, se desenrola no tempo, já que se trata de seu passado, mas de tal maneira que ele se reconhece sempre dentro dessas imagens sucessivas. A memória coletiva é um quadro de analogias e é natural que ela se convença de que o grupo permanece e permaneceu o mesmo, porque ela fixa a sua atenção sobre o grupo, e o que mudou foram as relações ou contatos do grupo com os outros.<sup>26</sup>

Brevemente definidos, trata-se de verificar agora qual é a relação entre nacionalismo e etnicidade nos anos 1930 e 1940 no Brasil. De uma forma geral, o projeto de nacionalização empreendido nestas décadas foi produto de uma visão modernizadora do Estado brasileiro, que atribuía uma supremacia ao aparelho estatal sobre a comunidade nacional - a unificação da nação seria obra do Estado rumo à Modernidade. Para tanto, essa configuração exigia “medidas integradoras; uma economia nacional moderna exige uma integração do mercado nacional, a unificação de padrões, etc. E isso não pode ser feito através da sobrevivência de nacionalidades”.<sup>27</sup>

No contexto histórico aqui abordado, a questão central é a fidelidade ao Estado brasileiro e a manutenção da identidade étnica dos imigrantes. Como observa Gertz em relação aos imigrantes alemães, muitos professavam a fidelidade ao Estado brasileiro, ao mesmo tempo em que se identificavam com a cultura do povo alemão, sendo assim fiéis à nacionalidade alemã. Dessa forma, para os imigrantes, os conceitos de Estado e nação estavam dicotomizados, enquanto que o mesmo não era possível para o projeto empreendido pelo Estado brasileiro.<sup>28</sup>

Os ideólogos clássicos do Estado Novo não estavam interessados na definição metafísica do que fosse o “homem brasileiro”. Partiam do pressuposto realista de que havia alguns elementos que caracterizavam a maioria da população brasileira – falar português, por exemplo – e que não era possível tolerar a coexistência de “desafiadores dessa realidade dada”.<sup>29</sup>

No mesmo sentido, Giralda Seyferth salienta que, no contexto político-econômico, o imigrante sentia-se inserido; contudo, culturalmente, agiam como alemães e italianos.<sup>30</sup>

Seguindo com a autora,

o confronto entre etnicidade e nacionalismo tem uma conjuntura precisa: o fato de que as etnias comunitariamente organizadas passaram a reivindicar os direitos derivados da naturalização e do *jus soli* - isto é, a percepção das identidades étnicas e da cidadania são

<sup>26</sup>HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 6. ed. Campinas: Vértice, 1990. p. 88.

<sup>27</sup>GERTZ, René E. Cidadania e nacionalidade: história e conceitos de uma época. In: MÜLLER, Telmo Lauro (org.). **Nacionalização e imigração alemã**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1994. p. 22-23.

<sup>28</sup>Ibid., p. 24.

<sup>29</sup>Ibid., p. 22.

<sup>30</sup>SEYFERT, 1990, op. cit., p. 85.

simultâneas, criando uma situação bastante comum de dicotomização entre *nós* nacionais e *outros*, configurados como grupos étnicos sem qualificação para fazer parte da nação.<sup>31</sup>

As décadas de 1930 e 1940 configuraram-se em momentos críticos de crise política, social e econômica mundial, cuja influência determinou a reinvenção da etnicidade dos imigrantes italianos do Rio Grande do Sul. Dentro desse contexto histórico determinado, os atritos e contrastes implicaram uma reatualização e reconfiguração dos símbolos constitutivos da identidade coletiva e das fronteiras entre os grupos sociais implicados no processo.

Elementos como o fascismo, agora, agregavam-se na composição identitária italiana. Rosemary Fritsch Brum observa que:

fascismo, italianidade, farroupilha, são elementos da composição narrativa que quer narrativizar os anos 30, na perspectiva das elites italianas, ou seja, conferir uma identidade amalgamando símbolos tão caros aos rio-grandenses, à ascensão do fascismo.<sup>32</sup>

As mudanças políticas do período marcaram profundamente a construção identitária entre os italianos do Rio Grande do Sul. No que corresponde à região colonial, a repressão ao fascismo após 1942, deu-se por meio da nacionalização forçada. Ao estudar a Festa da Uva como elemento simbólico da identidade regional, Cleodes Maria Piazza Ribeiro, observa que os acontecimentos do período “levaram a um esforço de esquecimento de algumas das características da cultura da região. Esforço de esquecimento que impediu a atualização de impressões, informações e práticas coletivas”.<sup>33</sup>

O presente trabalho busca elucidar apenas uma faceta de todo esse processo, o que não impede de tomá-lo como um microcosmo do contexto maior. A tentativa de interpretação da construção de uma identidade pode apontar inúmeros caminhos - preferiu-se, aqui, o jornalístico religioso, pelas razões anteriormente apontadas. De qualquer forma, identidades são sempre problemáticas, na transigência e na intransigência, na imposição ou na negociação, pois estamos sempre a definirmos na busca individual ou social de nós mesmos.

<sup>31</sup>Id. As identidades dos imigrantes e o *melting pot* nacional. **Horizontes antropológicos**. Porto Alegre, n, 14, ano 6, p. 152, nov. 2000.

<sup>32</sup>BRUM, Rosemary Fritsch. **Uma cidade que se conta**: Imigrantes italianos e narrativas no espaço social da cidade de Porto Alegre (1920 – 1937). (Tese de Doutorado). Porto Alegre: PUC, 2003. p. 253-254.

<sup>33</sup>RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Júlio. **Festa e identidade**: como se fez a Festa da Uva. Caxias do Sul: EDUCS, 2002. p. 143.

# 1 A REFORMA RELIGIOSA NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL NO SÉCULO XIX

## 1.1 ROMANIZAÇÃO DA IGREJA NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL

A Romanização<sup>34</sup> da Igreja latino-americana, ocorrida durante o século XIX, não foi um fato isolado, mas foi decorrência de mudanças políticas, sociais e culturais que tiveram como suporte ideológico o pensamento liberal que afetou o mundo católico e cujos efeitos foram sentidos na Cristandade como um todo.

Os Estados modernos, surgidos das revoluções burguesas, caracterizaram-se por uma separação cada vez maior entre o poder temporal e o religioso, acarretando um processo de laicização da sociedade. Estado e Igreja passaram a compor campos autônomos, o que, com frequência, acabou por opor um ao outro. O fim dos antigos Estados absolutistas europeus, gerado pela crise do Antigo Regime, à qual a Igreja estava intimamente ligada, provocou um abalo nas estruturas de poder em que ela se sustentava há séculos.

A oposição entre ambos os campos de poder acentuou-se por ocasião da Revolução Francesa, em 1789. Essa, através da Assembléia Nacional (1789 – 1792), havia secularizado os bens da Igreja, dissolvido os mosteiros, estabelecido a constituição civil para o clero; além disso, bispos e sacerdotes passaram a ser eleitos pelos cidadãos. O clero passou a ser pago pelo Estado e foi liberado de prestar obediência a qualquer autoridade estrangeira, tendo de jurar obediência e lealdade à nação. Os que se opuseram a essas medidas tiveram que abandonar o país.<sup>35</sup>

Com o fim do regime de Robespierre e, após, com a ascensão de Napoleão, a Igreja foi restabelecida através de uma concordata e reconhecida como a religião da maioria dos franceses; entretanto, em 1809, a França anexou os Estados Pontifícios, e Napoleão encarcerou o Papa Pio VII. Esta situação perduraria até a queda de Napoleão (1815), quando o Papa recuperou

---

<sup>34</sup>Segundo Wlaumir Doniseti de Souza, “a Romanização caracteriza-se, especialmente, pelo legalismo, pela institucionalização do sagrado, pelo fortalecimento da hierarquia, sobretudo ao atrelar toda a Igreja ao Papa, que é infalível desde o Concílio Vaticano I, formulando leis a serem seguidas pelos fiéis e pelos padres”. SOUZA, Wlaumir Doniseti de. **Anarquismo, Estado e Pastoral do Imigrante**. São Paulo: Unesp, 2000. p. 76.

<sup>35</sup>DREHER, Martin N. **A Igreja latino-americana no contexto mundial**. São Leopoldo: Sinodal, 1999. p. 141.

seus poderes sobre Roma e passou a combater o novo regime, dando apoio explícito à restauração através da criação da Santa Aliança.<sup>36</sup>

Esses acontecimentos vinham a ampliar ainda mais a fissura existente entre Roma e os novos Estados europeus, caracterizados por um projeto político de formação de Estados nacionais fortes. Como decorrência disso, havia a necessidade de submeter a Igreja aos interesses nacionalistas e de eliminar os que apoiavam o projeto universalista sustentado pelo papado. É preciso lembrar que os ideais iluministas já há muito influenciavam a vida política européia, como no caso de Espanha e Portugal onde o despotismo esclarecido durante o século XVIII, tratou de reunir característica do pensamento ilustrado com o regime monárquico absolutista e essa influência far-se-ia sentir, por consequência, em suas colônias da América.

Assim sendo, uma das principais medidas tomadas por esses governos foi a expulsão da Companhia de Jesus do Reino e das colônias. Os jesuítas foram os fiéis representantes da Santa Sé e seu braço direito na luta pela implantação do projeto católico nos moldes tridentinos. Tanto Espanha quanto Portugal haviam entregado a esses religiosos a tarefa de sustentarem hospitais, asilos, sistemas educativos e missões, a fim de catequizarem os povos nativos. Como decorrência disso, os jesuítas acabaram por adquirir poder e riquezas dentro desses impérios, o que, a partir do século XVIII, começou a despertar a desconfiança e a cobiça por parte das camadas dirigentes desses países.

Além disso, o sistema de missões criado pela congregação configurava-se como um modelo alternativo ao regime escravista, alcançando uma eficiência produtiva que superava a dos colonos portugueses e espanhóis. Os atritos entre ambos os poderes resultaram na expulsão dos jesuítas dos dois reinos: em Portugal, em 1759; na Espanha, em 1767<sup>37</sup>. Essa medida tinha por objetivo modernizar esses reinos, seguindo um modelo monárquico esclarecido. Além disso, a proposta sustentada pelos jesuítas era a de uma Igreja livre, ligada e robustecida pelo papado, o que entrava em choque com as tendências iluministas do Catolicismo da época, principalmente o Jansenismo<sup>38</sup> e o Galicanismo<sup>39</sup>, os quais pregavam a independência religiosa dos Estados em

<sup>36</sup> DREHER, 1999, op. cit., p. 142.

<sup>37</sup> GREISING, Ana Maria Bidegain. A Igreja na emancipação (1750-1830). In: DUSSEL, Enrique. **Historia Liberationis: 500 anos de História da Igreja na América Latina**. São Paulo: Paulinas/CEHILA, 1992. p. 126.

<sup>38</sup> O termo Jansenismo provém do nome de um religioso, Fleming Cornelius Otto Jansen (1563-1638), o qual propunha uma reforma na Igreja Católica, mudando a teologia do Tomismo para o Augustianismo, o que lhe valeu atritos e polêmicas com a Companhia de Jesus, representante do pensamento escolástico. Defendiam a idéia de que era suficiente o controle da Igreja nacional e o direito do rei em conceder o *placet*. O Jansenismo foi utilizado por

relação ao papa. Essa burguesia tinha o objetivo de criar um Estado forte para unificar um mercado nacional, sendo o papado e as ordens religiosas a ele ligadas um obstáculo supranacional indesejável.<sup>40</sup>

Essas reformas iluministas modernizantes tiveram reflexos diretos nas colônias americanas e foram sentidas no próprio processo de emancipação das mesmas. Os novos governantes procuravam inspiração nos ideais iluministas europeus, marcadamente anticlericais. À medida que a questão do nacionalismo se fazia presente e cada vez mais importante, esses mesmos estadistas tendiam a denunciar a Igreja como um organismo extranacional e defendiam a idéia de reduzir cada vez mais o seu poder, deixando-a temporalmente impotente<sup>41</sup>.

De maneira geral, o clero latino-americano respondeu de forma variada, dividindo-se entre as correntes de pensamento liberal e conservadora. Os liberais apoiavam a idéia de progresso e desenvolvimento material, o que conduziria obrigatoriamente a um avanço econômico. Para tanto, era preciso incitar nos cidadãos os impulsos materialistas e individuais de riqueza. Os que apoiavam a corrente conservadora, que se filiava à grande maioria do clero, colocavam em dúvida o desenvolvimento material, pondo em primazia as recompensas espirituais como forma de conservar os sentimentos coletivistas das massas. Ainda, para os mesmos, “o individualismo capitalista devia ser rejeitado, porque em última instância era fruto da heresia protestante, que exagerava a importância da consciência individual em matéria de religião”<sup>42</sup>.

À proporção que o tempo foi passando, a tendência do clero na América Latina foi a de alinhar-se ao conservadorismo, abandonando aos poucos o liberalismo, desiludido pelo caos político das novas repúblicas ao qual atribuíam a decadência moral vivida pela sociedade, com o declínio cada vez maior da Igreja na esfera do poder.<sup>43</sup>

A guinada conservadora, no entanto, correspondeu a um alinhamento da Igreja mundial às tendências apresentadas pelo Vaticano. Desde Pio VII (1800-1823), a Igreja passou a

Pombal em Portugal na tentativa de estabelecer um controle do Estado sobre a Igreja. Ver: VIEIRA, David Gueiros. **O Protestantismo, a Maçonaria e a questão religiosa no Brasil**. Brasília: UnB, 1980. p. 29-30.

<sup>39</sup> “Galicismo é um termo que descreve várias teorias desenvolvidas na França concernentes às relações da Igreja Católica francesa e do Estado francês com o papado. Do ponto de vista religioso, o Galicismo significa que a Igreja e o clero franceses se outorgavam direitos próprios, independentes de Roma”. Ibid., p. 28.

<sup>40</sup> GREISING, 1992, op. cit., p. 128.

<sup>41</sup> AUBERT, Roger. A Igreja na sociedade liberal e no mundo moderno. In: ROGIER, L.J. et alii. **Nova História da Igreja**. V.5, t.2. Petrópolis: Vozes, 1975. p. 122.

<sup>42</sup> AUBERT, 1975, op. cit., p. 123.

<sup>43</sup> Ibid., p. 126.

uma crítica mais aberta ao liberalismo e à sociedade moderna. Os pontificados seguintes assistiram a um recrudescimento desse pensamento, principalmente da vertente ultramontana<sup>44</sup>, que procurava submeter a Igreja à autoridade papal. Com a ascensão de Pio IX, em 1846, esse processo seria implementado através de uma centralização da Igreja cada vez maior na autoridade do papa.

Pio IX começou pela reforma da Cúria Romana, colocando nela homens de sua confiança, que compartilhassem dos ideais da Reforma católica, de preferência, religiosos que fizessem parte das congregações romanas e que fossem, declaradamente, contra os princípios liberais e totalmente fiéis aos círculos eclesiásticos romanos. Da mesma forma, substituiu diplomatas de carreira por bispos ou por antigos superiores de ordens religiosas, dando-lhes a incumbência de mandar ao Vaticano informações sobre a situação das dioceses, sobre o ensino nos seminários e conventos, através de relatórios detalhados<sup>45</sup>.

Em 1864, a encíclica *Quanta Cura* e o *Syllabus* passariam a condenar todos os males e erros da Modernidade e do liberalismo, antecipando o Concílio Vaticano I (08 de dezembro de 1869 a 18 de dezembro de 1870), que, além de confirmar essas condenações, promulgava a infalibilidade papal. A condenação do Estado laico ganhou ainda mais força após a unificação italiana e a tomada de Roma, em 20 de setembro de 1870, a qual passou a constituir a nova capital do reino unificado, dando origem à chamada Questão Romana. Nesse momento, Pio IX rejeitou lei italiana de garantias (maio de 1871) que lhe assegurava prerrogativas soberanas do Vaticano e de Latrão, considerando-se, então, prisioneiro do novo regime.

A posse dos Estados pontifícios era considerada vital para Pio IX, pois, diante de uma situação em que todos os Estados europeus na época já estavam secularizados, os Estados pontifícios eram o último reduto cristão da Europa. Deste modo, Pio IX aparecia como vítima do movimento liberal que havia unificado a Itália. Atacado e prisioneiro em seu próprio território,

---

<sup>44</sup> “Ultramontanismo foi um termo usado desde o século XI para descrever cristãos que buscavam a liderança de Roma (do outro lado da montanha), ou que defendiam o ponto de vista do papa, ou davam apoio à política dos mesmos”. VIEIRA, 1980, op. cit., p.32.

No século XIX, o Ultramontanismo ganha uma conotação que Wlaumir Doniseti de Souza define como uma manifestação “claramente contra a concepção de mundo moderno, de liberdade, de educação, de Estado e da forma de governo, empreendidos pelo pensamento liberal e, por isso, negava-se a qualquer tipo de diálogo, adotando uma posição intransigente ante a nova ordem mundial, implementada pelo capitalismo. Ao mesmo tempo ela buscava uma remoralização, recristianização, em suma, uma clericalização da sociedade...” SOUZA, 2000, op. cit., p. 76.

<sup>45</sup> AUBERT, 1975, op. cit., t. 1, p. 23-70.

seu prestígio espiritual foi crescendo em meio à população católica, enquanto seu poder temporal diminuía cada vez mais.<sup>46</sup>

Os pontificados seguintes, de Leão XIII (1878-1903) e Pio X (1903-1914), seguiram as mesmas diretrizes de Pio IX, continuando a condenar o mundo moderno e a sociedade laica. Como conseqüência, a Igreja passou a retirar-se cada vez mais do mundo político e a refugiar-se nos assuntos espirituais. Entretanto, isso não a impediu de ficar calada diante dos problemas postos pela nova sociedade industrial e, em 1891, através da encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII, a Igreja fez seu pronunciamento sobre a questão operária, com o intuito de frear a influência socialista e anarquista, e recuperar seu espaço em meio a essa classe social.<sup>47</sup>

Desta forma, no espaço de tempo que vai do final do século XVIII ao final do século XIX, a Igreja Católica passou por um processo de reestruturação, desvinculando-se do poder do Estado e procurando uma auto-afirmação, uma independência do poder secular, na tentativa de se afirmar perante a sociedade moderna. Essa nova postura ocorreria por meio de uma negação dos valores da Modernidade e de uma centralização da Igreja na figura do papa e nas decisões tomadas pela Santa Sé - certamente, o processo não se deu sem atritos. No transcurso desses dois séculos, Roma teve de lutar contra as forças descentralizadoras, como o Jansenismo e o Galicanismo, voltados para um Catolicismo mais regionalizado e independente do centralismo romano.

Na metade do século XIX, o projeto de romanização fazia grandes progressos no mundo. As divergências dentro da Igreja estavam sendo superadas, na medida em que o Ultramontanismo apresentava-se como a grande ideologia vencedora, suplantando as tentativas de concretização de Igrejas nacionais. O mundo católico passou a voltar-se cada vez mais para Roma; já às vésperas do primeiro conflito mundial, encontrava-se fortalecida e coesa em torno de seu chefe supremo<sup>48</sup>.

Na América Latina, enquanto o Estado fazia as suas reformas liberais, ao eliminar o padroado (Colômbia 1853, México 1857, Brasil, 1890), ao laicizar o ensino, ao retirar os dízimos, ao apossar-se dos bens eclesiais, ao secularizar os cemitérios e ao expulsar

<sup>46</sup> PIERRARD, Pierre. **História da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1982. p. 250.

<sup>47</sup> “A encíclica faz a defesa da propriedade privada e condena o socialismo e o anarquismo [...] O Estado é declarado responsável pelo bem comum, inclusive pela promoção do bem-estar e dos interesses das classes trabalhadoras. Nenhuma classe pode ser explorada em benefício de outra. O Estado deve posicionar-se apropriadamente, ocupando-se com o trabalho infantil, com as horas excessivas de trabalho e a justiça para os operários. Essa justiça inclui salário compatível para o sustento da família.” DREHER, 1999, op. cit., p. 147.

<sup>48</sup> PIERRARD, 1982, op. cit., p. 259.

determinadas ordens religiosas, o clero sentiu-se acuado e buscou proteção e amparo em Roma, que firmou concordatas com esses mesmos Estados, favorecendo a disseminação da Romanização e do Ultramontanismo no continente<sup>49</sup>.

No final do século XIX, a separação dos dois campos de poder já havia se efetuado em toda a América Latina; a partir de então, a Igreja passou a firmar-se, procurando seu espaço dentro da sociedade. Para melhor contextualização do presente trabalho, no próximo item, tratar-se-á da formação da Igreja no Brasil.

### 1.1.1 A IGREJA NO BRASIL

Por quatro séculos, a Igreja no Brasil esteve submetida ao Estado por meio da instituição do padroado. Através de bulas papais, emitidas entre os anos 1455 e 1515, a Igreja outorgara ao rei de Portugal o poder de controle sobre a instituição, o qual se encarregava de questões básicas, como a construção de igrejas, o pagamento do clero e a nomeação de bispos. Outras questões, como a possibilidade de os membros da Igreja recorrerem à Coroa em caso de serem repreendidos por algum superior de uma ordem, demonstram que a Igreja não tinha autoridade sobre os seus próprios membros. O direito de *placet*, que permitia à Coroa censurar as bulas papais e outros documentos pontifícios, dava um poder e um controle plenos ao Estado sobre a instituição<sup>50</sup>.

A ligação da Igreja brasileira com Roma, embora certamente existisse, eram relativamente débeis, de modo que todas as comunicações faziam-se por intermédio de Lisboa. Não havia, por assim dizer, uma instituição Igreja, pois o clero estava totalmente submetido ao Estado, o que historicamente explica a sua fraqueza estrutural - ao menos até o século XIX<sup>51</sup>. A Coroa tinha, ainda, a incumbência de criar dioceses<sup>52</sup> e, certamente, de sustentá-las. Contudo, o

<sup>49</sup> DREHER, 1999, op. cit., p. 174.

<sup>50</sup> BRUNEAU, Thomas C. **O Catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974. p. 31-34.

<sup>51</sup> VIEIRA. 1980, op. cit., p. 28.

<sup>52</sup> Até 1750 havia no Brasil apenas oito dioceses criadas que mal se comunicavam entre si. A convocação do primeiro sínodo brasileiro em 1707 não conseguiu reunir os episcopados, o que obrigou a realização de um sínodo diocesano realizado na Bahia. BRUNEAU, 1974, op. cit., p. 36-37

Até meados do século XIX a situação não havia melhorado muito; para cobrir o vasto território nacional, existiam onze dioceses: Rio de Janeiro, Mariana, Diamantina, São Paulo, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso, Pernambuco, Ceará, Maranhão e Pará, além da arquidiocese de Salvador. FRAGOSO, Hugo. A Igreja na formação



vasto território e as poucas dioceses existentes contribuía para desarticular ainda mais a Igreja internamente. Em termos paroquiais, dava-se o mesmo, ou seja, a situação das estruturas superiores refletia-se em sua base, pois o Estado, possuía a responsabilidade de sustento das paróquias por ele criadas. As dioceses tinham permissão para também criar novas paróquias, mas não o faziam, já que, nesses casos, deveriam sustentá-las, o que não era possível devido às dificuldades financeiras que advinham da sua dependência ao Estado.

A relativa fragilidade desta estrutura fazia-se sentir na própria formação do clero secular, que não contava com seminários até 1739. Desta maneira, esse clero formava-se através de jovens que auxiliavam os sacerdotes ( um exemplo disso são os sacristãos que, quanto mais progrediam em idade, em seus estudos em latim e em maturidade - assim como em termos de fé e moral - tornavam-se sacerdotes)<sup>53</sup>. A falta de organização e de um controle interno gerou um tipo de religião que muitos autores identificam como uma religião privatizada. Na área rural, por exemplo, as capelas existiam no interior das próprias fazendas, e o culto estava subordinado à autoridade dos proprietários de terra. É importante destacar que a transmissão dos valores morais e religiosos fazia-se no seio da própria família. O padre, assim, desenvolvia uma certa dependência em relação aos senhores de engenho, acabando por integrar-se ao sistema familiar. Vivendo junto à família, recebiam o seu sistema de valores, o que chamava a atenção dos viajantes estrangeiros.<sup>54</sup> “Nos engenhos e nas grandes fazendas era ainda bastante comum a figura do sacerdote doméstico, encarregado das missas, dos batizados, das festas e da catequese dos escravos [...]. Tais capelães e tios-padres pareciam mais subordinados ao *senhor* do que à Igreja”.<sup>55</sup>

Já nas áreas urbanas, o que predominava eram as confrarias e as irmandades. Essas eram associações de leigos e responsabilizavam-se pela organização de festas em honra aos padroeiros, procissões, construção, sustento e administração dos templos que lhes eram pertencentes. Eram responsáveis, ainda, pelo pagamento dos padres que ali atuavam, ou seja, para ministrar os sacramentos e rezar as missas; no entanto, os rendimentos recebidos pelo Estado e pelas irmandades não eram suficientes para o sustento do clero, o que o obrigava a desempenhar

---

do Estado liberal. In: BEOZZO, José Oscar (org.). **História da Igreja no Brasil**. T. 2. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 183.

<sup>53</sup> BRUNEAU, 1974, op. cit., p. 37.

<sup>54</sup> Ibid., p. 39.

<sup>55</sup> HAUCK, João Fagundes. A Igreja na Emancipação (1808-1840). In: BEOZZO, José Oscar (org.). **História da Igreja no Brasil**. t. 2. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 85.

outras atividades profissionais: “Havia padres botânicos, fazendeiros, donos de hotéis, advogados, donos de movimentados postos de ferragem cavalos.”<sup>56</sup>

A parte do clero mais bem organizada era a das ordens religiosas, como, por exemplo, a dos jesuítas. Esses, como já afirmado acima, eram o braço forte da Contra-Reforma, um clero disciplinado em torno de seu compromisso com o papa. Devido à sua autonomia e à insubmissão à Coroa, os jesuítas tornaram-se cada vez mais influentes na sociedade portuguesa e foram considerados um entrave às reformas liberais implementadas pelo Marquês de Pombal, ministro do Rei José I, entre 1750 a 1777. Pombal desejava implantar no reino uma monarquia esclarecida, voltada aos moldes espanhol e francês. Desta forma, o choque com a Companhia de Jesus foi inevitável, o que acarretou a sua expulsão de Portugal e de suas colônias, no ano de 1759. Em 1760, Pombal cortou relações com o Vaticano, e a Igreja portuguesa passou a adquirir um caráter estritamente nacional. Em 1770, o ministro reatou com o Vaticano e conseguiu o reconhecimento, por parte do Papa Clemente XIV, do controle da Igreja pelo Estado<sup>57</sup>.

As reformas de Pombal atingiram, também, o sistema de ensino e, em 1772, ele reorganizou a Universidade de Coimbra, substituindo o tradicional ensino escolástico dos jesuítas pelas tendências teológicas do Regalismo e do Jansenismo. Coimbra, como o centro irradiador cultural de todo o reino, disseminou esses ideais pelas colônias, através dos estudantes que para ali se deslocavam. É preciso lembrar que a expulsão dos jesuítas provocou um colapso no sistema de ensino da colônia, pois os que desejavam qualquer tipo de formação deveriam dirigir-se para a Europa (no caso brasileiro, para Coimbra). Uma vez na Europa, entravam em contato com o pensamento liberal de origem francesa e com outras correntes próprias da ideologia da Ilustração.

Os bispos brasileiros, que eram escolhidos entre aqueles que haviam estudado em Coimbra, adquiriram essa mentalidade e introduziram-na no Brasil. Um desses bispos foi Dom José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, que, após concluir seus estudos em Coimbra, voltou para o Brasil e fundou o seminário de Olinda (1800), de onde saíam padres para todo o Norte e Nordeste - todos eles sob a influência das correntes teológicas valorizadas pelas reformas pombalinas. Desta maneira, por meio do Regalismo, garantia-se a submissão da Igreja ao Estado; no Jansenismo, negava-se a autoridade e a supremacia do papa em assuntos religiosos e, por último, o Liberalismo também fazia seus adeptos entre o clero, fortemente influenciados pela

---

<sup>56</sup> Ibid. p. 87.

<sup>57</sup> BRUNEAU, 1974, op. cit., p. 43-45.

Revolução Francesa e pelos ideais de liberdade que insuflavam o desejo de libertar as colônias do jugo metropolitano<sup>58</sup>. Como já foi observado, os padres que saíam de seminários, como o de Olinda, tornavam-se ferrenhos liberais e revolucionários. Por meio da oratória, suas pregações nos púlpitos invariavelmente se ocupavam de problemas políticos, sendo um deles o da Independência<sup>59</sup>.

Os mais suscetíveis à influência do Liberalismo pertenciam ao clero urbano, normalmente mais preparados intelectualmente. Parte desse clero passaria a atuar diretamente nos movimentos de revolta contra a Coroa portuguesa, como a Revolução Pernambucana de 1817 e a Confederação do Equador, em 1824, com uma postura crítica quanto aos setores tradicionais da Igreja brasileira, que sempre haviam dado apoio incondicional ao trono português<sup>60</sup>. Nesse mesmo contexto, começou a desenvolver-se no país um certo sentimento nativista - porém, de conotação regionalista. As revoltas do final do século XVII, insufladas pela Independência dos Estados Unidos e pela Revolução Francesa, tinham um cunho regional, como, por exemplo, a Inconfidência Mineira - uma nação brasileira não estava nos horizontes desses revolucionários. A noção de unidade do país só veio à tona através do problema da escravidão, levantado no momento de sua Independência, em 1822, pois a manutenção do sistema escravista era um dos poucos pontos que identificava e que unia a elite nacional, sendo responsável, a partir de então, pelo despertar de um sentimento nativista mais forte<sup>61</sup>.

Dessa forma, uma vez desperto, esse nativismo alcançou parte do clero mais ilustrado, que apresentou interesses pelas questões que envolviam a condição do povo em geral. Mais do que isso, esse clero passou a ver no povo a fonte de soberania de um governo, e o poder do monarca, que anteriormente era um atributo divino, passou a ser interpretado como tendo sua legitimidade no próprio povo. Todavia, se a soberania dizia respeito ao povo, esse, invariavelmente, não incluía negros e índios. Os direitos do homem, tal qual proclamados pela Revolução Francesa, foram reajustados ao contexto brasileiro. Os movimentos revoltosos pela Independência tinham de contar com o apoio das classes dos grandes proprietários, o que tornava as questões sociais, como a escravidão, um problema espinhoso e de difícil resolução – eis a razão pela qual do caráter limitado desses movimentos.

<sup>58</sup> BRUNEAU, 1974. op. cit., p. 47.

<sup>59</sup> HAUCK, 1992, op. cit., p. 86.

<sup>60</sup> AZZI, Riolando. **A crise da cristandade e o projeto liberal**. São Paulo: Paulinas, 1991a . p. 95-96.

<sup>61</sup> POSSAMAI, Paulo. **“Dall’Italia siamo partiti”**: a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945). Passo Fundo: editora da UPF, 2005. p. 46-47.

Para essa parte do clero, não havia antagonismo entre o Liberalismo e o Cristianismo. Deste modo o caráter anticlerical que havia caracterizado a França não foi sentido no Brasil. Para Riolando Azzi, “duas causas principais explicam essa aliança entre Liberalismo e Catolicismo: em primeiro lugar, a fragilidade da estrutura do poder eclesiástico no período colonial; em segundo, a difusão do pensamento liberal entre o clero, sobretudo nos centros urbanos.”<sup>62</sup>. Além disso, haviam rompido com a oposição entre Deus e liberdade, pois, para o pensamento tradicional brasileiro, ligado ao poder lusitano, toda autoridade provinha de Deus, e a liberdade política era um desacato à primeira, ou seja, constituía-se em negar a autoridade da Coroa, alicerçada em uma vontade divina. Desta maneira, o clero liberal passou a colocar Deus ao lado da liberdade e essa, junto ao povo. Neste sentido, lutar contra o poder luso não era negar os desígnios divinos, mas sim lutar ao lado de Deus e do povo, o que justificava a ação revolucionária desses clérigos<sup>63</sup>.

Entretanto, o posicionamento político dos mesmos parece, em muitos momentos, contraditório. Ao mesmo tempo em que diziam lutar pelo povo e pela pátria, colocavam-se contra o poder monárquico lusitano; contudo, quando havia alguma ameaça externa ao país, não hesitavam em apoiar o trono, unindo-se ao imperador, reforçando o seu poder de chefe da nação. Muitos deles consideravam-se adeptos da liberdade religiosa, já que, no Brasil, desde o período colonial, o Catolicismo tinha um caráter oficial e obrigatório. Eram contra as antigas ordens religiosas ainda instaladas no país, pois acreditavam que elas eram representantes do antigo Catolicismo absolutista português, além de serem desnecessárias e inúteis à nova pátria<sup>64</sup>.

Essa luta contra os antigos privilégios e organismos que lembrassem a antiga dependência de Portugal fazia parte do ideário liberal dos padres. Ansiosos pela Independência, temiam uma volta ao Antigo Regime, principalmente após a queda de Napoleão e a contra-ofensiva desfechada pela Santa Aliança, com o explícito apoio do papa Pio VII, em 1815. O clero liberal tinha consciência da possível retomada do absolutismo e procurava prevenir-se dela. Além de tentar eliminar as antigas ordens, passou a condenar e a lutar na esfera política pela proibição da entrada de novos institutos religiosos. A intenção era barrar a entrada de novas ordens que

---

<sup>62</sup> AZZI, 1991 a, op. cit., p. 116.

<sup>63</sup> Ibid., p. 117.

<sup>64</sup> As principais ordens religiosas que ainda atuavam no Brasil eram: masculinas – beneditina, carmelita, franciscana, mercedária e capuchinha; femininas: clarissas, ursulinas, concepcionistas e as carmelitas descalças. FRAGOSO, 1992, op. cit., p. 203.

vinham imbuídas das novas tendências centralizadoras do Vaticano, perniciosas ao projeto nacionalista liberal empreendido pelo clero iluminista<sup>65</sup>.

A tendência a eliminar as antigas ordens ganhou força ainda no Primeiro Reinado, em que diversas leis procuraram eliminar a autonomia das mesmas, ao abolir algumas, reformar outras e ao tomar os bens que lhes pertenciam; já durante o Segundo Reinado, essa tendência ampliou-se. Por ocasião da circular de José Nabuco de Araújo, em 1855, as ordens estavam proibidas de receber noviços, até que se firmasse uma nova concordata com Roma. Essa nova concordata nunca fora assinada, e as ordens só puderam receber noviços após a Proclamação da República<sup>66</sup>.

Essa medida decretava a extinção gradual das ordens brasileiras, pois, como não se renovava o quadro de religiosos, após a morte do último membro da congregação, os bens passavam para as mãos do Estado – dessa maneira, elas deixavam de existir. Havia, portanto, um imperativo econômico por trás dessa ação. Entretanto, à medida que se extinguíam as antigas ordens, Dom Pedro II autorizara a entrada de novas congregações; estas estariam, porém, sob o controle mais estrito do Estado, o que as impediria de adquirir patrimônio como as antigas. Essa atitude de D. Pedro II visava, também, reformar o clero nacional, seguindo uma linha europeizante, fato que surtiu efeito contrário em sua política e que lhe trouxe problemas ao final de seu reinado, como será tratado mais adiante.<sup>67</sup>

Enquanto o pensamento liberal era sustentado por uma parcela do clero, outros se alinhavam, ainda, ao lado da defesa dos privilégios da Coroa lusitana sobre a colônia. Essa corrente de pensamento procurava refrear o ímpeto liberal que havia tomado parte do clero, no final do século XVIII e início do XIX. Os conservadores defendiam a união do trono ao altar e a sacralidade da monarquia lusitana. Acentuavam, ainda, o paternalismo do rei em relação aos seus súditos que deviam obediência e submissão à sua autoridade. Como decorrência da detenção de um poder emanado diretamente de Deus, cabia ao rei distribuir favores e benefícios aos seus súditos, os quais tinham obrigações a cumprir e não direitos a exigir. Dessa forma, reafirmava-se uma ordem hierárquica da sociedade comandada a partir de uma autoridade superior emanada pelo poder divino. Ordens religiosas, como os beneditinos, assumiam essa posição conservadora, fato que lhes rendia críticas por parte do clero liberal. As idéias francesas foram condenadas

---

<sup>65</sup> AZZI, 1991a, op. cit., p.125-135

<sup>66</sup> BRUNEAU, 1974, op. cit., p. 54.

<sup>67</sup> FRAGOSO, 1992, op. cit., p. 204.

como subversivas, e as agitações sociais e políticas que antecederam a Independência foram atribuídas por esse clero ao espírito pernicioso do Racionalismo e às suas idéias de liberdade e de consciência humana<sup>68</sup>.

Os próprios acontecimentos históricos advindos das revoluções burguesas, revoltas, guerras e ditaduras, eram vistos como um castigo pela afronta à ordem estabelecida. Desta forma, o clero conservador passou a pregar cada vez mais a obediência às autoridades como forma de manutenção da ordem social.

O mundo clerical estava muito acostumado a ouvir e a pregar que a religião católica era condição para a paz e à ordem, garantia de unidade nacional e da tranqüilidade dos povos. Nem faltam apelos oficiais aos padres no sentido de pregarem a obediência e a submissão às autoridades, principalmente após o movimento de 1817, no qual a participação de muitos eclesiásticos foi considerada escandalosa<sup>69</sup>.

Esse posicionamento era, também, defendido pelo episcopado brasileiro. Já se relatou a fraqueza institucional da Igreja durante o período colonial e imperial, devido à vigência do padroado, que era aceita sem restrições pelo clero em geral. Dessa forma, os bispos eram todos escolhidos pelas autoridades monárquicas e deveriam corresponder a seus interesses. Ao menos até a Reforma Católica, na segunda metade do século XIX, o episcopado brasileiro foi fiel ao trono, defendendo a ordem estabelecida e o poder do monarca sobre a sociedade. Eram, acima de tudo, funcionários do Estado, a maioria vinda de fora do país e sem vínculo nenhum com o povo que deveriam assistir<sup>70</sup>.

A trajetória de um dos principais bispos do século XIX, no Brasil, Dom Romualdo Antônio Seixas, arcebispo da Bahia, no período de 1827 a 1860, serve como um bom exemplo. Ele foi um dos mais importantes reformadores da instituição no país, porém a sua atuação frente ao episcopado baiano, de 1827 a 1839, foi marcada por sua posição conservadora de apoio ao trono e de combate ao Liberalismo, atuando, inclusive, politicamente como deputado pela província do Pará. Em suas pastorais, sempre chamava atenção à observância da ordem, definindo a monarquia como o mais ideal sistema de governo, reafirmando, várias vezes, a sua fidelidade ao trono. Depois de 1840, passou a se afastar da política e a dedicar-se ao projeto de restauração católica em sua arquidiocese. Imbuído dos ideais da Romanização, D. Romualdo, assim como uma série de outros bispos, queria a vinculação da Igreja a Roma, no entanto

<sup>68</sup> AZZI, 1991 a, op. cit., p. 147-160

<sup>69</sup> HAUCK, 1992, op. cit., p. 16.

<sup>70</sup> Ibid. p. 15.

defendia a ligação entre religião e Estado (posição que permaneceria até mesmo após a Questão Religiosa da década de 1870), persistindo até a total separação entre os dois poderes, em 1890, por ocasião da Proclamação da República<sup>71</sup>.

Havia, portanto, entre o final do século XVIII até as primeiras décadas do século XIX, uma luta entre duas tendências dentro do clero nacional: de um lado, o clero iluminista; de outro, o clero conservador. O primeiro pregava uma maior liberdade da Igreja em relação a Roma, um projeto que visava à construção de uma Igreja nacional, baseada na valorização das manifestações religiosas regionais.<sup>72</sup> Um dos grandes defensores deste projeto foi o padre Antônio Feijó que, tendo como aliado o clero paulista, travou polêmicas com os setores conservadores do clero, principalmente em relação ao projeto que pretendia acabar com o celibato entre os padres. Feijó pensava que a melhor forma de eliminar esse problema era legalizar o casamento entre o clero, dando estatuto jurídico a uma prática que já existia de fato.<sup>73</sup>

O grande opositor de Feijó foi o já citado D. Romualdo Antônio de Seixas, o mais ilustre representante do clero conservador. Pregava uma moralização do clero através de uma melhor formação intelectual. Aos poucos, como uma tendência que ocorreu ao clero conservador diante dos avanços cada vez maiores do Catolicismo liberal, D. Romualdo aderiu à Reforma Católica defendendo os ideais do Ultramontanismo. Desta maneira, passou a defender uma ligação da Igreja a Roma e uma autonomia espiritual em relação ao Estado.

Liberais e conservadores travaram uma disputa no seio da Igreja que perdurou por boa parte do século XIX. Entretanto, à medida que o tempo passou, uma nova tendência começou a ganhar força e foi aos poucos se afirmando de forma definitiva, a absorver boa parte do clero conservador: o Ultramontanismo. Ao procurar tornar a Igreja cada vez mais ligada à Santa Sé, uma parte do episcopado brasileiro engajou-se no processo que seria conhecido como a Reforma Católica<sup>74</sup>. Esse projeto, diretamente ligado ao Ultramontanismo, começou por ganhar

---

<sup>71</sup> AZZI, 1991a, op. cit., p. 161-180

<sup>72</sup> Um dos aspectos regionais sustentado pelo clero iluminista, era o da realização das liturgias em língua vernácula no culto - uma forma de reforçar a sua tendência nacionalista em contraposição ao Vaticano que tinha no latim a língua oficial da cristandade. Defendiam ainda as tradições litúrgicas regionais em oposição à uniformidade imposta por Roma. Ibid. p. 205-216.

<sup>73</sup> HAUCK, 1992, op. cit., p. 14.

<sup>74</sup> A Igreja brasileira que, devido ao padroado, nunca havia tido uma ligação com Roma, com a transferência da família real portuguesa em 1808, também recebe seu primeiro representante do Vaticano, o núncio Lourenço Caleppi que, em seus relatórios à Santa Sé, denunciava a fragilidade da Igreja brasileira, criticava o posicionamento do clero, - republicano e liberal demais para o gosto da política da Santa Sé - e apontava a necessidade de um maior empenho na evangelização do povo em geral. Com a vinda desses primeiros representantes, Roma passa a executar uma

corpo já na década de 1840 e, no transcorrer do século XIX, foi se afirmando como uma força hegemônica dentro da Igreja.

### 1.1.2 A REFORMA CATÓLICA NO BRASIL

A Reforma Católica da segunda metade do século XIX foi um movimento amplo que procurou reestruturar a Igreja no Brasil tanto em relação ao clero quanto às expressões religiosas do povo em geral. Por parte do clero, era preciso acabar com as suas tendências liberais e introduzir uma maior disciplina na observância de seus comportamentos morais, principalmente em relação ao celibato. Quanto ao catolicismo popular, era necessário extirpar as manifestações profanas nos cultos religiosos, clericalizar e submeter os lugares de culto à hierarquia da Igreja e promover um esforço catequético maior a fim de livrar o mesmo de sua ignorância religiosa.

A Reforma objetivava, ainda, uma independência maior da Igreja em relação ao Estado, pois considerava que a primeira deveria estar ao lado e não submetida ao segundo. Carregada dos ideais romanizadores e ligada à doutrina tridentina, a Igreja passou a sustentar a existência de dois poderes: o temporal, exercido pelo Estado, e o espiritual, exercido por ela. Ambos seriam autônomos, porém a hierarquia eclesiástica sempre fazia questão de salientar a obediência e a conformidade da população às diretrizes do Estado – neste sentido, a autonomia não excluía a colaboração entre os dois poderes.

O movimento visava a uma modernização da Igreja, entendida como europeização. Isso significava um rompimento com o tipo de Catolicismo vigente no Brasil, de matriz ibérica e com influência de elementos indígenas e africanos.<sup>75</sup> A Reforma desenvolveu-se no decorrer da década de 1840, com mais ênfase após 1848, período em que o papa Pio IX já havia iniciado o seu pontificado.

Sob o comando desse pontífice, como já foi afirmado anteriormente, o Vaticano procurou impor-se no mundo moderno através de uma postura conservadora e centralizadora na

---

política de aproximação com a Igreja nacional e a exercer cada vez mais influência no país, fato que se refletiu na Reforma Católica da segunda metade do século XIX. AZZI, 1991 a, op. cit., p. 226-231.

<sup>75</sup> “apesar de todo o trabalho desenvolvido pela Igreja, o Cristianismo americano resultou de uma crença bastante sincrética, pois, além da influência de crenças indígenas e da influência exercida pelas religiões trazidas pelos escravos africanos, um grande número de crenças pagãs, que persistem até os dias de hoje, foram transplantadas pelos ibéricos.” FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. *Origens ibéricas do Catolicismo latino-americano*. In: DREHER, Martin Norberto. **500 anos de Igreja na América Meridional**. Porto Alegre: EST/CEHILA, 2002. p. 47.



figura do papa, o que culminaria com o dogma da infalibilidade papal, em 1870, e na realização do concílio Vaticano I. Dos 40 bispos latino-americanos que participaram do encontro, todos assumiram uma postura ultramontana e defenderam a infalibilidade que, a partir daquele momento, centrava todo o Catolicismo mundial na figura do Sumo Pontífice.<sup>76</sup>

Pio IX dava atenção especial para o continente, pois havia sido o primeiro papa a conhecer a América Latina, quando enviado por Leão XII, em 1823, a fim de reatar laços com os países independentes sem a interferência da Espanha. Passou pelo Chile e Argentina, numa permanência que durou quase dois anos e que marcaria a sua vida. Por influência de sacerdotes latino-americanos, abençoou, em 1859, a fundação em Roma do Colégio Pio Latino-Americano, responsável pela preparação dos futuros bispos ultramontanos e afinados com as diretrizes da Santa Sé, sem traços de Galicanismo ou Jansenismo, contrários à afirmação das Igrejas nacionais e do clero liberal. Muitos sacerdotes, que atuavam nos seminários para a formação dos futuros padres, também saíam desse Colégio, o que favoreceu a disseminação das idéias da Reforma mais rapidamente<sup>77</sup>.

Os primeiros bispos a implantarem a Romanização em suas dioceses foram: Dom Romualdo de Souza Coelho, bispo do Pará (1819-1841), Dom Romualdo Antônio de Seixas, arcebispo da Bahia (1827-1860); e Dom Marcos Antônio de Souza, bispo do Maranhão (1827-1842). Todos eram seguidores das diretrizes tridentinas e tinham a preocupação central na reforma do clero.<sup>78</sup> Normalmente, o episcopado reformador insistia muito na observância do celibato eclesiástico como forma de preservar a santidade do sacerdócio. Ressaltava a segregação em relação ao mundo leigo<sup>79</sup>; o uso do hábito para prevenir das tentações do mundo,

<sup>76</sup> DREHER, 1999, op. cit., p. 175.

<sup>77</sup> BEOZZO, José Oscar. A Igreja frente os Estados liberais. In: DUSSEL, Enrique (org.). **Historia Liberationis** – 500 anos de história da Igreja na América Latina. São Paulo: Paulinas/CEHILA, 1992. p. 194-195.

<sup>78</sup> HAUCK, 1992, op. cit., p. 83.

<sup>79</sup> “Nota-se, no segundo império, primeiramente um alheamento progressivo da Igreja quanto à política partidária. Na quarta legislatura (1838 a 1841), havia na Assembléia Geral Legislativa do Império 12 eclesiásticos, dos quais 3 bispos, além de 5 outros padres suplentes. Na 10ª legislatura (1857 a 1860), havia 7 padres, além de 7 outros suplentes. A partir da 11ª legislatura (1861 a 1864), a média é de 2 a 3 padres na Assembléia Geral do Império. Este alheamento político partidário está em relacionamento com o esforço de reforma do clero, do qual objetivava que o padre se dedicasse exclusivamente à sua missão espiritual”. FRAGOSO, 1992, op. cit., p. 213-214.

A segregação ao mundo leigo e sua dedicação exclusiva aos assuntos espirituais era, inclusive, parte do processo de formação dos candidatos a padres que estudavam nos seminários ao modelo tridentino. Havia uma completa segregação do estudante em relação ao mundo externo, além de uma rigorosa disciplina a ser cumprida dentro do estabelecimento de ensino. O isolamento do mundo exterior os preservaria das tentações materialistas e ao mesmo tempo conservaria a moral do futuro sacerdote. Eram proibidas saídas sem uma justificativa convincente e apenas mediante a permissão do reitor responsável; sair desacompanhado era expressamente proibido; não era permitido enviar ou receber cartas, dormir fora do seminário. Os candidatos deveriam apresentar um atestado de algum

principalmente sexuais; a ênfase nas funções eclesiásticas, considerando a Igreja o lugar próprio para um padre, especialmente o altar, celebrar a missa e mediar Deus com os homens; o púlpito deveria ser usado para exortar os fiéis a seguirem as regras da moralidade; no confessionário, o padre deveria perdoar os pecados e orientar os fiéis a uma vida cristã<sup>80</sup>.

O clero passaria a lutar por uma presença mais incisiva no meio dos fiéis, procurando impor-se hierarquicamente em meio a uma população acostumada a uma prática religiosa caracteristicamente leiga, devocional e sincrética. Neste ponto, a Romanização buscou no modelo de Igreja européia a inspiração para modernizar a religião nacional. Essa foi a contrapartida católica ao movimento da ideologia do branqueamento, que procurava trazer imigrantes europeus para o país. Esse esforço de modernização implicava descartar o clero nacional mestiço e optar por ordens religiosas vindas do Velho Continente<sup>81</sup>. Esse processo, mais ou menos idêntico em toda a América Latina, fez com que a Igreja perdesse a sua identidade própria, construída no decorrer de três séculos de história<sup>82</sup>.

Neste sentido, como um projeto imposto, aplicado de fora para dentro, a Romanização teve características racistas ao discriminar o clero nacional e rejeitar, em seus quadros seminaristas, negros, mulatos ou mesmo os que eram identificados como lusos<sup>83</sup>. Todavia, é preciso lembrar que o censo de 1872 mostrava a predominância de brasileiros natos no clero nacional, exercendo as suas funções em paróquias. O clero estrangeiro era diminuto, principalmente devido à crise por que passavam as congregações. Desta forma, isso era algo inédito em 300 anos de história, posto que a maioria do clero fora sempre composto por

---

sacerdote reconhecido comprovando a vocação do mesmo, além das certidões de batismo, crisma e de casamento religioso dos pais, pois somente os filhos de casamentos católicos é que poderiam freqüentar os seminários. Internamente a rotina era rígida, havendo regulamento disciplinando o modo de se comportar durante as funções religiosas, na hora das refeições, nos momentos de passeio público, etc. Visava-se um clero disciplinado segundo as diretrizes tridentinas, com uma moral rígida o suficiente para enfrentar as tentações do mundo. Seminários a estes modelos foram criados por D. Antônio Ferreira Viçoso em Mariana e em São Paulo por D. Joaquim de Melo. BENCOSTA, Marcus Levy Albino. Cultura escolar e história eclesiástica: reflexões sobre a ação romanizadora pedagógica na formação de sacerdotes católicos e o Seminário Diocesano de Santa Maria (1915-1919). In: **Cadernos Cedex**, n. 52, ano 22, p. 88-93, nov. 2000.

<sup>80</sup> AZZI, Riolando. **O altar unido ao trono**. São Paulo: Paulinas, 1991b. p. 74-75.

<sup>81</sup> BEOZZO, José Oscar. O clero italiano no Brasil. In: DE BONI, Luís Alberto (org.). **A presença italiana no Brasil**. v. 1. Porto Alegre: EST, 1987. p. 45.

<sup>82</sup> DUSSEL, Enrique. A Igreja no processo da organização nacional e dos Estados na América Latina (1830-1880). In: **Historia Liberationis – 500 anos de História da Igreja na América Latina**. São Paulo: Paulinas/CEHILA, 1992. p. 164.

<sup>83</sup> BEOZZO, José Oscar. As Igrejas e a imigração. In: DREHER, Martin Norberto. **Imigração e História da Igreja no Brasil**. São Paulo: Santuário, 1993. p. 62.

missionários estrangeiros. A situação voltaria a inverter-se após a Proclamação da República, quando as congregações européias chegariam em grande número<sup>84</sup>.

Os jesuítas seriam membros de uma dessas ordens que retornariam ao Brasil. Expulsos em meados do século XVIII, voltaram em 1842 e instalaram-se nas colônias do Rio Grande do Sul. Após, estenderam-se até Santa Catarina, chegando a Itu, São Paulo, em 1865. Em 1866, instalaram-se em Pernambuco e, no final do período imperial, em Nova Friburgo. Ainda no período imperial, lazaristas, capuchinhos e salesianos instalar-se-iam no país<sup>85</sup>. A vinda dessas ordens, em estrita ligação com a Reforma, foi apoiada por Dom Pedro II, que desejava neutralizar e desestruturar a força do clero liberal que fazia oposição ao trono<sup>86</sup>. O Imperador intencionava com isso ter um clero mais ilustrado e de melhor formação, que, além de suas funções ministeriais, pudesse ensinar nas escolas. Deste modo, acabou por patrocinar a ida de vários clérigos para estudar na Europa, lá, acabaram por absorver as idéias ultramontanas, fato que renderia problemas ao Imperador no futuro<sup>87</sup>.

A política do Segundo Reinado, marcada por uma postura mais tolerante de D. Pedro II quanto à questão religiosa, provocava atitudes dúbias do clero não só o liberal mas também o conservador. Ao mesmo tempo em que incentivava o processo de Reforma, trazendo para o Brasil ordens religiosas comprometidas com a Romanização, o imperador encorajava a introdução no país de missionários protestantes, o que alarmava o clero conservador. Esses

ficaram ainda mais perturbados pelos ataques que os intelectuais brasileiros, em estreita ligação com indivíduos de iguais idéias na Alemanha, começaram a lançar contra a doutrina da infalibilidade papal. Muitos desses intelectuais mantinham estreitos laços com o governo e suas declarações eram julgadas pelos suspeitosos líderes clericais gozar de apoio imperial<sup>88</sup>

Da parte dos setores liberais, incluindo aqui a Maçonaria, a clericalização da Igreja no Brasil, nos moldes tridentinos, era muito criticada; o alvo principal eram as ordens religiosas vindas da Europa. Esse clero era acusado de Jesuitismo e, pejorativamente, de Ultramontanismo - no entanto, Roma fazia os seus progressos. Através da Nunciatura Apostólica,

<sup>84</sup> BEOZZO, José Oscar. Decadência e morte, restauração e multiplicação das ordens e congregações religiosas no Brasil. In: AZZI, Rioldando (org.). **A vida religiosa no Brasil** – enfoques históricos. São Paulo: Paulinas, 1983. p. 94-95.

<sup>85</sup> AZZI, 1991b, op. cit., p. 92-96.

<sup>86</sup> Id. **A Igreja e os imigrantes: a imigração italiana e os primórdios da obra escalabriniana no Brasil (1884-1904)**. v. 1. São Paulo: Paulinas, 1987a, p. 367.

<sup>87</sup> VÉSCIO, Luiz Eugênio. **O crime do Padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1893-1928)**. Porto Alegre: UFRGS ; Santa Maria: UFSM, 2001. p. 111.

<sup>88</sup> AUBERT, 1975, op. cit., t.2, p. 141.

procurava exercer a sua influência sobre o episcopado e, conseqüentemente, sobre a estrutura da Igreja no Brasil. Por outro lado, as ordens religiosas estrangeiras, empenhadas em suas funções missionárias, tratavam de disseminar os preceitos do Ultramontanismo no país. O avanço dessa doutrina causaria, em breve, atritos no interior da própria Igreja, tanto com o clero liberal quanto com o tradicionalista. Segundo esses últimos, a autoridade divina concentrava-se nas mãos do monarca, enquanto para os ultramontanos a legitimidade do poder estava nas mãos do papa. Dessa forma, cada vez mais, os bispos trocavam a ênfase na defesa do trono por expressões sempre mais explícitas de fidelidade ao papa. Agora, não era mais a idéia de uma Igreja particular com características brasileiras que predominava, mas sim uma concepção de universalidade calcada nas características romanas<sup>89</sup>.

Nessa perspectiva, a Igreja encarnava o papel da santidade, em confronto com um mundo dominado pelo demônio. A luta era contra os inimigos da fé (liberais), em oposição ao mundo do bem (a Igreja)<sup>90</sup>. Era preciso reformar a sociedade e voltar a impor a hierarquia da força espiritual sobre a temporal. “A formação do pensamento moderno, desde a Reforma protestante até o enciclopedismo do século XVIII, é apresentada como a caminhada do mundo em direção à anarquia social”<sup>91</sup>. Enfim, para os ultramontanos, a dinâmica histórica e social era vista como uma luta constante entre o bem e o mal, entre Deus e Satanás, sendo Roma o quartel-general em que se localizava o chefe supremo das forças do bem.

A busca de uma maior ligação com o papado provocaria, inevitavelmente, um choque com o Estado brasileiro. A crise entre Igreja e Estado alcançou o seu ponto máximo na década de 1870, com a chamada questão religiosa. A questão teve seu início quando o Bispo de Olinda, Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira, resolveu suspender as irmandades que tivessem maçons em seus quadros de associados (1872). Essa atitude era feita conforme as diretrizes do *Syllabus* e da encíclica papal *Quanta Cura*, de Pio IX, que condenava violentamente a Maçonaria. O fato, porém, era que os dois documentos papais não haviam sido *placetados* por D. Pedro II, desta maneira, devido ao sistema de padroado, não apresentava validade jurídica para o país. D. Vital, contudo, não recuou de sua decisão e foi apoiado mais tarde por Dom Antônio Macedo Costa, bispo do Pará.

---

<sup>89</sup> AZZI, 1991b, op. cit., p. 114-122.

<sup>90</sup> FRAGOSO, 1992, op. cit., p. 144.

<sup>91</sup> AZZI, 1991b, op. cit., p. 124.

As irmandades acabaram por apelar ao Imperador, devido ao direito de recurso à Coroa. D. Pedro II acolheu o recurso e ordenou que as medidas tomadas pelos bispos fossem suspensas. D. Vital recusou-se a obedecer ao Imperador, argumentando que mais valia obedecer a Deus que aos homens - a mesma atitude foi tomada por D. Macedo. Diante de tal fato, em 1874, o presidente do Supremo Tribunal de Justiça expediu mandado de prisão aos dois bispos: em janeiro, para D. Vital; em abril, para D. Macedo. Ambos acabaram condenados a quatro anos de prisão com trabalhos forçados. No ano seguinte, porém, foram anistiados, e D. Macedo voltou à diocese do Pará; D. Vital seguiu para Roma, onde permaneceria por um ano.<sup>92</sup>

A questão religiosa foi, no fundo, uma luta entre o clero ultramontano e a Maçonaria. Há muito tempo que Roma vinha condenando os maçons, associação que considerava suspeita pela facilidade de congregar em seus quadros elementos de diversas religiões. A condenação desse ecumenismo foi tratada em diversas bulas papais, desde o século XVIII<sup>93</sup>. Todavia, o que mais incomodava os ultramontanos em relação à Maçonaria eram os seus ideais republicanos que, unidos aos setores liberais da política brasileira, pregavam um Estado laico, separando Estado e Igreja. Segundo David Gueiros Vieira, a Maçonaria tinha como programa:

a) Conservar a nação unida a qualquer preço, usando o trono como seu ponto de apoio; b) controlar a Igreja, conservando-a liberal, dominada pela Coroa, com um clero não-educado e sobretudo, não-ultramontano; c) lutar pelo “progresso” do Brasil por meio do desenvolvimento da educação leiga, da expansão do conhecimento científico e técnico (não estorvado pela Teologia) e da importação de imigrantes “progressistas” e tecnicamente educados, dos Estados germânicos, da Inglaterra e de outras nações protestantes.<sup>94</sup>

Quanto mais o movimento liberal e republicano avançava, mais a Igreja e, em especial, o clero ultramontano, reforçavam seu apoio ao trono, com receio de perder a proteção do Estado, caso sobreviesse o regime republicano. Apesar da sua fidelidade incondicional ao papa, mesmo após a questão religiosa, esse clero não desejava a separação entre o Estado e a Igreja; além disso, defendia o centralismo e o autoritarismo monárquicos como um dos suportes da própria Igreja contra qualquer tendência liberal ou democrática. Pregava, ainda, entre os fiéis, a absoluta obediência às leis e condenava qualquer atitude de mudança definida como anarquia

<sup>92</sup> Durante a Questão Religiosa Pio IX manteve-se do lado dos bispos expressando seu apoio através de comunicados e cartas enviadas a D. Macedo e a D. Vital, reforçando a identidade da maçonaria brasileira com a europeia e convocando a ambos que permanecessem íntegros e fiéis aos “sagrados direitos da Igreja”. LUSTOSA, Oscar de Figueiro. Pio IX e o catolicismo no Brasil. **Revista Eclesiástica Brasileira**. Petrópolis, v. 40, nº 158, jul. 1980, p. 280.

<sup>93</sup> VIEIRA, 1980, op. cit., p. 43.

<sup>94</sup> Ibid., p. 46.

social. Tal clero estava, deste modo, preocupado em manter a ordem estabelecida e garantir os seus privilégios junto ao governo imperial<sup>95</sup>.

Visando a tais objetivos, o episcopado passou a dar apoio à princesa Isabel e a seu marido, o Conde d'Eu. Entretanto, ambos não gozavam de boa aceitação nos meios políticos, sendo criticados, principalmente a princesa, por suas posturas favoráveis à Igreja Católica. Ostentavam publicamente seu catolicismo praticante e cumpridor de deveres cristãos - a Igreja, desta forma, voltava às suas expectativas para o Terceiro Reinado. O fato é que esse apoio não era bem visto pelas forças liberais e republicanas. As demonstrações públicas de fé da herdeira do trono exaltavam os ânimos da oposição e o apoio que a Igreja lhe dava contribuía à futura ruína de seu governo.<sup>96</sup>

Neste sentido, se esse clero se mostrava reformador em relação às estruturas internas da Igreja, política e socialmente continuava conservador e reacionário, nutrindo a esperança de ainda se manter unido ao trono. O Império, contudo, encerrou-se em 15 de novembro de 1889 e instaurou-se o regime republicano no Brasil. Já na Constituição do primeiro governo republicano (1891), promulgava-se a liberdade de culto; além disso, o clero deveria ser sustentado pelo Estado por mais um ano e, após esse período, toda e qualquer autoridade pública estava proibida de financiar qualquer religião; instituiu-se o casamento civil; os cemitérios foram secularizados; o clero não gozava mais de imunidade política; a educação foi laicizada e a religião, excluída do ensino escolar<sup>97</sup>.

Fazia-se, desta maneira, a separação entre Igreja e Estado cuja união havia perdurado por quase 400 anos na história do Brasil. Daí para diante, o esforço da instituição seria de recuperar o seu espaço na sociedade, buscando cada vez mais apoio junto ao Vaticano. José Oscar Beozzo escreve que “se não havia mais tutela do Estado, a Igreja do Brasil entrou em estreitas relações com Roma, sob certos aspectos, substituiu uma tutela por outra”<sup>98</sup>. O próprio Vaticano estava atento às modificações que ocorriam não só no Brasil mas também em toda a América latina. Assim, para melhor orientar o seu projeto de romanização, Leão XIII convocou um Concílio Plenário Latino-Americano (1899), reunindo os bispos de todo continente.

---

<sup>95</sup> AZZI, 1991b, op. cit., p. 126-127.

<sup>96</sup> AZZI, 1991b, op. cit., p. 96-99.

<sup>97</sup> BRUNEAU, 1974, op. cit., p. 64-65.

<sup>98</sup> BEOZZO, 1993, op. cit., p. 31.

O Concílio fora preparado em Roma por teólogos italianos, alemães e espanhóis com pouco ou nenhum conhecimento da realidade da América Latina. Sua intenção era reforçar as diretrizes de Roma, de maneira que o tom de suas resoluções remetia ao Concílio de Trento, ao Vaticano I e às encíclicas dos dois últimos papas, Pio IX e Leão XIII. Desta maneira, mantinha-se o afastamento em relação à religiosidade popular e reafirmava-se o projeto europeizante da Reforma. “Alargava-se ao mesmo tempo a brecha entre o clero e a religiosidade popular alimentada em outras fontes e noutra tradição.”<sup>99</sup> Neste sentido, oficializava-se essa ruptura que, de certa forma, sempre foi latente, principalmente nas relações entre o episcopado e o povo. Agora, tratava-se de enquadrar a religiosidade popular no modelo importado de Roma.

### 1.1.3 - A RELIGIÃO DO POVO

A oficialidade com que se revestiu o Catolicismo durante a época colonial e imperial acabou por incorporar crenças e práticas religiosas, cuja origem estava imbricada nas culturas dos diferentes povos que habitaram o Brasil. Formou-se no país uma religiosidade verdadeiramente sincrética, agregando elementos oriundos das crenças indígenas, africanas e até mesmo manifestações características da religiosidade medieval européia trazida pelos portugueses. Esse amálgama subsistiu, apesar de o caráter de obrigatoriedade do Catolicismo, fato que o tornava autoritário e repressivo. Todos obedeciam às mesmas regras e seguiam a mesma religião, pois o Cristianismo era considerado o ponto de identificação nacional: “o Catolicismo é o cimento que une a nação, o laço que prende a todos, o local de reunião e confraternização entre as raças as mais diversas que compõem a nacionalidade.”<sup>100</sup>

Para negros e indígenas, o Cristianismo era a porta de entrada à sociedade branca e civilizada. O sacramento do batismo era o que os introduzia nela e o que lhes dava uma certa oportunidade de integração. Neste sentido, os índios deixavam de ser considerados pagãos, e os negros abandonavam a sua condição de infiéis<sup>101</sup>.

Todavia, essa entrada na sociedade branca por meio da religião não fazia desaparecer os traços culturais desses povos. Aos africanos e indígenas podem ser acrescentados, ainda, os judeus que, expulsos de Portugal, chegaram ao Brasil sob a insígnia de cristãos-novos e

<sup>99</sup> BEOZZO, 1992, op. cit., p. 198.

<sup>100</sup> HOORNAERT, Eduardo. **Formação do Catolicismo brasileiro: 1550-1800**. Petrópolis: Vozes, 1974. p. 14.

<sup>101</sup> FRAGOSO, 1992, op. cit., p. 145-148.

que, abrigados sob o manto da obrigatoriedade do Catolicismo, conservavam práticas judaicas mescladas a elementos cristãos, devido ao longo convívio que tiveram com os católicos lusitanos<sup>102</sup>. Já foi ressaltada, anteriormente, a fragilidade institucional da Igreja na época colonial e imperial, postura que se refletia no exercício das práticas cristãs e no conhecimento de seus fundamentos. Mesmo os índios, que haviam passado por um processo de catequização, mantiveram os seus antigos ritos, agora revestidos de um verniz católico. Já os negros, que por certo tempo foram rejeitados nas escolas jesuíticas, acabaram por ser absorvidos pela religiosidade colonial, mais através de uma imersão cultural do que propriamente por meio de um processo catequético<sup>103</sup>.

O resultado disso foi uma religiosidade multifacetada, específica das condições culturais e sociais que imperavam no Brasil colonial. A hierarquia eclesiástica tinha plena consciência disso e reconhecia o desconhecimento por parte do povo dos elementos básicos do Cristianismo, como, por exemplo, os dogmas. Participavam da liturgia, porém não compreendiam o sentido da mesma; rezavam sem saber o que diziam; cultuavam santos cristãos, como São Benedito, e, ao mesmo tempo, divindades africanas, como Ogum; nas celebrações, usavam atabaques, dançavam, utilizavam o simbolismo da cruz em suas práticas sincréticas - uniam ao ritual católico expressões típicas de suas crenças de origem. Esse quadro causava horror aos bispos, que julgavam a religiosidade popular ignorante e prenhe de traços supersticiosos. Mesmo quando havia um esforço de catequização, os ensinamentos não passavam da memorização de alguns preceitos, o que, no mais das vezes, era logo esquecido<sup>104</sup>.

Além de sincrético, esse Catolicismo era marcadamente leigo e devocional. Os lugares de culto, como cruzes, ermidas, oratórios e capelinhas, eram normalmente erguidos em pagamento a uma promessa por graças alcançadas. Muitos desses lugares tinham origem centrada na figura dos ermitões. Esses, na sua grande maioria leigos, atuavam no interior do país, vivendo uma vida ascética, peregrinando de um local para outro. Por onde passavam, erguiam-se cruzes que se tornavam lugares de orações para as comunidades locais.

Muitos eremitas perambulavam de cidade em cidade, carregando oratórios e pedindo esmolas para a construção de ermidas. Ermidas e oratórios eram outros pontos de

---

<sup>102</sup> SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a terra de Santa Cruz**. São Paulo: Companhia da Letras, 1986. p. 96.

<sup>103</sup> HOORNAERT, Eduardo. A Igreja no Brasil. In: DUSSEL, Enrique (org.). *Historia Liberationis – 500 anos de História da Igreja na América Latina*. São Paulo: Paulinas/CEHILA, 1992. p. 309.

<sup>104</sup> SOUZA, 1986, op. cit., p. 86-95.



devoção popular. Os oratórios eram constituídos por uma cruz ou pela imagem de um santo, à qual as pessoas eram devotas. Podiam ser encontrados no interior das próprias casas, nas ruas, podiam pertencer às irmandades ou ter um caráter público diante do qual se realizavam as celebrações religiosas. Muitas vezes, as missas eram rezadas até mesmo diante dos oratórios familiares, dentro da casa de seu proprietário. As ermidas, construídas por particulares ou por alguma autoridade pública, também eram centros de orações, onde o povo se reunia ao final da tarde, para cantar ladainhas e rezar o terço.

Alguns oratórios e ermidas acabaram, mais tarde, dando origem a igrejas, como a Nossa Senhora da Lapa dos Mascates e Mercadores no Rio de Janeiro. Normalmente, esses lugares de culto, criados e administrados pelos leigos, tinham uma característica devocional mais particular do que propriamente a realização de um culto público. Não raramente, transformavam-se em centros de peregrinação e ao seu redor se constituía um eremitério ou recolhimento, que tratava de acolher o eremita responsável pelo culto e os demais que ali viviam. A presença do povo nesses locais representava a expressão de um catolicismo popular, mais vinculado à devoção a santos milagrosos do que propriamente ao culto litúrgico.<sup>105</sup>

Os próprios santuários tiveram origem, primeiramente, pela atuação de leigos e, somente mais tarde, a presença do clero seria notada. Novamente, aparecia aqui a figura dos ermitões ou pessoas devotas e sofredoras, que se retiravam para certos locais e agregavam ao redor delas uma série de seguidores. O povo em geral acorria para esses lugares, em romarias que se tornavam verdadeiros centros de uma fé viva - muitas vezes, mais próxima do que a pregada pela Igreja oficial, burocrática e distante do povo comum<sup>106</sup>.

Essas romarias eram um evento social a movimentar e a aglutinar fiéis do país todo. A descrição de uma delas, a de Nossa Senhora do Muquém, em Goiás, feita por um participante, foi assim relatada:

Reúne-se ali todos os anos, na época da festa uma população de cerca de dez mil pessoas, que vêm de distâncias enormes, até do Pará e do Rio Grande do Sul, uns por devoção, para cumprirem promessas; outros, para fazerem comércio, pois que nesses dias aquele lugar torna-se uma feira imensa, onde se compra, vende-se e permuta-se toda a qualidade de mercadorias. Aí os sertanejos do norte de Goiás e dos extremos da província da Bahia, Pernambuco, Piauí e Maranhão, vão-se prover de fazendas, quinquilharias, ferragens e vinhos, que compram aos negociantes de Meia-Ponte e Goiás, que conduzem daquele ponto essas mercadorias. [...]

<sup>105</sup> AZZI, Rioldo. **O Catolicismo popular no Brasil**: aspectos históricos. Petrópolis: Vozes, 1978. p. 35-50.

<sup>106</sup> Para melhor ilustrar a formação e quais são os principais santuários criados na época colonial e imperial ver, *Ibid.*, p.51-72

Mas todo esse movimento e animação dura apenas de seis a oito dias, findos os quais desarmam-se as tendas dos peregrinos e o Muquém, como um acampamento abandonado, volta ao silêncio e à solidão, ficando de novo a capelinha isolada em meio daqueles tristes e silenciosos ermos.<sup>107</sup>

Esse relato dá uma idéia de que as romarias eram locais onde se cruzavam o sagrado e o profano, ou seja, local de orações e oportunidade de negócios. Como já foi afirmado anteriormente, nas cidades predominavam as confrarias (irmandades ou Ordens Terceiras) que tomavam para si a responsabilidade da realização das festas em honra aos santos. Nessas confrarias, reuniam-se homens de uma mesma profissão ou, como era bastante comum, da mesma etnia. Havia confrarias de negros, brancos, de sapateiros e outras. Funcionavam como organismos associativos que auxiliavam os seus membros em caso de necessidade.

A maioria das confrarias das épocas colonial e imperial tinha um caráter religioso e devocional, e expressavam, marcadamente, a estratificação social do país. A irmandade de “Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos era composta de negros escravos; os membros da irmandade do Santíssimo Sacramento eram homens brancos de elite e cristãos-novos; a irmandade de São Miguel e Almas congregava mulatos escravos ou alforriados.”<sup>108</sup>

As festas organizadas pelas confrarias eram as manifestações que mais caracterizavam esse Catolicismo colonial. Ali, os diversos elementos que compunham a religiosidade popular mesclavam-se, dando forma a uma prática particular de celebração. A festa do triunfo eucarístico foi assim descrita:

Os festejos iniciaram-se com a apresentação de dançarinos mascarados e luxuosamente vestidos, bailando ao som de harmoniosa música. A vila estava toda enfeitada com luminárias, pequenas tigelinhas de barro cheias de óleo de baleia e com uma mecha de algodão acesa. Várias danças se sucediam: a dos mouros e cristãos, a dos deuses pagãos, com a presença de ninfas, ventos e planetas, a dos romeiros, a dos músicos. [...] os componentes trajavam preciosas sedas de ouro e prata e iam acompanhados de dois carros alegóricos: um menor que levava patente aos olhos uma serpente: outro maior, de artifício elevado em abóboda, que ocultava um cavaleiro; este abrindo-se a abóboda, saiu de repente e já montado à cabeça da serpente.<sup>109</sup>

Cantos, danças, batuques, fogos de artifício, foliões, carros alegóricos, desfiles, bailes, representações teatrais, compunham o ritual das festas em geral, das quais participavam autoridades e o povo comum<sup>110</sup>. Entre esse povo, encontravam-se indígenas e negros

<sup>107</sup> Ibid. p. 81

<sup>108</sup> DEL PRIORE, Mary. **Religião e religiosidade no Brasil colonial**. São Paulo: Ática, 1994. p. 38.

<sup>109</sup> Ibid., p. 42-43.

<sup>110</sup> Uma destas festas das quais participava, inclusive, a família real era a de Nossa Senhora da Glória do Outeiro no Rio de Janeiro. Esse costume inicia-se com D. João VI que havia consagrado à padroeira a sua primeira neta, Maria

escravizados, que eram liberados dos trabalhos nesses dias - esse era um momento de liberdade, quando podiam fugir ou aliviar a sua condição de cativos. Também era um momento de confraternização entre iguais, de experimentar laços de solidariedade e de identidade grupal<sup>111</sup>.

Esse modo particular de religiosidade era visto pelos estrangeiros como uma deturpação do verdadeiro Cristianismo, isto é, o Cristianismo de modelo europeu oficial. No início do século XIX, com a transferência da família real para o Brasil, o país abriu-se à entrada de viajantes de outras nações que não a portuguesa. Esses viajantes percorreriam o interior do Brasil e entrariam em contato com as expressões desse Catolicismo popular, demonstrando, então, todo o seu estranhamento em relação à religiosidade aqui praticada.

Quase quatro séculos de história e de contatos culturais entre europeus, africanos de diversas etnias e indígenas geraram o que Hoornaert chama de *Catolicismo mestiço*. Para o autor, o espanto desses viajantes diante da exuberância, vitalidade e festividade, características da religião no Brasil, escondia a sua insegurança diante do fato. Seus apontamentos, na verdade, projetavam todos os seus recalques em relação a uma religião que não consideravam séria, fora de qualquer regra, irracional, sentimental, mergulhada em ignorância, típica de um país atrasado. Para Hoornaert, o Catolicismo sisudo europeu, proveniente de regiões frias, interpretava formalismo como interioridade e seriedade, fato que gerava o atrito entre o modelo branco europeu e o mestiço brasileiro<sup>112</sup>.

No entanto, era essa a visão europeizante que passaria a dominar o episcopado brasileiro empenhado na Reforma Católica da segunda metade do século XIX. O conceito de religiosidade romana entrou em choque com o modelo vigente no Brasil. Era preciso substituir essas práticas por outras mais civilizadas e condizentes com os intentos da hierarquia episcopal. Era necessário disciplinar os cultos, ao submetê-los às autoridades eclesiásticas, a fim de eliminar os leigos para poder impor, enfim, a hierarquia da Igreja como elemento preponderante no tocante à religião.

---

da Glória. D. Pedro II e sua filha, princesa Isabel, também haviam sido consagrados a ela. A festa, devido à participação da família real, ganhou uma certa característica aristocrática, porém não perdeu seu sentido popular. A missa era celebrada com pompa e solenidade, com a participação dos melhores músicos e cantores. Após a cerimônia religiosa, ocorriam os bailes em salões, sendo o mais célebre o da Viscondessa de Sorocaba. O povo também se divertia com bailes mais simples ou tocadas de violão em plena rua para onde acorriam com cadeiras ou esteiras e ali permaneciam até o final da festa. AZZI, 1978, op. cit., p. 71.

<sup>111</sup> DEL PRIORE, 1994, op. cit., p. 44-45.

<sup>112</sup> HOORNAERT, Eduardo. Discurso católico e discurso estrangeiro (sobre o caráter imigratório do discurso católico no Brasil). In: DREHER, Martin Norberto. **Imigração e história da Igreja no Brasil**. São Paulo: Santuário, 1993. p. 104-105.

A imposição de uma disciplina e de um controle maior da Igreja sobre as funções religiosas, de certa forma, sempre fez parte das preocupações do episcopado brasileiro. Nas Constituições Primeiras, do Arcebispado da Bahia, de 1707, aparecem claramente essas intenções. Nelas se legislam sobre a administração das ermidas, submetendo a guarda de tais lugares somente a ermitões que tivessem autorização prévia do bispo - as cartas de ermitania; proibia os mesmos de usarem hábitos religiosos ou clérigos; definia as funções de guarda, conservação e ordem moral do local, insistindo na idéia de que as tais ermidas servissem mais como locais de culto litúrgico do que como de devoção particular<sup>113</sup>.

Além disso, as Constituições rezavam sobre a disciplina eclesiástica, visto que se definia a figura do padre como um modelo exemplar para a sociedade, virtuoso, proibindo-o de participar de festas, dançar, sair à noite, comer e beber em tavernas. Ao ressaltar a importância do padre, o mesmo documento legou-lhe a função de ministrar os sacramentos, como o batismo, o casamento e a extrema-unção. É importante observar que a ênfase na importância da presença do clero e de sua função sacramental vinha opor-se à característica leiga e devocional do catolicismo popular<sup>114</sup>.

Devido a questões já explicitadas anteriormente, esse documento não teve grande eficácia em termos de aplicabilidade no tempo em que foi redigido. Os preceitos nele embutidos só poderiam ser postos em prática a partir da segunda metade do século XIX. Da mesma forma, se a nível institucional a Igreja reformista teve de lutar contra o poder do Estado para se afirmar, em termos de práticas religiosas, foi contra o povo e a maneira de expressar a sua fé que a disputa foi travada.

Através do movimento da Reforma, todas as manifestações religiosas passaram a ser regulamentadas pela Igreja. Abusos ou práticas que não condissessem com o novo padrão do Catolicismo foram condenados. Um exemplo disso está na carta-circular que D. Manuel Joaquim da Silva, bispo do Maranhão enviou a frei Vicente de Jesus, guardião do convento de Santo Antônio:

Sendo informado que na procissão de São Benedito, que faz na segunda-feira após o domingo de Páscoa a Irmandade do mesmo santo, se apresenta um grande número de crianças, entre elas algumas já púberes, seminuas – o que é um verdadeiro desacato ao ato religioso e que escandaliza ao povo cristão, fique V. paternidade na inteligência de que não permitimos que Dora em diante acompanhem a dita procissão tais crianças, a que chamam Anjos, nesse estado de seminudez, conquanto aliás muito enfeitadas, mas se

<sup>113</sup> AZZI, 1978. op. cit., p. 40-41.

<sup>114</sup> DEL PRIORE, 1994, op. cit., p. 33-34.

deverão apresentar inteiramente vestidas, seja qual for a sua condição, livre ou cativo. E se a despeito dessa nossa proibição ainda assim se apresentarem para acompanhar a procissão as ditas crianças seminuas, V. Paternidade detenha a saída da procissão até que eles se retirem, e no caso de insistência, faça recolher a Irmandade, desfça a procissão e dê o ato por terminado. O que V. Paternidade comunicará à referida Irmandade, para seu conhecimento e execução.<sup>115</sup>

As práticas populares eram vistas com desprezo, mereciam ser reprimidas e de todo suprimidas. A nova religiosidade estava mais adequada às elites urbanas e menos afeita ao povo em geral. O episcopado procurava homogeneizar o Catolicismo, sendo que a pluralidade era vista por eles como símbolo de incivilidade. Santos de devoção populares e as práticas a eles ligadas não escaparam ao olhar dos reformadores, que pretendiam purificá-las, livrando-as dos elementos profanos.

A preocupação em disciplinar os fiéis durante os cultos era fundamental. Por ocasião da Semana Santa de 1851, durante o Ofício das Trevas, na catedral de São Luís do Maranhão, tem-se o seguinte relato:

Ao começar o Ofício das Trevas, rebentaram estalos, assobios, chibatadas contínuas sobre os bancos, altares, mesa da comunhão, etc. E tal foi o estrépido, que coagiu o mesmo Exmo. Sr. Bispo a sair de sua cadeira, depois de interrompido o ofício, e chegar até o meio da igreja e fazer-lhes uma áspera admoestação, para assim entrarem na linha de seus deveres.<sup>116</sup>

Esse fato parecia repetir-se todos os anos, pois, constantemente, os bispos queixavam-se do comportamento indecoroso dos fiéis na casa de Deus. Não apenas práticas, mas até mesmo santos de devoção popular foram substituídos por novos, condizentes com o modelo romanizador. Cultos, como o de São Benedito, Santa Efigênia e Senhor dos Passos, foram aos poucos desaparecendo. “As imagens do milagroso Bom Jesus iam sendo substituídas pela divulgação de outra ligada ao culto do Sagrado Coração de Jesus, promovida especialmente pelos padres jesuítas através de associações, agora ultramontanas, como o Apostolado da Oração.”<sup>117</sup>

As novas diretrizes da Igreja para as procissões, festas e folias populares ganhavam o apoio das forças policiais que, através das Posturas Municipais, coíbiam os abusos e serviam para manter a ordem e a moralidade durante as tais celebrações<sup>118</sup>. Os leigos foram aos

<sup>115</sup> AZZI, Riolando. **O episcopado brasileiro frente ao Catolicismo popular**. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 25.

<sup>116</sup> Ibid., p. 33-34.

<sup>117</sup> GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. A cultura clerical e a folia popular. **Revista Brasileira de História** [online], n. 34, v. 17, p. 190, 1997. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01881997000200010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200010).

<sup>118</sup> Ibid., p. 196.

poucos excluídos da administração e cuidados dos lugares de culto. Na primeira Reunião do Episcopado brasileiro, realizada em São Paulo, em 1890, uma das preocupações centrais do encontro foi retirar das irmandades o controle sobre igrejas e santuários, sob o pretexto de que as mesmas dilapidavam o patrimônio construído através de doações de fiéis. Era preciso, então, confiá-los a sacerdotes honestos e zelosos que utilizariam o patrimônio e o capital para fins voltados aos interesses da Igreja, como a manutenção de seminários para a formação do clero. Essas medidas tinham um fim econômico, visto que a separação entre Igreja e Estado havia acarretado a perda das verbas que esse último lhe confiava<sup>119</sup>

Inúmeros foram os conflitos, até que a Igreja conseguisse se impor hierarquicamente, retirando das mãos das associações e homens leigos o controle sobre santuários, a organização das romarias e as celebrações das festas<sup>120</sup>. Deste modo, o projeto restaurador empreendia uma cruzada em duas frentes: uma, ao lutar no âmbito oficial institucional por uma maior independência em relação ao Estado e, ao mesmo tempo, ao tentar reformar o clero nacional; outra, ao tentar impor uma disciplina às práticas religiosas populares ao estabelecer o controle sobre os locais e as manifestações de culto.

#### 1.1.4 CATOLICISMO E REFORMA NO RIO GRANDE DO SUL

De maneira geral, a forma de religiosidade e as características do clero do Rio Grande do Sul, durante as épocas colonial e imperial, não diferiam do restante do Brasil. Segundo Arlindo Rubert, nesse período, podia-se identificar no Sul a presença do clero regular, como os capuchinhos, os jesuítas, os franciscanos, os carmelitas, os dominicanos e os mercedários. Todavia, a maioria do clero era composta de indivíduos avulsos, muitos dos quais, conforme o autor, deixavam a desejar em sua missão sacerdotal<sup>121</sup>.

Martin Norberto Dreher situa o processo de evangelização do Sul dentro do ciclo de expansão paulista do século XVI, marcado pela vinda de bandeirantes à caça de indígenas para o trabalho na lavoura açucareira. Essa caça aos indígenas encontraria no Sul a resistência por parte dos jesuítas que, a serviço do colonialismo espanhol, desempenhavam a função de

---

<sup>119</sup> Id., p. 187.

<sup>120</sup> Para conhecer mais exemplos sobre os atritos entre o episcopado brasileiro e os organismos leigos que administravam os lugares de culto ver: AZZI, Riolando. **O episcopado brasileiro frente ao catolicismo popular**. Petrópolis: Vozes, 1977.

<sup>121</sup> RUBERT, Arlindo. **História da Igreja no Rio Grande do Sul**. v. 1. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. p. 157.

evangelizar os gentios. É importante ressaltar que as disputas entre jesuítas e bandeirantes foram acirradas. Entretanto, a resistência indígena não os poupou da escravização, e a expulsão dos jesuítas dos reinos de Espanha e Portugal acabou com as tentativas de implantar o Catolicismo no Brasil meridional, conforme o modelo que esses religiosos propunham<sup>122</sup>.

A Igreja, no Rio Grande do Sul, teve a marca de sua formação histórica, calcada nas disputas territoriais e, por conseqüência, na vida militarizada daí decorrente. Até o século XVIII, podem-se distinguir duas correntes imigratórias que compunham a sociedade rio-grandense: por um lado, a corrente lagunista, de origem paulista, que acabou por formar a classe senhorial da campanha, compondo uma sociedade pastoril e latifundiária; a segunda corrente, iniciada em 1754, dezessete anos após a fundação oficial do povoamento da província, através da fundação do Presídio Jesus-Maria-José, na cidade de Rio Grande, quando o governo brasileiro introduziu “585 casais açorianos, com um total de 2.278 pessoas. Em 1780 esses casais já representavam 55% da população do Rio Grande num total de 10.053 pessoas.”<sup>123</sup>

A vinda desses migrantes visava compor uma sociedade baseada na pequena e média propriedade e na agricultura familiar diversificada, com o cultivo de tabaco, algodão, centeio, cevada, milho, arroz e trigo; sua vinda, porém, coincidiu com o momento de mercantilização da pecuária e da implantação das charqueadas. Dessa forma, os açorianos foram aos poucos expropriados de suas terras ou passaram a ocupá-las com a atividade pecuária. A vida militarizada do Sul acabou por absorvê-los, de modo que passavam longos períodos no serviço militar, acabando por adquirir o estilo de vida típico do gaúcho da Campanha. Além disso, os casamentos mistos entre açorianos e elementos que compunham a classe senhorial serviram para diluir ainda mais a cultura dos primeiros, no seio da elite da Campanha rio-grandense<sup>124</sup>.

A absorção desses migrantes ao sistema cultural e econômico sulino frustrou a tentativa de compor uma sociedade diversa daquela até então predominante. No entanto, essa aculturação não significou a extinção de suas práticas culturais. Junto com esse povo, vinham as suas tradições religiosas, marcadas por um Catolicismo festivo nada ortodoxo, cuja expressão principal era a Festa do Divino Espírito Santo, fortemente influenciada por práticas judaicas. No

---

<sup>122</sup> DREHER, Martin Norberto. Rostos da Igreja no Brasil Meridional – o Cristianismo no Sul do Brasil. In: \_\_\_\_\_, **Populações rio-grandenses e modelos de Igreja**. Porto Alegre: Edições EST: São Leopoldo: Sinodal, 1998. p. 11 –17.

<sup>123</sup> Ibid., p. 18.

<sup>124</sup> ISAlA, Artur César. **Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. p. 37-38.

Sul, o Catolicismo açoriano entrou em contato com outras tradições, como a que havia restado do mundo indígena, dos escravos, dos bandeirantes paulistas, dos militares lagunenses, formando um todo sincrético que muita estranheza causava aos olhos do clero estrangeiro e reformador do século XIX<sup>125</sup>.

A essas especificidades históricas uniu-se a característica mais marcante do homem sulino, principalmente o homem da Campanha, ou seja, a sua forma de viver despreendida, não-normatizada, forjada durante séculos de disputas fronteiriças. O militarismo, como já foi afirmado acima, sobrepunha-se a outros valores sociais. O modo de ser e de pensar do homem rio-grandense, marcado pela peculiaridade de sua condição econômica, dependente das flutuações do mercado nacional e de sua instabilidade no que concerne ao território, forjou uma sociedade voltada às armas. Esse modo de ser valorizava a força física e o caráter de independência do homem não sujeito a regras rígidas ou a qualquer tipo de controle externo, como o que propunha a Igreja reformista<sup>126</sup>.

Se a marca principal dessa sociedade era não ter instituições que exercessem um rígido controle sobre esse homem, isso se refletia também na estrutura eclesiástica. Até 1848, existia no Rio Grande do Sul uma Vigaria Geral em Porto Alegre, criada em 1812 e submetida ao controle do bispo do Rio de Janeiro<sup>127</sup>. A extensão da região provocava um distanciamento entre o bispo e o clero a ele subordinado. Esse último vivia entregue a si mesmo e acabava por ser influenciado pela esfera secular em que estava imerso. Muitos se dedicavam à política, eram fazendeiros, filiados à Maçonaria, e “a atividade pastoral sob sua responsabilidade não ultrapassava em muito os limites do cumprimento da rotina burocrática de batizar, legitimar os matrimônios e encomendar os defuntos”<sup>128</sup>.

Essa situação tenderia a mudar com a implantação do projeto de restauração na Província. Pode-se dizer que esse processo começou com a criação da diocese de São Pedro do Rio Grande do Sul, determinada em 25 de agosto de 1847, pela Assembléia Legislativa do Império, autorizada por Pio IX, através da bula *ad oves dominicas rite pascendas*, de 7 de maio de 1848, e *placeta* em 7 de dezembro do mesmo ano. Em 11 de fevereiro de 1853, o bispo do Rio

<sup>125</sup> DREHER, 1998, op. cit., p. 19.

<sup>126</sup> ISAIA, 1998, op. cit., p. 29-32.

<sup>127</sup> RUBERT, Arlindo. **História da Igreja no Rio Grande do Sul**. v. 2. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. p. 15.

<sup>128</sup> RAMBO, Arthur Blasio. A Igreja dos imigrantes. In: DREHER, Martin Norberto. **500 anos de Igreja na América Meridional**. Porto Alegre: EST/CEHILA, 2002. p. 58.



de Janeiro declarou a elevação do novo bispado, que se instalou oficialmente em 3 de julho do mesmo ano, com a posse de seu primeiro bispo, Dom Feliciano José Rodrigues Prates<sup>129</sup>.

Formado e ordenado no Rio de Janeiro, em 1804, D. Feliciano voltou ao Sul, onde foi nomeado capelão da Cavalaria Miliciano de Rio Pardo, participando da guerra contra Artigas (1816 – 1820), sendo inclusive condecorado com a Medalha do Exército Pacificador. Durante a Revolução Farroupilha, permaneceu fiel ao governo imperial, embora os seus familiares se inclinassem para o novo governo. Munido dessas credenciais, D. Pedro II o indicou como primeiro bispo da nova diocese, através da carta imperial de 10 de abril de 1852, confirmada por Pio IX, em 27 de setembro do mesmo ano<sup>130</sup>.

Já empossado como bispo, D. Feliciano lançou as suas primeiras diretrizes na carta pastoral de 16 de dezembro de 1853, em que apelou “ao clero para que santifique seu ministério, se dedique à pregação e à catequese, se abstenha da ganância, observe o celibato, celebre dignamente a eucaristia e administre disciplinadamente os sacramentos”<sup>131</sup>. Fiel aos preceitos reformadores, quando solicitado dos estatutos de sua diocese pelo governo imperial, informou que os mesmos eram o Concílio de Trento, os cânones, as bulas pontifícias e as determinações da Santa Sé, assim como a constituição do arcebispado da Bahia que regia todas as dioceses do Brasil<sup>132</sup>.

Preocupado com uma melhor formação do clero, idealizou a fundação de um seminário, fato que já constava como obrigatório na bula de criação da diocese. A realização do projeto ocorreu já em fins de 1853, quando o mesmo passou a funcionar como uma pequena escola na própria residência do bispo<sup>133</sup>. Durante seu episcopado de apenas cinco anos, conseguiria formar sete sacerdotes.

O segundo Bispo do Rio Grande do Sul foi Dom Sebastião Dias Laranjeira, que estudou no seminário da Bahia, quando do episcopado do também reformador Dom Romualdo Antônio de Seixas. Ao ser escolhido por D. Pedro II, em março de 1860, encontrava-se em Roma onde complementava seus estudos. Dessa forma, foi sagrado bispo pelo próprio papa Pio IX, em 7 de outubro de 1860, tomando posse da diocese em 29 de julho de 1861<sup>134</sup>. D. Sebastião foi

<sup>129</sup> RUBERT, 1998, op. cit., p. 185-189.

<sup>130</sup> RUBERT, 1998, op. cit., v. 2. p. 191-194.

<sup>131</sup> Ibid., p. 195.

<sup>132</sup> Ibid., p. 197.

<sup>133</sup> Ibid., p. 217.

<sup>134</sup> RUBERT, 1998, op. cit., v. 2. p. 199-202.

mais incisivo no projeto reformador, ao manter estreita ligação com Roma; participou, inclusive, do Concílio Vaticano I, apoiou o dogma da infalibilidade e foi escolhido como membro da Comissão Teológica<sup>135</sup>. Durante a questão religiosa, manteve posição firme ao lado dos bispos D. Vital e D. Macedo<sup>136</sup>.

Também preocupado com a formação do clero, como o seu antecessor, empenhou-se na construção do seminário diocesano, o qual acabou por tornar-se uma escola aberta, freqüentada por alunos vocacionados para o sacerdócio<sup>137</sup>. Entretanto, foi obrigado a suspender as aulas por falta de candidatos ou de condições financeiras para o seu sustento. Diversos alunos foram mandados a Roma para concluírem os seus estudos e, mesmo assim, conseguiu ordenar dezessete padres, durante os seus vinte e sete anos de episcopado<sup>138</sup>.

Em 1890, tomou posse o terceiro bispo do Rio Grande do Sul, Dom Cláudio José Ponce de Leão, primeiro bispo da época republicana, que continuou o processo de restauração, cuidando de disciplinar a comunidade de fiéis e o clero. D. Cláudio reformulou o seminário diocesano, transformando-o em seminário maior e menor com finalidade exclusivamente eclesiástica, entregando a sua direção, primeiramente, aos jesuítas, depois, aos lazaristas e, por fim, aos capuchinhos. Em vinte e dois anos de episcopado, conseguiria formar 36 padres seculares e quatro bispos<sup>139</sup>.

A entrega da direção do seminário às ordens estrangeiras revelou a preferência do bispo pelo clero europeu reformador. É importante salientar-se que, durante o seu episcopado, o fluxo imigratório, principalmente de italianos, era constante. Acompanhando os mesmos, vinha o clero regular com a função de lhes dar orientação religiosa. D. Cláudio incentivou a vinda desse clero e, já no início do século XX, encontravam-se no Rio Grande do Sul jesuítas, palotinos, capuchinhos, carlistas, salesianos e lassalistas. Através dessas ordens, passaram a se disseminar pelo Estado novas formas de devoção alicerçadas em associações, como a do Sagrado Coração de Jesus, Apostolado da Oração, Congregações Marianas, Associações das Filhas de Maria e a Ação Católica. Além disso, D. Cláudio procurou incentivar a organização comunitária, reunindo capelas em torno do poder central das paróquias, ao envolver em sua administração lideranças

---

<sup>135</sup> Ibid., p. 204.

<sup>136</sup> RAMBO, Arthur Blasio. A Igreja da Restauração Católica no Brasil Meridional. In: DREHER, Martin Norberto. **Populações rio-grandenses e modelos de Igreja**. Porto alegre: EST; São Leopoldo: Sinodal, 1998. p. 149.

<sup>137</sup> ZAGONEL, Carlos Albino. **Igreja e imigração italiana**. Porto Alegre: EST, 1975. p. 108.

<sup>138</sup> RUBERT, 1998, op. cit., v. 2, p. 221-223.

<sup>139</sup> ZAGONEL, 1975, op. cit., p. 227.

comunitárias responsáveis pela conservação da igreja, realização de festas e administração de cemitérios. O padre compunha a autoridade eclesiástica indiscutível, e suas determinações eram seguidas como ordens pelas lideranças leigas<sup>140</sup>.

O elemento imigrante foi outro fator a atuar decisivamente para mudar a face do Catolicismo do Rio Grande do Sul. A introdução de alemães, poloneses e italianos, no decorrer do século XIX e início do XX, viria a dar força ao processo restaurador em curso. Para o presente estudo, interessa basicamente a imigração italiana, ocorrida a partir de 1875. Vindos em sua grande maioria das regiões do norte da Itália, esses imigrantes, embora marcados pelos regionalismos europeus, já traziam consigo as características do Catolicismo romanizado, como o acentuado clericalismo, o sacramentalismo e o apego aos rituais romanos<sup>141</sup>. Compunham a face européia que se procurava dar ao Catolicismo brasileiro, recebendo toda a atenção por parte da hierarquia eclesiástica, que via neles a oportunidade de regenerar a religiosidade nacional.

Um reflexo disso são as preocupações do bispo de São Paulo, D. Macedo Costa, no plano de trabalho apresentado para o episcopado brasileiro. Nele, a atenção está voltada totalmente para os imigrantes, enquanto que, em relação aos indígenas e às massas de negros libertos, que encontravam enormes dificuldades para sobreviver em um mercado agora dominado pela força de trabalho européia, nenhuma palavra foi dita<sup>142</sup>. No Sul, a tendência do clero foi a de tentar segregar os imigrantes em comunidades rurais, distantes dos centros urbanos, símbolos da desagregação cultural que colocavam em risco os laços tradicionais daquela população fortemente marcada pelo Catolicismo<sup>143</sup>. Da mesma forma, procurava-se impedir e alertava-se para o perigo de um contato entre os italianos e os alemães, praticantes de uma religião herética, e os luso-brasileiros, portadores de uma religião considerada degenerada<sup>144</sup>. No fundo, o clero esperava reconstruir na América uma sociedade monacal e igualitária, longe dos perigos da Modernidade, fato que se mostraria impossível após algumas décadas da imigração, com o desenvolvimento econômico e a constituição de uma sociedade estratificada.

As características do Catolicismo romanizado trazido pelos imigrantes e o Catolicismo popular luso-brasileiro não deixaram, por vezes, de entrar em atrito. Com a

---

<sup>140</sup> RAMBO, 1998, op. cit., p. 151-154.

<sup>141</sup> POSSAMAI, 2005, op. cit., p. 114.

<sup>142</sup> BEOZZO, 1993, op. cit., p. 57.

<sup>143</sup> ISAIA, 1998, op. cit., p. 43.

<sup>144</sup> AZZI, Riolando. O Catolicismo de imigração. In: DREHER, Martin Norberto. **Imigração e História da Igreja no Brasil**. São Paulo: Santuário, 1993, p. 75.

Romanização, esse último foi marginalizado e suas expressões foram reprimidas em nome da ordem pública. Um caso de atrito entre imigrantes e nacionais ocorreu em Pinheirinho, próximo à localidade de Encantado. Nesse local, encontrava-se o “monge” João Francisco Maria de Jesus, líder carismático que reunia um grupo de seguidores. Esse monge circulava na região, benzia lavouras, aconselhava os moradores e receitava remédios à população. Devido às notícias de violência que ocorrera no caso dos Muckers e nos episódios de Canudos, os imigrantes da localidade viram aquela comunidade como um perigo, e um grupo de doze italianos resolveu expulsá-lo do local. O intento acabou em conflito, ocasionando duas mortes para cada lado. Depois do ocorrido, o monge e o seu grupo resolveram retirar-se para o povoado de Muçum. No entanto, alguns dias depois, a Brigada Militar foi acionada, saindo de Porto Alegre com sessenta homens e farta munição. O cerco duraria quase quinze dias, e poucos integrantes do grupo conseguiram fugir. Os sobreviventes foram obrigados a cavar uma grande cova, onde enterraram os seus companheiros; o monge foi enterrado de cabeça para baixo, com os pés para fora, a fim de que não ressurgisse<sup>145</sup>.

O depoimento do padre carlista Vicentini, sobre o acontecido, serve de exemplo para observar como o clero estrangeiro apreendia esse tipo de manifestação religiosa:

A população está alarmada, temendo sempre alguma surpresa como saques etc. Na manhã do dia 4 de maio os subdelegados deste município e do município vizinho se apresentaram ao campo dos seguidores do monge, acompanhados por um grupo de jovens armados. Intimaram àqueles bandidos de entregar-se, mas eles responderam com tiros e com facadas. Trucidaram dois dos nossos e feriram três, enquanto os outros jovens, após ter dado alguns tiros de fuzil, fugiram. Agora está aqui a força militar, e os bandidos se retiraram para o mato.<sup>146</sup>

Práticas e concepções diferentes de viver o Catolicismo separavam imigrantes de brasileiros. Como observa Riolando Azzi, o distanciamento entre as duas formas de religiosidade fazia-se sentir também no que concerne à idéia de salvação. Enquanto na Cristandade tradicional essa estava ligada à presença do Estado luso (no qual se inseria através do batismo), no Catolicismo de imigração, a salvação só poderia vir através da recepção constante dos sacramentos, como a confissão e a comunhão. Dessa forma, o padre assumia um papel central, pois era ele quem fazia a mediação entre o humano e o divino, monopolizando ao seu redor todas as funções religiosas<sup>147</sup>.

<sup>145</sup> AZZI, 1987a, op. cit., p. 343-347.

<sup>146</sup> FRANCESCONI, *apud*, AZZI, 1987a, op. cit., p. 345.

<sup>147</sup> AZZI, 1993, op. Cit., p. 76.

Esse forte apego à vida sacramental faria surgir a necessidade cada vez maior da presença do padre nessas comunidades, o que, por um lado, acabaria por gerar a insuficiência do mesmo e, por outro, tornaria a área de imigração o novo celeiro de vocações sacerdotais do país. O grande número de padres estrangeiros e oriundos das áreas imigrantes faria surgir a idéia de que “brasileiro não dá para padre”, enquanto as ordens religiosas européias negavam-se a aceitar candidatos ao sacerdócio que fossem negros, mulatos ou brancos identificados como lusos<sup>148</sup>.

A grande influência clerical na cultura religiosa imigrante faria surgir uma moral monacal com um rígido controle sobre o comportamento dos indivíduos, principalmente nas questões vinculadas à sexualidade. Devido a essa imposição moral por parte do clero, havia uma expressa determinação sobre a separação entre os sexos. Durante a missa, homens e mulheres sentavam-se separados e, ao final, as mulheres se dirigiam à frente para a casa, enquanto os homens se demoravam um pouco mais em conversas em frente à igreja. A imposição dessa moral não foi feita sem atritos entre o clero e os próprios imigrantes. O fato acontecido na colônia de Alfredo Chaves, no início do século XX, serve como exemplo, sendo assim narrado por Felix Busatta:

Na primitiva igreja matriz foram construídas duas galerias laterais, que eram freqüentadas aos fiéis em dias de festas. O acesso às galerias fazia-se através da sacristia. O pe. Mateus controlava a entrada, para impedir a presença de desordeiros nas galerias. Em certo domingo, o jovem Augusto Trinitaglia, cantor e fotógrafo amadorista, residente na capela São Gotardo, pretendeu subir às galerias, acompanhado de sua namorada. O Pe. Mateus, ciente do que se passava nas galerias durante as funções sagradas, barrou a entrada ao exibido par, apontando-lhe outro rumo.

O moço, humilhado e derrotado, não reagiu no momento, mas jurou vingança. Ao término da missa, o Pe. Mateus saindo do recinto da igreja pela porta da frente, quando o despeitado moço se arrojou, contra ele, golpeando-o, na testa, com a argola do chicote, que trazia na mão.<sup>149</sup>

Atritos por questões morais eram comuns entre fiéis e clero, mesmo porque o colono teve que ser moldado ao padrão comportamental que era exigido pelo segundo:

Os imigrantes italianos não se enquadravam perfeitamente no modelo desejado pelos ultramontanos. Diante do imigrante idealizado pela Igreja e pelo governo brasileiro, insurgia-se o imigrante real, que muitas vezes se dava ao benzimento, curandeirismo, blasfêmia, alcoolismo e violência.<sup>150</sup>

<sup>148</sup> BEOZZO, 1993, op. cit., p. 62.

<sup>149</sup> BUSATTA, Felix F. ; SATAWINSKI, Alberto V. **Luís de la Vernaz: a Igreja em colônias italianas.** Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1979. p. 17.

<sup>150</sup> POSSAMAI, 2005, op. cit., p. 125.

É importante observar-se que a própria religiosidade imigrante carregava certos aspectos que a aproximava do Catolicismo popular brasileiro. Isso se dava basicamente por ter o segundo catolicismo um caráter rural, contrapondo-se à marca urbana do Catolicismo romanizado. Dessa forma, a religiosidade imigrante mesclava características típicas pregadas pela Reforma com manifestações de cunho popular. Essa marca rural era acentuada pelo relativo isolamento em que viviam as comunidades rurais, em um contato muito mais direto com “o mundo dado por Deus do que o construído pelos homens”<sup>151</sup>.

Não convém aqui repetir todas as características do Catolicismo imigrante já bastante estudadas nas obras de Rovílio Costa, Luís Alberto De Boni, Olívio Manfrói, para citar somente alguns autores. Entretanto cabe fazer, aqui, algumas observações que possuem relevância para este trabalho. À característica rural desse catolicismo, pode-se agregar, ainda, o fato de o mesmo ser familiar e comunitário. Era na família em que primeiramente se aprendiam os ensinamentos religiosos, em que a transmissão da religiosidade se fazia entre pais e filhos. Dentro das próprias casas, existiam oratórios, com os santos de devoção dos imigrantes. A essa religiosidade doméstica, agregavam-se, ainda, aspectos devocionais, como a construção de capitéis em cumprimento a promessas alcançadas. Já foi observado que era comum a recorrência a rezadores e benzedores, típicos da tradição cabocla ou africana. Em caso de doenças ou fenômenos meteorológicos, eram a eles que os colonos recorriam, pois acreditavam ser mais eficazes em relação às forças da natureza do que os próprios clérigos, representantes da cultura letrada<sup>152</sup>.

Do caráter comunitário, pode-se dizer que a expressão máxima era a constituição das capelas. Surgidas ainda nos primórdios da colonização, essas passaram a ser o centro da vida religiosa das comunidades rurais. Sua função, porém, não era apenas religiosa, pois, ao seu redor, desenvolvia-se todo um organismo social e político específico das condições em que se encontrava o colono. Como observa Loraine Slomp Giron,

o colono ignora a autoridade civil e nega a validade da política. Sem condições econômicas e culturais para tomar o poder dirigente regional, busca apoio nas organizações de auxílio mútuo e nas religiosas, como a capela. A associação religiosa é a arma política que resta para os desvalidos. Na verdade, a comunidade que a capela representa é um aparelho de poder regional.<sup>153</sup>

---

<sup>151</sup> AZZI, 1993, op. cit., p. 78.

<sup>152</sup> Ibid., p. 92.

<sup>153</sup> GIRON, Loraine Slomp. Fazendeiros e colonos: a difícil união. In: **Coletânea CCHA - Cultura e Saber – História**. Caxias do Sul, n.1, v. 1, p. 62, dez. 1997.

O padre leigo era outra figura importante naquela época. Na ausência de sacerdotes, normalmente quem cumpria essa função eram as pessoas mais instruídas do local, alguém que soubesse um pouco de latim e tivesse algumas noções religiosas para ministrar o catecismo às crianças. Com o progressivo desenvolvimento dessas comunidades e conforme o clero se fazia mais numeroso e presente na vida das colônias, o padre leigo e a própria autonomia das capelas tenderam a desaparecer. Isso se dava, certamente, em função do processo de Romanização e de enquadramento da sociedade nos padrões clericais propostos pela Igreja. É importante lembrar que esse fenômeno de clericalização não foi feito sem atritos. Embora, de maneira geral, a atuação dos leigos fosse considerada apenas temporária, até que fosse nomeado um padre para poder atendê-los, em muitas comunidades, os colonos resistiram a aceitar a intromissão dos padres e a imposição da estrutura hierárquica da Igreja.

A Igreja romanizadora teve de lutar, também, em relação ao próprio clero italiano secular que, ao contrário do que ficou estabelecido pela historiografia tradicional, não contribuiu e não se enquadrava dentro do projeto reformista ultramontano. A crítica que se fazia aos mesmos era em relação à sua conduta moral, mais preocupada com os bens materiais do que com os espirituais. A crítica, em especial, era dirigida aos padres provenientes da Itália meridional, que tinham um padrão de comportamento semelhante ao clero luso-brasileiro, o qual a Reforma se empenhava em extirpar. D. Macedo Costa, bispo do Pará, assim se referia a esse clero: “o único flagelo das dioceses, principalmente no Sul, vem dos padres estrangeiros, principalmente italianos[...] quase todos vêm para ganhar dinheiro ou levar uma vida escandalosa”<sup>154</sup>. O comportamento nada exemplar de alguns padres, como o de Francisco Saverio Acierno, de Bento Gonçalves, que havia abandonado o sacerdócio para casar-se, ou outros, como o padre Antônio Passagi, de Caxias do Sul, envolvido em escândalos devido ao vício do alcoolismo, contribuía para reforçar a idéia de que os padres italianos meridionais eram indignos do ministério sacerdotal. Além disso, não era somente o comportamento indecoroso dos padres mas também as suas atitudes políticas liberais – alguns sendo, inclusive, agentes consulares italianos, mantendo boas relações com o governo daquele país, como o padre João Menegotto, de Bento Gonçalves – que provocavam a reprovação desse clero avulso existente nas colônias<sup>155</sup>.

---

<sup>154</sup> COSTA, *apud*, ALTOÉ, Valeriano. Napolitanos “nuvens de gafanhotos”?. In: DE BONI, Luis A. **A presença italiana no Brasil**. v. 3.. Porto Alegre: EST; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1996. p. 441.

<sup>155</sup> POSSAMAI, 2005, op. cit., p. 116-121.

Essas críticas vinham, principalmente, do clero regular, mais afinado com os preceitos romanos e disposto a implantar nas colônias do Sul o modelo católico tridentino. Entretanto, o próprio episcopado brasileiro reprovava esse clero “aventureiro” e via nas ordens religiosas européias a tábua de salvação para a situação em que se encontravam as colônias. Essa seria a posição de D. Cláudio José Ponce de Leão, chamando para o Sul diversas congregações, a fim de darem acompanhamento espiritual aos colonos ali instalados<sup>156</sup>. Na serra gaúcha, dois institutos religiosos tiveram uma atuação marcante junto aos imigrantes: os carlistas italianos e os capuchinhos franceses.

### 1.1.5 CARLISTAS E CAPUCHINHOS NAS COLÔNIAS ITALIANAS DO RS

#### 1.1.5.1 Carlistas ou Scalabrinianos

A congregação dos carlistas ou scalabrinianos foi fundada por Dom João Batista Scalabrini, bispo de Piacenza na Itália, uma das personalidades mais marcantes da Igreja italiana do século XIX. O projeto de criação da Ordem foi aprovado pelo papa Leão XIII, em 15 de novembro de 1887, cuja fundação oficial ocorreu em 28 de novembro do mesmo ano, quando os dois primeiros padres, Domingos Mantense e José Molinari, fizeram a sua profissão religiosa *quinqüenal*<sup>157</sup>. Em 1892, foi adquirida a Casa Mãe da congregação chamada Cristóvão Colombo, em homenagem ao descobridor da América, considerado o primeiro a levar a fé católica a este continente e, também, pelo fato de que a sua família era originária da diocese de Piacenza. No mesmo ano, a congregação passaria a chamar-se de Missionários de São Carlos Barromeu<sup>158</sup>. Em 1908, a congregação, sob a direção já do padre Domingos Vicentini, transformou-se em *Pia Sociedade*, isto é, os votos religiosos anteriormente provisórios de apenas cinco anos passaram a ser promessa de permanência perpétua no Instituto<sup>159</sup>.

<sup>156</sup> AZZI, 1987 a, op. cit., p. 311.

<sup>157</sup> “Dissemos quinqüenal, pois o primeiro regulamento da Congregação, aprovado pela Santa Sé em 19.09.1888, os votos religiosos e, na prática, a permanência dos missionários nas Américas, vigoravam apenas por 5 anos. No fim do período, os religiosos podiam renová-los ou voltar a suas dioceses de origem” RIZZARDO, Redovino. **Os carlistas no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST/CEPAM, 1981. p. 11.

<sup>158</sup> SOUZA, 2000, op. cit., p. 88. SIGNOR, Lice Maria. **João Batista Scalabrini e a migração italiana: um projeto sóciopastoral**. Porto Alegre: Pallotti, 1986. p. 151.

<sup>159</sup> RIZZARDO, 1981, op. cit., p. 24.



Os primeiros scalabrinianos chegados ao Brasil estabeleceram-se nos estados do Espírito Santo e Paraná. Mais tarde, os missionários estenderam-se até São Paulo e Rio Grande do Sul. O primeiro padre a chegar ao Estado foi Domingos Vicentini, enviado à região colonial italiana por meio de um pedido da comunidade de Alfredo Chaves. Contudo, o bispo de Porto Alegre, D. Cláudio José Ponce de Leão, decidiu enviá-lo para Encantado, onde permaneceu até 1904, quando voltou à Itália, juntamente com D. Scalabrini. No Rio Grande do Sul, além da já citada Encantado, as primeiras localidades atendidas pelos carlistas foram: Nova Prata, atendida pelo padre Antônio Seganfredo; Nova Bassano, pelo padre Pedro Cobalchini; Veranópolis - cuja permanência da congregação foi de apenas 7 meses - foi atendida pelo padre Pedro Cobalchini; Protásio Alves, pelo padre José Pandolfi; Coronel Pilar, pelo padre José Pandolfi e Cotiporã, pelo padre Fortunato Odorizzi<sup>160</sup>. Quando da visita de D. Scalabrini ao Brasil, em 1904, a ordem ainda se encontrava presente nas cidades de Garibaldi, Caxias do Sul e Bento Gonçalves.

O pensamento scalabriniano era basicamente marcado pelo objetivo de reconciliar o Estado italiano à Igreja, ruptura aprofundada com a unificação italiana e a instauração do estado liberal. O pensamento de D. Scalabrini convergia para a união entre pátria e religião, em um contexto histórico em que os dois campos encontravam-se em oposição. Essa atitude política por parte do bispo de *Piacenza* é vista por Lice Maria Signor como produto direto do ambiente social e histórico em que Scalabrini viveu, já que os primeiros trinta anos de sua vida foram marcados pela luta de unificação, na região onde residia, a Lombardia<sup>161</sup>.

Embora romanizador, D. Scalabrini criticava muito as posições do clero intransigente, cuja intolerância levava os mesmos a quererem “monopolizar a fé e, destituídos de toda autoridade, arrogar-se o direito de condenar ou expulsar da Igreja, aqueles que não dobram os joelhos diante deles”<sup>162</sup>. Ele fazia parte do grupo de clérigos ultramontanos transigentes ou neo-ultramontanos, entre os quais, segundo Wlaumir Doniseti de Souza, podem-se incluir os papas Leão XIII e Pio X. Esses buscavam um diálogo com o mundo moderno, uma abertura com o Vaticano - uma atitude mais política e diplomática do que dogmática -, o que poderia trazer apoio para a Igreja, inclusive de setores que lhes faziam oposição naquele momento. Todavia,

<sup>160</sup> RIZZARDO, 1981, op. cit., p. 16-21.

<sup>161</sup> SIGNOR, 1986, op. cit., p. 132.

<sup>162</sup> Ibid., p. 133

isso não era bem visto pelos intransigentes, que reconheciam nessa atitude a influência da ideologia liberal, o que valeria a D. Scalabrini uma observação no Santo Ofício<sup>163</sup>.

Pacificar Estado e Igreja, fé e ciência, os objetivos de D. Scalabrini convergiam, neste sentido, para uma ação missionária marcadamente social, política e cultural. Impressionado pelas grandes levas de emigrantes que abandonavam a Itália, quase sempre desassistidos pelas autoridades governamentais, ele via na fundação de sua congregação um objeto de auxílio aos desvalidos da pátria. A Igreja, que durante o século XIX havia ficado distante dos problemas sociais, despertou para essa questão com Leão XIII, através da encíclica *Rerum Novarum*. Desta maneira, a atuação de D. Scalabrini junto aos emigrantes antecipava em alguns anos a posição futura da Igreja sobre as questões que envolviam o mundo moderno.

O projeto scalabriniano de amparar os compatriotas em terras estrangeiras e expandir a fé até onde se encontravam italianos enquadrava-se nos objetivos da Santa Sé, preocupada em estender a sua ação missionária às diversas partes do mundo. Desta forma, a Igreja acompanhava o movimento colonialista europeu, buscando marcar presença em regiões onde o Catolicismo era insignificante ou mesmo nulo<sup>164</sup>. No mundo colonial, esse processo foi marcado pela inferiorização das culturas locais em prol de uma visão hegemônica da cultura européia.

Especificamente em relação ao pensamento de Scalabrini, tratava-se de manter a cultura do país de origem, para que os emigrantes não perdessem a fé católica. Ele definia o seu projeto como uma verdadeira “guerra de reconquista” em busca de reabilitar as almas perdidas, principalmente no Novo Mundo, já que ali grassava a incredulidade, a heresia e, principalmente, a franco-Maçonaria<sup>165</sup>. A emigração era vista pelo bispo como “um fato natural e providencial. É uma válvula de segurança concedida por Deus a esta sociedade martirizada”<sup>166</sup>. Saindo do plano humano, a emigração torna-se uma graça divina ao aliviar as tensões sociais causadas pelo excesso populacional. Devido a seu caráter natural, Scalabrini defendia a emigração espontânea, isto é, “a liberdade de emigrar e não a de fazer emigrar”, condenando, veementemente, em seus

<sup>163</sup> SOUZA, Wlaumir Doniseti de. Imigração italiana e Igreja: Ultramontanismo e Neo-ultramontanismo. In: DREHER, Martin Norberto. **500 anos de Igreja na América Meridional**. Porto Alegre: EST/CEHILA, 2002. p. 288.

<sup>164</sup> AZZI, 1987 a, op. cit., p. 365.

<sup>165</sup> SCALABRINI, Joao Batista. **A emigração italiana na América**. Trad. Redovino Rizzardo. Porto Alegre: EST/CEPAM; Caxias do Sul: UCS, 1979. p. 27.

<sup>166</sup> Ibid. p. 45.

escritos, os “comerciantes de carne humana”, ou seja, os agenciadores de emigrantes que atuavam livremente na Itália<sup>167</sup>.

Entretanto, se, por um lado, cabia à Igreja dar assistência espiritual aos emigrantes, era função do governo assistir materialmente os compatriotas na nova terra. Nesse ponto, Scalabrini buscava exemplos na História, procurando justificar o projeto colonialista através de uma ação civilizadora. Para ele, Grécia, Espanha, Portugal, França serviam como precedentes históricos a ilustrar a expansão européia pelo mundo, civilizando os bárbaros e pagãos. Também a Itália e as suas antigas repúblicas medievais compartilhavam dessa tradição; no entanto, na época moderna, a pátria de Scalabrini não possuía colônias tal qual outras nações poderosas do continente. Scalabrini via nisso uma situação de inferioridade dos italianos e cobrava das autoridades uma assistência maior por parte do governo. Esse esforço poderia redundar em lucros para a pátria, visto que se desenvolviam o comércio, a indústria, as cidades e as colônias agrícolas, transformando-se em fonte de riquezas para a Itália<sup>168</sup>.

Essa política colonialista italiana seria posta em prática durante o governo de esquerda de Francesco Crispi (1887 – 1891), quando a política exterior estaria voltada à constituição de um império colonial, e a emigração ganharia cada vez mais importância, à proporção que se transformaria em instrumento de desenvolvimento econômico da Itália<sup>169</sup>.

Aos colonos emigrados, era necessária a tutela da Igreja e do Estado, pois, sendo rudes, ignorantes e de índole fraca, sucumbiriam moralmente a uma vida sem regras, em meio a terras inóspitas que exalavam miasmas pestíferos, entregues a si mesmos, enganados e roubados por agenciadores sem escrúpulos, abandonados em meio a matas ou a planícies desertas e expostos a animais ferozes e a tribos bárbaras<sup>170</sup>. A visão de uma terra inculta e incivilizada coaduna-se, deste modo, ao estereótipo de um homem fraco e incapacitado, permeando o pensamento colonialista de Scalabrini: “Em um século como o nosso, que se orgulha de sua

---

<sup>167</sup> Redovino Rizzardo define a visão de Scalabrini sobre a emigração nos seguintes argumentos: - a emigração é um fato permanente e, como tal, um direito natural da pessoa. – mantém e aperfeiçoa o equilíbrio social e econômico de uma nação; – abre caminhos novos para o desenvolvimento comercial, social e cultural dos povos; – une e enriquece as civilizações; – promove o universalismo, dando ao homem o mundo como pátria; – constrói o reino de Deus através da fé missionária do emigrantes; – para ser fator de integração e de desenvolvimento, a migração precisa ser protegida por uma legislação correta e por instituições adequadas. – nesta tarefa, é indispensável a ação e a presença do Estado, da Igreja e de organismos privados. RIZZARDO *apud* SCALABRINI, 1979, op. cit., p. 191.

<sup>168</sup> SCALABRINI, 1979, op. cit., p. 63.

<sup>169</sup> IOTTI, Luiza Horn. **O olhar do poder**. 2. ed, Caxias do Sul: EDUCS, 2001. p. 50-55.

<sup>170</sup> SCALABRINI, 1979, op. cit., p. 44-66.

civilização e que com razão se gloria de ter abolido a escravidão dos negros, deve-se obter a todo custo que os brancos não sejam considerados inferiores aos pobres pagãos da África.”<sup>171</sup>

Para o bispo, caberia à pátria e à religião a função de regenerar os emigrantes, inspirando neles sentimentos nobres e fraternos, antes que fossem absorvidos por uma cultura autóctone e inferior ao país “hospedeiro”:

*Religião e Pátria!* Estas duas supremas aspirações de todo o coração se entrelaçam e se completam nessa obra de amor que é a proteção dos fracos e se fundem com admirável harmonia. [...] Possa a Itália, sinceramente reconciliada com a Sé Apostólica, repetir as glórias antigas e acrescer-lhes outra, nova e imortal, qual é a de orientar para os caminhos luminosos da verdadeira civilização e do verdadeiro progresso também os seus filhos distantes!<sup>172</sup>

Nesse sentido, a atuação scalabriniana no Brasil, em especial na região colonial italiana do Rio Grande do Sul, esteve em estreita ligação com os objetivos coloniais italianos, na medida em que pátria e religião eram dois conceitos inseparáveis. Como observa Franzina, o projeto Scalabriniano

prometia desenvolver-se na mais explícita convergência com os interesses nacionais da Itália e do estado liberal. O projeto scalabriniano, conformado via ação concreta dos missionários e das pontuais informações enviadas a casa mãe de *Piacenza* sobre a situação dos colonos encontrados na América, respondia aos requisitos precisos e pontuais de três finalidades “a assistência religiosa, o incentivo entre os imigrantes do amor pela pátria e a promoção de atividades sociais”.<sup>173</sup>

Nas colônias, esse clero procurou manter os imigrantes afastados dos contatos com os nacionais, inclusive procurando atuar sem vínculos com as igrejas locais, ao formar igrejas exclusivamente italianas, com ligações apenas com a Santa Sé. O desprezo pelo clero e pela religiosidade brasileira era marcado por uma visão de superioridade que os missionários carregavam, o que dificultava as suas relações com a Igreja nacional<sup>174</sup>. Frequentemente, a atuação dos scalabrinianos acabou por retardar a integração dos colonos à terra brasileira. A intenção desse clero de construir “pequenas Itálias”, provocou o choque com os nacionais, dificultando seus relacionamentos com a nova sociedade urbana nascente, que necessariamente precisaria de uma maior inserção no contexto político, econômico e social do país<sup>175</sup>.

<sup>171</sup> Ibid., p. 75.

<sup>172</sup> Ibid., p. 82.

<sup>173</sup> FRANZINA, Emilio. **Gli italiani al nuovo mondo: l'emigrazione italiana in America (1492 – 1942)**. Milano: Arnaldo Mondadori Editore, 1995. p. 220.

<sup>174</sup> AZZI, 1987 a, op. cit., p. 368.

<sup>175</sup> Id. **A Igreja e os Imigrantes: a imigração italiana e os primórdios da obra scalabriniana no Brasil (1904 – 1924)**. V. 2. São Paulo: Paulinas, 1987b. p. 319.

### 1.1.5.2 Os Capuchinhos

A ordem dos capuchinhos da Sabóia, constituída desde 1576, fora fundada pelo Frei Matias de Bellintani de Salló, ligada aos Frades Menores Capuchinhos, terceiro ramo da Ordem Franciscana. A congregação progrediu durante todo o século XVII e boa parte do XVIII, chegando a contar com quatro conventos, três casas residenciais e, por volta de 1750, com aproximadamente trezentos religiosos. Entretanto, a partir da segunda metade do século XVIII, a Ordem entra em declínio, com uma crise acentuada no período revolucionário de 1789 a 1817, quando os frades passaram a ser perseguidos, acusados de crime lesa-pátria, tendo bens confiscados e sendo proibidos de recrutar novos elementos, o que acarretaria a extinção gradual da mesma. Através de um esforço empreendido por Frei Eugênio de Rumilly, procurando reunir os religiosos dispersos, conseguiu-se a restauração gradual da antiga província que, já na metade do século XIX, apresentava um considerável quadro de religiosos; também foram recuperados antigos conventos confiscados. Em 1875 foi criada, em Sabóia, a Escola Seráfica, responsável pela formação dos futuros capuchinhos e de onde saíam os primeiros frades que vieram ao Rio Grande do Sul<sup>176</sup>.

No final do século XIX (1890), reiniciam-se as hostilidades contra os religiosos na França, o que fez com que os capuchinhos transferissem o seu seminário para Ghazir, no Líbano. Essa medida visava, também, burlar a lei de serviço militar francês, que previa a dispensa aos jovens que se ausentavam do país até os trinta anos de idade<sup>177</sup>. Posteriormente (1898), o seminário seria transferido para a colônia Conde d'Eu, no Brasil. A presença dos capuchinhos franceses no Rio Grande do Sul ocorreu devido à iniciativa do bispo D. Cláudio José Ponce de Leão, que, em 1893, pediu ao missionário Frei Fidélis de Ávora, então Comissário Geral dos capuchinhos no Brasil, que lhe mandasse dois sacerdotes para dar assistência aos colonos italianos do Estado. A preferência de D. Cláudio recaía sobre os frades italianos, porém, naquele momento, as províncias italianas estavam impossibilitadas de ceder clérigos, o que fez com que o bispo recorresse ao Papa Leão XIII. A solução encontrada por ele junto ao Ministro Geral dos

<sup>176</sup> GARDELIN, Mário; STAWINSKI, Alberto Victor. **Capuchinhos italianos e franceses no Brasil**. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul:UCS, 1986. p. 23-26

<sup>177</sup> ZAGONEL Carlos Albino. Província do Rio Grande do Sul – Sagrado Coração de Jesus. In: \_\_\_\_\_ (org.). **Capuchinhos no Brasil**. Porto Alegre: CCB, 2001. p. 353.

Capuchinhos, Frei Bernardo de Andermatt, foi apelar à província de Sabóia, que naquele momento se encontrava em dificuldades na França<sup>178</sup>.

Acertada a transferência, a vinda dos missionários concretizou-se em 1896, quando chegaram ao Rio Grande do Sul os três primeiros capuchinhos: Frei Bruno Gillonnay, Frei Leão de Montsapey e o Ministro Provincial Frei Raphael de la Roche. D. Cláudio, ao recebê-los, havia proposto que escolhessem entre duas localidades, Alfredo Chaves (Veranópolis) ou Conde d’Eu (Garibaldi). Ambos elegeram a última, ao que o bispo lhes advertiu: “Conde d’Eu é uma pequena vila, onde nenhum sacerdote conseguiu lá permanecer até agora. Experimentais, se quiserdes, mas não lograreis lá demorar-vos por muito tempo”<sup>179</sup>

Eles lá se estabeleceram, em uma casa doada pelo então vigário da colônia, padre Bartolomeu Tiecher. A princípio, D. Cláudio intencionava designar os capuchinhos apenas para as missões populares junto aos italianos e, se pudessem, mais tarde, poderiam estender-se até a população brasileira e imigrantes de outras nacionalidades. O bispo não os via administrando paróquias, pois queria que fossem erigidos conventos, por eles administrados, para a formação de um clero autóctone, dentro dos padrões estabelecidos pela Reforma<sup>180</sup>.

Frei Alberto Victor Stawinski dividiu a atuação capuchinha no Estado em cinco fases. A primeira, caracterizada pelas Missões Populares (1896-1898), teve, além da pregação junto aos imigrantes, a fundação da Escola Seráfica, em Conde d’Eu, em 1898. A segunda fase, Missão-Asilo (1898-1902), foi marcada pela transferência do teologado e do filosofado do seminário de Ghazir para o Rio Grande do Sul, ficando estabelecida a Escola Seráfica, a partir de 1902, na colônia de Alfredo Chaves. A terceira fase, Comissariado Provincial (1902-1911), teve como fato principal a administração do Seminário Diocesano de Porto Alegre, entregue aos capuchinhos pelo bispo D. Cláudio. A quarta fase (1911-1924) marcou a elevação de Comissariado Provincial à parte integrante da Província de Sabóia. A quinta fase (1924-1942) constituiu o momento de afirmação da província, que já contava com a administração de diversas paróquias, nas colônias e em Porto Alegre, além de um jornal, três conventos e diversos sacerdotes e estudantes seminaristas<sup>181</sup>.

<sup>178</sup>GARDELIN; STAWINSKI, 1986, op. cit., p. 27.

<sup>179</sup>ZAGONEL, 2001, op. cit., p. 355.

<sup>180</sup>Id., 1975, op. cit., p. 141.

<sup>181</sup>GARDELIN; STAWINSKI, 1986, op. cit., p. 31-36.

Esse progresso da Ordem não foi feito sem atritos e dificuldades. Primeiramente, porque a ação missionária não possibilitava aos capuchinhos a sobrevivência material. Dependendo de doações e esmolas dos imigrantes, logo surgiu a necessidade da administração paroquial, a fim de que houvesse uma fonte de sustento aos missionários. A ação paroquial era motivo de disputas entre o clero secular e regular. Eram freqüentes as queixas dos capuchinhos sobre o ciúme do clero local, em especial o italiano, que não via com bons olhos a presença de franceses nas colônias:

Nós realizamos, praticamente, todo o serviço ministerial das paróquias onde se situam os nossos conventos, ou no mínimo todo, ou quase todo o serviço possível. Os párocos reservam-se os serviços lucrativos das capelas e, além do mais, ficam com os honorários que nos pertencem.<sup>182</sup>

Quando da chegada dos capuchinhos em Conde d'Eu, o padre Teodósio Sanson, assistente do vigário Pe. João Franchetti, haveria comentado ao sacristão “que vêm fazer, aqui, estes fradalhões? Eu não quero ver esta raça. Vou embora!”<sup>183</sup>. Os desentendimentos com Pe. Sanson continuariam por ocasião da ida dos capuchinhos à localidade de Esperança, local onde o referido padre era agora vigário. Com a intenção de ali construir um convento, as obras iniciaram sobre um lote doado à Igreja pelo governo do Estado. Pe. Sanson, no entanto, aproveitando-se de uma lei vigente, a qual prescrevia novas formalidades sobre os títulos de posse da Igreja, apresentou-se diante do governo como o novo proprietário do lote onde havia sido erguido o convento. A luta pela posse do terreno dividiu a comunidade de Esperança entre os que apoiavam Pe. Sanson e os que estavam ao lado dos capuchinhos. Na noite de 27 de janeiro de 1905, um grupo armado promoveu um ataque ao convento, onde, além dos frades, encontrava-se o bispo D. Cláudio e mais nove pessoas de sua comitiva. Ninguém ficou ferido, porém, no dia seguinte, o bispo ordenou a retirada dos frades da localidade e o encerramento de sua missão. Segundo Stawinski, “as suspeitas do atentado recaem sobre Pe. Sanson, por chefiar um grupo de 12 famílias em Esperança; por aparecer em Muçum na noite do atentado; por possuir um fuzil e pelas letras do cartaz difamando o bispo e os frades, afixado na porta da casa paroquial no dia do atentado”<sup>184</sup>.

<sup>182</sup> ZAGONEL, 1975, op. cit., p. 161.

<sup>183</sup> D'APREMONT, Bernardin; GILLONNAY, Bruno. **Comunidades indígenas, brasileiras e polonesas e italianas no Rio Grande do Sul: (1895-1915)**. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1976. p. 205.

<sup>184</sup> DE BONI, Luis A; COSTA, Rovílio. **Os capuchinos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST/Correio Riograndense, 1996. p. 72-74.

Por ocasião da posse das paróquias de Alfredo Chaves e Nova Trento, assim se referia, no dizer de Bernadin D’Apremont, o clero secular da região:

A reunião se realizava em Caxias mesmo, por ocasião de uma festa. Os padres se queixavam amargamente porque esse “frati” assumiam paróquias, como se cada um receasse perder a própria. Espantavam-se, não pelo motivo que seguidamente fazia gemer o bravo Dr. Veronesi em seus sentimentos patrióticos, mas porque os capuchinhos eram “frati”. Que horror! Os “frati” assumirem paróquias!? Aos venerados vigários isso parecia inaudito e exorbitante!<sup>185</sup>

A referência a Veronesi é significativa, já que este era correspondente da revista *Itálica Gens* e, em artigo em 1913, havia lamentado a presença do clero não-italiano nas colônias, em especial, os alemães e os franceses. Segundo o artigo, a presença desse clero era, sob o ponto de vista nacional, “altamente prejudicial, uma vez que estes sacerdotes estrangeiros, embora zelosos para com os italianos, não são inclinados a favorecer nos mesmos os legítimos sentimentos de afeição às tradições pátrias para eles desconhecidas”<sup>186</sup>. O próprio D. Scalabrini teria dito aos capuchinhos, em sua visita ao Rio Grande do Sul, que “vosso dever é o de evangelizar os bugres, isto é, deixai os italianos para os italianos”<sup>187</sup>. Ainda, segundo a *Itálica Gens*, a educação dada aos colonos por parte desse clero era feita segundo princípios e sistemas não-italianos, o que acarretaria prejuízo aos interesses nacionalistas<sup>188</sup>.

Na luta para manter a identidade católica dos colonos, o clero italiano, em especial os carlistas, como foi visto acima, acreditava que a manutenção da cultura do país de origem era essencial, com cujo fato os capuchinhos não concordavam inteiramente. Para eles, era necessário garantir a adaptação dos imigrantes ao novo ambiente como forma de não-inferiorização e de possibilidade de ascensão social. A polêmica sustentada contra a *Itálica Gens* era justamente neste sentido. Segundo os capuchinhos, a instituição era “mal informada e desejava o impossível”. Desejava, dessa maneira, que as colônias de imigrantes italianos no Brasil se tornassem um prolongamento da península itálica; era preciso repetir e afirmar que isso jamais se realizaria<sup>189</sup>.

Contudo, as críticas a respeito da utilização de métodos franceses na educação e nas práticas religiosas não eram sem fundamento. Frei Bruno Gillonnay fazia questão de promover a cultura francesa e, em um encontro programado com o vice-cônsul francês, teria

<sup>185</sup> D’APREMONT; GILLONNAY, 1976, op. cit., p. 142.

<sup>186</sup> Ibid., p. 81.

<sup>187</sup> ZAGONEL, 1975, op. cit., p. 179.

<sup>188</sup> D’APREMONT; GILLONNAY, 1976, op. cit., p. 82.

<sup>189</sup> Ibid., p. 97.



afirmado que “os Irmãos e Irmãs francesas, com seu magistério, ensinarão a estimar a França, seu devotamento e sua virtude dará a esta população uma exata idéia do caráter francês”<sup>190</sup>. Ao celebrar uma cerimônia de primeira comunhão em Nova Trento, assim se referia D’Apremont: “ontem foi a primeira vez, desde que nossos padres se estabeleceram no Rio Grande do Sul que puderam, por serem responsáveis pela paróquia, realizar uma Primeira Comunhão como se realiza na França”<sup>191</sup>. Essas práticas eram principalmente criticadas pelos carlistas, cujas discussões a respeito da identidade italiana aprofundavam as diferenças entre o clero ultramontano transigente e intransigente, tendo reflexos, inclusive, entre os próprios imigrantes. Segundo Paulo Possamai,

as diferentes visões que carlistas e capuchinhos tinham sobre a política de italianidade contribuíram para aumentar a cisão existente entre os imigrantes italianos que vinham do reino da Itália e os que vinham do Trentino com passaporte austríaco. Tal como entre os imigrantes, o clero de língua italiana também se dividia entre “italianos” e “austríacos”. Com a chegada dos missionários capuchinhos e carlistas, essa divisão tornou-se ainda mais clara, pois os capuchinhos franceses recebiam apoio incondicional dos padres trentinos, ao passo que o clero italiano aprofundou sua cisão em dois grupos, com os nacionalistas vinculando-se aos carlistas e os ultramontanos intransigentes, mantendo sua posição de defesa do papado e condenação ao reino unificado da Itália.<sup>192</sup>

Enquanto os capuchinhos se viam ligados a monarquias católicas, como, por exemplo, a austríaca, os carlistas vinculavam-se ao novo Estado italiano<sup>193</sup>. O debate entre as duas ordens em torno do problema identitário estava vinculado aos meios que ambas utilizariam em seus projetos evangelizadores: a imprensa católica. O objetivo, tanto de D. Scalabrini quanto do Frei Bruno de Gillonnay, era usar a “boa imprensa” como instrumento moralizador, ao levar a sua mensagem até aonde o padre eventualmente não conseguisse chegar ou não fosse uma presença assídua. Essa imprensa, mais do que um instrumento clerical em prol da Reforma, era um elemento de disseminação das idéias e posições políticas e culturais que envolviam o mundo colonial. A identidade, forçosamente, fazia parte desse debate.

<sup>190</sup> ZAGONEL, 1975, op. cit., p. 180.

<sup>191</sup> D’APREMONT; GILLONNAY, 1976, op. cit., p.148.

<sup>192</sup> POSSAMAI, 2005, op. cit., p. 160.

<sup>193</sup> Ibid., p. 161.

## 2 – A IMPRENSA CATÓLICA

### 2.1 - A IGREJA E A IMPRENSA CATÓLICA

Como já visto no capítulo anterior, uma das marcas do processo de Romanização foi o progressivo afastamento da Igreja em relação aos movimentos políticos que agitaram o período final do Império. O movimento republicano não contou com a participação da instituição, o que acarretou uma perda de espaço frente às novas instâncias do poder constituído. Vale ressaltar, ainda, que a maioria do episcopado brasileiro conservava uma mentalidade monarquista repudiando o republicanismo, posição reforçada pelo fato de que o movimento republicano era composto por elementos marcadamente liberais radicais, filiados à Maçonaria e com forte conotação anticlerical. A República surgira como regime desagregador e corruptor da sociedade, separando Estado e Igreja, ao instituir oficialmente o ateísmo na esfera do poder.<sup>194</sup>

Entretanto, a essa alienação política no período pré-republicano corresponderá, no período da República Velha, a um esforço de retomada católica no jogo político do novo regime. A Igreja precisava recuperar o seu espaço e aprender a articular-se política e socialmente em um momento histórico singular de sua história no Brasil: livre das amarras do Estado, ganhava um campo de ação e de liberdade que precisaria aprender a lidar, criando instrumentos que lhe possibilitassem uma nova inserção no referido contexto.

Um destes instrumentos foi a tentativa de criação de um partido católico. Contudo, a hierarquia eclesiástica jamais se comprometeu oficialmente com o mesmo, embora permitisse o engajamento de clérigos e fiéis e torcesse pelos seus bons resultados na luta pela restauração católica no país. O partido, porém, não havia se mostrado viável, pois o longo período de afastamento das questões políticas contribuía para o fracasso do mesmo; além disso, os seus integrantes eram bem intencionados, porém politicamente mal preparados, o que fez o partido sucumbir tanto em nível federal quanto estadual.<sup>195</sup> Isso não significou, no entanto, a

<sup>194</sup> LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. Separação da Igreja e do Estado no Brasil (1890): uma passagem para a libertação. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, n. 139, v. 35, p. 624-626-633, set. 1975.

<sup>195</sup> LUSTOSA, Oscar de Figueiredo (org.). **A Igreja Católica no Brasil e o regime republicano** – um aprendizado de liberdade. São Paulo: Loyola/CEPEHIB, 1990. p. 25.

Um exemplo de Partido Católico surgiu no Rio Grande do Sul, sendo inspirado no “Partido Católico do Centro” (*Zentrumspartei*), da Alemanha, criado para fazer frente ao projeto político-cultural da *KulturKampf* da Bismarck.

desistência de uma participação política mais efetiva da Igreja. Se a representatividade direta se havia mostrado difícil ou mesmo impossível, restava a possibilidade de influir indiretamente, trabalhando nos bastidores através de contatos com políticos influentes, a fim de pressionar para a aprovação de projetos e leis que lhe fossem favoráveis, além de incentivar a participação política dos católicos nas eleições.<sup>196</sup>

A recuperação de um espaço que a Igreja sempre julgou ser seu por direito fez com que a mesma buscasse uma nova articulação interna, desenvolvendo, agora, um projeto mais autônomo. Um sintoma disso foram os documentos coletivos emitidos pelo episcopado na época, fenômeno quase ausente nos períodos colonial e imperial. Tomando como marco o primeiro encontro nacional dos bispos brasileiros realizado em São Paulo em 1890 até o ano de 1922, isto é, trinta e dois anos, foram redigidos trinta e quatro documentos coletivos.<sup>197</sup>

Transparece nessa documentação a visão da Igreja como uma instituição superior, cujos fins são mais nobres do que os do Estado, pois, enquanto esse se preocupa com as questões materiais, a Igreja ocupa-se com o que é transcendente, isto é, as questões espirituais e eternas. A instituição reconhece a autonomia de ambos os poderes e reconhece nos indivíduos uma dupla identidade jurídica: a exercida pelo Estado e a exercida pela Igreja Católica. Certamente que esta última não aceitava a liberdade de culto e lutava para que o Estado a reconhecesse como religião oficial do país. O seu não-reconhecimento implicava igualar o Catolicismo a outros cultos, principalmente os protestantes, que a Igreja Católica julgava como serem conspirações contra ela - era inadmissível igualar Jesus Cristo a Lutero ou a Calvino.<sup>198</sup>

Por muito tempo prevaleceu em parte do episcopado brasileiro a idéia de que a República era um regime artificial para o Brasil, material importado que, implantado

---

Esse partido também recebeu o nome de Partido Católico do Centro, sendo “fundado no início da década de 1870 por um grupo de católicos de Porto Alegre e revigorado em 1890. Participou com candidatos próprios em duas eleições para representantes da Constituinte federal e estadual. Os resultados deixaram claro que não era por aí que os católicos garantiriam o seu espaço, nem em nível estadual e, muito menos, em nível federal, pois não conseguiram eleger nenhum representante a nível federal e a nível estadual. Os eleitos foram fruto de uma coligação com o partido de Júlio de Castilhos, fato que desacreditou a própria natureza do “Partido Católico do Centro”. RAMBO, 1998, op. cit., p. 157.

<sup>196</sup> LUSTOSA, 1975, op. cit., p. 645-646

<sup>197</sup> José Carlos Souza Araújo classifica esses documentos em : Nacionais, redigidos pelo episcopado do Brasil, no total de dez documentos; provinciais, oriundos de reuniões do episcopado de uma ou várias províncias clesíásticas, num total de vinte e um documentos; latino-americanos, emanados do episcopado da América Latina, no total de três documentos. Esses documentos são subdivididos em cartas pastorais, circulares, mensagens, encíclicas e súplicas. Para conhecer o conteúdo de cada um destes documentos, ver: ARAÚJO, José Carlos Souza. **Um estudo de mentalidade ideológica: a Igreja Católica brasileira (1890-1922)**. São Paulo: Dissertação de Mestrado, defendida na USP em 1982. p. 24-32.

<sup>198</sup> ARAÚJO, 1982, op. cit., p. 70.

autoritariamente, não reconhecia as bases históricas as quais se havia fundado a civilização brasileira, é claro que a Igreja Católica era um dos pilares dessa civilização.<sup>199</sup> Essa fase da Igreja foi definida pelo episcopado como “período de combate”; no entanto, essa mesma fase não foi apenas de atrito, porém marcou também o início de um processo de reaproximação e reconciliação entre os dois poderes, fato evidentemente patrocinado pela Santa Sé.

O reconhecimento diplomático do regime pelo Vaticano em 1890, a elevação em 1901 de sua representação diplomática no Rio de Janeiro à categoria de nunciatura, e, sobretudo, em 1905, a criação do primeiro cardinalato brasileiro e primeiro também da América Latina, na pessoa do arcebispo do Rio de Janeiro D. Joaquim Arcoverde, ao cabo de uma árdua e vitoriosa batalha diplomática do governo brasileiro, são marcas inequívocas da boa vontade em relação ao regime, sinais, portanto, de consentimento à política de conciliação levada a cabo pela hierarquia.<sup>200</sup>

Por sua vez, o Estado brasileiro reconhecia implicitamente na Igreja uma autoridade não-oficial, capaz de influir moralmente como instrumento mantenedor da ordem social. Isso fazia dela uma instituição necessária na Primeira República - essencial e valorizada, mas é preciso lembrar que sempre dentro de determinados limites admitidos pelo governo.<sup>201</sup>

Pode-se dizer que, embora após um período conturbado no início da República, a Igreja tendeu a uma aproximação cada vez maior com o Estado. Lenta e gradativamente, essa reconciliação só se realizou de forma mais efetiva na década de 1930, fato que será analisado mais adiante. O que importa nesse momento é ter-se consciência de que o Catolicismo brasileiro não permaneceu inerte. Ainda que relegado a um papel coadjuvante na cena política nacional, esse lançou mão de diversos instrumentos capazes de lhe assegurar uma presença mais efetiva, se não nos órgãos decisórios do poder, ao menos nas instâncias formadoras de opinião. Um desses instrumentos foi, sem dúvida nenhuma, a imprensa.

Necessária ao “bom combate”, a imprensa católica brasileira foi um elemento graças ao qual a Igreja pôde disseminar o seu pensamento, levando a palavra do púlpito aos fiéis mais distantes, ao lutar contra os inimigos que ela própria reconhecia por todos os lados. Era preciso dar à invenção de Gutenberg o conteúdo moral e edificante que lhe havia usurpado a imprensa ímpia com suas inverdades, seu demasiado materialismo, suas hipocrisias voltairianas,

<sup>199</sup> MOURA, Odilão. **Idéias católicas no Brasil**: direção do pensamento católico no Brasil do século XX. São Paulo: Convívio, 1978. p. 32.

<sup>200</sup> MOURA, Sérgio Lobo de; ALMEIDA, José Maria G. A Igreja na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (org.). **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1978. p. 328.

<sup>201</sup> *Ibid.*, p. 329-330.

sua tendência à luxúria e ao gozo sensual, ao desvirtuar a verdade e ao arrastar os homens ao suicídio e à infelicidade.

Restituir a verdade - eis a grande missão da imprensa católica. A vida moderna havia precipitado o homem ao abismo da desonra. A juventude, entregue aos prazeres da Modernidade mundana, envenenava-se ao educar-se através dos “romances naturalistas”, influenciada pelos falsos apóstolos. A má leitura conduzia o homem a atos violentos como os assaltos à propriedade, os insultos aos magistrados, desarmonias entre patrões e operários, calúnias e aos ódios entre irmãos.<sup>202</sup>

A má imprensa seria como uma “lama infecciosa” que leva por toda parte a detestável idéia de liberdade sem Deus, que nada mais é do que a perdição.<sup>203</sup> Por sua vez, nobre é a missão do jornalismo católico que, por ser um “púlpito ambulante”, conta as grandezas dos fatos da religião por toda a terra, faz ecoar as vitórias da fé e “descreve a majestade, a riqueza, a magnificência das catedrais” através da palavra eloqüente dos ministros da Igreja. Se São Paulo, lembra D. José Camargo Barros, viesse “anunciar de novo a fé cristã em pleno século XIX, provavelmente se faria jornalista”.<sup>204</sup>

O século XIX marcou o início da imprensa católica no Brasil. Oscar de Figueiredo Lustosa periodiza três fases no seu desenvolvimento. A primeira (1830-1870) é o momento inicial, fase de difícil produção na qual os periódicos eram mantidos somente graças ao esforço e à boa vontade de clérigos ou católicos leigos isolados. Como reflexo das condições da Igreja na época, esses jornais tinham vida curta, eram produzidos de maneira isolada, com circulação apenas paroquial - portanto, com um raio de ação bastante reduzido. Eram semanários, quinzenários, basicamente voltados às questões de culto, piedade e doutrina.<sup>205</sup>

A segunda fase (1870-1900) compreende o período de consolidação desta imprensa, ou seja, é o momento da explosão dos pequenos periódicos e marca a fase de luta da Igreja contra as ideologias vindas da Europa, como o liberalismo radical que trazia em seu bojo o anticlericalismo. Neste período a Igreja toma consciência da importância da imprensa e do papel

<sup>202</sup> SILVA *Apud*, LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **Os bispos do Brasil e a imprensa**. São Paulo: Loyola/CEPEHIB, 1983. p. 46-47.

<sup>203</sup> BARRETO *Apud*. LUSTOSA, 1983, op. cit., p. 67.

<sup>204</sup> BARROS *Apud*. LUSTOSA, *ibid.*, p. 35-37.

<sup>205</sup> Alguns dos jornais criados na época são: *A Seleta Católica* (1846/1847) fundado por Dom Antônio Ferreira Viçoso em Mariana (MG); *O Eclesiástico* (1852), fundado por Dom Joaquim Manuel da Silveira em São Luís (Maranhão); *O Amigo da Religião* (1855) fundado pelos cônegos Monte Carmelo e Joaquim Anselmo de Oliveira em São Paulo; *A Águia Católica* (1849) publicado em Pernambuco por uma associação de literatos católicos. *Ibid.*, p. 14.

que poderia desempenhar junto à sociedade. É fundado ainda o jornal católico da Corte, *O Apóstolo* (1866-1901), primeiro periódico do gênero a tentar tornar-se diário entre os anos de 1874 a 1875. Esse jornal conseguiu ter uma circulação significativa, chegando a diversas partes do país onde mantinha agentes e correspondentes. Entre outros jornais importantes da época encontram-se : *A Pátria* (1893), de São Paulo; *Cruz* (1890), de Goiás; *Correio Católico* (1896), de Uberaba.<sup>206</sup>

Por fim, a terceira fase (1900-1945) é definida por Lustosa como o momento de organização e articulação, na qual o episcopado, através dos Congressos Católicos, tentará definir linhas gerais de ação para a Igreja e os outros campos em que ela deveria atuar - encontrava-se, aqui, em destaque a imprensa. Nesse momento se dá a criação do Centro e da Liga da Boa Imprensa. A função do primeiro seria o de “auxiliar os jornais e revistas que quisessem adotar o seu programa, difundindo a boa imprensa e a sã literatura [...] e fornecer aos jornais e revistas, pertencentes à coligação, artigos dos melhores escritores, sobre todas as questões.”<sup>207</sup> O Objetivo da Liga, por sua vez, era o de dar suporte financeiro e administrativo ao Centro.

No Rio Grande do Sul, um ambiente mais favorável à disseminação da imprensa católica surgiu apenas após a elevação da Vigaria Geral à Diocese, com a nomeação do primeiro bispo, D. Sebastião Dias Laranjeira. Em 1863 surge o jornal *Estrela do Sul*, exclusivamente preocupado com os interesses religiosos, e publicado sob a responsabilidade do próprio bispo. Em 1875, o então cônego João Becker publica em Porto Alegre a *Revista da Sociedade de Ensaaios Literários*. Em 1881, ainda na capital do Estado, surge *O Thabor* cujo frontispício trazia a informação de ser um jornal voltado à família, católico, literário e noticioso.<sup>208</sup>

Ainda em Porto Alegre, entre os anos de 1891 e 1895, circulou o jornal *Corriere Cattólico*, editado em italiano e impresso na Tipografia do Centro, mesma empresa que editava o jornal católico em língua alemã *Deutsches Volksblatt*.<sup>209</sup> Por sua vez, esses jornais não possuíam apenas um teor paroquial, voltados somente às questões litúrgicas e ministeriais. Esses se ocupavam de questões políticas e defendiam a causa papista, ao atacar os símbolos da Itália unificada e polemizar com os súditos do novo reino que viviam na capital do Estado. Um

<sup>206</sup> LUSTOSA, 1983, op. cit., p. 15-16.

<sup>207</sup> Ibid., p. 18.

<sup>208</sup> FERNANDES, Astrogildo. A Imprensa Católica. **Enciclopédia Rio-Grandense**. V. 2, Porto Alegre: Sulina, 1968. p. 43-44.

<sup>209</sup> MORETO, Abel. Imprensa em língua italiana. **Enciclopédia Rio-Grandense**. V. 2, Porto Alegre: Sulina, 1968. p. 287.

exemplo desses atritos ocorreu por ocasião da publicação em 20 de setembro de 1895, data nacional italiana, de um artigo do jornal *Volksblatt*, ofensivo e insultante aos peninsulares. O artigo definia a Itália como uma “nação desprezível, baixa, torpe, miserável” e os italianos, como “bandidos, homens sem moral, guiados por instintos vis”. A recusa de retratação do redator do jornal Hugo Metzler, a pedido da comunidade italiana da capital, acabou levando o caso à polícia. Antes mesmo das ofensas da folha católica alemã, o *Corriere Cattólico* em 1892 já havia publicado ataques à Itália unificada, ao caracterizar Garibaldi de “cachorro” e opinar que o país “estaria reduzido a uma espelunca de ladrões”. O ponto culminante dos atritos ocorre na manhã de 29 de setembro de 1895, quando um grupo de 200 italianos dirige-se à Tipografia do Centro, armados com porretes e alavancas e aos gritos de *morras aos jesuítas e ao Papa*, invade o estabelecimento, destruindo-o.<sup>210</sup>

Esses acontecimentos evidenciam a existência de fricções políticas e ideológicas, envolvendo grupos étnicos distintos que encontravam na imprensa uma forma de expressão eficaz a fim de sustentar os seus interesses e lutar pelo seu espaço na sociedade. A imprensa católica, embora muitas vezes definindo-se como não-política e voltada apenas aos interesses da fé e aos assuntos comunitários, não conseguia escapar dos problemas políticos que envolviam o mundo da época, invariavelmente entrando em atrito com os setores sociais que sustentavam uma linha de pensamento contrária à sua.

No caso dos jornais acima citados, o *Corriere Cattólico* encerrou a sua publicação após o incidente. O *Deutsches Volksblatt*, por sua vez, continuou a ser editado, quando, em 1896, Hugo Metzler tornou-se co-proprietário da Tipografia, reergueu-a como empresa e deu uma nova evolução ao referido jornal. Em 1917 este passa a chamar-se *Gazeta Popular*, circulando até 1939 quando encerra a sua publicação, devido à campanha de nacionalização.<sup>211</sup> A colônia alemã, no entanto, não contava apenas com este jornal: outras publicações católicas surgiram no período, como é o caso do *Lehrerzeitung* (1900-1939), um periódico mensal destinado a oferecer informações aos professores da rede comunitária de ensino. Servia mais como educador e catequizador, fiel ao programa de Reforma; além disso, passou a ser um referencial de como deveria agir um verdadeiro cristão. Outro jornal, o *Bauernfreund* (1900-1914), era mais voltado aos interesses dos agricultores, sendo um

<sup>210</sup> SIMÕES, Rodrigo Lemos; CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Diversidade e tensões: Porto Alegre no final do século XIX. *Revista de Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, n. 1, v. 22, p. 96-97-98, jun. 1996.

<sup>211</sup> FERNANDES, 1968, op. cit., p. 46.

instrumento de formação moral e de informação para estas comunidades. Por fim, o *Skt. Paulus Blatt* (1912-1939) manteve a mesma linha editorial dos outros periódicos, como formador e informador dos seus leitores, ao posicionar-se em defesa dos interesses dos católicos teutos.<sup>212</sup>

Observa-se que esta imprensa estava estritamente ligada aos interesses das comunidades que ela procurava representar, ao orientar e moldar uma imagem do colono religioso. Esses jornais católicos, cravados nas colônias estrangeiras, eram mais que meros veículos de comunicação: eram instrumentos representativos da imagem e da identidade dos grupos ali estabelecidos. Tanto nas colônias alemãs quanto nas italianas, essa imprensa teve como primeiro objetivo a proteção dos interesses dos colonos - interesses que muitas vezes não se ajustavam às elites dominantes locais e às suas orientações políticas. Os choques que daí resultaram serviram como elementos complicadores em um processo que envolveu fatores locais com questões trazidas do Velho Mundo, compondo um quadro em que se entrelaçaram problemas étnicos, nacionais e regionais.

## 2.2 A IMPRENSA NA REGIÃO COLONIAL ITALIANA DO RIO GRANDE DO SUL

A imprensa na Região Colonial Italiana<sup>213</sup> surgiu no final da década de 1890, período em que a população local já contava com 80 mil habitantes. O crescimento demográfico e o processo de emancipação das colônias ocorridas neste período fizeram crescer a busca de informações sobre a vida regional, fomentando o desenvolvimento de uma indústria jornalística local, embora, certamente, com consideráveis deficiências técnicas.

A composição era realizada com o auxílio de um instrumento chamado componedor, uma espécie de régua que formava os tipos enquanto o tipógrafo realizava a montagem do texto. Tornava-se lenta e difícil, portanto, uma composição muito extensa; já que os tipos tinham que ser colocados um a um no componedor, as palavras eram montadas letra por letra, separadas entre si por um tipo vazio (sem letra), e o texto devia ser organizado linha por linha, até construir uma folha completa.<sup>214</sup>

<sup>212</sup> RAMBO, 1998, op. cit., p. 159.

<sup>213</sup> Região Colonial Italiana aqui entendida como as três colônias Caxias, Dona Isabel (Bento Gonçalves) e Conde d'Eu (Garibaldi).

<sup>214</sup> POZENATO, Kenia Maria Menegotto; GIRON, Lorraine Slomp. **100 anos de imprensa regional (1897-1997)**. Caxias do Sul: EDUCS, 2004. p. 30.



A produção era difícil e restrita, e as tipografias, normalmente, estavam a serviço de facções políticas. Os líderes políticos da região foram também os primeiros proprietários das tipografias ali existentes - é o caso de Américo Mendes, figura importante do Partido Libertador de Caxias e de Júlio Lorenzoni, homem de destaque do Partido Republicano Rio-Grandense de Bento Gonçalves.<sup>215</sup> Neste primeiro momento, a imprensa esteve ligada às disputas políticas locais, já que, após a naturalização em massa ocorrida a partir de 1891, a região apresentava-se como um reduto eleitoral importante, principalmente para o Partido Republicano Rio-Grandense.

As disputas pelo poder local envolviam praticamente três grupos: os maçons, os austríacos e os católicos. Os primeiros caracterizam-se por ser um grupo bastante reduzido, porém politicamente bem articulado e influente. Era composto, em sua maioria, pelos brasileiros ocupantes dos postos político-administrativos das colônias. Representavam a elite dirigente regional e estavam ligados ao governo republicano estadual<sup>216</sup>. Os austríacos representavam cerca de 30% da população imigrante local. Eram provenientes das regiões que, na época da grande imigração, ainda pertenciam ao domínio austro-húngaro e que mais tarde passariam a fazer parte da Itália.<sup>217</sup> Embora haja registro de atritos entre esses e os católicos, o grupo pouco se envolvia

---

<sup>215</sup> Américo Mendes era dono da Tipografia Mendes, criada em 1908 e editava os principais jornais políticos que circulavam em Caxias como o *Brazil-Organ* do Partido Republicano; o *Democrata* (considerado neutro) e jornais humorísticos como *O Tagarela*, *O Regional*, *O Popular* e *O Pissilone*. Júlio Lorenzoni editou jornais como o *Bento Gonçalves* em 1900 que teve apenas uma edição e representava os interesses da Maçonaria e do Partido Republicano Rio-Grandense. De 1910 a 1913, Lorenzoni volta a editar novamente um jornal de mesmo nome da cidade produzido por ele no início do século. Ver: POZENATO; GIRON, 2004, op. cit., p. 31-32-49-50.

<sup>216</sup> É importante salientar que faziam parte deste grupo também imigrantes italianos, normalmente elementos liberais (garibaldinos). Embora em número reduzido nas colônias, esses, em sua maioria provenientes de núcleos urbanos italianos, encontravam-se mais nas grandes cidades, como, por exemplo, Porto Alegre. A presença dos mesmos pode ser reconhecida através das associações como a “Vittorio Emanuele II”, fundada em 1877, e que tinha em Garibaldi o seu presidente de honra. O objetivo delas era manter laços de solidariedade grupal, festejar datas cívicas e sustentar os símbolos de identidade cultural, normalmente ligados à Itália do *Risorgimento*. Serviram como grupos de mútuo socorro e desempenharam um importante papel no processo de assimilação destes estrangeiros à cultura autóctone. Essas associações também existiram nas colônias como a “Regina Margherita” em Bento Gonçalves. HOSPITAL, Maria Sílvia; CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Construção da identidade e associações italianas: La Plata e Porto Alegre (1880-1920): **Revista de Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, n. 2, v. 25, p. 136-145, dez. 1999.

<sup>217</sup> Após a Unificação Italiana (1870), certas regiões do Norte continuaram a pertencer ao domínio austro-húngaro, como parte da Veneza e o Trentino-Alto Ádige (Tirol do Sul). Entre os imigrantes desta última região destacam-se os que vieram da província de Trento, os quais possuíam características vênetas, enquanto os provenientes de Bolzano permaneceram com características germânicas. “Linguisticamente ainda hoje se poderia dizer que Trento é província italiana e Bolzano, austríaca”. Essas regiões só passaram ao domínio italiano após o término da Primeira Guerra Mundial em 1918. FROZI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. **Imigração italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul** – processo de formação e evolução de uma comunidade ítalo-brasileira. Porto Alegre: Movimento, 1975. p. 19-25.

Paulo Possamai destaca que os trentinos eram mais submissos e obedientes que os italianos, isso pelo fato de que a Áustria desaprovava a emigração e havia abandonado os seus nacionais à própria, sorte sem lhe prestar qualquer

nas disputas locais sendo que, devido à sua condição peculiar, mostravam-se mais submissos e suplicantes ante as autoridades nacionais. Por último, têm-se os católicos, mais numerosos, favoráveis à causa papal e abertamente contra o governo liberal italiano. Estes se agrupavam em torno da Igreja que, com sua influência, disputava com a Maçonaria o poder político local, protagonizando a maioria dos atritos ocorridos na região.

O poder temporal contra o poder espiritual, a luta entre Maçonaria e Igreja permearam os primeiros tempos da imprensa colonial, especificamente na figura do padre Pedro Nosadini, pároco da paróquia Santa Tereza de Caxias e o então intendente municipal de Caxias do Sul, José Cândido de Campos Júnior. Nosadini assumira a paróquia em 15 de julho de 1896 e logo se indispôs com o poder local, acusando a Maçonaria de promover a anexação dos Estados Pontifícios e de lhe atribuir todas as responsabilidades pelas desordens administrativas do município. Tratou então de fundar as Ligas Católicas, cujo objetivo era lutar pela retomada dos Estados Pontifícios pela Igreja, organizando-as em todas as linhas e travessões coloniais<sup>218</sup>. Rapidamente a sua atuação entrou em choque com a intendência que via como desacato às críticas proferidas pelo padre. Nosadini considerava hereges e sem direitos aos sacramentos os que não se filiassem às ditas Ligas, incitando os católicos contra os maçons; por sua vez, Campos Júnior trabalhava no intuito de desfazer as Ligas e de retirar o pároco de Caxias. O intendente acusava Nosadini de promover a própria discórdia entre os católicos e de estar fomentando a criação de uma nova seita que ele comparava a Canudos e aos Muchers.<sup>219</sup>

Os atritos foram muitos, como, por exemplo, o ocorrido por ocasião da comemoração do 20 de setembro de 1897. João Spadari Adami assim descreve a coluna publicada em *O Caxiense*.

Italianos e brasileiros – confraternizados – festejaram, a gloriosa data de 20 de setembro, aniversário não só da Unificação Italiana como a Proclamação da República Rio-Grandense. Não obstante os embaraços que o padre Nosadini pretendeu pôr em prática, teve a festa grande imponência.<sup>220</sup>

---

auxílio diplomático. Ainda, no auge das lutas nacionalistas do século XIX, esses foram apelidados de “trentinos sem bandeira”, por constituírem um grupo étnico que não construíra um Estado nacional. Essa situação peculiar os tornavam mais súplices às autoridades brasileiras. ver: POSSAMAI, 2005, op. cit., p. 88-89.

<sup>218</sup> POZENATTO, Kenia Maria Menegotto; GIRON, Loraine Slomp. Católicos x maçons – imigrantes italianos: imprensa e lutas políticas. In: DREHER, Martin Norberto (org.). **Imigração & Imprensa**. Porto Alegre: EST, 2004. p. 542.

<sup>219</sup> ADAMI, João Spadari. **História de Caxias do Sul: 1864-1962**. t. 1. Caxias do Sul: São Miguel, 1971. p. 87-89.

<sup>220</sup> ADAMI, 1971, op. cit., p. 85.

Padre Nosadini defendeu-se, afirmando que nada havia feito para atrapalhar a festa, e que somente havia proposto à Sociedade de Mútuo Socorro que não expusesse a bandeira italiana no dia 20 de setembro, por julgar as opiniões dos membros de tal sociedade disparatas e que os mesmos deveriam abster-se de política.

Entretanto, os atritos continuaram, e, na noite de 7 de fevereiro de 1897, a casa paroquial foi assaltada por um grupo de maçons. Pedro Nosadini foi expulso dela e conduzido até a Rua Visconde de Rio Branco onde deveria ser executado. João Lourenço Vigo chegou a disparar a espingarda, porém não atingiu o alvo, por ter sido deslocado por um de seus companheiros. Assim, dois dos ali presentes, Ângelo Chitolina e Guido Livi, resolveram pôr o vigário em liberdade, desde que seguisse caminho a São Sebastião do Caí. No meio do trajeto o padre encontrara seus simpatizantes que o acolheram e o conduziram à localidade de Nova Pádua. Quatro meses depois, o vigário que havia sido expulso pelos maçons retorna à sua paróquia, conduzido com grande euforia pelos seus fiéis. Meses depois, em 1º de janeiro de 1898, Pedro Nosadini funda o primeiro jornal católico da região, *Il Colono Italiano*, que surge como instrumento de luta contra a Maçonaria local e polemiza com o jornal oficial do Partido Republicano Rio-Grandense na cidade, *O Caxiense*.<sup>221</sup>

### **2.2.1 IL COLONO ITALIANO E SUA BREVE HISTÓRIA**

O jornal *Il Colono Italiano* tinha circulação mensal e era editado pela Tipografia do Centro em Porto Alegre. Normalmente circulava no início de cada mês, porém não possuía uma data fixa para isso.<sup>222</sup> Em seu período curto de vida (janeiro de 1898 a agosto de 1898), a folha dedicou-se a proteger os interesses dos católicos na região e tornou-se o porta-voz das Ligas Católicas, passando a divulgar as festividades religiosas e a defender os interesses dos colonos frente às autoridades locais. Em seu primeiro número, definia o seu posicionamento e explicava qual seria a sua linha editorial.

AOS NOSSOS LEITORES

Quando um jornal vê pela primeira vez a luz, é costume expor seu programa e o “Il Colono Italiano” não deseja eximir-se deste dever.

<sup>221</sup> Ibid., p. 84.

<sup>222</sup> As datas em que circulou foram respectivamente: 1º de janeiro; 01 de fevereiro; 06 de março; 02 de abril; 15 de maio; 15 de julho e 21 de agosto. Não foi possível localizar a edição do mês de junho.

“Il Colono Italiano” será o amigo, o conselheiro, o guia, o advogado dos católicos italianos imigrados em Caxias e nas colônias circunvizinhas. Fornecerá a eles interessantes notícias da querida e bela Itália.

Com tal propósito tem prazer de anunciar que tem um distinto correspondente em Roma e que encontrará outros nas principais cidades italianas.

“Il Colono Italiano” não se ocupará de política, já que existe em Caxias “O Caxiense” – ao qual se envia uma saudação fraternal –, Sem se ocupar de política “Il Colono Italiano” não cessará de recomendar a seus leitores a obediência às leis e às autoridades legitimamente constituídas.

Dará a relação do desenvolvimento das Sociedades Católicas, de suas festas e ações a fim de que sirvam de exemplo de ânimo fervoroso aos covardes e aos indiferentes. Publicará novelas, contos, estórias e romances divertidos e honestos.

“Il Colono Italiano” está jubiloso de ver a luz hoje, quando todo mundo católico festeja LX Aniversário da 1ª Missa do Pontífice Reinante o sapientíssimo Leão XIII, aos pés de seu trono a humilde felicitação e votos de homenagem e de seus leitores dizendo-lhe: Padre Santo, os católicos italianos imigrados em Caxias e nas colônias vizinhas vos juram devoção e obediência ilimitada e fazem votos para que o senhor Vos conserve por longos anos à frente da Igreja Católica que purifica a Itália, da qual sois a maior glória.<sup>223</sup>

O jornal deixa claro que estará ao lado do colono (italiano), aconselhando-o, guiando-o, sendo o seu advogado. Implicitamente aí estava contida a idéia de oposição frente às autoridades locais (brasileiros). A oposição é ressaltada quando do juramento de fidelidade ao Papa, o que pressupõe a identidade do jornal com os setores conservadores e reformistas da Igreja frente ao liberalismo da Maçonaria. Pode-se dizer, como já foi visto acima, que o periódico nascia em meio às desavenças e às disputas regionais; e por mais que quisesse se afastar delas, via-se sempre envolvido em questões que lhe diziam respeito. Contudo, é explícito o seu desejo de não tratar de política, pois, segundo afirmava, já existia na cidade *O Caxiense* que se dedicava ao tema. A orientação a esse respeito era a de que os colonos fossem submissos, obedientes às leis e às autoridades constituídas, fato que se apresenta ser também contraditório, pois a obediência que dizia respeito ao governo do Estado transformava-se em oposição em se tratando do poder municipal, representante do Partido Republicano Rio-Grandense na cidade.

Segundo Márcia Sanocki, essa contradição explica as bases frágeis em que se formou a estrutura de poder nas colônias, em que, além do colono em geral, a pequena elite comercial e industrial imigrante procurava firmar-se politicamente, opondo-se, muitas vezes, aos administradores municipais. Essa elite nascente precisou de um suporte para angariar o apoio de

---

<sup>223</sup> *Il Colono Italiano*, Caxias, 01 jan. 1898 *apud*, POZENATO; GIRON, 2004, op. cit., p.41-42.

operários e agricultores e, naquele momento, a Igreja, através do instrumento jornalístico, pôde fornecer esse suporte.<sup>224</sup>

A evidência dessa associação vem à tona quando a Federação Católica Caxiense promove a Exposição Agrícola e Industrial, cuja cobertura fora dada pelo jornal. Dela participaram os principais industriais e comerciantes da cidade, cujo fim era apresentar ao Estado o desenvolvimento e a pujança da economia do local.<sup>225</sup>

No debate com a Maçonaria, o jornal buscava, nos acontecimentos europeus, elementos para sustentar a sua luta contra a referida ordem. Assim, no artigo “As Cinco Circulares de Rudini”, faziam-se críticas ao marquês de Rudini que, na Itália, havia expedido circulares, ao condenar as associações católicas, qualificando-as de anarquistas e socialistas. As circulares haviam sido publicadas pelo jornal *O Caxiense* que, pouco antes, apresentava-se favorável à idéia de Nosadini de criação de colégios preparatórios aos cursos superiores; porém, devido a tais circulares *O Caxiense* mostrava-se apreensivo quanto às associações criadas pelo padre. Assim se referia a notícia a respeito: “O marquês de Rudini dirigiu circular aos prefeitos de polícia, ordenando que as associações clericais fossem tratadas como o são os centros anarquistas e socialistas e que nesse sentido combatessem a propaganda papista.”<sup>226</sup>

A essa notícia, o jornal de Nosadini respondia com outros artigos extraídos de jornais italianos que se colocavam contra as declarações do marquês. Segundo esses jornais, as circulares eram “odiosas e policialescas”, acusavam Rudini de sensacionalismo, ao querer propagandear as suas medidas qualificando-as como tolices. *Il Colono Italiano* complementa a sua defesa, noticiando que, no dia seguinte à publicação das circulares, cerca de 500.000 pessoas haviam tomado a *Piazza Navona*, protestando contra o aumento da taxa de riqueza móvel. O relato segue, ao descrever os confrontos ocorridos naquele dia, a ação violenta da polícia contra os manifestantes, acusando o governo de prepotente e vil em relação ao povo.<sup>227</sup>

<sup>224</sup> SANOCKI, Márcia. *Il Colono Italiano: comércio, imprensa e poder em Caxias no século XIX*. In: DREHER, Martin Norberto (org.). **Imigração & imprensa**. Porto Alegre: EST, 2004. p. 551.

<sup>225</sup> *Il Colono Italiano*, 01 abril de 1898.

<sup>226</sup> *Il Colono Italiano*, 01 jan. de 1898.

Os anarquistas e socialistas vinham sendo perseguidos pelo governo italiano desde o segundo governo Crispi (1893-1896), quando este começou a perseguir organizações sindicais das classes populares como os *fasci siciliani*. Iniciou-se a repressão aos movimentos operários, o Partido Socialista foi posto na ilegalidade e muitos ativistas da extrema esquerda foram presos. As circulares de Rudini pretendiam dar o mesmo tratamento às organizações católicas. Ver: UGO, Gianluigi. **Piccola Storia D'Italia**. Perugia: Guerra Edizioni, 1994. p. 114.

<sup>227</sup> *Il Colono Italiano*, 01 jan. de 1898

Para homenagear os trabalhadores da terra, o jornal publica em primeira página na primeira edição o Hino da Federação Católica Caxiense, sendo que este era o mesmo hino da Federação Católica Operária da Diocese de Vicenza.

De um véu de névoa o brilho  
Somente a minha testa marcou  
Me cingindo com pérolas  
As gotas de suor;  
Viva o trabalho!

O pão, já que sou pobre,  
O peço a cada manhã  
Ao campo, à oficina  
Dirigindo-me ao Senhor  
Viva o trabalho!

No casebre de Nazaré  
Um operário santo  
Com seu filhinho ao lado  
Com o paraíso no coração  
Sacralizou o trabalho!

Deus me sustenta; o Cândido  
Vigia do Vaticano  
Levanta sobre mim a sua mão,  
Me cobre com seu amor;  
Viva o trabalho!

E eu sou feliz com o nobre  
Pensamento, que o meu suor  
Lava perante Deus  
Os meus erros do passado  
Viva o trabalho!

Com a crua mão ensangüentada  
De meu sangue, peço perdão;  
No seio eu me abandono  
De quem sabe a minha dor  
Viva o trabalho!

Saco de maldades! De Satanás  
Caia o império dividido  
O sucessor de Pedro  
Retorne à idade de ouro:  
Viva o trabalho!

De liberdade, se rejubila  
Estremece o mentiroso estrídulo;  
Eu sigo o meu estandarte  
Que marca com iniciais de ouro  
Fé e trabalho!

Quantos agirão no vínculo  
Sejam devotos da Fé,  
Castos sejam os afetos,  
Seja robusto o coração;  
Viva o trabalho!<sup>228</sup>

Ao enaltecer o colono católico e trabalhador, a imagem do progresso estará presente em diversos momentos. O italiano que se expande pelo mundo é responsável também pela sua civilização. No artigo “Avante à Descoberta da América”, o jornal aponta o genovês Cristóvão Colombo como o iniciador de uma segunda era para a História. A primeira fora marcada pela vinda de Cristo, porém havia sido limitada apenas a um grupo reduzido de pessoas. Na segunda fase, a palavra do Salvador espalhará-se pelos quatro cantos do mundo, graças à engenhosidade do gênio humano. Progresso e religião andam de braços dados, segundo o jornal, “a História da descoberta da América constitui, sem dúvida, o acontecimento mais importante desta Segunda Idade, na qual a população do Novo Mundo veio a ser chamada para fazer parte deste rebanho”<sup>229</sup>

É interessante reconhecer, aqui, que a idéia de progresso é vinculada na referida reportagem somente quando há o apoio da religião. O avanço das colônias italianas apresenta a sua base forte no Catolicismo, diferentemente da Itália liberal, sujeita a um progresso degenerador e aviltante da condição humana. Para *Il Colono Italiano*, os “conquistadores da cidade eterna” queriam transformá-la em uma metrópole ao exemplo de Londres, Paris, Viena, Berlim. Entretanto, aos redores dos palácios modernos, acumulavam-se as “colméias humanas”,

---

<sup>228</sup> D'um brumo velo il fulgido/Sol la mia fronte há tinta/Me l'han di perle cinta/Le stille di sudor;/Viva il lavor!  
Il pan, perch'io son povero,/Domando agni mattina/Al campo all'óficina/Volgendomi al Signore;/Viva il lavor!  
Nel Casolar di Nazaret/Um Operaio Santo,/Col Figlietto accanto,/Col paradiso in cor,/Sacrò il lavor!  
Dio mi sorrege; il Candido/Veglio del Vaticano/Leva su me la mano,/Mi copre del suo amor;/Viva il lavor!  
Ed io son lieto al nobile/Pensier, che il sudor mio/Lava dinanzi a Dio/Imiei passati error/Viva il lavor!  
A cruda man che sanguina/Del sangue mio, perdono;/Nel seno io m'abbandono/Dichi sa il mio dolor;/Viva il lavor!  
Pera il fellon! Di Satana/Cada il diviso impero/Il Sucesor di Piero/Torni l'età dell'ôr:/Viva il lavor!  
Di libertá, di gaudii/Romba bugiardo squillo;/Io segue il mio vessillo/Che segna a cifre d'ôr/Fede i lavor!  
Quanti operarai nel vincolo/Siam della Fede stretti,/Casti serbiam gli affetti,/ Serbiam robusto il cor;/Viva il lavor!  
*Il Colono Italiano*, 01 jan. de 1898.

<sup>229</sup> *Il Colono Italiano*, 01 fev. de 1898.

as construções toscas e sem regras, os operários ou desocupados cujos salários eram baixíssimos, enfim, a precária condição humana que o jornal convidava o leitor a percorrer, ao entrar nas casas e descrever a vida dos moradores.<sup>230</sup> Na descrição desta Itália, o trabalho não possui o mesmo teor edificante encontrado nas colônias do Brasil. Seu produto gera a miséria de uma sociedade corrompida, enquanto, aqui, o Catolicismo purifica e fornece o fruto justo do labor diário.

Outro elemento que o jornal destaca é a índole ordeira dos católicos, sendo eles pacifistas e não-afeitos a revanches, como julgavam os seus adversários. Uma prova disso é dada por ocasião de uma homenagem ao intendente de Caxias, José Cândido de Campos Júnior, no dia 24 de junho de 1898. Naquela ocasião, o intendente havia recebido da comunidade o seu retrato pintado a óleo; a solenidade contou com a presença de simpatizantes e de alunos das escolas públicas da cidade que, em procissão, trouxeram-lhe o presente. Nos discursos pronunciados naquele momento, o jornal destacava a passagem final da fala de Campos Júnior: “Nesta cidade não se precisa de rosários nem bandeiras de valor, mas pela prosperidade precisa banir o jesuitismo e seguir o caminho do mártir do Gólgota”. A não-reação dos católicos a tais ofensas serviu para evidenciar que os mesmos respeitavam as opiniões de todos e não tumultuavam, coisa que jamais fariam, qualquer que seja a festa dos adversários.<sup>231</sup>

Entretanto o ambiente não era pacífico na cidade, pois as disputas do pároco com o intendente levaram a um atentado à bala contra Campos Júnior, na noite de 24 de março de 1898. Deste modo, a vítima descreve o ocorrido em comunicado ao delegado de polícia Ernesto Masiaj.

Levo a vosso conhecimento que às 11 horas da noite passada, estando a iluminação já apagada e achando-me à janela do pavimento superior onde resido, pois que, como é público, costumo acomodar-me tarde, divulguei um vulto que vinha a cavalo de cima pelo meio da rua, e quase ao enfrentar o lugar em que me achava desfechou um tiro, que felizmente não me atingiu, disparando em seguida para o prolongamento da rua.<sup>232</sup>

O atentado acirrou os ânimos entre as duas facções: Pedro Nosadini foi responsabilizado do fato pelos maçons que o acusaram - ele e suas Ligas Católicas -, de serem os agrupamentos revolucionários. A resposta do pároco viria na edição de 15 de julho de 1898 em um artigo intitulado “Revolucionários?”

Não acreditem que seja somente o Campos que joga na cara dos sócios das Sociedades Católicas o qualificativo de revolucionários, tenham a bondade de ler a anedota agradável que estamos por narrar. Um belo dia do mês de maio os bons católicos

<sup>230</sup> *Il Colono Italiano*, 15 mai. de 1898.

<sup>231</sup> *Il Colono Italiano*, 15 jul. de 1898

<sup>232</sup> ADAMI, 1971, op. Cit., p. 86.



de um certo lugar estavam reunidos espontaneamente em uma das casas para constituir um Comitê Paroquial.

A pouca distância do lugar da reunião se via um pequeno grupo de pessoas no qual estavam dois meeiros, um de estatura alta e outro pequena, os quais, vendo que o comitê estava por constituir-se, estudavam todos os modos para evitar tal desastre.

Então, astuciosamente disseram que os membros das Sociedades Católicas seriam logo chamados a pegar em armas para combater não sei quem nem o porquê. Mas uma vez que sempre há ingênuos, um que havia dado o nome para o Comitê se meteu em tal desespero, derramando tantas amargas lágrimas e não serenou se não quando lhe foi assegurado que o seu nome havia sido retirado do Comitê.

Somos revolucionários?

Digamos claramente:

Sim, somos revolucionários...

E contra quem faremos a revolução?

Contra o vício, contra a impiedade. Mas quais serão nossas armas? Nos armaremos de fuzis ou de canhões? As nossas armas serão três: a reza, a ação e o sacrifício.<sup>233</sup>

No último número do jornal em 21 de agosto de 1898, ocorreram novamente defesas do Comitê Católico de Santa Tereza de Caxias contra as acusações da intendência. Nosadini recomenda cautela e tranqüilidade aos seus sócios. Reafirma a sua intenção pacifista e comenta as palavras do bispo diocesano de que, se acaso ele, Nosadini, fosse retirado da cidade, não mandaria mais outro padre para Caxias, pois já havia mandado para o local mais de vinte sacerdotes, sendo que nenhum conseguira ali durar muito tempo<sup>234</sup>. Em seguida, tem-se novamente um artigo que trata da mesma questão, porém os atritos agora se referem à Itália. O ocorrido na colônia, na verdade, era um microcosmos das questões européias, principalmente italianas. Com o título “Católicos Italianos e o Governo”, voltam-se as acusações de perseguições às associações católicas - sempre um perigo a espreitar as instituições italianas constituídas.<sup>235</sup>

A situação chegou a tal ponto que acabou por envolver a maior autoridade política do Estado, Borges de Medeiros. Tanto Campos Júnior quanto Pedro Nosadini enviaram correspondência endereçada ao Presidente do Estado, informando-o da situação e procurando defenderem-se das acusações que ambos trocavam. Na carta do pároco, pode-se avaliar o teor da discussão e saber de que culpas o intendente lhe imputava sobre as desordens na cidade. Assim se expressava Nosadini a Borges de Medeiros:

Se não me falha a memória, as acusações que me fez Campos foram seis, a saber:

1º- que eu tenho sido a causa da saída do Padre Argenta de Caxias;

2º- Que em minhas prédicas falo continuamente contra a Maçonaria;

<sup>233</sup> *Il Colono Italiano*, 15 jul. de 1898.

<sup>234</sup> O pedido de retirada do padre fora feito através de uma comissão de maçons que haviam se dirigido ao bispo D. Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão para que o mesmo interviesse no caso. Ver: GIRON, Loraine Slomp. **As Sombras do Littorio**. Porto Alegre: Parlandia, 1994. p. 54-55.

<sup>235</sup> *Il Colono Italiano*, 21.ago. de 1898.

- 3°- Que em minhas prédicas falo contra a Itália;
- 4°- Que faço nascer como um cisma entre os católicos, dizendo que não é católico aquele que não dá seu nome às sociedades católicas;
- 5°- que exijo que o Campos retirasse uma peça de música do corpo musical S. Cecília;
- 6°- de eu ter eliminado da comissão da nova Igreja os Srs. Balen, Bonato e Maineri.<sup>236</sup>

A questão tornou-se insustentável, e o *Il Colono Italiano* já havia cessado a sua publicação no mês de agosto. Em dezembro de 1898, Pedro Nosadini seria transferido e voltaria à Itália. Campos Júnior, em 1900, também deixaria a região por desentendimentos com a Associação Comercial de Caxias. Em 1903, a loja maçônica existente na cidade, “Força e Fraternidade” deixaria de funcionar; desta forma, os ânimos foram temporariamente apaziguados.

Assim, a primeira experiência da imprensa católica na região colonial durara apenas oito meses e sucumbira aos choques políticos entre clero e Maçonaria. No entanto este jornal já dera as diretrizes básicas em que iria se basear a imprensa católica regional, isto é, a defesa incondicional do papado, associando a identidade imigrante à figura do católico italiano ordeiro e trabalhador. Certamente que as circunstâncias em que surgiriam os outros periódicos não eram as mesmas, pois os seus pontos de vista irão variar conforme a linha editorial impressa por quem dirigia o jornal. As primeiras duas décadas do século XX presenciaram o aparecimento de dois jornais católicos de grande importância na região colonial: *La Libertà* e *Il Corriere d'Italia*. Compreender a trajetória de tais publicações é fundamental para o entendimento da postura da Igreja frente ao imigrante.

### **2.2.2 LA LIBERTÀ E SEU PROGRAMA**

O primeiro número de *La Libertà* foi publicado em 13 de fevereiro de 1909. O jornal era de propriedade do padre palotino Carmine Fasulo, então pároco de Caxias do Sul. Com tipografia própria, esta era a segunda tentativa de implantar um jornal católico na região e novamente na cidade de Caxias. Fasulo tinha consciência das dificuldades que enfrentaria e convidava o clero a apoiar a sua iniciativa; além disso, definia seu jornal como único italiano e

---

<sup>236</sup>ADAMI, 1971, op. Cit., p. 91.

francamente católico da diocese. A folha tinha publicação semanal, circulando às terças-feiras e sendo composta por quatro páginas. Os primeiros números eram dedicados a justificar a publicação, expor os seus objetivos, especificar o seu programa. Trazia em primeira página a sua orientação editorial, com um lembrete, alertando a seus colaboradores de que não aceitaria escritos contrários ao seu espírito.

*La Libertà* aspira à suprema autoridade eclesiástica diocesana, saindo hoje pela primeira vez na arena jornalística.

Tendo em vista as normas seguidas por aqueles que nos precederam, cumprimos o dever de manifestar neste primeiro número qual será o programa por nós proposto a desenvolver e o diremos em poucas palavras.

O nosso jornal será semanal de índole essencialmente católica, apostólica, romana, será papal no mais estrito sentido da palavra. Nós não sabemos conceber um jornal católico sem que seja papal. Para um verdadeiro católico, depois de Deus, o Papa é tudo.

*La Libertà* fará seu não só o comando mas os mesmos desejos do Romano Pontífice.

Nós não entendemos e não queremos iludir ninguém. *La Libertà* nasce católico e viverá católico e se um dia devesse morrer o último suspiro será consagrado ao augusto vigilante do Vaticano, lugar tenente de Cristo na Terra.

*La Libertà* poderá morrer, mas Deus não morre.

Com isso não se deve entender que o nosso jornal tratará exclusivamente de assuntos religiosos. Nós levaremos aos nossos egrégios leitores tudo o que os possa interessar também do lado material.

Portanto trataremos de agricultura, indústria, higiene e também um pouco de medicina prática, tudo coisas que consideramos não só úteis mas também necessárias ao desenvolvimento da vida social.

*La Libertà* será rico em notícias mundiais e mais especialmente da Itália e deste Estado do Rio Grande do Sul.

Com amor à religião entendemos consolidar nos nossos leitores o amor à pátria de origem e esta de adoção, convictos como somos que um bom católico será sempre um ótimo cidadão. Não foi ensinado pelo próprio Jesus Cristo a dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus?

Se pode pois declarar que *La Libertà* querendo ser tal não só de nome mas de fato, será decisivamente alheio à política partidária. [...]

Atingiremos nossos objetivos? Não sabemos. Aquilo que podemos dizer, porém, se é que, dada a santidade dos fins a que estamos propostos, possamos esperar encontrar, especialmente da parte dos católicos, a generosa correspondência ao qual se devem aos homens de boa vontade.

Se tanto obtivermos, até agora podemos afirmar que a nossa modesta *Libertà* é reservada a glória de um longo porvir, glória que deverá redundar em honra das opiniões que haveremos extenuamente de justificar no atual e presente programa inspirado no daquele do reinante pontífice: *instaurare omnia in Cristo*.<sup>237</sup>

A liberdade é entendida apenas como liberdade em Cristo e, como sua palavra emana da suprema autoridade de Roma, é nela que o jornal se apoiará. O espírito moderno estava impregnado da idéia de destruir a palavra santa, pois no mundo predominava uma só política, ou

<sup>237</sup> *La Libertà*, 13 fev. de 1909.

seja, a de “guerrear a fé católica e seus defensores”. Essas forças desagregadoras procuravam lançar a ruína sobre a obra cristã - combater esse mal era a função da boa imprensa.<sup>238</sup>

A dita verdade da imprensa ímpia não passava de um arrazoado de opiniões desmentidas de um dia para o outro. Os impostores de uma sociedade “amodernada” iludiam a “turba servil” que se julgava portadora de idéias liberais e respeitadoras da dignidade humana. No entanto, a verdade é somente a eterna palavra de Cristo, o Verbo feito homem que surgira para sujeitar os “déspotas cruéis” que esfaimaram os povos e os reduziram à última das misérias. A liberdade pregada pelos que se julgavam esclarecidos levava o homem ao caminho do crime, e a toda uma “corrente abjeta de paixões.” O progresso e a riqueza traziam ao homem o luxo arrastando-o à “sentina fétida de todos os vícios”. A Modernidade andava lado a lado com a corrupção moral e, tal qual a decadência da antiga Roma, assim também se comparavam os tempos atuais em que vivia a Cidade Eterna,

chegando a um estado, uma cidade ao auge da riqueza, desenvolvem-se a efeminação e a moleza, o luxo domina, as virtudes emigram, corrompem-se os costumes, as paixões conflagram violentas: por fim a peste, a guerra, os terremotos devastam esse país, reduzem a ruínas esta cidade<sup>239</sup>

A História já não seguia o caminho redentor proposto por Cristo. A Modernidade era encarada sob um ângulo de decadência da raça humana. Cabe, aqui, uma indagação, nesse sentido: qual é missão mais nobre do que tentar salvá-la? Esse era o papel boa imprensa que - combatendo aos “jacobinos e aos livres pensadores” e sustentada por aqueles que, vendo a luz, resolveram “abrir seu coração e sua bolsa” – desfraldava a sua bandeira de guerra em prol de um jornalismo que defendesse a verdade, a liberdade e destruísse com “prudentes e cerradas polêmicas os preconceitos e os erros”, apontando para os “mentirosos e empíricos”, ao tirar a máscara “lisonjeira de que se revestem certas cabeças ocas, verdadeiros exploradores do povo”. A um jornal de verdade não seria dado o espaço para “as notícias chulas, as histórias escandalosas e os dramas lamentáveis”, pois o “jornalista honrado não se vende a partidos e não pode abrir vergonhosamente a mão para receber uma porção do prato de manteiga”.<sup>240</sup>

Estes eram os deveres dessa imprensa, isto é, não sucumbir ao mero jornalismo comercial, o qual exigia menos esforço intelectual do que os dividendos dos proprietários e acionistas, e que certamente, acarretava prejuízo à seriedade e ao caráter da empresa que, em seu

---

<sup>238</sup> *La Libertà*, 20 fev. de 1909.

<sup>239</sup> *La Libertà*, 27 fev. de 1909.

<sup>240</sup> *La Libertà*, 17 abr. de 1909.

declive natural, disseminava mais “o lodo da vida do que a honra, mais o veneno do que as flores.”<sup>241</sup>

Por fim, surge a questão crucial: a relação entre Cristianismo e Pátria. Seguindo a argumentação, o conceito de Pátria surge primeiramente como patrimônio material, fruto da guerra e do egoísmo humano. “A Pátria era o solo do campo e das florestas, o depósito de minério, o porto, o rio, o lago”. Entretanto, o mero sentido material da conquista não dura muito e é sobreposto por um mais nobre, que é o sentimento de amor aos antepassados e aos deuses. Pátria ganha, aqui, um sentido sobrenatural, pois diz respeito não só a matéria mas também ao espírito. A herança da educação em família é que mantém a sobrevivência desse sentimento, visto que a Pátria torna-se uma extensão da família que universaliza o amor e une as fronteiras entre os povos. Unidos pelo sentimento fraternal, os povos se irmanam e lançam as pedras milenares do progresso humano.<sup>242</sup>

Desta maneira, a idéia que surge aqui é a de uma Pátria universal, “a Pátria do homem é o mundo”, “nós, cristãos, somos por um cosmopolitismo intenso”<sup>243</sup>, e o centro deste mundo cosmopolita era, claramente, a Itália e, especificamente, Roma. No entanto, o excessivo amor à pátria havia desvirtuado o seu sentido e dado margem ao egoísmo e às violências praticadas contra ela. A arrogância e a intolerância tornaram-se os qualificativos da nova ordem, surrupiando o centro vital da suposta pátria universal. Os acontecimentos de 1870 na Itália são o marco desses novos tempos.

Os anos 70 foram fatais para a Itália porque essa data é a data do ódio. Desde os 70 passaram anos de opressão para quem sustentava sua condição de crente. Aos que tinham fé, se viam fechadas as portas de empregos, dos cargos, das honras, mantidos como homens de natureza inferior à da humana. A opressão dura e mantida pela etiqueta de um partido liberal (a ironia do nome é significativa) que não sabe compreender a alma italiana e a qual dá cegamente ao povo cristão o mesmo tratamento dos circos romanos.<sup>244</sup>

O patriotismo do católico italiano era diverso daquele dos italianos oficiais. Os primeiros amavam a Itália das grandes figuras humanísticas como Verdi, Ticiano, Miguel Ângelo, Rafael; amavam a língua italiana que sonoramente espalhava a voz do Evangelho pelo mundo; a Itália que, em seu coração, vivia Pedro, o vigário de Cristo e que deveria continuar a sua missão de levar a civilidade para cada parte do mundo.<sup>245</sup> Sem dúvida amar essa Itália, ainda

<sup>241</sup> *La Libertà*, 22 mai. de 1909.

<sup>242</sup> *La Libertà*, 08 mai. de 1909.

<sup>243</sup> *La Libertà*, 29 mai. de 1909.

<sup>244</sup> *La Libertà*, 15 mai. de 1919.

<sup>245</sup> *La Libertà*, 12 jun. de 1909.

que aviltada pelos inimigos, era repetir o gesto mais sublime de toda a História da humanidade – isto é, aquele em que Cristo, embora traído e condenado à morte pelo seu povo, não o abandonava e não rogava a Deus que lhe imputasse o castigo divino, mas sim, pedia que lhes perdoassem, pois estes não sabiam o que estavam fazendo.<sup>246</sup> Deste modo, Jesus não abandona o seu povo e morre fiel à sua Pátria.

Desta forma, o universalismo patriótico condensa-se na estirpe italiana, amar à Itália é amar o mundo, mas, sobretudo, amar à Itália católica é dar continuidade à sagrada missão de Cristo. Patriotismo e Cristianismo encontram-se, justificam-se um ao outro; para o jornal, os italianos eram o segundo povo eleito.

Carmine Fasulo, no entanto, não teria vida longa à frente do jornal: no mês de dezembro de 1909, abandonara a cidade devido aos mesmos motivos que haviam levado Pedro Nosadini de volta à Itália. Desta forma o jornal passa às mãos do padre João Fronchetti, pároco de Conde d’Eu que, juntamente com mais dois sócios, Adolfo Morreau e João Carlotto, adquire o maquinário, transferindo-o àquela localidade. Ali passa a publicar a folha, dedicando-se quase exclusivamente a esta tarefa, enquanto as funções ministeriais da paróquia eram executadas pelos capuchinhos, então auxiliares e apoiadores de Fronchetti. A mudança de direção acarretaria também a mudança de nome: *La Libertà* passaria a chamar-se já no mês de janeiro de 1910, *Il Colono Italiano*, o mesmo nome da antiga publicação de 1898. A escolha do mesmo título era significativa, pois o jornal propunha-se a divulgar as mesmas idéias reformistas, reafirmando os propósitos de ser “o amigo, conselheiro e defensor do colono”; define-se, ainda, francamente católico; atenderia religiosamente aos comandos das autoridades eclesiásticas e, conservar-se-ia plenamente livre e independente, pois seria decisivamente alheio à política partidária.<sup>247</sup> A única questão a acrescentar ao programa era a de que, agora, além das notícias mundiais (basicamente italianas) e estaduais (somente as das colônias), seriam incluídas as do Vêneto e Tirol - isso se explicava pelo fato de que João Fronchetti tinha nacionalidade austríaca, ocupando, inclusive o cargo de vice-cônsul da Áustria na região.<sup>248</sup>

---

<sup>246</sup> *La Libertà*, 05 jun. de 1909.

<sup>247</sup> *La Libertà*, 15 jan. de 1910.

<sup>248</sup> POSSAMAI, Paulo. Imprensa e italianidade: RS (1875-1937). In: DREHER, Martin Norberto (org.). **Imigração & imprensa**. Porto Alegre: EST, 2004. p. 579.

### 2.2.3 *IL CORRIERE d'ITALIA* E A DEFESA DA ITALIANIDADE

*Il Corriere d'Italia* surgiu ainda em 1912 em Bento Gonçalves, quando o antigo jornal (cujo nome homônimo da cidade e dirigido por Júlio Lorenzoni) havia deixado de circular. Seu redator-chefe era o padre Estevão Minetti que logo abandonaria o seu posto por ser transferido do local, passando o cargo ao padre Henrique Domingos Poggi. O início difícil e a repentina mudança de Minetti haviam deixado o jornal em uma situação crítica, fato que levara Domingos Poggi a bater às portas dos missionários de São Carlos. A tentativa dera certo, e o superior da congregação, padre Henrique Preti, além de sanar as finanças do jornal, mandara, em auxílio de Poggi, o padre João Costanzo com o qual dividiu a direção da publicação.<sup>249</sup>

Essa era a oportunidade certa que os carlistas esperavam para concretizar o que D. Scalabrini sempre desejava:

Filhinhos, na América, para onde eu vos envio em nome do Senhor, vocês terão que se dedicar a igrejas, escolas, hospitais, orfanatos e secretarias em favor de nossos irmãos emigrantes, mas não esqueçam a imprensa! Onde não chegam vocês, chega o bom jornal, que pregará em nome de vocês.<sup>250</sup>

Fiel ao pensamento scalabriniano, o jornal definia-se como *italianíssimo*, apresentando o objetivo de “aumentar o conceito dos italianos entre os brasileiros através da promoção do decoro e da força moral entre os colonos.”<sup>251</sup> O jornal, na verdade, não apresenta no primeiro número um editorial que esclarecesse o seu posicionamento e o seu programa - esses serão reconhecidos na leitura de suas matérias, no enfoque dado a seus artigos. “O programa que os míopes queriam ver já no primeiro número aparece pouco a pouco, linha após linha de cada exemplar, fazendo-se líder dos colonos nas mais vitais questões que agitam nossa colônia.”<sup>252</sup>

Composto por quatro páginas e circulando às sextas-feiras, o jornal trazia na folha inicial notícias da Itália; na segunda se ocupava com o informativo das colônias italianas gaúcha, e a terceira e quarta folhas eram reservadas aos anunciantes. No seu intuito de promover a italianidade, trazia em primeira página biografias de importantes personalidades peninsulares como Cristóvão Colombo, rei Humberto I, entre outros. Dos mais nobres aos mais humildes, a

<sup>249</sup> DE BONI; COSTA, 1996, op. cit., p. 42.

A partir de 1915, o carlista João Costanzo assume isoladamente a direção do jornal cargo que ocupará até 1921.

<sup>250</sup> SCALABRINI, *apud*, POSSAMAI, 2004, op. cit., p. 574.

<sup>251</sup> POSSAMAI, loc. cit., p. 574.

<sup>252</sup> *Il Corriere d'Italia*, 23 out. de 1913.

preocupação do jornal não era apenas com as grandes figuras mas também buscava mostrar o valor do colono anônimo. Assim, um colaborador narra a história que, caminhando pelas estradas da colônia, acabou por encontrar dois irmãos agricultores com os quais percorreu um certo trajeto, podendo conversar e trocar idéias com os mesmos. Mas qual foi o espanto do correspondente quando aqueles simples homens começam a declamar Dante e Virgílio - uma cena insólita para quem esperava daqueles rudes apenas as corriqueiras preocupações da terra e da lida diária. Para o correspondente, “o fenômeno dos dois colonos que souberam atingir o cume da alta cultura literária é um fato que consola a alma em meio a tanta presunção, vildade e gente perdida – um fato que honra altamente o nome italiano”<sup>253</sup>

O jornal apresenta seções como “A Itália colonial”, “A Grande Itália” e “A Itália no Exterior”, que trazia notícias das terras conquistadas militarmente e das regiões de emigração. Nesses espaços são descritas as condições de vida e de progresso feitas pelos itálicos no mundo. A recepção das tropas invasoras italianas são descritas com entusiasmo, sendo recebidas com festa pelas populações locais. As solenidades de hasteamento da bandeira tricolor eram o coroamento apoteótico do triunfo da civilidade sobre a barbárie. Os nomes dos militares comandantes e dos soldados caídos em combate são publicados pelo jornal:

O capitão Verri, o coronel Pastorelli, Cagni, Ameglio Millo, Fará, o coronel Maddalena, Reisolli, Torelli e, acima de tudo o general Salsa estão a frente dos puríssimos heróis da primeira campanha na África, aqueles que a História universal já consagra nas páginas eternas: Toselli, Galliano, Cristoforis, Arimondi, Da Bormida, Airaghi, Romero, Masotti, Bianchini, Rosa, Menini e tantos outros serenamente imolados pelo alto sentimento do dever e pela honra da bandeira.<sup>254</sup>

As conquistas coloniais italianas, produto da guerra ítalo-turca (1911-1912) que se adonou da Tripolitânia da Líbia e das ilhas do mar Egeu, reacendeu o sentimento nacionalista italiano em baixa desde a derrota de Ádua, na Abissínia em 1896. Na segunda década do século XX, a tendência imperialista do país encontrava as suas forças políticas mais unidas, fator que esteve ausente no tempo de Crispi. Os conflitos de 1911-1912 haviam agido como um fator a agrupar os diversos setores da sociedade, principalmente a burguesia e uma boa parcela dos católicos transigentes. As vitórias militares reforçavam as posições políticas e econômicas da Itália no Mediterrâneo Oriental, expandindo as suas exportações de capitais até os Balcãs. Junto à expansão econômica vinha a religiosa; diversos missionários acompanhavam os exércitos e a

<sup>253</sup> *Il Corriere d'Italia*, 13 set. de 1913.

<sup>254</sup> *Il Corriere d'Italia*, 30 out. de 1913



Igreja, especialmente os setores moderados. Deram apoio aberto ao governo, contribuindo para a sua obra regeneradora.<sup>255</sup>

Desta maneira, o jornal noticia os feitos humanísticos como a libertação de escravos na Somália, congratulando-se com os “beneméritos da religião e da civilidade”.<sup>256</sup> A evangelização dos negros também impressiona, e os depoimentos dos convertidos são transcritos pelo jornal. Esses normalmente reconhecem as sombras em que viviam e rendem graças aos missionários, “uma vez morto sobre a cruz, Ele mandou os missionários para fazer-me instruído, eu no começo não acreditei, mas os padres me abriram os olhos e fui batizado...”<sup>257</sup>, dizia um dos depoentes. A obra italiana é revestida pelo típico discurso imperialista, e suas conquistas são um benefício para a humanidade. Nas suas comemorações vitoriosas, o rei Vittorio Emanuele III é saudado como o primeiro dos soldados.

Viva o rei! É o grito fêrvido, vigoroso solene e unânime que dos cumes nevados do Trentino, de Cardone, da Carnia e dos ensangüentados montes de Carso as nossas vitoriosas tropas lançam com a vibração de uma energia insólita que se difunde por toda a península, exultando a alma nacional<sup>258</sup>

Fica claro, através disso, qual é a proposta do jornal, embora não tivesse especificado isso em alguma das edições iniciais. Seu conteúdo é explícito, ou seja, manter vivo o sentimento de apego à Itália como sinônimo de civilidade e catolicidade. Entretanto o jornal não se furtaria a uma definição de seu programa, embora tardiamente publicaria em 1916 um esclarecimento sobre os seus ideais de religião e Pátria. Neste ponto, deixemos o jornal falar:

Nós portaremos a bandeira da religião católica porque o nosso jornal é feito especialmente para os italianos que são, quase todos, católicos. É escrito na língua daquela nobre nação que colocou no primeiro artigo de seu estatuto o Catolicismo como religião do Estado. [...]

Isso não quer dizer que falaremos só de religião, mas, quando ocorrer, quando virmos que a religião corre perigo por parte dos inimigos e dos adversários, quando se atentar contra a existência da mesma, nós levantaremos a voz, protestaremos e daremos o alarme contra o inimigo, venha ele de qualquer parte, sem tergiversação, sem temor, seguros da boa causa que defendemos.

Quanto à nossa pátria a faremos amada e respeitada por todos e a defenderemos como bons filhos. Se fizéssemos o contrário, fariamos obra nefanda, seríamos desnaturados, mereceríamos a censura de todos e desagradaríamos a Deus[...].

Amaremos, respeitaremos, defenderemos a nossa pátria e a faremos ser amada e respeitada por todos, porque merece pela sua grandeza, pelo seu valor, pela sua história e pela ótima qualidade de seus cidadãos.<sup>259</sup>

<sup>255</sup> CAROCCI, Giampiero. *Storia d'Italia dall'Unità ad Oggi*. Milão: Feltrinelli, 1998. p. 201-203.

<sup>256</sup> *Il Corriere d'Italia*, 12 fev. de 1914.

<sup>257</sup> *Il Corriere d'Italia*, 28 set. de 1917.

<sup>258</sup> *Il Corriere d'Italia*, 08 out. de 1910.

<sup>259</sup> *Il Corriere d'Italia*, 04 fev. de 1916.

Sobre a definição mais específica de Pátria, leia-se o que segue:

O amor de Pátria tem em nós raízes naturais e profundas como o amor de família, da fé de nossos iguais. O amor de Pátria se impõe como uma voz dolorida e natural, como o amor inspirado nos vínculos de sangue. [...]

A Pátria está no sangue, no ritmo particular de nossa vida, no nosso pensamento, na nossa língua e até na inflexão da nossa voz [...]

Nós a levamos em nossa natureza física como um eco da terra materna e nos nossos corações radiosas e indelévels a sua imagem.

A Pátria é tudo o que dorme nos túmulos, os pais de nossos pais, a chama de nossa vida passada de mão em mão através do tempo até chegar em nós; é o patrimônio de experiência e de glória, de virtudes e de defeitos de força viva e de fraquezas por curar.

A Pátria é o terço glorioso de fé que Deus pôs e conservou nos povos e em meio a qual fez surgir a face do verdadeiro cristianismo

Tudo isso é a Pátria, uma força indestrutível e também terrível. Por este sentimento de amor, o homem sábio sacrificou a sua vida sobre os livros, pais e mães provaram a força de sacrifícios heróicos, milhões de jovens vidas foram para o Holocausto, voluntariamente, entusiasticamente. Esse sentimento não é prerrogativa somente dos povos evoluídos, mas também dos mais bárbaros, e a História da humanidade proclama a universalidade deste amor, a sua profundidade e a sua poesia.

Porém, existem jovens que dizem amar a Pátria, mas esse amor não demonstra o entendimento de seu significado. Da Pátria só conhecem a página gloriosa do *Risorgimento* que não faz em suas almas mais do que um fogo fátuo. Convivem mais com suas jóias do que com sua dor [...] A pátria não é mais do que uma grande família e vale, de certo modo, por essa.<sup>260</sup>

Observa-se a vinculação entre religiosidade e Pátria e da noção desta última com a idéia de hereditariedade; aqui, a Pátria é considerada como um vínculo de sangue e de cultura, mais do que isso, é uma dádiva divina, os elementos materiais e espirituais condensam-se em seu significado. Há alguns pontos em comum entre os programas de *Il Colono Italiano* e *Il Corriere d'Italia*, pois ambos se propunham a defender o colono, a desempenhar bem o papel da boa imprensa, sendo combativos em nome dos direitos católicos. Mais do que meros instrumentos informativos, esses jornais reproduziam um tipo ideal de imigrante, a sociedade perfeita com a qual sonhava o clero, tendo, nessas páginas impressas, o elemento que acreditavam poder orientar e educar o colono.

---

<sup>260</sup> *Il Corriere d'Italia*, 15 fev. de 1918.

### 2.2.4- A FUNÇÃO MORALIZANTE

A sociedade colonial não era a perfeição sonhada pelos que tentavam impor aí uma moral monacal. A luta do clero de orientação ultramontana foi no sentido de extirpar os vícios e de reconduzir aquele homem ao caminho correto. A verdadeira vida moral correspondia ao comportamento ascético, ao compromisso assíduo aos sacramentos, às leituras sãs. Os jornais exortam os seus leitores a comparecerem às missas, a praticarem a piedade, a não acostumarem o corpo e o espírito à frouxidão. Orar e trabalhar: o risco do pecado estava sempre presente. Para tanto, os mandamentos morais incluíam a proibição dos bailes, a decência no vestir-se, “ a secretaria de Estado da Santa Sé advertiu que não se deve admitir o ingresso na igreja de mulheres que estejam vestidas com roupas coladas ao corpo e de mangas curtas.”<sup>261</sup> Os romances imorais de lições cétricas também eram condenados, o cinema era um perigo, principalmente pelo fato de que a maioria dos filmes vinham da maçônica França e da protestante América do Norte - sempre nações prevaricadores na visão deste clero.<sup>262</sup>

Um ponto pouco tratado pela historiografia, mas que fazia parte das preocupações dos jornais, era a questão do suicídio. Há, na verdade, um silêncio sobre o fato, porém a sua prática não era desconhecida na região colonial. Tanto *Il Corriere d'Italia* quanto *Il Colono Italiano* apontam o suicídio como o produto dos grandes centros, enquanto nas regiões mais distantes, em que predomina a vida simples e rural, os casos seriam raros. Sua prática grassa entre as classes mais cultas; entre os agricultores, ele está quase ausente.<sup>263</sup> Novamente aparece a idéia recorrente da vida moderna como sinônimo de dissolução; desta forma, o caminho do suicídio é trilhado pela “livre união, pelo divórcio, pela sedução, ambição e inveja”<sup>264</sup>

Os Livros de Registros de Ocorrências Policiais e os Livros de Registro de Sepultamentos do Cemitério Público de Caxias do Sul fornecem alguns apontamentos sobre a questão. Diversos foram os casos de suicídio, embora, pela análise dos sobrenomes registrados, 90% dos casos digam respeito a brasileiros; cabe ressaltar que houve também a incidência entre italianos e alemães. Os métodos mais empregados eram o envenenamento por cianureto de potássio, seguido por enforcamento e, por fim, a utilização de armas de fogo. Aos suicidas eram-

<sup>261</sup> *Il Corriere d'Italia*, 24 set. de 1925.

<sup>262</sup> *Il Corriere d'Italia*, 08 out. de 1925.

<sup>263</sup> *Il Corriere d'Italia*, 04 mar. de 1926.

<sup>264</sup> *Il Colono Italiano*, 07 ago. de 1913.

lhes negado o sepultamento religioso. O caixão devia entrar no cemitério por sobre a porta principal, assim como o das crianças recém-nascidas e que haviam morrido sem serem batizadas, sendo enterrados nas partes dos fundos do mesmo, onde a terra não era benta.<sup>265</sup>

O suicídio era um atentado contra um dom divino, a vida, e ninguém possuía autoridade sobre ela a não ser Deus. Por outro lado, se o criador é, acima de tudo, o Verbo que se fez Homem, nada mais injurioso do que utilizar este Verbo para ofendê-lo. Assim, a prática da blasfêmia será outro ponto em que os jornais, em sua missão moralista, tentarão coibir. A campanha era descrita como uma “cruzada contra a ignorância e a incultura” na qual se cumpria “uma obra de educação moral e intelectual entre a plebe trabalhadora de base sinceramente nacional e patriótica.”<sup>266</sup> *Il Corriere d'Italia* descrevia a blasfêmia como “reprovável, porque contrária a civilidade”. Na Itália essa ofensa a Deus chegava ao extremo, o que faria qualquer um crer que este povo estava em meio aos selvagens.<sup>267</sup>

Riolando Azzi descreve a blasfêmia como uma forma de

protesto contra o peso da dominação religiosa exercida sobre a vida da pessoa. Por isso, não é sem razão que os italianos se transformaram num dos povos entre os quais o hábito da blasfêmia tornou-se o mais generalizado. De fato, desde a época medieval a Itália se constituiu num território onde a influência e a hegemonia eclesiástica se manifestaram de forma mais contínua e autoritária. Essa hegemonia eclesiástica era transferida nessa época para a área de imigração italiana no Brasil.<sup>268</sup>

Entretanto havia outros vícios aos quais o jornal se reportava: o tabaco era o primeiro deles, “o uso do tabaco faz mal à inteligência, excita os nervos, sufoca as nobres disposições, mina o vigor do cérebro e impede o crescimento do corpo e o desenvolvimento das faculdades mentais, principalmente nos jovens.”<sup>269</sup> É importante destacar que a degeneração física une-se a moral. Segundo o periódico em uma pesquisa realizada em Milão, esta havia “revelado que quase a totalidade dos pequenos reclusos, entre os 9 e os 21 anos, são afetados por este pernicioso hábito e na solidão da cela recebem mais tabaco do que pão.”<sup>270</sup> “Nenhuma coisa

<sup>265</sup> COSTA, Rovílio; BATTISTEL, Arlindo. **Assim vivem os italianos**. Porto Alegre: EDUCS/EST, 1982. p. 220.

<sup>266</sup> *Staffetta Riograndense*, 17 jan. de 1923.

<sup>267</sup> *Il Corriere d'Italia*, 28 jan. de 1916.

<sup>268</sup> AZZI, 1993, op. Cit., p. 92

Os próprios colonos criavam formas de escapar à blasfêmia, como conta Maria Catharina em seu relato a Rovílio Costa. Esta afirmava que seu avô ao invés de dizer “hóstia”, palavra santa que se configurava como blasfêmia, dizia “Ostcia”, segundo declarava, nome de uma cidade, portanto, expressão não-ofensiva. COSTA; BATTISTEL, op. cit., p. 234.

<sup>269</sup> *Staffetta Riograndense*, 13 nov. de 1919.

<sup>270</sup> *Staffetta Riograndense*, 16 jul. de 1924.

influi tão seguramente a destruir o sentimento de honra e a transformar os jovens em impostores e vis quanto o vício do tabaco.”<sup>271</sup>

Por fim, o ato de fumar conduzia a outro vício, ainda mais pernicioso, o alcoolismo: “fumar excita a sede e o desejo das bebidas fortes.”<sup>272</sup> A luta contra a *ubriachezza* foi uma das primeiras bandeiras levantadas pelos jornais. Em 1909 *La Libertà* apontava que em uma linha de 200 famílias havia 5 fábricas de cerveja, e a embriaguez era descrita como a maior praga das colônias, fato que poderia pôr em risco o futuro progresso das mesmas.<sup>273</sup> “Um perigo assola o porvir das colônias do Rio Grande do Sul: é o fenômeno da embriaguez que atinge ali proporções alarmantes.”<sup>274</sup> De fato, o alcoolismo sempre foi um fator presente entre os imigrantes. Júlio Lorenzoni lembrava em suas memórias que

o consumo anual de puro vinho, somente na Sede, vendido a varejo, nos anos de 1884 até 1900, sem exagero algum, nunca era inferior a dois mil quintos ou seja cento e sessenta mil litros. O preço dessa bebida era de duzentos réis a garrafa nos primeiros anos, subindo até quatrocentos réis mais tarde.

Além do consumo de vinho, havia também o da cachaça de cana-de-açúcar e da graspa, bebidas que eram vendidas a preços módicos, motivo pelo qual todos bebiam, não somente na Sede, que contava com bom número de adeptos, como nos diversos botequins espalhados pelos centros, como Montebello, Santa Teresa, Caravaggio, etc, e também ao longo das linhas.<sup>275</sup>

A indústria de bebidas esteve presente no início do desenvolvimento econômico colonial; a produção de vinho era preponderante, porém ao seu lado havia outras, como observa o cônsul italiano Enrico Perrod. Segundo ele, na colônia Conde d’Eu, em 1883, havia “2 fábricas de cerveja, tendo alemães como proprietários” e em Dona Isabel encontravam-se “4 fábricas de licores e 4 fábricas de cerveja”<sup>276</sup> Beber aos domingos ou mesmo durante a semana fazia parte do ritual de sociabilidade dos homens; reunir-se nas “bodegas” para cantar, jogar cartas exigia o acompanhamento do vinho, da cachaça ou da graspa. Este era o momento de fugir ao tempo cotidiano do trabalho, das dificuldades, das frustrações. Não raramente a ingestão de bebida em excesso acabava em desavenças, abalando não só a paz pública mas também a privada. Neste sentido, o alcoolismo ameaçava deformar a família e a sociedade. *Il Corriere d’Italia* descreve a sua luta como uma “Santa Cruzada” e, assim como o fumo, o vício aparece como sinônimo de

<sup>271</sup> *Staffetta Riograndense*, 13 nov. de 1919.

<sup>272</sup> *Staffetta Riograndense*, 13 nov. de 1919.

<sup>273</sup> AZEVEDO, Thales de. **Os italianos no Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: EDUCS, 1994. p. 248,251,256. (Cadernos de Pesquisa, 4 )

<sup>274</sup> *Il Colono Italiano*, 15 abr. de 1911.

<sup>275</sup> LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante italiano**. Porto Alegre: PUCRS/Sulina, 1975. p. 162-162.

<sup>276</sup> COSTA, Róvilio et alii. **As colônias Dona Isabel e Conde d’Eu**. Porto Alegre: EST/Fondazione Giovanni Agnelli, 1992. p. 16-20.

criminalidade. Em pesquisa noticiada pelo jornal e realizada na Alemanha, fora constatado que o alcoolismo era responsável por “46% dos homicídios premeditados, 43% dos homicídios involuntários, 51% das tentativas de homicídios e 74% dos casos de ferimentos.”<sup>277</sup>

Não há benefícios na ingestão de álcool, “se pode afirmar, sem medo de errar, que a cerveja, o vinho, a graspa e todos os outros licores não são necessários para a saúde.”<sup>278</sup> O bem físico e espiritual passa pela abstinência, “o álcool é um veneno[...]que prepara a ruína do corpo e da alma.”<sup>279</sup>

No fundo, a luta pela moralização (tendo no combate aos vícios seu principal elemento) visava a um bem maior, isto é, a integridade da família. Essa precisava ser governada com discrição, tendo nos bons exemplos dos pais a pedagogia para a formação dos futuros cristãos. A educação religiosa, isto é, o catecismo, é visto como o antídoto aos males da sociedade. A responsabilidade dessa educação certamente, cabia aos genitores. “A casa paterna é o ninho das crianças, neste ninho as suas almas recebem os primeiros germes da educação, germes que crescem e que permanecem por toda a vida.”<sup>280</sup> É no seio da mesma que são passados os primeiros ensinamentos morais, “é sobre os joelhos da mãe que a criança recebe as primeiras lições, que aprende a rezar e a amar a Deus.”<sup>281</sup> É a família cristã que sustenta o porvir e o fortalecimento da Humanidade, “é a lei cristã que condena a diabólica arte de limitar e pôr freios a natureza, que imperiosamente reclama o direito de multiplicar-se.”<sup>282</sup> A família numerosa era símbolo de Cristandade; na colônia, os padres exigiam dos casais ao menos um filho por ano. Os que se negassem a tais procedimentos eram ameaçados de excomunhão e de não receberem mais o sacramento da absolvição.

Ao homem, pai de família, compete a austeridade da vida moral, e o seu verdadeiro caráter compreende “a bondade, a honestidade, o trabalho, a economia, a fidelidade, a firmeza [...]o hábito do dever a cumprir exatamente e a qualquer custo o que a consciência lhe impõe.”<sup>283</sup> Ao homem forte cabe ser herói; ao fraco e sem caráter, um vil traidor. Aparece a figura ideal de homem como pai de família a contrapor-se ao imigrante real, bêbado, blasfemador. Contudo, a figura paterna não é o centro da família cristã: este é reservado acima de

<sup>277</sup> *Il Corriere d'Italia*, 19 set. de 1918.

<sup>278</sup> *Staffetta Riograndense*, 06 fev. de 1919.

<sup>279</sup> *Staffetta Riograndense*, 14 nov. de 1918.

<sup>280</sup> *Il Colono Italiano*, 29 abr. de 1911

<sup>281</sup> *Staffetta Riograndense*, 17 jan. de 1918.

<sup>282</sup> *Staffetta Riograndense*, 30 nov. de 1927.

<sup>283</sup> *Il Colono Italiano*, 11 dez. de 1913.

tudo à mãe. A mulher representa a obra de sacralização por parte da Igreja, a encarnação perfeita da idéia de virtude e pureza.

A casa é o santuário da família. O marido e os filhos, após terem trabalhado o dia inteiro, retornam a ela seguros de encontrar entre seus muros benditos o descanso para os seus membros cansados e juntamente o doce alívio para o espírito. [...] A casa é o ninho de todos os afetos, a fonte de todos os bens, a mestra de todas as mais belas ações. Um povo é tanto mais honesto e civil quanto mais a ama e a honra.[...] Mas da casa a rainha é a mulher. A mãe é a confidente e a mestra de seus filhos, a irmã é a doce mediadora, o anjo modesto que guia pelas vias suaves o ânimo dos irmãos à bondade. Esposa e filha, a mulher tem, entre as paredes domésticas, tarefas importantes e especiais, e de sua inteligência, de sua fidelidade e de seu cumprimento depende a felicidade de toda a família.<sup>284</sup>

A mulher era o ponto fraco da sociedade colonial; reduzida a seu modelo ideal, tornava-se o exemplo de perfeição. No entanto, a trajetória e a vida das mulheres imigrantes eram reduzidas a um papel secundário em uma sociedade profundamente paternalista; além disso, havia sobre elas o estigma do pecado original. Economicamente elas encaravam uma função dupla, trabalhando durante o dia no auxílio aos homens na lavoura e, pela noite, entregues aos afazeres domésticos e com atividades de complemento para a renda familiar. Em relação aos homens, a sua situação era de igual responsabilidade, porém de desigualdade quanto aos direitos.<sup>285</sup> Com o desenvolvimento econômico regional, essa mulher será absorvida pelo processo de industrialização, no entanto, continuará a ser considerada inferior ao homem. No interior das fábricas, desempenhavam tarefas mais simples e exaustivas; eram tratadas de forma autoritária pelos contramestres sem direitos a reclamações ou reivindicações e seus salários eram menores se comparados aos dos homens. A própria saída da mulher do seu espaço primordial - a casa -, era encarada com contrariedade pelos pais e maridos, porém a necessidade de aumentar a renda familiar vencida os preconceitos e, já no início do século XX, muitas mulheres figuravam

<sup>284</sup> *Il Colono Italiano*, 28 ago. de 1913.

<sup>285</sup> GIRON, Loraine Slomp. **Caxias do Sul**: evolução histórica. Caxias do Sul: UCS/EST, 1977. p. 38-39

As mulheres não participavam de diversões como os homens. Para estes, existia o jogo de bochas, cartas, etc. À mulher era negado o lazer, as suas funções nas horas vagas à noite e aos finais de semana, era a de “lavar e passar a roupa, pregar botões, fazer tricô ou crochê, trançar palha de trigo para as confecções de cestas ou chapéus, debulhar o milho, costurar e remendar roupas,[...] Palavras sinônimas de lazer, não servem – pelo menos contemporaneamente – para explicar o lazer das mulheres que viviam nas colônias de imigração italiana nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX.” WADI, Yonissa Marmitt. **Louca pela vida**: a história de Pierina. São Paulo: Tese de Doutorado, defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 2002. p. 72-73

nos quadros do operariado local. Conformadas a seu papel, comportavam-se com docilidade e submissão, desempenhado fora do ambiente familiar o que aprendiam no seu meio.<sup>286</sup>

Essa condição era sempre reforçada pelo clero que definia o lugar e a função de toda mulher. A tarefa da mãe católica é exposta na matéria intitulada “E as mulheres católicas, o que fazem?”

O que fazem as mulheres católicas? Explicaremos com um diálogo.

A uma pequena, uma vez perguntaram:

- O que faz a tua mãe?
- E a pequena com ar de surpresa respondeu:
- A minha mãe? O que faz? Ela lava ...
- Ah! a tua mãe é lavadeira.
- Oh! não.
- Que coisa ela faz então?
- Faz as provisões, prepara a comida.
- Então ela é cozinheira.
- Não, não.
- Mas então o que ela faz?
- Me recita as orações, toma as lições, corrige os temas.
- Mas então ela é professora.
- Não, não é professora.
- Mas então, que coisa ela faz?
- Mas que coisa? A mãe faz o papel de mãe.

Esta a sabedoria da pequena que confronta os grandes.<sup>287</sup>

*Il Corriere d'Italia* também exalta esse papel da mulher:

As mulheres não compuseram nem a *Iliada* nem a *Eneida* nem a Jerusalém Libertada, não construíram o templo de São Pedro nem criaram a álgebra, nem inventaram o telescópio, as armas de fogo e a arte dos tecidos.

Mas a essas pertence uma glória maior: a seus joelhos se forma tudo quanto de mais nobre há sobre o mundo, vale dizer: um bom homem e uma boa mulher.

Quando uma jovem mulher for bem educada e dócil, modesta e pia e souber educar seu filhos igualmente, qual obra de arte poderia haver no mundo maior que esta?<sup>288</sup>

<sup>286</sup> MACHADO, Maria Conceição Abel Missel. **Submissão e Poder**: mulheres operárias em Caxias do Sul – 1900-1950. Dissertação de Mestrado, defendida na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul em 1993. p. 118 – 186.

Cleci Eulália Favaro, em estudo referente à condição feminina na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul, observa que a saída da mulher do espaço familiar para dedicar-se a atividades produtivas remuneradas, colocava em cheque o próprio projeto de vida social idealizado pelos colonos. “Fazer a América” era sinônimo de sucesso e independência econômica calcado em uma tradição familiar paternalista. A saída da mulher da função a que lhe era reservada historicamente – o cuidado da casa e da família -, representava “ ao nível das mentalidades coletivas, o fracasso, ou seja, a incapacidade da família, enquanto unidade social de produção, de realizar seu projeto de vida, paralelamente a uma desqualificação do chefe da família, diante de seus pares. Consistia, inclusive, (e este nos parece um fator mais significativo), numa clara manifestação de afrouxamento dos laços familiares e da conseqüente perda do controle sobre as mulheres.” FAVARO, Cleci Eulália. **Imagens Femininas**: contradições, ambivalências, violências – Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul – 1875 – 1950. Tese de doutoramento defendida na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul em 1995. p. 276.

<sup>287</sup> *Staffetta Riograndense*, 23 fev. de 1927.

<sup>288</sup> *Il Corriere d'Italia*, 18 jul. de 1919.



O fato, porém, é que nem todas as mulheres conseguiam cumprir estes desígnios. Na região colonial italiana foram comuns os casos de melancolia, depressão e muitas vezes de desequilíbrio mental. O fato de muitas mulheres se encontrarem nessa situação tornava a questão dramática. Este foi o caso de Pierina Cechini, narrado por Yonissa Marmitt Wadi. A imigrante, casada com Giacomo Cechini e mãe de uma filha (Elvira Maria), havia entrado em profundo estado depressivo devido à situação de miséria e às dificuldades em que se encontrava. As suas queixas sobre a falta de dinheiro, o marido invariavelmente bêbado, sem terras, sofrendo a tirania do pai (Antônio), quase sem roupas para vestir e obrigada a pedir esmolas, despertara nela o desejo de suicídio assim como o de matar a própria filha. Pierina tentara a morte diversas vezes após seu casamento em 1905 sendo, inclusive, internada para tratamento no hospital da cidade onde morava em Garibaldi. A imigrante passou a não mais cumprir os seus deveres conjugais; abatida e magra, devido às suas greves de fome, pedia constantemente que retirassem sua filha de perto para não alimentar o desejo de matá-la. Certamente pesava sobre ela a cobrança de suas funções como esposa e mãe e, entre uma crise e outra, no dia 22 de abril de 1909, acaba por afogar a filha em uma tina, sendo presa e, após, conduzida ao Hospital São Pedro em Porto Alegre.<sup>289</sup> O exemplo de Pierina serve para demonstrar, de maneira geral, até onde podia chegar a condição feminina na colônia.

Um véu de santidade encobria o discurso dos jornais. Um exemplo disso é que os assuntos sobre a sexualidade são proibidos porque são imorais. A educação dada pela mãe a seus filhos deveria passar ao longe destes temas. Aconselhavam a uma completa vigilância, principalmente às filhas, proibindo-as de freqüentarem bailes, teatros, cinemas. “Se Eva tivesse tido mãe para educá-la, não existiria o pecado original.”<sup>290</sup> Essa forte influência da Igreja tinha como conseqüência uma relativa ignorância em termos de sexualidade. Normalmente as mulheres casavam sem conhecimento algum sobre o tema, em um depoimento a Rovílio Costa, assim se refere uma imigrante: “desde pequena até que me casei, nunca ouvi da boca da minha mãe alguma coisa que uma moça precisava saber.”<sup>291</sup> As mulheres recusavam até a sua

<sup>289</sup> WADI, 2002, op. cit., p. 21 -181.

<sup>290</sup> *Staffetta Riograndense*, 31 out. de 1917.

<sup>291</sup> COSTA; BATTISTEL, 1982, op. cit., p. 144.

Diz-se, certamente, que existia um “relativo” desconhecimento sobre a sexualidade. Em quase todos os depoimentos de mulheres a respeito do tema, a maioria dizia-se ignorante do assunto até seu casamento. No entanto, como observa Cleci Favaro, é preciso não confundir inocência com ingenuidade. Muitas tinham noções das práticas sexuais através de um aprendizado empírico na observação diária do comportamento dos animais a que estavam constantemente em contato. Segundo a mesma autora, algumas mulheres entrevistadas - para realização do trabalho

participação no ato sexual, apresentando-se como agentes passivas; eram normais as declarações de que o marido as haviam usado, fato que transferia a responsabilidade aos homens.<sup>292</sup> O rígido controle sobre os namoros impedia até de os namorados se aproximarem, pois não havia contato físico, “namorar longe como daqui e ali! (dois metros). E a mãe não saía para derramar água enquanto estava em casa o namorado. Se a mãe saía para as necessidades, vinha a irmã ou o pai e ficava aí.”<sup>293</sup>

Apesar do silêncio e da vigilância, o sexo existia. Ainda no início da colonização, o padre D. Domenico Munari que atendia a colônia de Dona Isabel assim escrevia: “as mulheres (dos imigrantes) alimentam a prostituição, em torno das meretrizes vivem imigrantes italianos de péssimos costumes, ladrões, alcoviteiros ou coisa semelhante.”<sup>294</sup> Muitos foram os casos em que as filhas de imigrantes alimentaram os bordéis do Porto Alegre e Rio de Janeiro. Os filhos sem pais também eram comuns; as mães solteiras eram chamadas de *scroa* (porca) ou *slandra* (prostituta); muitas eram expulsas de casa; tinham seus filhos adotados por parentes ou arranjavam casamentos às pressas quando os pais possuíam algum bem. O adultério também era conhecido pela população imigrante. Giron aponta a traição da mulher como a vingança contra a opressão dos maridos, os filhos nascidos dessa relação eram aceitos pelos homens, já que o casamento era indissolúvel.<sup>295</sup> Enfim, a condição feminina, moldada por um sistema social paternalista e religiosamente opressivo, determinou a construção de um discurso idealizado sobre a mulher. Constantemente esse discurso se reproduz na própria auto-imagem das mesmas, perceptivelmente internalizado em seus próprios relatos de vida. No entanto, as transgressões às regras existiam e, mesmo que ocultas, marcavam a subversão feminina ao controle que estavam submetidas.<sup>296</sup>

---

aqui já citado - explicitavam em seus relatos “ouvirem falar” de mulheres que haviam se casado grávidas; ou ainda, tomavam conhecimento do assunto em conversas com amigas e parentes próximos. Isto denota um certo saber velado do tema, portanto, parte de um discurso que parece não-permitido, mas que, de certa forma, todas pareciam ter conhecimento. FAVARO, 1995, op. cit., p. 343.

<sup>292</sup> GIRON, Loraine Slomp. O Som do Silêncio: sexo e prostituição na colônia. **Coletânea CCHA - Cultura e Saber – História**. Caxias do Sul, n. 2, v. 3, p. 120, nov. 1999.

<sup>293</sup> COSTA; BATTISTEL, 1982, op. cit., p. 117.

<sup>294</sup> FRANZINA, Emilio. **Mérica! Mérica! Emigrazione e colonizzazione nelle lettere dei contadini veneti e friulani in América Latina: 1876-1902**. Verona: Cierre Edizioni, 1994. p. 71.

<sup>295</sup> GIRON, 1999, op. cit., p. 125-128.

<sup>296</sup> Para compreender melhor a condição da mulher na Região Colonial Itália do Rio Grande do Sul ver: FAVARO, Cleci Eulália. **Imagens Femininas: contradições, ambivalências, violências – Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul – 1875 – 1950**. Tese de doutoramento defendida na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul em 1995.

A obra regeneradora e moralizante destes jornais não era voz isolada no contexto das duas primeiras décadas do século XX no Rio Grande do Sul. Essa ideologia sem dúvida vinha ao encontro das perspectivas do governo positivista do Partido Republicano Rio-Grandense que encarava ter como sua missão o “ideal messiânico de salvação social”. A Humanidade decaída após a Revolução Francesa necessitava do espírito positivo para livrá-la do caos; o Comtismo pregava a volta da unidade moral da sociedade existente no tempo medieval, combatendo a razão individual. A filosofia positiva se constituir-se-ia em um poder moral, ensinando e estimulando o homem aos sentimentos altruístas. Viver para o outro seria o fundamento da existência; a união entre razão e sentimento estaria restituída e garantida através da ação de um Estado forte, capaz de impor disciplina através de uma política moralizadora. Certamente que esta forma de pensar apresentava muita semelhança com o ideário salvacionista do Catolicismo, ou seja, recompor o homem através da ação moral era o objetivo expresso pela Igreja. Neste ponto, a ética política castilhistas e a católica agrupavam-se em torno de um mesmo objetivo.<sup>297</sup>

Em relação ao imigrante italiano, a valorização de traços que lhe permitisse servir de exemplo à sociedade fez parte da estratégia do Partido Republicano Rio-Grandense. Se a Igreja se esforçava em eliminar as suas atitudes perniciosas e moldar uma imagem de idealizada do mesmo, de forma semelhante o governo positivista, especialmente no período Borges de Medeiros, tratou de construir um discurso de valorização do italiano como trabalhador, ordeiro, respeitoso, capaz de fácil assimilação, perfeitamente enquadrado no lema “Ordem e Progresso”. Ao mesmo tempo esse discurso não desagradava aos imigrantes que trabalhavam duro para ascender socialmente e integrarem-se à nova sociedade.<sup>298</sup>

Certamente que as intenções do Partido Republicano Rio-Grandense tinham fins políticos, o que será analisado mais adiante. O importante aqui é observar-se a conexão entre o discurso positivista e o da Igreja e de como o mesmo se articulou no enquadramento do imigrante italiano naquela determinada ordem. O conteúdo expresso pelos jornais não era sem sentido, porém era eco de um contexto maior no qual jogava a identidade imigrante no processo de aculturação em que estava inserida.

---

<sup>297</sup> ISAIA, 1998, op. cit., p. 65-67.

<sup>298</sup> CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Italiani a Porto Alegre:l'invenzione di uma identità. **Altreitalie**. [online] Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, p. 83, lug./dic. 2002. Disponível em: <http://www.altreitalie.it/UPLOAD/ALL/84108.pdf>.

## 2.2.5 OS INIMIGOS DA IGREJA

Manter a ordem moral era fator premente ao homem decaído no abismo da Modernidade; no entanto, essa luta seria inútil se não fossem combatidos os agentes que a promoviam. A infidelidade, o ateísmo e as heresias modernas eram os elementos que qualificavam os inimigos da Igreja.

Caminhamos a passos de gigante para a ruína moral do mundo inteiro. Abandonados nas mãos dos venais revolucionários, progressistas, maçônicos, judeus e protestantes [...] Virá o despotismo, a prostituição, a opressão dos mais fracos, o relaxamento da honra, o abandono das crianças, em uma palavra, tudo o que constituiu a barbárie dos povos anteriores ao Evangelho e que agora faz parte dos povos contemporâneos que não o conhecem e o desprezam.<sup>299</sup>

O verdadeiro Cristianismo luta para impor-se novamente na sociedade e nomeia claramente os seus adversários: o materialismo e o livre arbítrio tolhem a verdadeira liberdade e a transformam em uma palavra vazia, deste modo, é preciso restituí-la na verdadeira ordem de Cristo, eliminando o farisaísmo e a sua tirania opressiva –desta maneira, a primeira das heresias era o Protestantismo.

No vago espaço desta palavra, Protestantismo, se acomodam todas as seitas, todos os erros, toda a ignomínia que degrada a espécie humana [...] Pode-se dizer que essa é uma imensa cloaca onde se acumula todo o lixo do coração humano, junto ao mais baixo grau de depravação, todas as rebeliões do espírito do homem, do orgulho subjogado pelas paixões mais repugnantes, todos os desejos perversos de uma vontade incapaz de querer o bem porque corrompida pelo interesse das coisas materiais...<sup>300</sup>

Aos fundadores de tais seitas eram dedicadas biografias cujo ponto principal era a abordagem do caráter dos mesmos. Lutero, por exemplo, era descrito como o homem mais corrupto da face da Terra, que vivia sob a proteção dos ricos e incentivava a opressão aos mais pobres. Jamais fazia jejum, bebendo e comendo noite e dia; ao invés de dar esmolas, explorava os necessitados, não rezando e apenas blasfemando. O povo luterano é descrito como invejoso, arrogante, dado à comida e à bebida exageradamente, praticando pecados que fariam parecer anjos os tártaros, judeus, turcos, entre outros infiéis pagãos. Os protestantes são demasiadamente materialistas, “o burguês não pensa mais em Deus nem na sua palavra e no seu Santo Sacramento, apenas pensa em semear, plantar, fabricar e a contentar seu orgulho e sua arrogância”<sup>301</sup>

<sup>299</sup> *Staffetta Riograndense*, 30 jan. de 1923.

<sup>300</sup> *Staffetta Riograndense*, 16 mai. de 1923.

<sup>301</sup> *Staffetta Riograndense*, 19 dez. de 1918.

Outra figura, Calvino, aparece como um homem despótico:

é a mais sinistra figura que pertenceu ao quadro da pretensa Reforma, um verdadeiro monstro de corrupção e hipocrisia que caminha nas sombras, todos os seus passos são calculados e em seus olhos há uma fagulha impura que se lança mortalmente como aquela do demônio.<sup>302</sup>

Para o jornal, Calvino não passa de um tirânico, que não tinha piedade com os seus adversários. Vários casos de violência são narrados pelo periódico, com depoimentos de seus seguidores, horrorizados pelas suas práticas. O fundador do Calvinismo é tratado como torturador e sodomita. Centralizador, não admitia ser contrariado, principalmente na interpretação das Santas Escrituras. Dono dos mais terríveis atos, é qualificado como “bebedor de sangue”, criminalmente famoso, pois fora o criador de um reino intolerante e feroz.<sup>303</sup>

Por último, aparece Henrique VIII que nada mais era que um prevaricador. Ao abandonar a sua mulher, Catarina de Aragão, para casar-se com Ana Bolena, este teve de passar por sobre a autoridade do Papa Clemente VII, fundando assim a sua própria religião que, salienta o jornal, embora católica, não era mais romana. Lutero, Calvino, Henrique VIII, déspotas e imorais, são eles os fundadores do Protestantismo que, agora, a custo dos dólares norte-americanos, invadem a América Latina e o Brasil. Na reportagem “Os dólares dos metodistas”, estes são comparados a uma casa bancária que procuram comprar a dignidade do povo nacional “tomem lá! Ser patriota é muito bonito, mas ... não enche barriga. Vejam o que é melhor: ser católico e obedecer ao Papa ou ser protestante e obedecer ao dinheiro norte-americano.”<sup>304</sup> O Protestantismo ligado à riqueza torna-se o mesmo que corrupção, isto é, à compra das almas, os cristão oporiam o “precioso sangue de Cristo”.<sup>305</sup> Não era sem exemplos o fato de que os pastores protestantes caracterizavam-se pela ação cumulativa de capitais. Era conhecido o caso de Carl Leopold Voges, pastor luterano em São Leopoldo, que possuía, ao lado de sua igreja, uma casa de compra e venda que aos poucos se tornaria o centro comercial do local; era ainda dono de

---

O jornal alia claramente o Protestantismo ao capitalismo como sinônimo de materialismo, e, de fato, as diversas correntes protestantes no Brasil caracterizam-se como pregadores da indústria e do progresso, principalmente os germânicos. Segundo eles, era monopólio das nações protestantes o domínio técnico e econômico, e os mesmos se ocupavam de espalhar essa doutrina pelo Brasil. Já a Igreja Católica não via com bons olhos a entrada destes imigrantes e descrevia o Protestantismo como a “porta para a infidelidade”, acusando teólogos alemães e suíços de negarem a divindade de Cristo e desaconselhando o governo a permitir a entrada de tais imigrantes no país. VIEIRA, 1980, op. cit., p. 49-51.

<sup>302</sup> *Staffetta Riograndense*, 02 jan. de 1919.

<sup>303</sup> *Staffetta Riograndense*, 02 jan. de 1919.

<sup>304</sup> *Staffetta Riograndense*, 28 nov. de 1919.

<sup>305</sup> *Staffetta Riograndense*, 23 nov. de 1927.

terras que explorava mediante mão-de-obra escrava, dono de uma fábrica de cachaça e de consideráveis investimentos de capital em Porto Alegre.<sup>306</sup>

Certamente, a fama de alguns destes religiosos contribuía para reforçar essa imagem negativa. O fato da proximidade das colônias alemãs e italianas tornava a questão ainda mais aguda. Religiosamente, protestantes e católicos não se cruzavam; além disso, o clero italiano desaconselhava as uniões interétnicas. Um outro exemplo dessa situação é o do cemitério de Farroupilha onde havia uma cerca de arame que separava os mortos católicos dos protestantes. A separação étnica apresentava relação direta com a concepção religiosa do clero, isto é, perder a língua mãe e a identidade da antiga terra significava perder a fé. O mesmo se percebia entre os alemães, já que a manutenção da germanidade estava diretamente relacionada à preservação do Luteranismo. Era fato comprovado, em relação aos teutos, que os casamentos interétnicos acarretavam automaticamente a conversão desses elementos em católicos e da conseqüente perda de sua identidade germânica.<sup>307</sup> Apesar das diferenças religiosas, italianos e alemães, de forma geral, conviveram pacificamente. Cabe ressaltar que diversos alemães instalaram-se na região colonial italiana.<sup>308</sup> No início da ocupação, eram eles que prestavam auxílio econômico aos italianos, ao vender produtos de suas casas comerciais e intermediar os negócios das recém

---

<sup>306</sup> HUNSCHE, Carlos Henrique. **Protestantismo no Sul do Brasil**. Porto Alegre, EST; São Leopoldo; Sinodal, 1983. p. 23.

<sup>307</sup> Entre as barreiras culturais que encontraram os alemães ao chegarem ao Brasil estava a da religião. Os evangélicos teutos não tinham as vantagens dos católicos cuja fé servia de laço que os unia e os identificava com o brasileiro. Sendo protestantes, encontravam-se, além de social e politicamente, eclesiasticamente isolados e com a atenção voltada aos problemas da Pátria distante. Essa tendência será acentuada com a unificação alemã e o decorrente surgimento das Sociedades Evangélicas para os Alemães Protestantes que tinham, além da finalidade de prestar auxílio espiritual aos emigrados, promover o sentimento de germanidade, servindo assim à causa nacional alemã. Esses vínculos ganharam força quando da realização do primeiro Sínodo Riograndense (1886-1930), presidido pelo pastor Wilhelm Rotermund. Segundo a definição do pastor, daí para diante “Igreja e germanidade estão ligados entre si para o que der e vier, literalmente para a vida e para a morte”. DREHER, Martin N. **Igreja e germanidade**. Porto Alegre: Sinodal/ EST; Caxias do Sul:EDUCS, 1984. p. 74-75, 85, 91.

<sup>308</sup> “A colônia Santa Maria da Soledade que ficava ao sul do atual município de Carlos Barbosa, na linha Paraguaçu, começou a ser ocupada por colonos alemães, em 1860, quando em 1872 foi criada a colônia Conde d’Eu. Os antigos moradores foram encaminhados para o registro na nova colônia. Cerca de vinte famílias alemãs ali se estabeleceram como, por exemplo, os Erkardt, Wilke e os Backendorf.”

Cerca de 5% dos colonos que ocupavam os lotes rurais na colônia Caxias eram de origem germânica. Nos lotes situados na margem direita do rio Caí, italianos e alemães estiveram juntos desde o começo da ocupação iniciada em 1875. Em 1872 na região chamada de Forqueta Baixa, viviam 32 famílias alemãs, provavelmente provenientes de Nova Palmira e de Nova Petrópolis e, após esta data, povoaram parte da Primeira Légua. Os dois grupos viviam lado a lado, mantendo seus costumes, línguas e religião.” GIRON, Loraine Slomp. Colonos italianos e alemães: relações interétnicas. **Mesa Redonda do IX Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras**. São Vendelino: 28 de abril de 2006.

fundadas colônias com a capital do Estado.<sup>309</sup> O jornalista vêneto, Vittorio Bucelli, ao percorrer a área de imigração, relatava em 1905 que andava acompanhado por viajantes comerciais alemães.

Disserta sobre a cordialidade do trato entre eles e italianos:

Não se maravilhem nossos leitores italianos: não são nossos compatriotas que representam a alegria e a expansividade de caráter naquelas regiões, e sim os enviados das casas comerciais alemãs. São eles os mais incansáveis, os mais ousados, os mais sagazes convencedores e os mais populares viajantes da região serrana. [...] Basta dizer que em qualquer lugar que chegam são considerados como companheiros, como amigos de há muito tempo e como parentes. Os primeiros a falarem deles com entusiasmo são os próprios italianos, clientes desejados pelos comerciantes alemães, porque bons produtores e mais acessíveis para os negócios.<sup>310</sup>

Pode-se dizer que economicamente não havia os empecilhos impostos pela religião: protestantes ou não, as necessidades econômicas superavam as barreiras culturais. Contudo, o Protestantismo não foi o único inimigo a ser enfrentado - existiam outros, antigos e novos. Nos primeiros, insere-se a Maçonaria; nos últimos, o socialismo. As preocupações com o socialismo podem ser consideradas recentes se comparadas com os atritos que envolviam a Maçonaria. Reportando-se especialmente à segunda década do século XX, a ameaça esquerdista ganhou corpo quando a Revolução Russa acenou com a possibilidade de concretização dos ideais até então apenas teóricos. Antes disso, os jornais apresentam preocupações vagas com o assunto, as ameaças parecem estar distantes e a própria definição do termo é difusa. Cabe frisar que, o próprio movimento operário do Rio Grande do Sul era composto por variadas correntes socialistas, nem sempre bem esclarecidas. “No movimento operário gaúcho da época e na sua imprensa, não há uma definição teórica rigorosa entre as várias correntes socialistas (o próprio marxismo não é perfeitamente definido), nem tampouco entre elas os variados anarquismos”<sup>311</sup>.

Esse mesmo movimento não havia iniciado com um programa político definido; além disso, a sua origem estava baseada em entidades de mútuo socorro, cujo objetivo era garantir assistência material a seus sócios em caso de enfermidades, incapacidade para o trabalho ou morte. Esta fase compreende as décadas de 1870 e 1880; já na última década do XIX, essas associações passam a ganhar um caráter mais político sob a influência da social-democracia alemã. Em 1897 surge o Partido Socialista Rio-Grandense; no ano seguinte, organiza-se o

---

<sup>309</sup> Há que se lembrar ainda que a zona italiana esteve ligada administrativamente às colônias alemãs como Caxias a São Sebastião e Dona Isabel e Conde d’Eu a São João de Montenegro. Portanto, o escoamento de toda a produção da Serra era feito por via portuária nos municípios do vale do Caí.

<sup>310</sup> COSTA, 1992, op. cit., p. 91-92.

<sup>311</sup> PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; LUCAS, Maria Elizabeth. **Antologia do Movimento Operário Gaúcho: (1870-1937)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992. p. 30.

Primeiro Congresso Operário do Estado; em 1906 é realizada a primeira greve geral paralisando cerca de 3000 operários, e no mesmo ano é fundada a Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS). O predomínio da social-democracia iria até o ano de 1910 quando os anarquistas tomam conta da FORGS, influência que perdurará até a década de 1930.<sup>312</sup>

Poucos foram os italianos que se engajaram na luta proletária. Na fundação do Partido Socialista Rio-Grandense, dos 33 assinantes de seu manifesto aparecem apenas 4 italianos, enquanto são 15 os alemães. Nos sindicatos que se organizavam na época, a participação de italianos é ínfima; quando aparecem, são normalmente anarquistas provenientes da frustrada Colônia Cecília no Paraná. Um exemplo é Giuseppe Ferla, um dos fundadores da União Tipográfica em Porto Alegre. Durante o período de greves da década de 1910, os italianos estão mais ao lado dos patrões como médios e pequenos proprietários que como grevistas. A grande maioria dos peninsulares que vieram ao Sul tinha objetivos de ascensão social, tornaram-se parte integrante da pequena burguesia e formaram as camadas médias da sociedade urbana como Porto Alegre; outros rumavam para as colônias atrás do sonho de se tornarem proprietários.<sup>313</sup>

Na região colonial, a indústria em processo de desenvolvimento não havia formado ainda uma classe operária organizada, embora, em 1913, o Sindicato dos Tanoeiros de Caxias do Sul aparecesse filiado a FORGS com o número de 30 sócios<sup>314</sup>. É importante considerar que as características patriarcais da sociedade e a própria presença disciplinadora da Igreja serviram para retardar as disputas entre capital e trabalho.<sup>315</sup> Isso não quer dizer, no entanto, que não houvesse uma massa operária na região, pois, desde o início do século XX em Caxias do Sul, local de maior desenvolvimento econômico da região, havia empresas como a Amadeo Rossi & Filhos que empregava cerca de 50 operários; a Chaves Irmãos com 180

<sup>312</sup> PETERSEN; LUCAS, 1992, op. cit., p. 29-30,145-160.

<sup>313</sup> BORGES, Stella. **Italianos:** Porto Alegre e trabalho. Porto Alegre: EST, 1993. p. 84-87.

<sup>314</sup> PETERSEN; LUCAS, 1992, op. cit., p. 168.

<sup>315</sup> Uma exceção ao caso foi o fato da imigração proveniente da cidade de Schio, pois eram imigrantes os quais se instalaram na localidade de Galópolis em Caxias do Sul. Estes (operários) haviam participado do movimento grevista que em 1891 agitou a pequena cidade do Vêneto, paralisando a principal fábrica da região, o Lanifício Rossi SpA. Essa greve originara a demissão de inúmeros trabalhadores que, por consequência, foram obrigados a emigrar para a América. A memória de tal acontecimento continua viva nos moradores do local e pode ter servido de experiência para a fundação de uma cooperativa têxtil que no início do século se transformou no Lanifício São Pedro de Galópolis, hoje Sehbe. VERONA, Antônia Folquito. Pacto social e luta operária em Schio. **Revista Brasileira de História** [online], n. 34, v. 17, p. 13- 14, 1997. Disponível em. [http://scielo.Br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=s010201881997000200002&lng=pt&nrm=iso](http://scielo.Br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s010201881997000200002&lng=pt&nrm=iso)>.



funcionários e a Abramo Eberle e Cia empregando 150 pessoas.<sup>316</sup> Não existindo, todavia, uma maior organização política da classe operária, o perigo revolucionário apresentava-se distante - o Partido Comunista em Caxias seria fundado apenas em meados de 1930.

De qualquer forma, mesmo por vezes parecendo um inimigo distante, o comunismo preocupava a Igreja. A Revolução de 1917 aparece como um perigo a contaminar a classe operária; para o clero, era necessário manter os trabalhadores longe do socialismo, o maior inimigo da sabedoria cristã.<sup>317</sup> As ações do governo russo são acompanhadas com apreensão, o autoritarismo e as violências são noticiadas segundo relatórios de clérigos que viviam naquele país. Os ataques às instituições tão caras à Igreja são produtos da autocracia bolchevique; por exemplo, os decretos que negavam a personalidade jurídica à Igreja e a qualquer comunidade religiosa; a proibição do ensino religioso nas escolas; a restrição às reuniões, às conferências, aos cursos que dissesse respeito a qualquer matéria filosófica cristã representa uma afronta ao catolicismo. Os ataques à família (que deveria ser substituída pelo Partido Comunista com plena propriedade sobre seus membros), principalmente os jovens - que deveriam ser afastados de qualquer ensino pernicioso ao socialismo - são exemplos do ateísmo e do perigo deste regime.<sup>318</sup> *Il Corriere d'Italia* dedica um artigo especial a esclarecer o teor do bolchevismo que nada mais seria do que o socialismo aplicado à prática. Havia, para o jornal, a velha idéia de divisão propagada pelos agitadores políticos, ou seja, dividir a terra, a casa e as riquezas. Voltam os ataques às instituições como a família, a propriedade e outras - o novo socialismo reedita a antiga ideologia, mudando apenas de nome.<sup>319</sup>

Certamente a Revolução Russa iria ter influência no movimento operário gaúcho e a preocupação com a penetração de idéias bolcheviques são claramente expressas pelos jornais. No artigo intitulado “O que querem nossos trabalhadores”, o *Staffetta Riograndense* publica um

---

<sup>316</sup> Cabe lembrar ainda que, em Caxias do Sul, em 1915, o setor industrial respondia por 43,06% da economia local, passando por um crescente desenvolvimento a partir de então devido à participação do esforço de guerra durante 1914-1918 (este foi o caso da Metalúrgica Abramo Eberle). Neste mesmo período organizam-se novas empresas como a Sociedade Vinícola Riograndense, a Industrial Madeireira, a Trilhadeiras Evaristo de Antoni e a Produtos químicos de Luiz Veronese. No entanto, embora o incremento industrial houvesse levado a um crescimento da cidade, o contingente urbano correspondia a apenas 20% do total da população do município. Tal característica rural desta sociedade dificultava a penetração de ideologias políticas revolucionárias tal qual era a do socialismo soviético. GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. **Casas de negócio**. Caxias do Sul: EDUCS, 2001. p. 85-86-97-101-106-107.

<sup>317</sup> *Staffetta Riograndense*, 16 set. de 1920.

<sup>318</sup> *Staffetta Riograndense*, 25 set. de 1929.

<sup>319</sup> *Il Corriere d'Italia*, 18 jul. de 1919.

artigo do jornal sindicalista da Federação Operária de Rio Grande do Sul. Vale a pena transcrever algumas passagens do mesmo:

Estamos em guerra, diz o sindicalista no citado artigo, contra a propriedade particular, o Estado e a Igreja, numa guerra cujo objetivo é a completa eliminação dessas instituições.

Lutamos por uma sociedade comunista-anarquista, isto é, um estado social que faculte o desdobramento desimpedido da liberdade individual de todo homem.

Temos por imprescindível a greve geral e procuramos, pela palavra e pela ação ,preparar o povo para ela.

É essa a maldição que pesa sobre a propriedade particular e que perdurará enquanto esta existir. Quem, pois, aspira à felicidade da humanidade em geral deve conosco exclamar: ABAIXO A PROPRIEDADE PARTICULAR! [...]

A exploração geral, o *soviet*, o comunismo, enfim, serão o termos fatais e necessários desta evolução composta de greves incessantes, obstinadas e contínuas.<sup>320</sup>

Para o jornal, o projeto do operariado gaúcho era o de aplicar o socialismo russo.

Por fim, há a associação entre o bolchevismo e o judaísmo:

os carneiros do pobre povo russo são quase todos judeus [...] Os judeus bolcheviques são os donos da Rússia. Trabalham com toda a força para estender o seu poder tirânico sobre toda a Europa e, se for possível, sobre todo o mundo civilizado: visando a este objetivo, mandam emissários e dinheiro em profusão para fora da Rússia, em países que apóiam o socialismo, o comunismo e a Maçonaria; a Revolução Social não seria mais que a preparação e a atuação do império bolchevique judeu universal.<sup>321</sup>

Contudo, se o demônio vermelho assustava, embora distante, mais perigo ainda oferecia a Maçonaria, pois era ela a adversária histórica da Igreja.

Já houve, aqui, neste texto, a oportunidade de se relatar os atritos entre clero e maçons nos episódios que envolveram padre Nosadini e o intendente de Caxias do Sul, Campos Júnior. Na verdade, a luta pela influência na região colonial fazia eco às disputas que os dois campos sustentavam em nível nacional e estadual.<sup>322</sup> Nas colônias de imigração aqui estudadas, a

<sup>320</sup> *Staffetta Riograndense*, 18 set. 1919.

<sup>321</sup> *Staffetta Riograndense*, 28 jun. 1922.

<sup>322</sup> É importante salientar-se que nem sempre houve hostilidades entre maçons e católicos, “não havia nada na legislação maçônica que afrontasse a doutrina católica; ao contrário, entre os principais objetivos da Ordem, em termos internacionais, encontrava-se, originalmente, a obrigatoriedade à crença em um Deus e à filantropia, que se assemelhava à caridade católica”. COLUSSI, Eliane Lúcia. **A Maçonaria gaúcha no século XIX**. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2003. p. 148.

Considera-se a fundação da moderna Maçonaria o ano de 1717, quando da formação da Grande Loja de Londres, que, entre seus estatutos, colocava como condição a ser maçom a crença no Grande Arquiteto do Universo, o juramento sobre o Livro da Lei Sagrada e a proibições de discussões religiosas e políticas no interior das lojas. No entanto, no ano de 1877, a Grande Oriente da França riscou da redação de seus estatutos as cláusulas que envolviam a crença em Deus, dando-lhe novo formato em um sentido mais racional, filosófico e progressista. A partir daí, formaram-se duas correntes de pensamento: a francesa, defensora de liberdade de consciência e republicana; a inglesa mais conservadora e religiosa. De forma geral, a primeira corrente foi a que prevaleceu nos países latinos onde a Maçonaria assumiu uma posição mais identificada com a luta pela liberdade de pensamento e contra o

forte presença clerical tornava aguda a questão, já que a Maçonaria atuava ali desde 1887 quando foi fundada a Loja Força e Fraternidade em Caxias e, alguns anos depois em 1894, surge em Bento Gonçalves a Loja Concórdia.

Os atritos eram, mais do que tudo, uma luta pelo poder local em que, de um lado, encontravam-se as elites políticas, normalmente elementos maçons de origem brasileira<sup>323</sup>; de outro, o clero que se dizia representante genuíno dos colonos italianos. Havia, de certa forma, uma questão complicadora que se encontrava encoberta nesta disputa, isto é, a relação entre nacionais e estrangeiros. Desde o início da colonização, as rivalidades estiveram presentes. Em 1886 Giacomo Rech, em carta a seus parentes na Itália, assim se referia:

Novidades não tenho, senão que ontem, dia de Santa Teresa, foi realizado um bingo, onde numa cartela havia dado dois números iguais sendo quem a tinha acabou por ganhar. Os senhores brasileiros não queriam entregar o dinheiro porque era um italiano o vencedor, começando então uma grande briga...<sup>324</sup>

---

absolutismo monárquico, geralmente aliado à Igreja. BARATA, Alexandre Mansur. **Luzes e sombras: a ação dos pedreiros-livres brasileiros (1870-1910)**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. p. 29,31,41.

Foi a corrente francesa, marcada profundamente pelo anticlericalismo, que influenciou a Maçonaria gaúcha - isso fica evidente nas conclusões do Congresso Maçônico, realizado em Porto Alegre, em junho de 1902. “A Maçonaria tratará de combater o clericalismo no Estado, doutrinando o povo, em bem de seu adiantamento intelectual e moral, negando aos padres recursos de qualquer natureza, demonstrando que a Igreja Católica Apostólica Romana não é executora dos princípios do Cristianismo e finalmente promovendo a fundação de clubes anticlericais; que a Maçonaria deve esforçar-se para que a educação primária seja inteiramente leiga, como doutrina a Constituição do Estado; que os maçons, por meios suasórios, devem procurar fazer com que as pessoas de suas famílias se abstenham do batismo, do casamento e das encomendações da Igreja Católica, porque esses atos nenhum valor têm perante as leis do país e a sua falta em nada prejudica os sentimentos religiosos; os maçons devem, sobretudo, abster-se de confiar a educação de seus filhos aos colégios jesuítas; que a Maçonaria deve empenhar esforços em prol do desenvolvimento da Grande Associação de Senhores e de seus clubes locais, como meio de fazer caridade e combater o jesuitismo”. BALÉN, João Maria et alii. *A Igreja Católica no Rio Grande do Sul até 1912*. v. 2. **Enciclopédia Rio-Grandense**. Porto Alegre: Sulina, 1968. p. 21.

<sup>323</sup> A Maçonaria sempre foi uma organização elitista, “a própria exigência que ela faz de que os candidatos à iniciação sejam homens livres, ou seja, com independência econômica, mostra que as luzes maçônicas estão reservadas a uma classe dirigente e que não se podem espalhar entre a plebe ignorante.” HORTAL, Jesus. **Maçonaria e Igreja: conciliáveis ou inconciliáveis?** São Paulo: Paulinas, 2002. p. 34.

A constituição do Grande Oriente do Brasil definia que os pretendentes a maçons deveriam possuir “ocupação livre e decente” e punia com a perda dos direitos maçônicos os que exercessem “emprego servil ou desconsiderado na ordem social”, Durante o Império e a República, havia ainda o requisito que, para o ingresso na Ordem, era necessário antes de tudo ser cidadão, isto é, ser possuidor de uma determinada renda no Império e ser alfabetizado na República. BARATA, 1999, op. cit., p. 42-123.

Eliane Colussi, ao estudar a Maçonaria gaúcha, chega à mesma conclusão. “Os pedreiros-livres gaúchos eram recrutados dos setores dominantes, mas não eram necessariamente os setores dominantes; constituíram-se, sim, em um grupo no interior destes setores. No quadro de dirigentes maçons, constatamos que muitos dos nomes eram por demais conhecidos, principalmente aqueles vinculados ao campo político-partidário e da vida intelectual gaúcha.” Seus integrantes eram parte da elite econômica tanto rural quanto urbana. COLUSSI, 2003, op. cit., p. 273,279-280, 282.

<sup>324</sup> RECH, Tamara; RECH, Marco. **Scrivere per non Dimenticare: l'emigrazione di fine 800 nelle lettere della famiglia Rech**, Checonét. Feltre: Libreria Pilotto Editrice, 1996. p. 111.

Entretanto, se existia preconceito por parte dos brasileiros, a recíproca também parecia ser verdadeira, pois, em 1911, o pároco de Caxias, Ângelo Donato, foi obrigado a defender-se publicamente por ter-se negado a prestar auxílio religioso a uma senhora, Luiza Sassi, a qual os acusadores teriam dito que o sacerdote a havia confundido com uma “brasileira”.

Com que fundamento deixaria de atender a um chamado de brasileiros? Sendo eu sacerdote do clero rio-grandense, aqui ordenado e onde resido, reconhecendo como minha pátria adotiva o heróico Estado do Rio Grande do Sul, cujo solo hospitaleiro recebe de braços abertos todos os estrangeiros que aqui aportam.<sup>325</sup>

Os preconceitos tornavam-se mais explícitos quando atingiam as esferas do poder. A elite dirigente brasileira via com desprezo os colonos pobres, católicos e trabalhadores braçais. Por parte dos imigrantes, em especial, o clero, os dirigentes eram descritos como autocratas e déspotas. Em carta à Itália, Padre Domenico Munari referia-se aos diretores coloniais como “canibais” e “czares” que enriqueciam às custas dos imigrantes.<sup>326</sup> Júlio Lorenzoni, em suas memórias, descrevia o diretor da colônia Dona Isabel e Conde d’Eu, Júlio da Silva Oliveira, como hostil aos imigrantes e que “chefiando mais de sessenta pessoas: engenheiros, escrivães, pessoal de escritório, fiscais e outros subalternos, muitas vezes verdadeiros capangas, mostrou em seguida ao povo ser um verdadeiro prepotente, um verdadeiro déspota.”<sup>327</sup>

Com a implantação da República e com a afirmação do Partido Republicano Rio-Grandense no governo do Estado, o imigrante entrará no jogo político regional através da cooptação. O caso específico em que os republicanos se haviam instalado no poder, sem controlarem as relações coronelistas, obrigava-os a buscar apoio nos setores sociais que até então haviam estado fora do jogo político<sup>328</sup>; no caso, os imigrantes, aqui, em especial, os italianos.<sup>329</sup> O jogo político do Partido Republicano Rio-Grandense era reconhecido explicitamente pelo jornalista Vittorio Bucelli:

soubemos que o governo do Estado procura escolher seus funcionários entre os italianos que possuem um pouco de cultura elementar: só no município de Bento Gonçalves há 11; o mesmo critério é seguido pela Intendência Municipal, que possui 7 italianos em seu

<sup>325</sup> *Il Colono Italiano*, 01 jul. de 1911.

<sup>326</sup> FRANZINA, 1994, op. cit., p. 70.

<sup>327</sup> LORENZONI, 1975, op. cit., p. 164.

<sup>328</sup> PINTO, Celi Regina J. **Positivismo**: um projeto político Alternativo. Porto Alegre: L&PM, 1986. p. 15-16.

<sup>329</sup> A necessidade desta política ficara evidente quando, na revolução de 1893, muitos italianos se aliaram às forças federalistas. A partir de então, o PRR (Partido Republicano Rio-Grandense), principalmente no governo de Borges de Medeiros, passou a usar um discurso político que valorizava a presença imigrante italiana em uma tentativa de angariar simpatias desta população e ao mesmo tempo de retomar o processo imigratório para o estado que havia decaído muito desde o tempo da revolução. CONSTANTINO, Núncia Santoro. Italianos, maragatos e pica-paus. DE BONI, Luís A. **A presença italiana no Brasil**. v. 3. Porto Alegre: EST; Fondazione Giovanni Agnelli/Torino, 1996. p. 225 - 236.

peçoal subalterno, 5 entre os do correio postal e 6 entre os agentes de manutenção de estradas.<sup>330</sup>

Agora católicos e maçons, italianos e brasileiros dividiam o mesmo Partido - a luta daí por diante se fazia entre republicanos/maçons e republicanos/católicos. Este foi o caso, envolvendo o padre Henrique Compagnoni e as lideranças políticas de São Marcos, de Caxias do Sul, ambos pertencentes ao Partido Republicano Rio-Grandense. Compagnoni liderava os católicos contra o grupo que o sacerdote citado acusava de ser anti-católico e maçom. Estes, por sua vez, atribuíam ao padre acusações como o de ser contra os brasileiros, de chamá-los de vagabundos, de fazer política nos sermões, de hastear a bandeira da Itália e de querer construir ali um reino italiano com Vaticano e tudo. A localidade foi praticamente dividida em duas facções: os que apoiavam e os que eram contra o padre, ocorrendo agressões físicas e verbais de ambas as partes.<sup>331</sup>

Essa divisão no seio do Partido começara a ser suplantada pela hegemonia católica após os desdobramentos da Revolução de 1923, isto porque a omissão da Maçonaria, preferindo a neutralidade no conflito, mostrou-se um erro, se comparado com a atuação política da Igreja, personificada pela ação de D. João Becker. Esse conclamara as partes em litígio para um entendimento em nome do Rio Grande, participando, inclusive, no processo de negociação de paz, atuando ativamente na elaboração do Tratado de Pedras Altas. Desta forma o arcebispo ganhara notoriedade, ampliando a sua força política, ao ter trânsito livre tanto entre castilhistas/borgistas quanto entre maragatos. Becker aparecia para a opinião pública como uma figura neutra, equidistante, cuja atuação era devida à pacificação do Estado. A partir daí a Igreja Católica sairá com dividendos políticos que lhe proporcionarão derrotar aquela que até então fora a sua maior inimiga. Durante os anos 1920 e após, na década de 1930, a vitória do discurso católico ficará marcado pela sua associação com o poder político constituído.<sup>332</sup>

Muitas vezes os choques entre maçons e católicos imiscuíam-se nas rixas locais, ocasionando pequenas revoltas que opunham as duas partes; essa luta ganhou feições complexas, envolvendo elementos étnicos, políticos e culturais. Dentro deste contexto, cabe a pergunta: como os jornais se posicionavam frente a esses problemas? Pode-se responder que, embora envolvidos pelos atritos, os jornais abordavam o tema com o olhar voltado à Itália. As preocupações com os

<sup>330</sup> COSTA, 1992, op. cit., p. 87.

<sup>331</sup> RIZZON, Luís Antônio; POSSAMAI, Osmar J. **História de São Marcos**. São Marcos: Ed. dos Autores, 1986, p. 186-187.

<sup>332</sup> VÉSCIO, 2001, op. cit., p. 195.

acontecimentos na Pátria distante eram no fundo empregadas como críticas à atuação regional maçônica. Um acontecimento que ocupará um bom espaço nessa imprensa será a demissão da Maçonaria do militar italiano, Gustavo Fará:

o general Gustavo Fara, herói popular da guerra líbica, atualmente comandante da brigada *Friuli* em Livorno, no dia 6 do mês de abril, desdenhosamente enviava a sua demissão de componente da loja maçônica Darwin de Nápoles, remetendo ao venerável da loja as insígnias e o diploma. [...] O episódio do general Fara não faz mais do que levantar uma nova e fosca sombra de suspeita grave sobre a incidia nas fileiras do exército preparada pela Maçonaria. Que seja providenciado que as divisas de nossos oficiais sejam somente a dos oficiais da Itália e não de uma seita misteriosa que é o cúmulo da vergonha.<sup>333</sup>

Após algum tempo de discussão e mistério sobre os reais motivos da demissão, é noticiado que o fato ocorrera porque Fara estava obrigado, segundo os estatutos da loja, a obedecer à hierarquia da Ordem; no entanto, havia um militar sob o seu comando que, no interior da Maçonaria, ocupava um posto superior ao seu, o que o obrigava à obediência. Para não ter que se submeter a tal situação, o general resolvera demitir-se da loja. Certamente que o ocorrido causara desconforto nas fileiras do Exército, pois isso se configurava como uma subversão à ordem militar. O acontecimento desencadeara uma grande polêmica, tanto que o jornal italiano *L'Idéia Nazionale* havia promovido uma pesquisa de opinião sobre a utilidade da Maçonaria nos tempos modernos. As respostas a esse referendo eram publicadas seguidamente pelos jornais, em especial o *Il Colono Italiano*.

Maçonaria, associação eminentemente secreta e vida moderna, significado de liberdade e inimiga dos segredos, dos mistérios e das sombras, são dois termos que entre si se repugnam [...] A Maçonaria rompe a harmonia, rompe a sociedade, forma uma sociedade dentro da sociedade, um Estado dentro do Estado e põe entre seus membros e a sociedade civil um muro de separação pelo segredo que essa exige; [...] Em todas as administrações provoca a discórdia, semeia a diferença, cria o favoritismo, abre a via para a corrupção, fomenta a hipocrisia<sup>334</sup>

O problema hierárquico é sempre abordado:

se é verdade tudo o quanto se repete, que a Maçonaria cria entre os seus adeptos vínculos de dependência hierárquica tais, que podem contrastar com aqueles determinados pela lei, nos ordenamentos civis e militares, a sua influência não pode ser mais funesta e perigosa e o Estado não a deve permitir, tendo que combatê-la e eliminá-la.<sup>335</sup>

A Maçonaria surge, aqui, como um perigo à nacionalidade, pois rompe com os vínculos de obediência no interior das instituições. Os laços que ela estabelece superam as fronteiras do Estado e tornam-se multinacionais - um perigo a afrontar a soberania da Itália. *Il*

<sup>333</sup> *Il Colono Italiano*, 07 mai. de 1913.

<sup>334</sup> *Il Colono Italiano*, 09 out. de 1913.

<sup>335</sup> *Il Colono Italiano*, 09 out. de 1913.

*Corriere d'Italia* descreve a Ordem como uma bacanal moderna. Segundo o jornal, o Senado da antiga Roma havia promulgado leis que coíbiam as orgias secretas as quais acabaram por tornar-se, além de imorais, um perigo à República. Assim como na Roma antiga, a Itália moderna também necessitaria de uma lei que pusesse às claras os que viviam às sombras, para que os mesmos desaparecessem por completo:

na verdade a bacanal moderna que é a Maçonaria, muito mais que as bacanais antigas merece chamar a atenção e a severidade dos legisladores. Bacanal, essa a definição exata: bacanal pela sua moral orgiástica, hedonismo, o mais escachado e o mais crasso materialismo; bacanal, porque reserva a seus adeptos a mais colossal *curée* [...]; bacanal, porque consciente da própria torpeza, foge da luz, esconde-se nas trevas misteriosas.<sup>336</sup>

Os maçons são descritos como uma

raça de gente a qual não importa a liberdade nem a unidade nacional. Faz como o pirata que percorre o mar e de vez em quando ataca um navio incauto precipitando-se sobre ele e destruindo-o, assim é a seita da mentira. [...] a essência da luta maçônica é a guerra contra Cristo e contra o seu representante, o Sumo Pontífice.<sup>337</sup>

Nessa perspectiva a Maçonaria estaria arquitetando a destruição da Itália e da Igreja. A ruína podia ser reconhecida de diversas formas, através da luta pela implantação do ensino leigo nas escolas, do casamento civil, do divórcio e, principalmente, por meio da ação dos políticos ligados à Ordem que incitavam a Itália a entrar na Grande Guerra de 1914. Enquanto os católicos aparecem como favoráveis à neutralidade, a Maçonaria é identificada pela sua ação belicosa, responsável pelo futuro sacrifício de vidas italianas, entre elas a dos católicos:

A campanha a favor da guerra imediata da Itália foi, em princípio, organizada entre os supremos dirigentes da Maçonaria. Mas a ação prática desta propaganda foi confiada aos maçons que têm influência e autoridade nos vários partidos: radical, reformista, republicano, etc. [...] Pergunta-se se os cidadãos da Itália devem ser conduzidos ao martírio da guerra não pelos reais interesses da Pátria mas pelo capricho de alguns patifes que tomam suas decisões dentro de suas lojas.<sup>338</sup>

De fato, os neutralistas foram os que dominaram a política italiana nos primeiros tempos da guerra - entre eles, encontravam-se os setores católicos e socialistas. A Itália relutara a tomar uma decisão, pois, no início do conflito, encontrava-se ainda ligada à aliança com os impérios centrais, firmada em 1882, por influência de Bismarck, quando o país fizera a sua opção imperialista pela África, na tentativa de conquista da Tunísia. Entretanto, esse último objetivo frustrara-se quando a França conquistara a região, jogando a “Itália nos braços da Aliança

<sup>336</sup> *Il Corriere d'Italia*, 10 out. de 1913.

<sup>337</sup> *Il Colono Italiano*, 02 abr. de 1914.

<sup>338</sup> *Il Colono Italiano*, 04 fev. de 1915.

Central.”<sup>339</sup> No entanto, a bem organizada minoria na qual se encontravam os socialistas reformistas, os liberais, os republicanos e os nacionalistas acabou por prevalecer e, ao esperar um conflito breve, em 26 de abril de 1915, com a assinatura do Pacto de Londres, a Itália ingressaria na Guerra ao lado de Inglaterra, Rússia e França, na esperança de concretizar os seus sonhos imperialistas.<sup>340</sup>

Os conflitos europeus acirraram as tensões nacionalistas nas colônias italianas do Sul – agora, não era apenas a Maçonaria que necessitava ser combatida, mas todos os elementos contrários ao espírito nacionalista italiano. Isso provocaria uma divisão e um debate entre os próprios jornais católicos, ao reacender rivalidades européias e produzir mudanças editoriais significativas para o futuro jornalismo católico da região.

## 2.2.6 – A PRIMEIRA GRANDE GUERRA E SUA REPERCUSSÃO NOS JORNAIS

Ao assumir a direção do *Il Colono Italiano*, o austríaco João Fronchetti deu-lhe uma nova direção editorial: se as notícias de Roma ainda figuravam no noticiário internacional, elas agora disputavam espaço com as vindas de Viena e das províncias irredentas, pertencentes à Áustria.

Esse novo direcionamento do jornal provocará reações dos que sustentavam a italianidade como um princípio a ser defendido a qualquer custo. As polêmicas, envolvendo Fronchetti e italianos, contavam desde 1909, antes mesmo de ele se tornar o proprietário do *Il Colono*. Naquele ano, o jornal liberal editado em Porto Alegre, *Stella d'Italia*, e dirigido por Adelgi Conalghi, acusava o pároco de Garibaldi de, em uma celebração da festa do padroeiro da cidade, São Pedro, em 29 de junho de 1909, ter armado um palco ao lado da igreja, sendo que neste haviam sido colocadas diversas bandeiras e que a única ausente era a da Itália. Cabe ressaltar que Conalghi atribuía o fato à má vontade que Fronchetti dispensava ao país. Em resposta a essa acusação, a comissão organizadora da festa publica em *Il Colono* um longo artigo, explicando o sucedido e defendendo Fronchetti.

<sup>339</sup> CERVO, Amado Luiz. **As relações históricas entre o Brasil e a Itália**: o papel da diplomacia. Brasília: UnB; São Paulo: Instituto di Cultura, 1992. p. 11.

<sup>340</sup> UGO, 1994, op. cit., p. 118-119.



Aproximando-se o dia 29 de junho, data em que se costuma, nesta vila, solenizar a festa do padroeiro São Pedro, o digno vigário D. Fronchetti, encarregou o Sr. Luiz Ruggero Casacurta, para organizar uma comissão de festejos. Acendendo o Sr. Casacurta àquele convite, escolheu para seus companheiros de comissão, os Srs. Francisco de Matos Miller, Leonardo Santini e Dante Toniazzi. Composta assim a comissão, que à exceção do cidadão Miller que é austríaco, sendo os demais todos italianos, encarregou-se ela da ornamentação do palco, onde deveria ter lugar a extração da tómbola, e para tal fim, pediu e obteve da intendência municipal, algumas bandeirolas, com as quais foi enfeitado o palco. Nenhuma intervenção quer direta, quer indiretamente teve o bom sacerdote D. Fronchetti quanto à ornamentação do aludido palco, no qual, não figurava bandeira de nacionalidade alguma, como perfidamente assevera o Sr. Conalghi conforme provamos com a declaração da comissão de festejos.<sup>341</sup>

Contudo, o fato era que Fronchetti dava margem a estas polêmicas, pois o sentimento patriótico austríaco fazia-se cada vez mais presente no jornal. As notícias sobre Trento ocupavam um lugar especial; as mobilizações do Exército austro-húngaro ganham relevo; o jornal publica até uma campanha em prol da arrecadação de fundos para a constituição de uma força aérea militar austríaca - situação que os italianos e alemães já haviam feito em suas colônias. Era chegada a hora de os austríacos também demonstrarem o seu patriotismo e contribuírem com a sua Pátria distante na aquisição desta moderna arma militar.

Nuvens negras de tempestade se adensam nos confins de nossa antiga Pátria. Os seus interesses mais vitais, a segurança de seu pacífico desenvolvimento está ameaçado; podemos prever que o monarca de nossa casa reinante, malgrado seu amor pela paz, não posta em dúvida nem mesmo por seus opositores mais ferrenhos, não pode se deter a dar ao seu país as armas mais modernas para o porvir de seu povo e do grande e potente império do Danúbio. [...] Com o intento de oferecer ao Exército de nossa antiga Pátria os fundos necessários à construção desta moderníssima arma, iniciou-se um movimento popular para recolher espontaneamente os meios necessários para concretizar tal objetivo. [...] Não devemos e não queremos ser segundos em nosso patriotismo e amor à Pátria de nossos pais, se comparados aos colonos alemães e italianos há muito engajados na mesma campanha. As nossas ofertas devem demonstrar que também os austríacos e húngaros são capazes de nutrir alto sentimento patriótico e que sabem demonstrá-lo antes de tudo pelos fatos.<sup>342</sup>

Os acontecimentos que marcaram o início da Guerra de 1914 são acompanhados, segundo a ótica dos jornais de Viena, como, por exemplo, o assassinato de Francisco Ferdinando. O jornal descrevia Belgrado como um covil de assassinos e em suas páginas publicava as convocações militares aos súditos austro-húngaros residentes no Estado, para que se apresentassem aos consulados, a fim de regularizarem a sua situação e partirem para a Europa, com o objetivo de defenderem a sua Pátria. Cartas de soldados trentinos são publicadas, reforçando os seus sentimentos cristãos e a sua devoção nacionalista; na matéria intitulada “Um

<sup>341</sup> *La Libertà*, 07 ago. de 1909.

<sup>342</sup> *Il Colono Italiano*, 08 fev. de 1913.

comovente episódio”, é narrado o heroísmo de um soldado alemão que, no campo de batalha buscava pelo corpo de seu irmão morto em combate.

Enquanto os países adversários são descritos como ateus, a França é acusada de confiscar os bens da Igreja, prender sacerdotes, transformar casas canônicas em casernas, e outras atitudes; são cada vez mais comoventes os relatos dos acontecimentos por parte dos soldados e das autoridades austro-húngaras. Os pronunciamentos são publicados com destaque nas páginas centrais do jornal, como, por exemplo, o da arquiduquesa húngara, Elizabete de Habsburgo, que pedia orações ao povo em nome dos soldados que, em guerra, desempenhavam a sua santa missão. É importante evidenciar, aqui, que a fé católica é a principal aliada dos impérios centrais. Em longo artigo “Um espetáculo medieval: a Áustria aos pés de Jesus Sacramento”, são relatadas as noites e os dias de vigília e orações em Viena e em todo o país pela vitória das tropas imperiais à frente oriental, quando os mesmos lutavam contra os russos.

De todas as potências européias presentemente em guerra, a única oficialmente católica é a Áustria; convém não esquecer este fato de máxima importância pelo progresso da Igreja Católica na Europa Oriental. Também o povo, na sua quase totalidade, é católico. Quando se iniciou a guerra, esse sentimento se intensificou ainda mais.

Ao engajar-se naquela batalha na fronteira austro-russa, foram oficialmente ordenadas orações nacionais para a vitória das armas imperiais. Durante o dia 2 de setembro de 1914 e durante a noite entre os dias 2 e 3, foi exposto o SANTÍSSIMO SACRAMENTO em todas as igrejas e capelas da Áustria e Hungria. Esta noite foi denominada como “noite santa”.

Nesta noite ninguém se deitou! Enquanto os soldados combatiam, imperador, arquidukes, arquidukesas, damas, personalidades da corte, bispos, clero, fiéis de diferentes idades e sexo, passaram dia e noite em profunda adoração aos pés de NOSSO SENHOR SACRAMENTO.

Do êxito desta batalha depende a vida ou a morte do Império, a salvação ou a destruição da Áustria-Hungria. É uma luta terrível da barbárie e escravidão contra a civilidade e a liberdade. Muitos são os russos, ninguém nega: poucos, muito poucos, em confronto são os austríacos e húngaros; mas entre estes últimos está, porém, *a fé e a esperança de um Império inteiramente crente e religioso...*<sup>343</sup>

Era de se esperar a reação por parte deste posicionamento, e ela viria de Bento Gonçalves, isto é, do jornal católico mais fervorosamente italiano da região, *Il Corriere d'Italia*. O jornal a princípio defendia a posição neutra da Itália, expondo os seus motivos favoráveis ao tentar analisar a conjuntura européia do período. Para melhor compreensão, explicitar-se-á brevemente o contexto em que se encontrava a Itália. O governo italiano alegava que a declaração de guerra era uma provocação e uma agressão a seus interesses, acusando ainda os governos austríaco e alemão de ocultarem entre si os seus verdadeiros interesses, ao deixar a Itália

<sup>343</sup> *Il Colono Italiano*, 12 nov. de 1914.

de lado e violar o tratado da Tríplice Aliança. Havia, porém, uma parcela das lideranças políticas que queriam a intervenção ao lado dos Impérios Centrais, a saber, os militares e conservadores, pois respeitavam e temiam a Alemanha, não confiavam no republicanismo francês, consideravam a Tríplice Aliança como o baluarte dos princípios monárquicos e julgavam uma traição a posição neutra italiana após 30 anos de aliança com os austro-húngaros e germânicos<sup>344</sup>.

Todavia, a neutralidade ganhava cada vez mais apoio entre a população e politicamente se reforçava quando Áustria e Alemanha não se pronunciavam claramente quanto às vantagens italianas da sua entrada no conflito. Aproveitando esta instabilidade, os aliados não permaneceram parados, e a Rússia, em agosto de 1914, oferecia à Itália, em troca de seu apoio, os territórios do Trento, Trieste, Valona e Dalmácia. O governo italiano no mesmo mês preparara um memorando em que expunha as suas condições para atuar ao lado dos aliados, porém a aproximação dos alemães de Paris freou os entusiasmos dos líderes italianos. No entanto esta posição neutral seria de difícil sustentação nos meses seguintes, pois as pressões para uma intervenção, de um lado ou de outro, eram cada vez maiores. Como já foi visto acima, havia uma parte dos intervencionistas que queriam manter-se ao lado dos impérios centrais, enquanto outros preferiam a aliança ao lado da França, país das liberdades humanas, como os liberais, socialistas reformistas e maçons. O desenrolar da guerra e as mudanças na política italiana<sup>345</sup> penderam a gangorra para o lado dos aliados e, em abril de 1915, firmava-se o Pacto de Londres, cujas promessas territoriais para a Itália compreendiam parte do Litoral Adriático, as ilhas Dálmatas, a Ístria, o Trentino, o Tirol Meridional e a possibilidade de expansão colonial na Ásia Menor.<sup>346</sup>

Quando a questão intervencionista já havia sido resolvida, assim *Il Corriere d'Italia* se pronunciava sobre isso:

Todos sabem que a aliança da Itália com os impérios centrais era puramente defensiva, vale dizer que a Itália teria intervindo ao lado dos aliados se estes não tivessem se mostrado como seus inimigos. [...] A Áustria foi a que iniciou a conflagração européia ao declarar guerra à Sérvia, sem avisar a Itália, rompendo o equilíbrio nos Bálcãs que era a base principal da Tríplice Aliança. Cessou assim o dever de intervir a Itália a favor da

<sup>344</sup> FLICHE, Augustín; MARTIN, Víctor. **História de la Iglesia: Guerra Mundial y Estados Totalitarios**. V. 26. t.1. Valencia: EDICEP, 1980. p. 84.

<sup>345</sup> As derrotas da Alemanha no Marne em setembro de 1914 haviam impressionado os italianos. O avanço no Mediterrâneo por parte dos aliados em fevereiro de 1915 e da iminente derrota da Turquia haviam dado a sensação de que a Itália estava chegando atrasada à repartição territorial da região. O chefe do gabinete italiano, Salandra, que desde o final de 1914 reorganizara os seus quadros políticos, dando mais espaço aos liberais, favoráveis à intervenção ao lado dos aliados, viu-se obrigado a tomar uma decisão e, visto que as propostas de Áustria e Alemanha não satisfaziam os desejos italianos (principalmente ao negar o Trieste como compensação territorial em um futuro apoio à guerra), a aproximação com a Inglaterra e França estava cada vez mais forte.

<sup>346</sup> FLICHE; MARTÍN, 1980, op. Cit., p. 86-87, 90.

Áustria e Alemanha por vários motivos: 1º - Porque a Áustria, invés de ser assaltada, assaltou; 2º - porque a Itália não foi pré-avisada; 3º - porque, com a declaração de guerra à Sérvia, quebrou-se o equilíbrio nos Bálcãs.[...] Invadindo a Sérvia, a Áustria ofendia os interesses da Itália no Adriático. Com tudo isso a Itália poderia perguntar à Áustria a razão de seu modo pouco honesto de agir, contentando-se com a sua neutralidade e denunciando o antigo Tratado. Mais tarde, para proteger os povos irredentos e salvar a existência dessas terras gravemente ameaçadas pela própria Áustria e por outros motivos ainda, a Itália se viu obrigada a fazer guerra contra ela, quando já não mais era sua aliada. Onde está a traição?<sup>347</sup>

Se por parte do governo italiano não havia traição alguma, o mesmo não se podia dizer do *Il Colono*. O seu posicionamento pró-Áustria e a sua simpatia pelo governo católico e monárquico dos Habsburgo eram considerados de forma acintosa pelos carlistas, tanto que, em duas matérias, em setembro e outubro de 1914, *Il Corriere* tratou de criticar abertamente *Il Colono Italiano*, julgando ser o nome do jornal, ofensivo aos italianos e que de fato deveria chamar-se de *Il Colono Austríaco*. *Il Corriere* acusava Fronchetti de ser representante consular austro-húngaro - que de fato o era - e de incitar os sentimentos pró-Áustria em relação aos colonos trentinos. Afirmava ser o Trento uma região “biológica e etnicamente” italiana, criticando a postura politiqueria de Fronchetti. “Repetimos em voz alta que o Trentino continua a viver como nós em uma ideal unidade e não poderia ser diferente, porque contra os decretos políticos está a força histórica infinitamente maior, a perenidade dos costumes latinos e o vigor da fé.”<sup>348</sup>

A resposta de Fronchetti não tardaria e, na edição de 24 de setembro, afirmaria ser o seu jornal

Católico e brasileiro-rio-grandense em língua italiana para quem fala e entende o idioma e se interessa pela prosperidade, progresso e bem-estar moral e material daquela parte do glorioso Estado do Rio Grande do Sul que é habitado pela boa, laboriosa e industriosa gente falante da língua italiana, seja ela nascida aqui ou vinda da Itália, Trentino, Trieste ou de qualquer outra parte da Europa ou do mundo.<sup>349</sup>

Fronchetti ainda acusava *Il Corriere* de ser desrespeitoso à segunda Pátria, o Brasil, ao não respeitar a hospitalidade do Rio Grande, ao desenterrar antigos ódios, semear a divisão entre os imigrantes italianos e austríacos, domiciliados aqui, para formar uma nova e

<sup>347</sup> *Il Corriere d'Italia*, 20 mai. de 1915.

<sup>348</sup> *Il Corriere d'Italia*, 18 set. de 1914.

<sup>349</sup> *Il Colono Italiano*, 24 set. de 1914.

grande família unida.<sup>350</sup> O jornal carlista não demoraria em retrucar a essa resposta e, em 02 de outubro, publicaria um novo artigo no qual mantinha e reforçava as acusações.

Vilmente *Il Colono Austríaco* quer dar a entender que suas páginas têm o único objetivo de se fazer compreender àqueles que falam italiano. Se não se visse claramente que faltam argumentos às considerações feitas por nós no último artigo, ter-se-iam todas as razões para compreender de que italianos falam eles. Da mesma forma se teriam todas as razões para crer que os senhores do semanário da vila Garibaldi, além de serem ingênuos, acreditam na ingenuidade de seus leitores. Querem fazer crer que escrevem e falam àqueles que entendem italiano, mas ignoram o significado etimológico da própria palavra. Colônias italianas, “colono italiano”, senhores, significa unicamente: colônias, colonos da Itália e não daqueles que simplesmente falam a língua deste país. Mas todos sabem bem, e também vocês, lobos austríacos, que jogaram com o significado da palavra.<sup>351</sup>

As acusações prosseguem, declarando que *Il colono* utilizava-se da língua italiana para fazer propaganda austríaca, insultando a Pátria da maioria dos colonos ali residentes. A polêmica ainda continuaria na edição seguinte do *Il Colono* em 15 de outubro de 1914, quando é publicada uma carta de um leitor da colônia Silveira Martins, em defesa de Fronchetti.

Sabemos, antes de tudo, que a Vossa Reverência trabalha há mais de um decênio em prol dos italianos vindos a esta terra. Fronchetti foi um dos poucos sacerdotes que exerceu aqui o ministério nos anos mais difíceis, quando as colônias eram novas e pobres, quando havia ainda tudo por fazer, no tempo em que as dificuldades sacerdotais, seja pela falta de sacerdotes, seja pela falta de boas estradas, era duríssima. [...] Somos leitores do “Colono”, desde a sua fundação e esse sempre manteve seu caráter católico e patriótico italiano.<sup>352</sup>

*Il Corriere d'Italia* continua a discussão indiretamente durante os anos seguintes, tratando de denunciar o autoritarismo austríaco nas regiões sob seu domínio - autoritarismo que incluía perseguições a religiosos no reino mais católico da Europa. Sua cobertura da guerra passa a ser a visão oficial do Estado italiano. As notícias do conflito do qual agora a Itália tomara parte eram descritas na seção “A Nossa Guerra”; a campanha do exército, as suas vitórias e as suas conquistas são festejadas pelo jornal; a bravura e o heroísmo dos combatentes peninsulares são também destacadas. Cartas de soldados que habitavam na região colonial e que estavam lutando no exército italiano são seguidamente publicadas. Deste modo, a guerra mundial é basicamente a guerra da Itália; os outros países são citados somente quando entram em conflito com aquele país; além disso, não há notícias sobre a política brasileira em

<sup>350</sup> Esta resposta torna-se interessante pelo fato de que o jornal *Il Colono Italiano* acenava a uma maior integração do elemento imigrante à terra rio-grandense. Menos sectário que os carlistas, Fronchetti, e depois os capuchinhos, apresentavam uma tendência mais conciliadora. Isso não era novidade, pois desde 1910 aparecem artigos em que se debate a adaptabilidade do colono à nova terra, destacando-se a maleabilidade do italiano e a sua fácil assimilação. Também são publicados artigos que se referem a datas cívicas brasileiras, como a Independência, a Proclamação da República e o dia da Bandeira, circunstância praticamente impensável no jornal carlista.

<sup>351</sup> *Il Corriere d'Italia*, 02 out. de 1914.

<sup>352</sup> *Il Colono Italiano*, 15 out. de 1914.

relação ao contexto internacional - a ótica nacionalista italiana é a que predomina. Aqui, a vitória dos aliados mais parece fruto dos sacrifícios itálicos. O jornal comemora quando “a bandeira tricolor balança sobre Trento e Trieste”, porém tece duras críticas à Conferência de Paris e à traição de França, Inglaterra e Estados Unidos pela não-cessão de todos os territórios prometidos como a Ístria, Dalmácia e regiões da Somália na África. Internamente, atribui-se o fracasso italiano na Conferência à ação da Maçonaria e lamentava-se a ausência do Papa nas negociações, já que, no tratado de Londres de 1915, havia uma cláusula que excluía o Sumo Pontífice de futuros congressos de paz. Fora as polêmicas, *Il Corriere d'Italia* passou o período de guerra sem grandes sobressaltos; bem diversa foi a vida do *Il Colono Italiano* no período.

As críticas a Fronchetti e as suspeitas quanto à sua tendência pró-Áustria tornavam a sua situação delicada frente ao jornal. O problema tornou-se mais agudo quando o Brasil rompeu relações diplomáticas com os Impérios Centrais em 14 de abril de 1917, e a posição de Fronchetti tornara-se, pois, insustentável. Através de uma reunião com os proprietários do jornal decidiu-se que um deles, Adolfo Moreau, assumiria a direção. Entretanto Moreau não era simpático aos italianos e muitos assinantes devolveram os jornais naquela edição. Por fim decidiu-se convidar o italiano Agostinho Mazzini para o cargo; no entanto, Mazzini passara a ser ridicularizado, sendo acusado de ser testa-de-ferro de um jornal antiitaliano, pois era ainda Fronchetti quem de fato o dirigia. Desgostoso pelas ofensas, Mazzini pede demissão e exige que Fronchetti desminta certas notícias dadas no periódico; o pároco, contudo, recusa-se e Agostinho entra na Justiça, pedindo a suspensão definitiva da folha. Em nova reunião, seus proprietários não consentem que a publicação cesse de circular e, agora sem diretor e com seu nome alterado para *Staffetta Riograndense*, continua seus trabalhos já com os capuchinhos, atuando como novos sócios.<sup>353</sup> Esse fato ocorreu em julho de 1917, e a percepção destes conflitos fica nítida nas páginas do jornal. Desaparece o noticiário internacional, o seu lugar é ocupado pelas notícias da região colonial, os assuntos marcadamente políticos também estão ausentes, somente aparecem artigos de cunho religioso e de interesse comunitário; a crise parece ter tornado o jornal explicitamente local, pelo menos por um tempo até que as rivalidades amainassem.

---

<sup>353</sup> CORREIO RIOGRANDENSE. **Um século de presença dos freis capuchinhos no Rio Grande do Sul** – edição comemorativa. Caxias do Sul, 16 out. 1996.

Com o fim da guerra e a anexação do Tirol e do Trentino à Itália, cessam também as hostilidades, visto que todos agora eram súditos de uma mesma bandeira. Em 1921 Fronchetti vende a sua parte do jornal e os capuchinhos passam a ser proprietários exclusivos do *Staffetta*. A década de 1920 será mais tranqüila e marcará o fortalecimento da imprensa católica regional.

### 2.2.7 – A DÉCADA DE 1920

Enquanto o jornal carlista se manteve praticamente estável durante a sua primeira década de existência, permanecendo fiel ao programa de Scalabrini, distinto foi a vida do *Il Colono*. Este, por três vezes, mudara de nome e proprietários, enfrentara a turbulência da Guerra Mundial, conseguindo uma estabilidade editorial apenas nos anos 20. Os capuchinhos, que desde 1910, quando o jornal fora transferido para Garibaldi, apoiavam a edição, agora se tornavam os proprietários majoritários e concretizavam o antigo sonho do frei Bruno de Gillonnay: o de atuar evangelicamente através da imprensa.

Os anos 20 iniciaram com uma tentativa de fusão entre os dois jornais católicos - tentativa frustrada inicialmente, mas que se concretizaria alguns anos depois. *Staffetta Riograndense* e *Il Corriere d'Italia* conheceriam um crescimento sensível neste período, passando a representar e a veicular mais do que nunca a identidade do imigrante à Igreja, já que o clero era, por assim dizer, o representante intelectual do colono regional. A criação desta identidade pode ser observada, por exemplo, através da literatura, como o comprova o caso de *Nanetto Pipetta*. As histórias de *Nanetto Pipetta* – nascido da Itália e vindo para a América a fim de encontrar a cuccagna, foram publicadas no *Staffetta* durante o período de 23 de janeiro de 1924 a 18 de fevereiro de 1925.

Personagem criado por Frei Paulino de Caxias ( Aquiles Bernardi), *Nanetto* era uma figura cômica, envolvido sempre em hilariantes peripécias; seu personagem retratava com bom humor os medos e as angústias dos colonos nos princípios da imigração. Escrito em dialeto, em oposição à oficialidade do italiano *standard*, tornava-se um elemento de identificação entre o clero e os imigrantes, fazendo frente à política de italianidade oficial.<sup>354</sup> Contudo, *Nanetto*, que partira da Itália ainda jovem para tentar a vida na América, não era apenas um personagem

---

<sup>354</sup> Para ver a respeito da utilização da linguagem dialetal frente a recusa da italianidade oficial consultar: GHIRARDI, Pedro Garcez. **Imigração da Palavra**. Porto Alegre: EST, 1994, p. 21 - 44.

atrapalhado e desmiolado. Contrariamente a seu comportamento irrefletido, religiosamente se tornava um exemplo, pois não blasfemava; quando se envolvia em algum perigo ou cometia algum ato falho, rogava perdão a Deus e arrependia-se; além disso, tinha em alta conta a sua família, sendo sempre trabalhador e honesto.<sup>355</sup>

*Nanetto* foi certamente inspirado em personagens da literatura vêneta italiana, que protagonizavam episódios semelhantes, como, por exemplo, as histórias de *Frich-Froch Imboscà*, também produzidas pelo clero intransigente em língua dialetal.<sup>356</sup> Bernardi certamente tinha conhecimento de tal literatura e a adaptou à região. Por outro lado, o jornal carlista também tinha seu anti-herói; no entanto, diferentemente dos capuchinhos, os carlistas mantiveram o nome do personagem italiano que servira de modelo a *Nanetto*. Neste sentido, o personagem *Frich-Froch* faz o caminho inverso do de *Nanetto* e sai da América, voltando à Itália para defender o seu país durante a Primeira Guerra Mundial. Também publicado em dialeto, seus episódios ocorrem no Velho Mundo e circularam no jornal no período de 25 de maio de 1925 a 30 de junho de 1927, data em que o jornal cessou a sua publicação. Enquanto o personagem dos capuchinhos era o símbolo do colono na nova terra, *Frich-Froch* tornava-se o modelo de patriota italiano: podia ser atrapalhado e envolver-se em inúmeros episódios cômicos, porém ninguém poderia duvidar de sua fidelidade à Itália. Justificava a sua ida à guerra e a sua aversão aos germânicos, pelo fato de que seu pai era alemão e passara a vida inteira a maltratar a sua mãe que era italiana.

Os dois personagens surgiam em um momento especial para a colônia italiana no Sul do Brasil, isto é, as comemorações do cinquentenário da imigração. Tanto *Nanetto* quanto *Frich-Froch* personificavam identidades específicas com as quais se procurava enquadrar o imigrante: o primeiro valorizava a sua integração no contexto brasileiro e o segundo, ainda voltado para a Pátria distante, sustentava os símbolos da *italianità*. Essas duas visões, de certa forma, estarão presentes nos festejos, mas sem dúvida haverá uma preponderância da segunda. Oficialmente as comemorações aconteceram em Porto Alegre, em que exposições e manifestações oficiais procuravam pôr em relevância a força e a pujança do imigrante e valorizar a sua atitude progressista e civilizadora na nova terra. Vários monumentos foram inaugurados na região colonial, houve também banquetes em que se reuniam remanescentes de imigrantes de

<sup>355</sup> BERNARDI, Aquiles. **Nanetto Pipetta**. Trad. Maria Adami Tcacenco e Alberto Victor Stawinski. Porto Alegre/EST; Caxias do Sul/EDUCS, 1988 (apresentação Mário Gardelin) p. 24-25.

<sup>356</sup> POZENATTO, José Clemente. A literatura de imigração italiana. In: INSATITUTO SUPERIOR BRASILEIRO-ITALIANO DE ESTUDOS E PESQUISA. **Imigração italiana**: estudos. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1979. p. 227.



1875 que se realizaram em Caxias do Sul e Porto Alegre.<sup>357</sup> Um álbum comemorativo foi publicado, fruto da união entre o Ministério do Exterior da Itália e o governo do Estado.<sup>358</sup> Mesmo com o processo de adaptação já em curso, o cinquentenário da colonização foi ainda comemorado segundo a ótica do nacionalismo italiano; neste sentido, o imigrante tornava-se o legítimo representante da Pátria no Brasil, uma pátria unificada, heróica e coesa.<sup>359</sup> Garibaldi e outros italianos que haviam lutado na Revolução Farroupilha eram os nomes lembrados nos festejos; desta forma, a Itália do *Risorgimento* unia-se aos ideais da República Rio-Grandense no momento em que a “epopéia” imigrante era festejada no Estado.

*Il Corriere d'Italia* acompanha as comemorações desde a sua fase preparatória, descrevendo as reuniões e os pronunciamentos; além disso, a presença de autoridades italianas vindas ao Estado por esta ocasião marcam os momentos apoteóticos das celebrações. O *Staffetta Riograndense* publica mensagens oficiais de Mussolini, parabenizando os italianos no exterior e congratulando-se por sua obra civilizadora. O trabalho, a perseverança, a luta, os sofrimentos são elementos sempre presentes na narrativa dos jornais; os italianos aparecem como um “povo maravilhoso”, capaz das maiores obras, são os representantes legítimos da raça latina que desbrava e constrói o mundo, e o progresso atingido em cinquenta anos é a prova desta capacidade.

Os anos 20, contudo, serão marcados ainda por outro importante acontecimento, esse de cunho mais político e de reflexos profundos na postura desta imprensa católica: a ascensão do fascismo na Itália. Os jornais deram cobertura ampla ao movimento. Exemplo disso é o que o noticiário internacional do *Staffetta* durante o ano de 1922 basicamente acompanha a organização e a mobilização dos fascistas; a edição de 08 de novembro de 1922 descreve com detalhes a tomada de poder e a marcha sobre Roma, ocorrida no final do mês anterior. A

---

<sup>357</sup> POSSAMAI, 2005, op. cit., p. 224-225.

<sup>358</sup> O álbum trazia como abertura, primeiramente as fotos de Vitório Emanuele III seguida pela de Mussolini, Arthur Bernardes e Borges de Medeiros. No prefácio, escrito pelo Cônsul da Itália em Porto Alegre, Luigi Arduini, aparecia claramente a intenção de mostrar aos italianos o valor dos emigrados, seu trabalho e sua cultura. Procura vincular-se a presença de italianos com a história do Rio Grande do Sul na exaltação de figuras como Zambeccari e Garibaldi. Há, ainda, uma apresentação descritiva física do Estado e da contribuição cultural e econômico do italiano para o crescimento do mesmo, tomando por base os municípios onde se contava com a presença destes imigrantes. **Cinquantenario della Colonizzazione Italiana nel Rio Grande Del Sud: 1875-1925.** v. 1, 2. 2 ed. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 2000.

<sup>359</sup> CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Produzione storiografica sull’immigrazione italiana in vari contesti del Sud del Brasile. In: PROVINCIA DO MODENA/COMUNE DO CONCORDIA (org.). **Gli emiliano romagnoli e l’emigrazione italiana in América Latina:** il caso modenese. Módena: Província di Modena; Comune di Concórdia, 2003. p. 220.

aproximação de Mussolini com a Igreja conta créditos ao governante italiano “Mussolini, o homem do dia da mente perspicaz e profunda, da vontade tenaz e do punho de ferro, acreditou conveniente, e antes necessário, restabelecer o crucifixo nas escolas do reino e em todas as escolas italianas do exterior.”<sup>360</sup>

Nem mesmo os atos violentos praticados pelas milícias fascistas desmerecem o líder; de forma semelhante ao que ocorria na Itália, os jornais viam esses fatos como acontecimentos autônomos e contra a vontade do *duce*.<sup>361</sup> O único momento em que esta credibilidade abalou-se foi quando do assassinato do deputado socialista Giacomo Matteotti em abril de 1924. A opinião pública italiana e mundial tratou com desconfiança o fascismo; o *Staffetta* qualificou como bárbaro o ato, comparando as ações criminosas das milícias às violências da Revolução Francesa. Entretanto, contornada a crise na Itália, Mussolini saíra dela mais forte e iniciara um período de contra-ataque, fazendo recrudescer o sistema, ampliando mais ainda a sua ditadura.<sup>362</sup>

Tal qual o clima italiano, os jornais não prosseguem na discussão; o fechamento do regime viria acompanhado por reações da oposição política italiana; os atentados contra a vida de Mussolini sucedem-se durante o ano de 1926; o jornal de Garibaldi noticia os mesmos e atribui a salvação do *duce* à sua fé em Santa Teresa:

Esta convicção vem confirmada pelo *duce* na noite de 07 de abril em seguida ao segundo atentado. Querendo manifestar seu reconhecimento, enviou à Igreja de Santa Teresa dos Padres Carmelitas Descalços em Roma um ramalhete de flores e um círio para o altar da santa.<sup>363</sup>

O casamento religioso de Mussolini, após viver alguns anos maritalmente unido só pelo civil, agradara aos jornais, e as medidas moralizadoras são sempre noticiadas, “na Itália foram abolidos os concursos de beleza. A mulher é um símbolo sacro de virtude e de amor e não um objeto a ser exposto sob hipócrita admiração.”<sup>364</sup> Os jornais engajam-se ainda na campanha em prol da arrecadação de fundos para saldar dívidas italianas contraídas desde a Primeira Guerra. Os discursos de Mussolini são transcritos pelos jornais “suas palavras são como que cunhadas em sentenças e gravadas em uma lápide, seus discursos são atos.”<sup>365</sup> Salienta-se o

<sup>360</sup> *Staffetta Riograndense*, 11 abr. de 1923.

<sup>361</sup> TRENTO, Ângelo. **Fascismo italiano**. São Paulo: Ática, 1986, p. 25.

<sup>362</sup> TRENTO, 1996, op. cit., p. 29.

<sup>363</sup> *Staffetta Riograndense*, 05 jan. de 1926.

<sup>364</sup> *Staffetta Riograndense*, 09 out. de 1929.

<sup>365</sup> *Staffetta Riograndense*, 05 jan. de 1927.

avanço econômico, o processo de recuperação moral e financeiro, enfim, o país se reerguera após as humilhações dos tratados ao final da Guerra, recuperara a altivez de uma “nação forte e grande, consciente de seu valor”<sup>366</sup> As simpatias por Mussolini eram cada vez mais explícitas, e também a associação entre o Catolicismo ao fascismo, “a vida de um homem é uma batalha onde se necessita de um *duce* e de uma bandeira. Na ordem das crenças e da moral, qual é a nossa bandeira e o nosso *duce*? Cristo e sua cruz.”<sup>367</sup>

Os acordos de Latrão e a resolução da difícil Questão Romana ocupam toda a primeira página da edição do *Staffetta* do dia 20 de fevereiro de 1929, e as principais cláusulas do tratado são transcritas; a partir daí, Mussolini ganharia um prestígio sem igual em todo o mundo católico.<sup>368</sup> No fundo essa aproximação com a Santa Sé e as negociações dos acordos vinham ocorrendo desde 1926. Ao se concretizarem três anos depois, apenas confirmavam a tendência de Mussolini em angariar apoio das massas católicas; Pio XI descrevia o líder italiano como o homem que “a Providência fez-nos encontrar”. Mais evidente ainda se tornara este apoio quando da realização das eleições de 1929, pois essa confirmaria o autoritarismo em que se convertera o regime; deste modo, votava-se em apenas uma legenda, podendo o eleitorado aprovar ou rejeitar os candidatos. “Nesta ocasião, as paróquias e o clero mobilizaram-se abertamente ao grito de *pelo papa e pelo duce*, e, de fato, o resultado da urnas foi um triunfo para Mussoloni.”<sup>369</sup>

Cabe lembrar que em 1927 o jornal *Il Corriere d'Italia* é adquirido pelos capuchinhos; em sua última edição, em 30 de junho de 1927, trazia a manchete em primeira página e justificava tal união.

COM O OBJETIVO:

de dar maior firmeza, vigor e unidade à imprensa católica colonial  
de se aprofundar melhor na vida local  
de oferecer um serviço mais perfeito na informação com as mais variadas matérias  
de diminuir o tempo e as despesas necessárias pela existência de duas redações distintas e independentes

<sup>366</sup> *Staffetta Riograndense*, 09 nov. de 1927.

<sup>367</sup> *Staffetta Riograndense*, 14 set. de 1927.

<sup>368</sup> Nesses Acordos, “a Igreja reconhecia finalmente o Estado italiano e via sancionada a sua soberania no Estado do Vaticano, minúscula área ao lado da Basílica de São Pedro; uma convenção financeira – com a qual o governo prometia pagar pouco menos de dois bilhões de liras, como indenização pela antiga anexação dos territórios pontifícios; e uma concordata – que era a parte mais importante por desfalcocar a tradicional laicidade do Estado italiano e limitar sua jurisdição.”

“O Catolicismo foi proclamado religião oficial do Estado, base do ensino, tornando-se portanto obrigatório nas escolas de segundo grau; os padres hereges ou que tinham abandonado o sacerdócio viam-se excluídos de alguns direitos civis e, principalmente, do emprego público; o casamento religioso passou a ter validade civil; a cidade de Roma obteve o caráter de *sagrada*.” TRENTO, 1986, op. cit., p. 33.

<sup>369</sup> *Ibid.*, p. 33-34.

as redações dos dois semanários *IL CORRIERE D'ITALIA* e *STAFFETTA RIOGRANDENSE* - considerando ser único e o objetivo dos dois jornais - decidiram por unir-se efetuando o quanto antes este projeto.

COM O PRIMEIRO NÚMERO DO MÊS DE JULHO A NOSSA COLÔNIA ITALIANA  
TERÁ UM ÚNICO JORNAL COM O TÍTULO

**“STAFFETTA RIOGRANDENSE”**

“Corriere d’Italia”

o qual concentrando em um só grupo as forças intelectuais e financeiras dos velhos semanários, será o porta-voz dos sentimentos católicos dos nossos bravos colonos.

Ao novo, mais grande e mais forte semanário que estará concentrado em Garibaldi, não faltará o aplauso e o apoio daqueles que sentem a necessidade da boa palavra que continuará a levar entre nossas famílias a sã formação religiosa e moral.<sup>370</sup>

O *Staffetta* circularia por algumas edições, ao trazer em primeira página os dois nomes e esclarecer os motivos da união. Agora o *Staffetta* tornava-se o único e principal jornal católico da região, pois seria o representante oficial da palavra do clero. Fortalecido pela união, incorporava os ideais e os assinantes do semanário carlista, pois, aos seus 5.000 abonados, seus uniam-se mais 3.000 do *Il Corriere*, compondo um total de 8.000 assinantes distribuídos entre as principais cidades locais.<sup>371</sup> Unificada e fortalecida, a imprensa católica entra na década de 1930 revigorada e ocupando um lugar de destaque em meio à sociedade colonial, pronta para o “bom combate”; como foi tratado acima, a causa que estará mais empenhada em defender, será o fascismo. Os símbolos da Itália fascista farão parte da configuração identitária italiana dos anos 30 e a Igreja será o seu porta-voz primordial. A nova postura e a posição do Catolicismo brasileiro frente às mudanças políticas da época sem dúvida também contribuirão para tornar a Igreja uma instituição influente e cada vez mais importante durante as décadas seguintes. Essa postura suscitará no jornal, por contraditório que pareça, uma constante campanha cívico-patriota entre os colonos, cuja função era a de salvar a nação brasileira. Assim, submetidos a uma dupla identidade, serão inevitáveis os atritos que resultarão, por força da lei e das circunstâncias, numa nova postura identitária.

<sup>370</sup> *Il Corriere d’Italia*, 30 jun. de 1927.

<sup>371</sup> Em ordem de maior para menor, no número de assinantes, encontravam-se, desta maneira, dispostas as colônias: Alfredo Chaves (Veranópolis), Garibaldi, Guaporé, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Sananduva, Anta Gorda, Nova Vicenza (Farroupilha) e Erechim. *Staffetta Riograndense*, 16 mai. de 1928.

### 3 AS DÉCADAS DE 1930 E 1940 E A IDENTIDADE IMIGRANTE PELO JORNAL CORREIO RIOGRANDENSE

#### 3.1 O APOIO A RECRISTIANIZAÇÃO NACIONAL

As mudanças políticas do início da década de 1930 manifestar-se-ão para o Catolicismo brasileiro como uma oportunidade de reconciliação com o Estado nacional. A reparação do erro republicano de 1891 processar-se-ia quase quarenta anos depois, pelo justo reconhecimento das verdadeiras aspirações da alma católica brasileira; além disso, o Movimento de Outubro daquele ano acenava para as mudanças que se confirmariam no decorrer da década. Todavia, é importante lembrar que, se aquilo foi possível naquele momento, só o foi porque o movimento de revigoração do Catolicismo nacional já vinha se processando desde a década anterior, quando a Igreja passou por uma renovação em seus quadros, agregando ao seu redor uma intelectualidade combativa que projetará os novos rumos do Catolicismo no Brasil.

Uma destas figuras será o anarquista agora convertido Jackson de Figueiredo<sup>372</sup> que em 1922 funda o Centro Dom Vital, passando a editar a revista *A Ordem*, órgão de projeção dos jovens intelectuais cristãos. Na verdade, o Centro fora fruto da orientação do então arcebispo-coadjutor do Rio de Janeiro, D. Sebastião Leme, o grande artífice da renovação católica que, ainda quando Arcebispo Metropolitano de Olinda (1916-1921), redigira a conhecida carta pastoral de 1916, na qual conclamava a nação para uma obra de verdadeira recristianização, ao acusar o Catolicismo brasileiro de ser “informe, difuso e inoperante”, sendo a decadência religiosa fruto da crise moral que atravessava o país que somente poderia ser resolvida através da reação católica.<sup>373</sup>

Esse laicato era marcadamente reacionário e conservador, sob forte influência ultramontana; além disso, conservava um caráter elitista e propunha o revigoração da Pátria através de uma doutrina moralizante que sustentasse a ordem política e social por meio de um retorno a um ideal medieval de mundo em que a tradição e a hierarquia deveriam imperar sob a

<sup>372</sup> Jackson converteu-se ao Catolicismo sob a influência espiritual do padre Leonel Franca (1893-1948). Sofrera influência também das leituras do filósofo Farias de Brito que muita penetração teve entre a geração católica de então, principalmente por ser um pensador que se posicionava contra o pensamento dominante da época, criticando a herança positivista no pensamento brasileiro. TRINDADE, Hégio. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30**. São Paulo: Difel, 1974. p. 38.

<sup>373</sup> VILLAÇA, Antônio Carlos. **O pensamento católico no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1975. p. 81.

conturbada ordem moderna, anárquica e subversiva. Era a visão restauradora da autoridade que deveria imperar sobre a liberdade - caminho aberto, pois, para todo tipo de aberração como o liberalismo do século XIX e o comunismo no século XX.

A paz social era premente, principalmente em um período histórico conturbado como fora o entre-guerras. As democracias liberais pareciam dar seus últimos estertores, a crise do mundo capitalista ocasionava a descrença no sistema vigente e abria caminho para o surgimento de regimes que se consideravam alternativos; no caso do Catolicismo brasileiro, os regimes autoritários de direita, aqui entendidos os fascistas, apareciam como um exemplo a ser seguido - a via autoritária fazia parte essencial da crença católica. O pensamento predominante e irradiado pelo Centro D. Vital e expresso através de seu principal intelectual, Jackson de Figueiredo, não guardava simpatias pela democracia, filha da Revolução Francesa, portanto considerada como um sistema demagógico e desagregador. O caráter ético dos problemas nacionais colocava em segundo plano as questões políticas, sociais e econômicas. Figueiredo, no entanto, não teve tempo para assistir à ascensão do autoritarismo no Brasil, pois viria a falecer prematuramente em 1928. Dessa forma, a liderança do movimento católico passaria para as mãos de outro intelectual convertido, Alceu Amoroso Lima<sup>374</sup>, e este manteria a mesma linha de seu antecessor, convencido de que, como ele própria afirmava, ser o “Catolicismo uma posição de direita”.<sup>375</sup>

Dentro desta linha de pensamento, o novo regime era bem-vindo, pois seria o autoritarismo a via mais acertada para a salvação do Brasil.<sup>376</sup> A hierarquia católica, de maneira geral, via o Movimento de Outubro como uma verdadeira obra de regeneração e um ponto de resgate da própria identidade nacional, visto que o novo regime acenava para uma reconciliação entre Igreja e Estado, isto é, o reconhecimento do Catolicismo como principal marca que identificava e unia o país. Vargas estava ciente da questão e da necessidade do apoio da Igreja; da

<sup>374</sup> Alceu Amoroso Lima havia recém sido convertido em 1928, ano da morte de Figueiredo, pelo mesmo padre que convertera Jackson, padre Leonel Franca e contra sua própria vontade, assumira o papel de direção do movimento católico, a pedido do Cardeal D. Leme. *Ibid.*, p. 107-113.

<sup>375</sup> AZZI, Riolando. **A Neocrístandade: um projeto restaurador**. São Paulo: Paulus, 1994. p. 131.

<sup>376</sup> É importante lembrar que, a princípio, a hierarquia episcopal e os intelectuais cristãos não viram com bons olhos o Movimento de Outubro, primeiro por tratar-se de uma “revolução”, portanto, subversiva à ordem e segundo porque identificavam o movimento como fruto do tenentismo, portador de idéias modernas e perigosas vinculadas ao liberalismo e ao positivismo. Alceu Amoroso Lima definiria o fato como “obra da Constituição sem Deus, da escola sem Deus, da família sem Deus, e o cardeal Leme advertia: “ou o Estado reconhece o Deus do povo, ou o povo não reconhece o Estado.” Porém, já em 1931, as desconfianças estavam praticamente desfeitas, e a Igreja encontrava no novo governo um importante aliado. SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 72.

mesma forma, esta última via no ditador o depositário de todas as esperanças de uma nova era que viesse a resgatar a dignidade da nação, que havia se perdido no decorrer das anteriores décadas republicanas. Para D. João Becker, faltava ao país

um novo Moisés que tenha a audácia cívica de escolher a N. Senhor Jesus Cristo, para guiar a nação, que tenha a coragem de restabelecer os direitos, os ensinamentos e as leis de Deus em todos os departamentos da sociedade brasileira. Quem será? Como todos os Estados o RS tem o direito inconcusso de apresentar seu candidato, como o fez. Eu quisera [...] que este Moisés regenerador da República surgisse do meio do heróico povo gaúcho, que partisse do alto das nossas coxilhas verdejantes e, sob as bênçãos da Igreja e as aclamações de todos os rio-grandenses e todos os brasileiros, realizasse esse sublime ideal de grandeza e felicidade do Brasil.<sup>377</sup>

O apoio do arcebispo de Porto Alegre deixou de ser meramente discursivo e tornou-se em ação quando eclodiu o Movimento, pois ofereceram-se sacerdotes ao governo, a fim de acompanhar as tropas militares - oferta que foi aceita por Getúlio. Mais tarde na capital federal, quando a Revolução já era praticamente vitoriosa, é Vargas quem pede auxílio à Igreja por meio do Cardeal D. Leme, na tentativa de que esse persuadisse Washington Luís a entregar-se. D. Leme já fizera isso várias vezes, porém tais pedidos haviam sido infrutíferos. Chegando a uma situação limite em que as tropas revolucionárias estavam prontas para bombardear o Palácio Guanabara, o cardeal, atendendo ao pedido de Vargas, consegue, em uma última tentativa, a rendição do então presidente. Getúlio de muito lhe ficaria grato e logo acenava para uma futura colaboração entre as duas instituições.

Acompanhando esse contexto e as diretrizes gerais do posicionamento da Igreja frente ao ocorrido, assim se referia o *Staffetta* sobre a Revolução:

A Revolução terminou. E terminou com um completo triunfo. Agradecemos ao Senhor pela vitória e por ter abreviado os dias de luta. Rogamos fervorosamente a fim de que o Brasil, em plena e perfeita paz, possa rapidamente alcançar o progresso moral e material que o heroísmo de seus filhos tem como mérito. O objetivo que atende aos novos governantes é árduo e importante: mas esses saberão se portar dignamente se os acompanhar sempre o espírito de sacrifício e de trabalho; se a amada pátria tiver o espírito do Senhor, do qual devemos render-se dignos com a Prática constante da virtude, com uma vida digna de cidadãos conscientes da grandeza ao qual Deus chama o próprio país.<sup>378</sup>

O consórcio entre Igreja e Estado parece ser evidente, e os sinais concretos dessa aproximação ocorrerão claramente já em abril de 1931, quando o governo provisório assina o

<sup>377</sup> Becker *apud* BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In: FAUSTO, Boris (org.). **História geral da civilização brasileira**, v. 11. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1986. p. 287-288.

<sup>378</sup> *Staffetta Riograndense*, 29 out. de 1930.

É importante salientar que a maioria dos artigos pró-Vargas e de apoio à política nacional da Igreja apareciam no jornal editados em português e não em italiano.

decreto que permite o ensino religioso nas escolas públicas - uma antiga reivindicação da Igreja junto ao Estado.<sup>379</sup> Na segunda edição de maio daquele ano, sobre tal decreto, assim se referia o jornal: “a data de assinatura do decreto pode ser escrita em caracteres de ouro na história gloriosa do Brasil, já que tal decreto constitui o primeiro ímpeto de renovação espiritual e moral que deve levar o nosso país aos mais elevados destinos.”<sup>380</sup> Getúlio Vargas era louvado e descrito como um genial e ilustre patriota, pela atitude de ter enfrentado todos os inimigos da civilidade e de não ter hesitado em dar aos “católicos o verdadeiro princípio da real liberdade, dirigindo o Brasil pela via segura de seu glorioso porvir.”<sup>381</sup>

Na campanha pela implantação do ensino religioso, a Igreja tinha de enfrentar outras correntes, como o movimento Educação Nova que pregava a laicidade do ensino e a sua centralização nas mãos do Estado; preconizava, também, um ensino estruturado em escala nacional com princípios e normas gerais cuja conotação pedagógica era “inspirada nos princípios de liberdade, atividade e originalidade no processo de ensino, em contraposição ao ensino tradicional, essencialmente formal e baseado em memorizações”.<sup>382</sup> Por sua vez, o episcopado apresenta o seu próprio projeto e engajava-se nessa luta, principalmente o cardeal D. Leme e a intelectualidade que o cercava. A Igreja, na sua cruzada de reconquista da alma nacional, acreditava que o homem brasileiro precisava ser refeito desde dentro, sendo a educação o caminho mais próximo para esta redenção.<sup>383</sup>

Ainda, como observa Beozzo, a Igreja procurava impor-se nacionalmente, entrando em uma área de influência que até então se encontrava afastada - a sociedade urbana. A instituição, com forte penetração nas camadas rurais, não encontrava o mesmo espaço no mundo

---

<sup>379</sup> O atendimento a esta reivindicação fora facilitado pela presença no governo de elementos oriundos do Governo de Minas Gerais que ainda em 1929 havia autorizado o ensino religioso nas escolas públicas do Estado. Um destes homens foi Francisco Campos, empossado Ministro da Educação em 1931, intelectual que, juntamente com Gustavo Capanema e Amaro Lanari, haviam fundado no ano seguinte à revolução a “Legião de Outubro” que manteve estreitas ligações com o grupo de católicos do Centro D. Vital. Naquele exato momento foi através de Campos que a Igreja encontrou uma via de expressão mais sólida no novo governo, sendo ele mesmo a aconselhar Getúlio Vargas a aprovar o decreto de ensino católico nas escolas. Campos justificava a adoção da medida nos seguintes termos em carta ao presidente: “Neste momento de grandes dificuldades, em que é absolutamente indispensável recorrer ao concurso de todas as forças materiais e morais, o decreto, se aprovado por V. Excia., determinará a mobilização de toda a Igreja Católica de modo manifesto e declarado, toda a sua valiosa e incompatível influência no sentido de apoiar o governo, pondo ao serviço deste um movimento de caráter absolutamente nacional.” SCHWARTZMAN, Simon. A política da Igreja e a educação: o sentido de um pacto. **Religião e Sociedade**, 13/1, p. 118-119, mar. 1986. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/alceu.htm>.

<sup>380</sup> *Staffetta Riograndense*, 13 mai. de 1931.

<sup>381</sup> *Staffetta Riograndense*, 13 mai. de 1931.

<sup>382</sup> SCHWARTZMAN, 1986, op. cit., p. 114.

<sup>383</sup> *Ibid.*, p. 115.



secular urbano, embora a sua presença fosse marcante no Ensino Secundário. É importante destacar que todo o Ensino Primário era dirigido pelo Estado e aí estava uma importante parcela da população, especialmente as classes populares, que poderiam fornecer futuramente uma base de apoio à Igreja em seu projeto restaurador.<sup>384</sup>

Refletindo essas preocupações e o ideário católico nacional, ainda em 1930, o jornal publicava a Encíclica de Pio XI sobre a educação da juventude, e a publicação ocupava toda a primeira página. A Encíclica reforçava a necessidade de educação cristã como a única, verdadeira, adequada e perfeita forma de salvação, vinculando diretamente o catecismo cristão ao esforço educativo dos jovens e crianças. A sociedade, diz Pio XI, é dividida em duas ordens naturais e uma sobrenatural: as duas primeiras consistem na família e na sociedade civil – a terceira é a Igreja. Entre as três perpassa a influência educativa, porém só a terceira é capaz de dar ao homem a oportunidade de realizar os seus anseios mais sublimes; somente a Igreja “esposa imaculada de Cristo, gera e nutre a educação das almas na vida divina da graça com seus sacramentos e seus ensinamentos.” Educar é uma missão, “ensinai a todas as gentes” dizia Jesus, catequizar os gentios era uma obra ainda inacabada em diversas partes do mundo, fato que justificava a ação missionária que, segundo o pontífice, já havia se concretizado em diversos países constituintes agora da civilidade mundial.<sup>385</sup>

Tornar a educação religiosa obrigatória nas escolas era, portanto, uma questão de civilidade e que, por fim, reforçaria o sentimento de cidadania, evitando ao país cair em mão de força maligna. Nunca, como nos inícios dos anos 30, o Estado laico fora tão condenado e, como exemplo do que não deveria se transformar o Brasil, o *Staffeta* publica as arbitrariedades do Estado espanhol. A Espanha republicana é vista como dominada pelo comunismo que iludia a boa-fé de seu povo. Fazia pena olhar os camponeses e operários, gente humilde e pobremente vestida, protagonizando e ao mesmo tempo sendo vítimas do anarquismo e comunismo. A carnificina espanhola servia de alerta; os milhares de detentos, por contrariarem as diretrizes dos republicanos, também eram noticiados com destaque. Autoritarismo por autoritarismo, preferia-se o cristão - ao menos, as ingerências seriam em nome de Deus.

Nunca, também, cobrou-se tanto a cooperação entre o Estado e a Igreja, abaixo-assinados de paróquias do Rio Grande do Sul eram publicados, pedindo a Vargas que se

---

<sup>384</sup> BEOZZO, 1986, op. cit., p. 299.

<sup>385</sup> *Staffeta Riograndense*, 26 mar. de 1930.

reconciliasse com a Cristandade e que assinasse uma concordata com a Santa Sé para regular as relações entre ambos. “A sociedade sem Deus” legitimava todo e qualquer tipo de violência, “a Justiça e a moral perdem a sua noção rígida, submetidos a um sórdido utilitarismo. A autoridade e a lei não tem outro alicerce senão a força bruta e, mediante esta, o legislador ateu julgará tudo lícito”.<sup>386</sup> A democracia brasileira insultava a maioria do seu povo, pois não respeitava a sua índole. “Já basta de dolorosa experiência: a República sem Deus, em quarenta anos de existência redundou em triste fracasso. Em virtude da própria noção de democracia, o povo tem o legítimo direito de ser governado de acordo com as suas convicções.”<sup>387</sup>

A soberania popular não estava sendo respeitada, “o ateísmo na legislação e no governo não é nem pode ser a resultante e a legítima expressão da vontade de um povo religioso, não representa o verdadeiro regime democrático”.<sup>388</sup> O regime das maiorias exigia um governo que legitimasse a crença de grande parte do seu povo; ao contrário, entraria em contradição com os seus próprios princípios, fato que seria um contra-senso, uma violação contra o que o jornal afirma ser a liberdade de consciência.

Apela-se não apenas à maioria cristã do presente mas também à tradição histórica do país. Em longos artigos intitulados “As Senhoras da Cruzada Feminina- Deus e Pátria”, traça-se a História do Brasil como fruto da ação do Catolicismo. Destacava-se que a Terra de Santa Cruz era desde o berço uma nação católica e

A República não tem o direito de ignorar o papel do ideal católico na formação de nossa nacionalidade, na nossa evolução histórica, social e política. Esse ideal combateu conosco em todas as nossas lutas pela integridade da Pátria, desde o regime colonial; compartilhou as nossas glórias, sofreu os nossos lutos, iluminou-se com as nossas alegrias, anuviou-se com as nossas dores: deu-nos o braço a alma e o sangue dos seus apóstolos para construir o nosso futuro e nossa grandeza em marcha. E ainda agora na gloriosa jornada de 3 de outubro, não tiveram os nosso heróicos soldados, a confortá-los moralmente, a incutir-lhes o ânimo e a coragem para a luta e resignação em face da morte, os ministros de um culto que a República de 89 excluiu dos quartéis e das escolas? E foi, por isso, menos bela a vitória?<sup>389</sup>

Aparece, inclusive, um certo saudosismo da antiga Monarquia, a qual, feita de homens honrados, não se comparava com o ateísmo inescrupuloso dos homens republicanos. Na Monarquia, Deus possuía o seu posto de honra, enquanto na República Ele havia sido banido, fato que comprovava a degeneração do sistema e que enfim obrigara os homens de bem a

<sup>386</sup> *Staffetta Riograndense*, 05 nov. de 1930.

<sup>387</sup> *Staffetta Riograndense*, 05 nov. de 1930.

<sup>388</sup> *Staffetta Riograndense*, 04 mar. de 1931.

<sup>389</sup> *Staffetta Riograndense*, 11 fev. de 1931.

pegarem em armas em outubro de 1930. Derrubado o sistema ilegítimo, tratava-se de garantir a reordenação do novo, através de uma participação mais ativa nas decisões políticas do presente. Neste sentido, as eleições de 1933 pareciam ser a oportunidade para que a Igreja mostrasse a sua força e recobrasse de vez o espaço perdido na República Velha. Vargas reconhecia a importância do apoio da Igreja para legitimar-se no poder, tanto que, em grau de importância, colocava-a ao lado do Exército.<sup>390</sup> Por seu lado, a Igreja procurava dar cada vez mais demonstrações de força em celebrações como II Congresso Eucarístico em Recife em 1933, e a inauguração da estátua do Cristo Redentor no Corcovado no Rio de Janeiro em 1931, contando, inclusive, com a presença do presidente Vargas. O comparecimento de grandes multidões dava a oportunidade de a Igreja impressionar e pressionar o governo a aderir a seus projetos. As grandes massas católicas agora também faziam parte do jogo político, instrumento do qual a Igreja se valia como fonte de prestígio diante do novo governo.

O *Staffetta* ocupa toda a primeira página da edição de 21 de outubro de 1931 para noticiar a inauguração do Corcovado. Nos festejos, dão-se destaque aos pronunciamentos episcopais, principalmente de D. João Becker e o Cardeal D. Leme - patriotismo e catolicidade se unem na exaltação comemorativa - o discurso de D. Leme termina com estas palavras: “Cristo vence, Cristo reina e, porque reina, a cruz não será jamais humilhada e abatida na nossa Pátria”. Em sua oração em consagração a Jesus Cristo, ocorrem as mesmas vinculações.

Senhor Jesus Cristo Redentor, nosso verdadeiro Deus, verdadeiro homem, que sois para o mundo única fonte de luz, de progresso e felicidade. [...] eis a vossos pés representado o Brasil, terra de Santa Cruz que se consagrou solenemente ao vosso coração sacratíssimo e vos reconhece para sempre seu único rei e senhor. Vós escolhestes no céu brasileiro a vossa cruz, de onde jamais poderá ser apagada, [...] O rei e senhor Jesus reina sobre nossa pátria. Queremos que o Brasil viva e prospere sob os vossos olhares. Queremos que o vosso povo seja sempre iluminado pela verdade de vosso Evangelho. Reina, ó Cristo Rei! Reina, ó Cristo Redentor. Ser brasileiro significa crer em Jesus Cristo, amar a Jesus Cristo, e esta sagrada imagem seja o símbolo do vosso domínio de vosso amparo, da vossa predileção da vossa bênção que paira sobre o Brasil e sobre todos os brasileiros...<sup>391</sup>

Antes mesmo da inauguração do Cristo Redentor, ocorrida em outubro de 1931, em maio, a imagem de Nossa Senhora Aparecida, declarada padroeira do Brasil por Pio XI em 16 de julho de 1930, a pedido do episcopado brasileiro, fora trazida à capital federal; em procissão nas ruas da cidade, acompanhada por uma multidão de fiéis, foi consagrada por D. Leme em uma cerimônia que também contara com a presença de Vargas, de seu ministério e do corpo

<sup>390</sup> BRUNEAU, 1974, op. cit., p. 80.

<sup>391</sup> *Staffetta Riograndense*, 21 out. de 1931.

diplomático do Itamarati.<sup>392</sup> Essas demonstrações de força seriam confirmadas nas eleições de 1933, sendo esta a oportunidade de a Igreja se fazer representar no campo político; no entanto, a sua estratégia eleitoral não passava pela criação de um partido<sup>393</sup>, mas sim pela constituição de um organismo que pudesse orientar os eleitores cristãos na escolha de quais os candidatos e partidos que representavam os interesses da Igreja. Este instrumento seria a Liga Eleitoral Católica (LEC), que apresentava como programa as seguintes diretrizes publicadas pelo próprio *Staffetta*:

- 1) Constituição promulgada em nome de Deus.
- 2) Indissolubilidade do matrimônio, assistência às famílias numerosas e o reconhecimento de efeitos civis ao casamento religioso.
- 3) Ensino facultativo da religião nas escolas primárias, normais e secundárias.
- 4) Assistência religiosa facultativa às classes armadas, às prisões e hospitais.
- 5) Liberdade de sindicalização dos operários.
- 6) Reconhecimento do serviço eclesiástico às Forças Armadas como equivalente ao serviço militar.
- 7) Legislação do trabalho inspirada nos princípios da Justiça social e nos princípios cristãos.
- 8) Defesa do direito de propriedade.
- 9) Lei de garantia contra as atividades subversivas da ordem pública, respeitadas as exigências das legitimadas liberdades políticas e civis.
- 10) Combate a qualquer legislação contrária aos princípios fundamentais do Catolicismo.<sup>394</sup>

A LEC era organizada através de congressos regionais e de assembléias que se realizavam em todas as paróquias. O ritual era o mesmo em todas as localidades: o padre convocava uma grande assembléia que contava primeiramente com uma missa e após havia a realização de um comício para o esclarecimento e para as informações sobre o momento político e sobre as reivindicações dos católicos na política nacional. Os fiéis eram instados a se inscreverem na Liga e a se comprometerem à participação nas próximas eleições. A LEC mostrou-se um organismo bem estruturado, disciplinado e coeso; às assembléias regionais acorriam os fiéis em grande quantidade - ao católico praticante agora se unia o militante -, pois era necessário manter-se em guarda contra os inimigos da religião e os da Pátria. Os cristãos deveriam correr às urnas para demonstrar a sua vontade e estabelecer uma nova união entre povo, Estado e Deus. A nova

<sup>392</sup> BEOZZO, 1986, op. cit., p. 297.

<sup>393</sup> Um partido político católico que fora cogitado ainda na década de 1920 por Jackson de Figueiredo foi desaconselhado por D. Leme, que, em seu lugar, apoiou a fundação do Centro D. Vital. Na Alemanha, o *Zentrum* e, na Itália, o *Partido Popolare de Don Struzo* tornaram-se partidos católicos atuantes, porém eram desaconselhados pelo Papa Pio XI que, através de concordatas assinadas com os respectivos Estados, preferia a atuação política através de associações de leigos, como no caso da Ação Católica. D. Leme adotava a mesma posição papal, preferindo uma atuação intelectual leiga ao engajamento político direto através de uma organização partidária.

<sup>394</sup> *Staffetta Riograndense*, 26 abr. de 1933.

cruzada era, acima de tudo, um dever de nacionalista contra o laicismo e os perigos externos, principalmente o comunismo.<sup>395</sup>

O esforço da Igreja nacional era louvado pelo jornal que passa a dedicar-se com afinco a essa nova luta. A passagem pela região colonial da caravana da LEC em 1932 é descrita como uma viagem triunfal que passou pelas cidades mais importantes da região (Bento Gonçalves, Garibaldi, Nova Vicenza, Nova Trento, Antônio Prado, Alfredo Chaves, Prata, Casca). Em todas elas, a participação popular é enorme, as celebrações ocorrem sob um fervoroso sentimento cristão e brasileiro, aos “Vivas a Jesus Cristo! Vivas ao papa! Vivas ao Brasil católico!” e “Morte à Maçonaria! Morte ao divórcio!”. Os fiéis amontovam-se nas catedrais coloniais, a escutar atentamente as prédicas e as palestras dos integrantes e dirigentes da LEC; apesar do mau tempo daquela semana, tudo pareceu correr com o mais estrondoso sucesso - povo feliz que se mostra obediente às autoridades eclesiásticas do país -, dando exemplo fecundo de civilidade a toda a Nação.

A campanha de esclarecimento dos católicos é constante durante os anos de 1932 e 1933; além disso, as relações entre a LEC e os partidos é parte importante deste debate. Desta forma, “a ação católica deve e quer pairar acima e fora dos partidos. Antes de mais nada, existem os deveres para com Deus, condição *sine qua non* de salvação para o indivíduo, para a família e para a sociedade, não só para a sua vida moral como ainda para a sua evolução econômica e política.”<sup>396</sup> Da atuação política dos católicos depende a salvação da Pátria, tão sinistramente ameaçada pelos “perigosos semeadores de germes de corrupção”. O jornal é incisivo ao convocar o seu eleitorado, “cruzar os braços é uma desonra, uma traição e uma apostasia”; desse modo, “os votos dos católicos serão votos conscientes em favor de candidatos dignos e cristãos, amigos da religião tradicional dos brasileiros. É o nosso dever, a nossa honra e a nossa glória”. Quando a anarquia social ameaça desabar sobre a Nação, é impreterível o restabelecimento da hierarquia. É importante destacar que a doutrina da ordem social coloca todos aos seus postos, e a Justiça só é alcançada quando está alicerçada apenas na segurança divina. Cada um possui a sua responsabilidade: cômicos destas certezas, trabalharão os cristãos “pelo Cristo e pela Pátria, realizando assim o seu destino imortal. Restaurar o reino social do Cristo – eis aí o mais grave dever dos católicos na hora histórica em que estamos vivendo.” O

---

<sup>395</sup> ISAlA, 1998, op. cit., p. 87-89.

<sup>396</sup> *Staffetta Riograndense*, 15 fev. de 1933.

verdadeiro apóstolo não conhece o desânimo e luta pela sua e pela salvação do outro e, sendo o apóstolo também um verdadeiro cidadão, cabe a ele também lutar pelo bem geral da Nação.<sup>397</sup>

Todo católico tem de saber distinguir os que estão ao lado do Brasil e dos direitos da Igreja; neste sentido, o *Staffetta* passa a publicar modelos de requerimentos para a inscrição do eleitorado e dá exemplos de como esses devem ser preenchidos. Esclarece quem pode ou não ser eleitor; para o jornal, a opção dos católicos é dual: ou se escolhe o partido de Deus ou o do Diabo. Os fracos sucumbem às promessas falazes dos coronéis e votam segundo as suas instruções; iludidos pelo canto do “cuco”, desfazem-se de sua personalidade cristã e põem-se ao lado de Satanás e de todas as forças do inferno, contrárias a Jesus Cristo. A consciência cristã é chamada à ativa, “cada católico, digno deste nome, digno do nome de cristão, digno de respeito, prepara-se corajosamente para a luta e se faz eleitor.”<sup>398</sup> A todo momento o jornal evoca o espantinho revolucionário como apelo ao alistamento eleitoral; a balbúrdia das legislações atérias coloca a Cristandade em uma encruzilhada; a guerra não é apenas em relação aos movimentos de esquerda mas também em relação à burguesia descrente. Cristo ou Barrabás? É a pergunta do articulista do jornal: ou o aviltamento corrupto dos quarenta anos precedentes, ou a reconstrução da República, sob as bases que garantam um futuro de “paz e ordem, Justiça e dignidade, de prosperidade e glória”.<sup>399</sup>

O Cristianismo de fachada não serve mais, os inimigos são poderosos; mais uma vez, o exemplo espanhol é a medida para o povo brasileiro. Embora aquele país fosse reconhecidamente cristão, havia sucumbido pela indiferença política de seus eleitores ao regime pagão republicano. Seu Catolicismo, mais forma que substância, havia dado provas de debilidade, ao não encarar com seriedade os preceitos cristãos. Se era verdade que se carregavam no país medalhas e escapulários, menos verdade era que não se fazia a Páscoa; que se compareciam multidões às cerimônias, estas o faziam por mera obrigação, “o Catolicismo na Espanha era mais estético e litúrgico do que dogmático e moral”, fato que o fez sucumbir à “seita infame”. Restava aos bons católicos espanhóis lutar através da Ação Católica, incentivada pelo Papa. Assim, da mesma forma, a omissão dos fiéis brasileiros poderia redundar no caos espanhol - era necessário estar alerta para isso.<sup>400</sup>

<sup>397</sup> *Staffetta Riograndense*, 30 nov. de 1931.

<sup>398</sup> *Staffetta Riograndense*, 09 nov. de 1932.

<sup>399</sup> *Staffetta Riograndense*, 29 abr. de 1931.

<sup>400</sup> *Staffetta Riograndense*, 13 abr. de 1932.

A campanha da LEC dera resultado, a maioria dos deputados apoiados pela Liga haviam sido eleitos,<sup>401</sup> e as reivindicações dos católicos seriam incorporadas mais tarde na Constituição de 1934.<sup>402</sup> Entretanto, após as eleições, a Liga perdia a sua funcionalidade e passava a ceder espaço a outra organização que trataria daí por diante de mobilizar as forças católicas nacionais: a Ação Católica. Como observa Dussel, a Ação Católica foi uma forma de a Igreja Latino-Americana ganhar seu espaço frente aos movimentos populistas que atingiram todo o continente; naquele momento, o mesmo ocorria na Europa em relação aos movimentos fascistas.<sup>403</sup> Organização de leigos sob ordens diretas da hierarquia episcopal, a Ação Católica havia sido idealizada no início da década de 1920 por Pio XI, cujas diretrizes básicas se encontravam na encíclica *Ubi Arcano Dei* de 1922. Por meio de sua instituição, a Igreja visava à organização das comunidades católicas em núcleos paroquiais que agiriam sobre a opinião pública por meio da imprensa e através de outros organismos, por ela também autorizados como as Juventudes Católicas.<sup>404</sup>

Os estatutos da Ação Católica brasileira foram enviados para Roma no dia 24 de agosto de 1934, pelo Cardeal D. Leme, e aprovados por Pio XI em 9 de junho de 1935. O *Staffetta* publicava os estatutos em primeira página da edição do dia 24 de julho de 1935. Composto de 26 artigos subdivididos em quatro capítulos, o documento tratava primeiramente de

---

<sup>401</sup> Na região colonial, a vitória dos candidatos apoiados pela Igreja foi significativa - o PRL (Partido Republicano Liberal) foi o grande vitorioso. Loraine Slomp Giron observa que muitos dos elementos dessa partido eram reconhecidamente fascistas, o que demonstra já no início da década de 1930 a tendência de a Igreja regional apoiar o regime de Mussolini. GIRON,, 1994, op. cit., p. 88-89.

Sandra Pesavento observa que a Liga Eleitoral Católica (LEC) havia realizado “consultas às agremiações políticas formadas para ver como se posicionavam frente a algumas posturas que a Igreja Católica gostaria de ver inscritos na constituição. Apesar do PRR e do PL assegurarem que não havia incompatibilidade entre seus programas e as exigências da Igreja, o PRL foi o primeiro que adotou os postulados religiosos, pelo que a Liga Eleitoral Católica recomendou que os católicos rio-grandenses votassem nos candidatos do PRL. Em especial, a Liga procurou atuar na zona colonial, com forte sentimento religioso e disposta a atacar as indicações advindas da Igreja. O resultado das eleições de maio de 1933 consagraram uma expressiva vitória do PRL. As regiões coloniais contaram com um peso significativo de votos para este resultado, dando às urnas uma grande vantagem para os candidatos do partido do interventor sobre os candidatos da FUG.” PESAVENTO, Sandra. O imigrante na política Rio-Grandense. In: LANDO, Aldir Marli (org.). **RS: Imigração & Colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 189.

Somente para exemplificação, nas eleições para parlamentares federais de 1933, o PRL fez, em Garibaldi, 1.369 votos contra 382 da FUG (Frente Única Gaúcha); e em Bento Gonçalves atingiu 1.797 contra 229 da FUG.

<sup>402</sup> Entre as principais cláusulas incorporadas à Constituição encontravam-se: o auxílio financeiro do Estado à Igreja no sentido do “interesse da coletividade” (art. 17); os membros das ordens religiosas poderiam agora votar (art. 108); a assistência espiritual passou a ser permitida nos estabelecimentos oficiais e militares (art. 113 e 6); o casamento religioso ficou inteiramente reconhecido em termos civis (art. 145); o divórcio tornava-se proibido (art. 144); ficava prevista a educação religiosa dentro do horário escolar e o Estado podia subvencionar as escolas públicas (art. 153). BRUNEAU, 1974, op. cit., p. 83.

<sup>403</sup> DUSSEL, Enrique. A Igreja nos regimes populistas (1930-1959). In: **História Liberations – 500 anos de História da Igreja na América Latina**. São Paulo: Paulinas/CEHILA, 1992. p. 225.

<sup>404</sup> PIERRARD, 1982, op. cit., p. 264-265.

seus fins e natureza. Confirmava ser uma organização sob a tutela da hierarquia episcopal, com a finalidade de “dilatara e consolidar o reino de Jesus Cristo”. Cabe ressaltar, aqui, que era clara a proposta de Recristianização através da participação efetiva do laicato: “art. 1º - A Ação Católica brasileira é a participação organizada do laicato católico do Brasil no apostolado hierárquico, para a difusão e à atuação dos princípios católicos na vida individual, familiar e social”. O primeiro capítulo tratava ainda da organização nacional, diocesana e paroquial do organismo, confirmando a sua natureza suprapartidária, “ art. 3º - A Ação Católica brasileira está sob imediata dependência da hierarquia e exerce as suas atividades fora e acima de toda e qualquer organização ou influência de política partidária.”<sup>405</sup>

O capítulo segundo ocupava-se das organizações fundamentais da Ação Católica, estabelecia as condições de participação, quem podia ou não dela fazer parte, indicava os órgãos aos quais deveriam se associar os católicos que tivessem interesse de nela atuar. Deste capítulo faziam parte os artigos 5º ao 12º, que respectivamente regulavam o funcionamento das Juventudes Católicas (JEC – Juventude Estudante Católica; JUC – Juventude Universitária Católica; JOC – Juventude Operária Católica; JFC – Juventude Feminina Católica). Aos católicos que dela participassem não era vedada a filiação a partidos políticos desde que não contrariassem “as leis de Deus e da Igreja” que se comprometessem a respeitá-las.

O capítulo terceiro “A coordenação das Associações e obras católicas”, artigos 13 a 18, dizia respeito à administração da Ação Católica, submetia os núcleos diocesanos e paroquiais à autoridade dos bispos e disciplinava sobre os respectivos estatutos individuais de cada associação às diretrizes gerais da Ação Nacional: “art. 18 – Para a unidade de orientação e à eficiência dos movimentos de caráter nacional, as Confederações Diocesanas, unidas e coligadas entre si, formam a Confederação Católica brasileira, que, sob a direção do Conselho Nacional da A.C., terá a sua sede no Rio de Janeiro.”<sup>406</sup>

Por fim, o quarto e último capítulo “Dos órgãos diretores e coordenadores da A. C. B.” artigos 19º a 26º, estabelece hierarquicamente as instâncias administrativas da Ação Católica composta por:

---

<sup>405</sup> *Staffetta Riograndense*, 24 jul. de 1935.

<sup>406</sup> *Staffetta Riograndense*, 24 jul. de 1935.



- **Comissão Episcopal** – formada por cinco membros, cabe a ela a alta direção da organização, a sua organização geral, cujo representante máximo era o arcebispo do Rio de Janeiro, D. Sebastião Leme;
- **Junta Nacional da A C.** – tendo como componentes o assistente eclesiástico, presidente, secretário e tesoureiro, era o segundo posto na hierarquia nacional, possui como objetivos “executar as diretrizes que o episcopado assentar, acompanhar, estimular e coordenar as atividades da Ação Católica por meio dos Conselhos Diocesanos Paroquiais”.
- **Conselho Nacional da A C.** – constituído pelos mesmos cargos da Junta Nacional, porém a sua função era a de coordenar e disciplinar todas as obras da A C.
- **Juntas e Conselhos Diocesanos** – Esse já eram parte da administração mais localizada, circunscritos às dioceses brasileiras com participação direta na sua coordenação do bispo diocesano que escolheria um assistente eclesiástico, presidente, secretário e tesoureiro, cargos que ocupariam três anos e cujas atribuições eram as mesmas do Conselho Nacional, contudo, aqui, de âmbito mais restrito.
- **Conselhos Provinciais** – com funções semelhantes aos dois anteriores, congregava todos os representantes de todas as dioceses.
- **Conselhos Paroquiais** – composto pelos presidentes, secretários e tesoueiros da paróquias, designados pelos párocos cuja função era a de “a) estimular o apostolado do laicato católico, coordenando as atividades das diversas organizações e b) executar através das respectivas associações os planos e diretrizes dos órgãos superiores da A C.”<sup>407</sup>

Durante várias edições, o jornal vincula matérias esclarecedoras do que era a A C. B.; são comentários e exortações aos fiéis para reagirem ao estado de inércia em que se encontravam e se mobilizarem para a luta contra os inimigos da fé católica. Um fato interessante é que agora a Igreja passa a se ocupar, através das organização da Juventude Católica, de setores sociais que até então se encontravam desamparados pelo Catolicismo brasileiro, neste caso, o operariado. A J.O.C. (Juventude Operária Católica) visava ocupar este espaço; é importante destacar que os ideais de Justiça social passam a ser alardeados pelo *Staffetta*, no combate à exploração do capitalismo e da injustiça social.<sup>408</sup> “A Igreja não serve ao capital, ela serve à

<sup>407</sup> *Staffetta Riograndense*, 24 jul. de 1935.

<sup>408</sup> Como observa Beozzo, a década de 1930 apresentou-se como um momento propício para a atuação da Igreja frente ao operariado, pois os movimentos de esquerda encontravam-se em declínio entre a classe, greves já no início da década de 1920, não eram tão frequentes, as lutas entre as lideranças anarquistas e comunistas no seio das

Justiça social, e é em nome dela que os católicos trabalham pela melhoria econômica do operariado.”<sup>409</sup>

A doutrina social da Igreja passa a ocupar um bom espaço nas edições; o ideal de ordem e harmonia social dá o tom das matérias impulsionadas pela encíclica *Quadragesimo Anno* de Pio XI de 1931, em homenagem aos quarenta anos da *Rerum Novarum* de Leão XIII.<sup>410</sup> O direito de sindicalização passa a ser defendido pelo jornal que se faz a voz oficial da Igreja no assunto. A questão social passa pelo entendimento entre as classes; “a Igreja reconhece e afirma o direito de patrões e trabalhadores de constituírem associações sindicais, seja separadas ou mistas e vê nelas um meio eficaz para a solução das questões sociais.”<sup>411</sup> Os pronunciamentos de Pio XI são os favoritos para que o jornal descreva o seu ideal de Justiça social: “a raiz de todos os males é a cupidez”, pronuncia o Sumo Pontífice; a concentração mundial de riquezas é condenada por ele, pois só há Justiça dentro dos princípios da fé e da moral cristã.

A aversão a qualquer tipo de agitação ou instabilidade social é condenada - cada um a seu posto, diz o jornal, sejam ricos ou pobres:

ninguém deveria sujeitar-se à penúria. Mas, se pensarmos um pouco, veremos que a pobreza não é só necessária como ainda: INDISPENSÁVEL. É preciso que haja pobres para que haja vida. Os pobres são a vida, o movimento, a ação, o trabalho. Sem eles nada disso haveria no mundo. [...] A pobreza é justificável. O que não se justifica é a miséria. A pobreza digna é uma virtude.<sup>412</sup>

A cooperação é a melhor forma de evitar a revolução social; deste modo, o Catolicismo nacional vê a solução do conflito na imposição moralizadora dos princípios religiosos, a saber, a resignação e a obediência para o progresso do país. A regeneração do

lideranças operárias enfraquecia os movimentos de esquerda e, com a Revolução de Outubro de 1930, o PCB também perdia espaço. Juntando-se a isso o fato de que estava ocorrendo uma mudança na estrutura interna da classe com o declínio da imigração, o operariado da década de 1930 passou a ser composto pelas migrações internas, em sua grande maioria, de pessoas oriundas das áreas rurais onde a Igreja exercia uma influência considerável. BEOZZO, 1986, op. cit., p. 307 - 310.

<sup>409</sup> *Staffetta Riograndense*, 10 mai. de 1933.

<sup>410</sup> Pierre Bigo, em seu livro **A doutrina social da Igreja**, contextualiza os momentos distintos em que surgem as duas encíclicas e frisa as preocupações referentes a cada uma. Enquanto a *Rerum Novarum* apresenta uma preocupação especial com o auxílio ao operariado através da assistência religiosa e da formação de sindicatos católicos devido ao avanço evidente de doutrinas sociais revolucionárias como o socialismo, a *Quadragesimo Anno* tece uma crítica mais aberta ao liberalismo econômico e às suas funestas conseqüências para a sociedade contemporânea, refletindo o momento de crise por que passava o liberalismo como um todo no mundo, gerando a crise econômica que flagelava de maneira especial os países da Europa naquele momento. BIGO, Pierre. **A doutrina social da Igreja**. São Paulo: Loyola, 1969. p. 57 - 61.

<sup>411</sup> Como será visto mais adiante, o associativismo que a Igreja nacional pregava tinha forte influência do cooperativismo fascista italiano, regime que em muito será recomendado pela hierarquia eclesiástica como exemplo a ser seguido pelo Brasil.

<sup>412</sup> *Staffetta Riograndense* 09 dez. de 1936.

homem brasileiro era o ponto crucial da Igreja na crítica à decadência dos costumes, à deteriorização econômica e social e à perversidade de um sistema político corrupto. O apoio ao regime de Vargas e à Revolução de Outubro correspondia ao esforço político nacionalista e cidadão de comprometimento com os problemas mais importantes que afligiam a nacionalidade, entre as quais se encontravam as questões sociais, em especial, a operária. Ainda em 1932 fundase em Pelotas, através do padre jesuíta italiano Leopoldo Brentano, o Círculo Operário Pelotense. Anos depois esta organização expande-se pelo Brasil, e padre Leopoldo é chamado por D. Leme para criar um movimento nacional unificado, cujo resultado desemboca na fundação da Confederação Nacional dos Operários Católicos (CNOC). Como programa, a Confederação defendia o “repúdio ao comunismo e da luta de classes, a defesa do direito natural de propriedade, a necessidade de intervenção do Estado na questão social e a colaboração com outros trabalhadores em organizações similares.”<sup>413</sup>

Enquanto a classe operária recebia esta atenção por parte da Igreja, boa parte da classe média parecia demonstrar simpatia pelos movimentos nacionalistas e autoritários de direita ao qual o próprio jornal e o clero como um todo não ficaram isentos - o Integralismo seria o mais expressivo destes movimentos. Loraine Slomp Giron assinala que o *Staffetta*, a partir de 1934, passa a uma campanha aberta em favor do movimento, identificando a ação de Plínio Salgado concorde aos princípios cristãos<sup>414</sup>. Em artigo de D. João Becker publicado pelo periódico, lia-se o seguinte:

O Estado Integralista brasileiro deve ter por fundamento a lúdima brasilidade e a catolicidade. Brasilidade que seja a resultante do espírito e cooperação de todos os que merecem o nome de brasileiro: catolicidade constituída dos traços característicos da fé religiosa que se manifesta através da formação das tradições históricas, da literatura, dos costumes e esperanças do nosso povo. [...] Pretendem os integralistas realizar, no Brasil, um novo Estado e nova ordem social que reflitam as nossas realidades nacionais e ao mesmo tempo obedeçam ao ritmo universal de transformação dos antigos quadros ideológicos que geraram a democracia liberal e o liberalismo econômico, hoje

<sup>413</sup> BEOZZO, 1986, op. cit., p. 314.

<sup>414</sup> GIRON, 1994, op. cit., p. 95.

Na verdade, o Integralismo bebia em sua espiritualidade da fonte católica. Salgado preconizava uma mudança no homem como um todo através de uma revolução espiritual que deveria regenerar a alma nacional. A história da humanidade para o mentor do Integralismo era subordinada à luta de dois princípios: o materialista, que encarava “a vida humana como um fenômeno que começa e termina sobre a Terra”, e o espiritualista, que considerava “a vida humana como um fenômeno transitório, condicionado a uma aspiração eterna, superior”. Para que predominasse o ideal integralista, era preciso lutar contra as forças materialistas e ateístas como o capitalismo liberal e o comunismo, considerados por Plínio como ingerências estrangeiras e perniciosas à integridade da nação. Para tanto, era necessário um princípio de autoridade; o Estado Integral, fruto das concepções de sua época, aderiu ao ideal autoritário, bem ao gosto do Catolicismo conservador, “precisamos de hierarquia, de disciplina, sem o que só haverá desordem. [...] Hierarquia confiança, ordem, paz, respeito, eis o que precisamos no Brasil.” SALGADO, Plínio. **Obras Completas**.v. 9. São Paulo: Editora das Américas, 1954. p. 19-21,97.

inteiramente decadentes. Convidam a todos os brasileiros a tomarem parte nesse movimento, despido de caráter partidário, a fim de serem soldados de Deus e da Pátria.<sup>415</sup>

No entanto, D. Becker não sustentará a mesma opinião sobre o movimento nos anos seguintes; além disso, visto que o governo Vargas consolidava-se no poder e passava a satisfazer as expectativas reformadoras do arcebispo, o Integralismo perdia o seu apoio. Já em 1935 assim se referia ao movimento: “não há necessidade alguma de propagar novas idéias, no sentido de substituir o regime republicano atual pelo Integralismo”, apontando ainda para os perigos de um Estado Integral autoritário o qual oferecia “graves perigos para a organização normal e para os direitos inalienáveis do homem”.<sup>416</sup> Como observa Lustosa, não existia uma posição oficial do episcopado nacional frente ao movimento e a cada católico era deixada a liberdade de opção pessoal sobre a sua participação nas fileiras integralistas.<sup>417</sup> Durante os anos

---

<sup>415</sup> *Staffetta Riograndense*, 27 dez. de 1933.

<sup>416</sup> BECKER *apud* LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. A Igreja e o Integralismo no Brasil. **Revista de História**, São Paulo, n. 108. p. 514-515.

<sup>417</sup> *Ibid.*, p. 528.

A questão da livre participação dos católicos remete-nos diretamente à presença do elemento imigrante no Integralismo. René Gertz, ao estudar o fenômeno nas colônias de imigrantes alemães de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, observa que a penetração do Integralismo foi considerável, chegando a fazer votações bastante expressivas nos núcleos (não apenas alemães mas também italianos) por ocasião das eleições municipais de 1935. Tal fato foi interpretado pelas autoridades federais como fruto de influências estrangeiras, principalmente do Nacional Socialismo alemão e do Fascismo italiano, portanto, uma afronta aos ideais nacionalistas. No entanto, o próprio autor demonstra que as relações entre Nazismo e Integralismo não foram cordiais e concordes e que na verdade o engajamento de setores imigrantes no movimento brasileiro era fruto de uma tentativa de as comunidades estrangeiras acharem um canal de expressão e de integração com a nova Pátria. GERTZ, René. **O Fascismo no Sul do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. p. 111 - 118. (Para compreender melhor as relações, entre Integralismo e Nazismo, ver da mesma obra o capítulo 4.)

Em relação aos italianos, João Fábio Bertonha frisa que o apoio ao Integralismo recebeu mais adesão dos descendentes destes imigrantes, desejosos de uma maior inserção política e social no Brasil, enquanto os italianos natos preferiram apoiar o Fascismo de Mussolini. Portanto, o apelo nacionalista do Integralismo penetrava de forma a angariar apoio dos imigrantes que sentiam a necessidade de tornarem-se brasileiros e, apesar das semelhanças entre o movimento e os fascismos europeus, o primeiro, ainda na observação de Bertonha, deve ser encarado em seu contexto próprio, como produto da realidade brasileira, pois a mesma não era idêntica à alemã ou à italiana, embora, é claro, o movimento inspirava-se profundamente na simbologia e na ritualidade de seus congêneres europeus. Segundo o autor, faltava ao Integralismo o fator de “desesperança que extravasava os limites das classes médias e favorecesse a propagação do Fascismo”, fato que determinou a sua base social restrita às classes médias urbanas e, portanto, fraca. BERTONHA, João Fábio. Entre Mussolini e Plínio Salgado: o Fascismo italiano, o Integralismo e o problema dos descendentes de italianos no Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21 n. 40, p. 94, 2001 a, e Idem. A máquina simbólica do Integralismo: controle e propaganda política no Brasil dos anos 30. In: **História & Perspectiva**, Uberlândia, n. 7, p.107,jul./dez. 1992.

Em um estudo mais específico sobre o Integralismo na Região Colonial Italiana, centrado na cidade de Caxias do Sul, Daniela Pistorello aborda as motivações políticas locais e percebe que a adesão ao movimento foi uma forma de oposição às forças políticas tradicionais que comandavam a cidade. A eleição de 3 vereadores integralistas no ano de 1935, na visão da autora, havia sido uma resposta às alianças políticas locais, onde o PRL e a FUG haviam se coligado, frustrando os ideais reformistas de parte da população, que via nos liberais uma forma de participação efetiva na vida política da cidade. Portanto, a adesão ao Integralismo, por parte das regiões coloniais, precisa ser estudada segundo as condições específicas de cada local, podendo haver motivações diferenciadas de cunho étnico,

de 1936 e 1937, a campanha do jornal intensifica-se, e o Integralismo passa a ser altamente elogiado pela sua forma de ação. “A maneira pacífica, ordeira e legal como os integralistas tem agido, evidencia que os integralistas são respeitadores das leis do país e das suas autoridades constituídas e só a má-fé dos inimigos da Pátria poderá afirmar o contrário!”<sup>418</sup> O movimento merece também artigos explicativos referentes a seus ideais. São publicadas diversas opiniões de bispos brasileiros a favor de Salgado e sobre o seu movimento:

Plínio Salgado, patriota sem jaça, que, almejando a máxima felicidade nacional em todos os seus departamentos administrativos, levanta do extremo norte ao sul do lábaro augusto da sagrada trilogia – Deus, Pátria e Família - única que, bem e sinceramente praticada, salvará a terra de Santa Cruz, espiritual e temporariamente.<sup>419</sup>

O jornal aconselha aos “bons católicos” e ao clero em geral a adotarem a luta integralista, único movimento capaz de salvar o Brasil e a religião do caos, “a decisão de disciplina, de afirmação e de construção é a interferência do espírito num tempo dominado pela mentalidade cética e gozadora, pela orgia de vingança e de destruição.”<sup>420</sup> Não havia, para o periódico, contrariedade entre a religião e o movimento, “sob o ponto de vista católico, é preciso reconhecer que o Integralismo satisfaz as exigências de liberdade formuladas pela encíclica *Nom abbiamo Bisogno*”<sup>421</sup>; ainda “o ideal integralista está de molde a captar todas as simpatias das almas vibrantes de fé patriótica, já que é possuidor de alta cultura cívica e religiosa nos seus grandes homens que são credores de ótimos serviços prestados à Pátria e à Igreja”.<sup>422</sup> O movimento conta ainda com o fato de abarcar uma certa semelhança com o regime de Mussolini, o que o tornava simpático à Igreja e, em especial, ao jornal capuchinho<sup>423</sup>.

O advento do Estado Novo em 1937 paulatinamente mudaria o comportamento do jornal em relação ao Integralismo, pois as aspirações de ordem e paz seriam agora depositadas no novo governo de Vargas. O *Staffetta* transfere as suas simpatias ao ditador e, em 1938, quando

---

cultural e mesmo político. PISTORELLO, Daniela. “Os homens somos nós”: o Integralismo na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado apresentada na PUCRS em 2001. p. 105-143.

<sup>418</sup> *Staffetta Riograndense*, 26. ago. de 1936.

<sup>419</sup> *Staffetta Riograndense*, 04 ago. de 1937.

<sup>420</sup> *Staffetta Riograndense*, 05. set. 1937, p. 1

<sup>421</sup> *Staffetta Riograndense*, 11. set. 1937, p. 1

<sup>422</sup> *Staffetta Riograndense*, 04. ago. de 1937.

<sup>423</sup> Por parte do governo italiano, havia uma atenção especial ao Integralismo, ainda em 1936, quando, a conselho do responsável pelos assuntos da Embaixada da Itália no Brasil, Menzinger, apontava para uma verdadeira penetração do integralismo na sociedade nacional e via no movimento um importante instrumento potencial de penetração do Fascismo no Brasil. Assim, o governo italiano passa a subsidiar os integralistas no esforço de tentar torná-lo em um movimento político organizado. Porém, com o advento do Estado Novo e de sua clara tendência fascizante, Roma não viu mais a necessidade de apoio aos mesmos, passando a dar mais atenção a Getúlio Vargas que contava com um prestígio muito maior do que o de Plínio Salgado nos círculos fascistas. BERTONHA, 2001 a, op. cit., p. 87.

ocorre a tentativa de golpe pelos integralistas, o jornal põe-se ao lado do governo constituído, recriminando a tentativa de “revolução”. O Estado Novo torna-se a tábua de salvação nacional.<sup>424</sup> impregnado de tendências fascistas, recorre à mística sacralizadora de todos os regimes totalitários<sup>425</sup>. O poder temporal agora se apropriava de símbolos cristãos para legitimar-se e sela as suas afinidades autoritárias com os regimes da velha Europa. A Igreja e, em especial, o jornal, acompanha esta nova fase sem grandes sobressaltos e com um claro ar de aprovação, pois, ao gosto do clero conservador, o espelho fascista era bem-vindo.

Até aqui se observou o estreito laço que o *Staffetta* manteve com o nacionalismo brasileiro na tentativa de sustentar uma identidade nacional ao católico imigrante, leitor do periódico. O ser brasileiro era diretamente proporcional ao ser participante na política nacional - a via para isso era o ser católico. A Igreja fornecia a ponte para a brasilidade, relacionando-se diretamente aos interesses reformadores da instituição, ao encampar a luta pelo ensino religioso e o combate à república laica através da participação cívico-eleitoral do imigrante no processo político nacional e até mesmo dando franco apoio ao Integralismo. No entanto, ainda ligado a esta questão, tem-se o processo de tomada do espaço político regional pelo imigrante ou descendente italiano. Se, conforme observado pelo jornal, na década de 1930, a população em geral é convocada a uma cruzada cívico-política, é preciso lembrar que esta se dará de forma concomitante a uma lenta ascensão do elemento local aos postos-chaves da política regional. Até meados da década de 1920, nota-se a predominância de luso-brasileiros no comando político colonial. Até então, os cargos de intendentes foram exercidos por tais elementos, designados, certamente, pelo poder político e pela máquina eleitoral do Partido Republicano Rio-Grandense. Com a Revolução de 1923 e o conseqüente Pacto de Pedras Altas, tendo como uma das cláusulas a proibição da reeleição aos cargos de intendentes e governador, abria-se espaço para o exercício

---

<sup>424</sup> “O novo Estado brasileiro resultou de um imperativo de salvação nacional”. Era assim que se expressava o principal ideólogo do novo regime, Francisco Campos; para ele, a Revolução de 1930 só havia se efetivado em 10 de novembro de 1937. Responsável pelo direcionamento teórico estado-novista, Campos advertia que o mundo estava em pleno processo de transição, “o que chamamos de época de transição é exatamente esta época profundamente trágica, em que se torna agudo o conflito entre as formas tradicionais do nosso espírito, aquelas em que fomos educados e de cujo ângulo tomamos nossa perspectiva sobre o mundo, e as formas inéditas sob as quais os acontecimentos apresentam a sua configuração desconcertante.”. Tomando como exemplo a “marcha sobre Roma”, Campos assinalava ser este o sinal dos novos tempos, o Fascismo era, para ele, a grande inspiração ideológica. CAMPOS, Francisco. **O estado nacional, sua estrutura, seu conteúdo ideológico**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941. p. 5 - 36.

<sup>425</sup> A respeito do processo de sacralização política em relação ao novo regime varguista, ver: LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas: Papirus, 1896. p. 139 - 197.

de postos dirigentes por homens identificados com a sociedade colonial.<sup>426</sup> O caso mais emblemático foi o de Caxias, quando Celeste Gobbato assume a intendência municipal em 1924, fruto de um arranjo político entre as diversas forças locais, como a Maçonaria, o Partido Republicano Rio-Grandense e a Igreja Católica.

Precisamente, Gobbato fora um nome de consenso ante as divisões políticas entre assististas e borgistas locais, assim como representou uma certa vitória da Igreja Católica sobre a Maçonaria, já que Gobbato era um italiano nato – natural de Treviso – e católico declarado. Os atritos entre as duas instituições traduziam-se como um embate específico entre luso-brasileiros e italianos desde o início da imigração. Exemplificada no capítulo anterior pelas disputas entre o Pe. Pedro Nosadini e o intendente de Caxias, José Cândido de Campos Júnior, essa primeira faze<sup>427</sup> caracterizou-se pelas divergências abertas que só foram superadas paulatinamente através de um processo lento de negociação envolvendo as forças divergentes locais. O marco inicial dessa negociação pode ser entendido quando da vinda para Caxias de Monsenhor Meneguzzi em 1911. Este, através das associações católicas por ele criadas, como a do Apostolado da Oração, passou a atrair para seus quadros a participação de elementos ligados ao Partido Republicano Rio-Grandense da cidade. Mons. Meneguzzi costura, a partir de então, uma aliança entre a Igreja e o referido partido, no intuito de preparar um caminho para a ascensão dos católicos aos postos dirigentes da política local.<sup>428</sup>

O ano de 1923 será profundamente conturbado na política da cidade, reflexo das instabilidades que atingiam o Rio Grande quando da quinta reeleição de Borges de Medeiros ao governo do Estado. Na verdade, os atritos locais começaram ainda durante a campanha de 1922, polarizando, de um lado, os borgistas, e de outro, os que apoiavam Assis Brasil. Os assististas pautaram sua campanha nas acusações a Borges de Medeiros como adepto do positivismo, portanto, inimigo da religião católica; denunciavam a falta de crédito agrícola para a pequena lavoura local, às más condições das estradas que dificultavam o escoamento da produção colonial e a não entrega de títulos eleitorais para os cidadãos caxienses suspeitos de concordarem com a

<sup>426</sup> As conseqüências desse fato podem também ser observadas nas colônias alemãs que, a semelhança das italianas, passarão a contar com intendentes e prefeitos oriundos destas comunidades, ou de indivíduos com alguma forma de identificação étnica com elas. Para compreender esse processo ver: GERTZ, Renè. **O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. p. 51-89.

<sup>427</sup> Eliana Rela designa este primeiro momento entre os anos de 1890 e 1911 onde os enfrentamentos, discórdias e divisões permearam as disputas pelo poder político-administrativo local, sendo constantes as trocas de párocos e mesmo de intendentes, como prova a saída de Campos Júnior em 1902. RELA, Eliana. **Nossa fé, nossa vitória: Igreja Católica, Maçonaria e poder político na formação de Caxias do Sul**. Caxias do Sul: EDUCS, 2004. p. 49 – 64.

<sup>428</sup> Ibid., p. 64 – 75.

propaganda oposicionista.<sup>429</sup> As tensões atingirem seu ponto máximo no ano de 1923, com mortes, perseguições e violências de todo tipo, não só em Caxias, mas em toda a região. O fim da revolução de 1923 não tranqüilizou e nem apaziguou os ânimos em Caxias. As divisões na sociedade civil e dentro da própria Igreja local continuavam, e nas eleições para deputados federais e senadores do ano de 1924, os republicanos sofreram fragorosa derrota.<sup>430</sup> Esse contexto colocava o Partido Republicano Rio-Grandense em uma situação delicada no local, principalmente no tocante a sucessão do novo intendente municipal. A saída encontrada por Borges de Medeiros foi então a de indicar para o cargo um italiano nato, Celeste Gobbato, servindo este como um candidato de consenso entre republicanos e as forças oposicionistas locais, nas quais se encontravam os italianos católicos. A eleição de 12 de agosto de 1924 viria a confirmar a vitória de Gobbato, dando início à experiência mais significativa do elemento italiano em uma intendência da Região Colonial.<sup>431</sup>

Cabe ainda salientar-se que esse processo será acentuado e aprofundado durante a década de 1930, devido ao novo contexto político que se configurava na época. A revolução de outubro serviu como um marco de transformações e recomposições das forças políticas nacionais e regionais, reorganizando as oligarquias e permitindo a ascensão de elementos que há muito almejavam participação mais efetiva na política nacional. No aspecto regional, diversos grupos e diferentes gerações procuravam esse espaço e o vislumbraram justamente pela possibilidade aberta e fornecida pela Revolução. Como observa Schwartzman, “a Revolução de 30 é um marco decisivo de passagem entre o período de maior descentralização política da história do Brasil independente, que é o período da República Velha, e o período de maior concentração política da história brasileira, que começa com o Estado Novo em 1937.”<sup>432</sup>

Assim sendo, os segmentos emergentes substituirão as antigas lideranças, deslocando o poder das mãos dos que até então haviam dominado a cena política. Contudo, cabe

---

<sup>429</sup> MONTEIRO. Katani Maria Nascimento. **Um italiano irrequieto em contexto revolucionário**: um estudo sobre a atuação de Celeste Gobbato no Rio Grande do Sul (1912 – 1924). Dissertação de Mestrado defendida em 2001, PUCRS. p. 126.

<sup>430</sup> Ibid., p. 153.

<sup>431</sup> Cabe lembrar que em Caxias ocorre a presença de italianos no executivo da cidade ainda em 1912 quando Vicente Rovea assume como intendente e Abbramo Éberle como vice. Ainda entre 1914 e 1915, Hércules Galo comanda o executivo no intervalo do governo de Cel. Pena de Moraes. Para perceber o contexto maior em que se deu a supremacia dos católicos ante a Maçonaria dentro do ambiente político-revolucionário de 1923, ver páginas 107, 108 desta dissertação.

<sup>432</sup> SCHWARTZMAN, Simon. A Revolução de 1930 e o problema regional. In: **Simpósio sobre a Revolução de 1930**. Porto Alegre: Erus, 1983. p. 369.



lembrar que esta mudança não correspondeu a uma brusca alteração dos quadros que compunham as lideranças locais, já que, os que agora assumiam o poder, não eram, necessariamente, figuras completamente novas e desconhecidas de seus ambientes políticos regionais. Ainda permanecia com bastante importância “à teia de relações pessoais, lealdades e compromissos” estabelecidos entre os reduzidos quadros das elites “nos bastidores das instituições formais do governo” que favoreciam e garantiam “a permanência, o controle e a continuidade do poder”. Não obstante à relativização destas mudanças, esses grupos, embora não representem uma revolução profunda, vão se configurar historicamente, em componentes significativos de alterações políticas e sociais em seus locais de atuação.<sup>433</sup>

Portanto, se já na década de 1920, inicia-se um processo de afirmação do italiano ou descendente nos postos chaves da política regional, este tendeu a se aprofundar na década seguinte, já que, à descentralização proporcionada pela Revolução de 1923 no Estado, veio a juntar-se a renovação e os deslocamentos de poder ocasionados pelo movimento de 1930 no Brasil. Em Caxias, por exemplo, após a administração de Celeste Gobbato (1924-1928), ter-se-á ainda, conforme o período aqui estudado, Miguel Muratore (1930-1935), que assumirá a prefeitura devido a morte do intendente Beltrão de Queiroz, e Dante Marcucci (1935-1947), confirmando a presença e a hegemonia que o elemento local conseguira atingir. Mas é preciso lembrar que tal processo não poder ser considerado de forma homogênea em toda a região. As diversidades locais provocaram formas diferenciadas na tomada deste poder, e nem sempre, ao exemplo da Caxias, a presença de italianos ou descendentes como intendentes ou prefeitos, significou haver uma luta política entre a Igreja Católica e a Maçonaria, mesmo porque, tais divergências não são perceptíveis ou mesmo não existiam em algumas localidades e as relações entre maçons e católicos não ganharam as mesmas dimensões que em Caxias.

No município de Bento Gonçalves, por exemplo, após o predomínio sucessivo no poder do Coronel Joaquim Marques de Carvalho Júnior (24 de novembro de 1892 a 15 de novembro de 1924), elege-se então, por voto indireto do conselho municipal para o cargo de intendente, o engenheiro João Baptista Pianca (15 de novembro de 1924 a 15 de novembro de 1928), descendente de italianos residente em Porto Alegre.<sup>434</sup> O nome de Pianca, indicado por

---

<sup>433</sup> CAMARGO, Aspásia. A revolução das elites: clivagens regionais e centralização política. In: **Simpósio sobre a Revolução de 1930**. Porto Alegre: Erus, 1983. p. 388-389.

<sup>434</sup> CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane Ângela. **Da Colônia Dona Isabel ao Município de Bento Gonçalves**. (1975 a 1930). Bento Gonçalves: Visograf; Porto Alegre: CORAG, 2005. p. 75-77.

Borges de Medeiros e aceito com regozijo pelo diretório republicano da cidade, parece não ter sido fruto de disputas e divisões políticas locais que, embora maçom, foi aceito, ou ao menos não contou com qualquer resistência da Igreja, o que pode ser denotado pelo conteúdo do jornal católico *Il Corriere d'Italia*, que dava destaque aos projetos e realizações do intendente. Somente após as duas administrações seguintes (Olinto Fagundes de Oliveira Freitas –15 de novembro de 1924 a 15 de agosto de 1932 – e Coronel Arlindo Franklin Barbosa – 16 de agosto de 1932 a 29 de dezembro de 1935), é que um descendente de italianos exercerá o cargo de prefeito em Bento e, mesmo assim, por um período curto de tempo. Este será Augusto Pasquali (29 de dezembro de 1935 a 14 de novembro de 1937), o primeiro a ser diretamente eleito pelo voto popular. Pasquali, também maçom, era figura conhecida nos meios políticos da cidade, tendo sido presidente do Conselho Municipal na administração de João Baptista Pianca; além de ser comerciante destacado, era sócio proprietário da empresa Augusto Pasquali & Irmãos que produzia queijos e vinhos. Figurava, como não podia deixar de ser, entre a elite ascendente local. Ligado aos republicanos e à figura política de Flores da Cunha, renuncia ao cargo em 1937, descontente com os rumos da política nacional e pelo conseqüente rompimento entre Vargas e Flores da Cunha. Depois de Augusto Pasquali, somente durante o período de 21 de agosto de 1946 a 21 de junho de 1947 é que se encontrará, antes da década de 1950, um outro nome de descendente de italianos na prefeitura local, sendo este o de Orestes João Tregnago. Nota-se que em Bento Gonçalves não havia ainda uma luta delineada entre Maçonaria e Igreja Católica embora, é preciso lembrar, divergências ideológicas e políticas fossem normais. Durante o predomínio dos carlistas na década de 1920 frente à paróquia de Santo Antônio, não houve oposição a João Baptista Pianca; e nem na década seguinte, com o cônego Antônio Zatera, que inclusive fora capelão na Revolução de 1930, houve qualquer tipo de atrito com Augusto Pasquali. As divergências entre as duas instituições só se tornarão evidentes e tomarão claros contornos de rivalidade quando, em 1943, chega a Bento Gonçalves o Padre Luiz Mascarello, o qual inicia uma campanha aberta de ataques e difamações aos maçons, procurando consolidar e fortalecer ainda mais a posição da Igreja no município.<sup>435</sup>

---

É interessante observar-se que tanto Celeste Gobbato, quanto João Baptista Pianca, embora identificados com as comunidades imigrantes, não residiam e nem eram provenientes da região colonial: Gobbato havia nascido na Itália e residia em Porto Alegre. Pianca também residia na capital do Estado, porém, não era italiano nato, tendo nascido na própria capital.

<sup>435</sup> No tocante às relações entre Maçonaria e Igreja Católica em Bento Gonçalves e as disputas políticas locais, pode-se consultar o trabalho monográfico de: CUNHA, Tânia Maria da. **A história e a influência da Maçonaria em**

No município de Alfredo Chaves (Veranópolis), o primeiro descendente a ocupar o cargo de intendente foi Saul Irineu Farina, nomeado por Flores da Cunha, cujo cargo exerceu de 09 de dezembro de 1930 a 26 de fevereiro de 1938. Seu nome fora bem aceito pela comunidade local e, ao que tudo indica, embora maçom, suas relações com a Igreja Católica eram amistosas, fato comprovado pela própria indicação de Farina ao interventor Flores da Cunha do nome de Pe. José Cherubini, como seu candidato ao Conselho Consultivo, cuja principal credencial era a de ser republicano.<sup>436</sup> O correspondente do jornal *Staffetta Riograndense* nesta cidade emitia com satisfação sua opinião pelo fato de haver no comando do município um elemento de origem italiana.

A instrução civil de 03 de outubro de 1930 que tirou do poder uma *cricca* hereditária de intendentes, de esbanjadores, aportou, sem dúvida, com sua onda purificadora num inegável benefício para Alfredo Chaves com a nomeação do jovem senhor Saul Irineu Farina. Sua Excelência o Sr. Flores da Cunha, digníssimo interventor federal, transmitiu o decreto que nomeara com satisfação as aspirações do povo local, que desejava há muito tempo ver como seu chefe um filho desta região. Soube escolher com precisão, pois do procedimento do ilustre presidente já aparecem salutareos frutos.<sup>437</sup>

Segue-se a descrição das inúmeras obras de melhoramentos promovidas pelo intendente como comprovação da capacidade e da necessidade de que sujeitos locais administrassem as municipalidades da região. Após vencer as eleições de 1935, Farina governa até fevereiro de 1938, quando transfere o cargo a outro político regional, Rogério Galeazzi, que permanece como prefeito nomeado até 27 de outubro de 1946.<sup>438</sup>

Em Nova Vicenza, 2º distrito de Caxias do Sul, o movimento emancipacionista que havia levado a criação, no final de 1934, do município de Farroupilha, também contou com a nomeação de um descendente como seu primeiro intendente, Armando Antonello. Antonello, embora residente em Porto Alegre, era sobrinho do morador do município e líder da comissão emancipacionista, Ângelo Antonello. Armando fora, posteriormente, eleito no pleito de 1935, permanecendo no cargo até 17 de dezembro de 1937, quando é substituído pelo interventor

---

**Bento Gonçalves.** Monografia de especialização apresentada na Universidade de Caxias do Sul em 2002. p. 21-53. Especificamente sobre o histórico loja maçônica existente nesta mesma cidade (Loja Concórdia) ver: POLETO, Darci. **Primeiras pedras.** Bento Gonçalves: Edição do Autor, 2004.

<sup>436</sup> FARINA, Geraldo. **História de Veranópolis – 1888 – 1992.** Veranópolis: Prefeitura Municipal de Veranópolis, 1992. p. 136-137.

<sup>437</sup> *Staffetta Riograndense*, 13 jul. de 1932.

<sup>438</sup> FARINA, 1992, op. cit., p. 142.

Capitão Eudoro Lucas de Oliveira. Farroupilha só contará com um novo elemento de origem na prefeitura em 1946, sendo este Alberto Farinon.<sup>439</sup>

No entanto, o município da região em que o processo político pós-30 pareceu ser mais complexo foi o de Garibaldi. O fato de que a eleição para intendente de 1928 ter sido cancelada por declarar-se a lei eleitoral municipal promulgada em 1924 insubsistente, devido a não atender a requisitos exigidos pelo governo do Estado na reforma da lei orgânica municipal, ocasionou a renúncia do intendente eleito, Manoel Coelho Parreira, líder do Partido Republicano na cidade, fazendo com que este ocupasse o cargo apenas no período de março de 1929 a fevereiro de 1930. Em nota no jornal *Staffetta*, o intendente lamenta o ocorrido e convoca uma comissão de cidadãos para que compareçam ao prédio da intendência municipal, no intuito de prestar contas à comunidade como forma de “salvaguardar a dignidade pessoal diante de comentários que, por ventura, possam surgir entre elementos que não conhecem minha atuação, tanto na vida privada como na pública”<sup>440</sup>. Tal preocupação parece justificar-se pois, as divisões e disputas políticas entre republicanos e libertadores, colocavam as duas facções em pé-de-guerra no município.

Em substituição a Manoel Parreira, é nomeado provisoriamente, no mês de fevereiro, Abdon de Mello, o qual reelabora a lei eleitoral adequando-a às disposições da lei orgânica do município. Cumprida tal tarefa, restava marcar a data da nova eleição, mas não seria Abdon de Mello que o faria, pois este abandona o cargo em maio de 1930, sendo substituído por José Loureiro da Silva que define a data de 13 de julho de 1930 para novo pleito. Durante este curto espaço de tempo, os atritos entre os partidos vão aumentando: os libertadores denunciam o abandono dos republicanos locais por Getúlio Vargas, fato comprovado pela anulação das eleições de 1928, sustentando ainda que Vargas desejava um intendente libertador para a administração municipal.<sup>441</sup> Os libertadores apresentavam-se como os regeneradores da política local e não cessavam de atacar o líder republicano Manoel Parreira. Embora um clima de conflito imperasse, os partidos acabaram por entender-se e, por um determinado consenso, o candidato Lauro de Moura Cunha elege-se como intendente, cargo que deveria ocupar até o final de 1933. Libertadores, republicanos e a própria Igreja Católica saudavam o novo chefe do executivo; no

---

<sup>439</sup> GASPERIN, Alice. **Farroupilha**: Ex-colônia particular Sertorina. Caxias do Sul: Edição do autor, 1989. p. 165 – 177.

<sup>440</sup> *Staffetta Riograndense*, 22 jan. de 1930.

<sup>441</sup> *A Federação*, 17 mar. de 1930.

banquete de posse, adversários políticos sentaram-se lado a lado. Lauro de Moura Cunha brindava, na mesma ocasião, o presidente Getúlio Vargas e o vigário local, Pe. Antônio de Caxias. Em seguida, o discurso do advogado e conselheiro municipal José Garibaldi Silva, enaltece a figura do novo intendente e congratula-se com a atitude conciliadora entre os dois partidos da cidade.<sup>442</sup> O nome de Lauro de Moura da Cunha foi muito bem visto pela Igreja pois, enfim, um católico governaria o município. O jornal *Staffetta* publica as cartas de recomendações que o novo intendente carregava assinadas por D. João Becker e Monsenhor Nicoalo Marx, deputado estadual e diretor do jornal *Estrella do Sul*. Essas recomendações eram feitas ao superior capuchinho, Pe. Cândido, e versavam sobre a “distinção familiar” e as “honestas qualidades” do eleito, pedindo o pleno apoio dos capuchinhos no auxílio da tarefa de apaziguamento da cidade a que Lauro de Moura Cunha estava disposto.<sup>443</sup> Contudo, a concórdia não duraria muito e o seu mandato encerra-se em maio de 1931. É dentro deste contexto conturbado que é nomeado o primeiro prefeito de origem italiana na cidade, Davide Sartori. Natural da Itália – Bolzano - e republicano, há muito que exercia cargos políticos na cidade como, por exemplo, o de conselheiro municipal; sendo ainda uma figura de destaque no campo econômico regional. Mas nem mesmo o nome de Sartori, um italiano nato, conseguira manter-se no poder e, enquanto os republicanos se rejubilavam com sua escolha, comissões de opositores se dirigiam a Porto Alegre e pediam a Flores da Cunha a substituição do intendente. Por fim, já no final de 1932, Davide Sartori abandona o cargo, substituindo-o o tenente Dormelindo de Oliveira, permanecendo este até 1935, quando então Vicente Dal Bó seria eleito por voto popular. Nascido no próprio município, havia lutado na revolução de 1923 ao lado das forças assistidas e elegendose em 1935 pelo Partido Libertador. Dal Bó permaneceria no cargo até 1942 quando seria sucedido por Olinto de Oliveira Freitas.

Tentou-se aqui, dar muito brevemente uma visão de como se desencadeou, de forma localizada, o processo de ascensão do elemento local ao comando político regional. Certamente que muitas questões permanecem em aberto e a necessidade de maior problematização complementar tal análise. Estudos mais abrangentes e que possam comparar as diferentes especificidades - tanto nas composições partidário-políticas, quanto nos atritos institucionais entre Igreja e Maçonaria – estão ainda por serem feitos. Não é objetivo deste

---

<sup>442</sup> *A Federação*, 11 set. de 1930.

<sup>443</sup> *Staffetta Riograndense*, 17 set. de 1930.

trabalho dar conta desta questão. O importante é observar-se que houve uma efetiva mudança no mundo político da Região Colonial Italiana, e esta foi marcada pela afirmação do elemento local – imigrante ou descendente – na chefia dos executivos municipais. Das cidades aqui analisadas, todas, nas eleições de 1935, elegeram tais representantes, alguns, inclusive, permanecendo em seus cargos mesmo após o Estado Novo em 1937, como é o caso de Caxias do Sul, Garibaldi e até certo ponto Veranópolis.

Portanto, analisando o conteúdo do periódico, sua campanha encontrava ressonância no mundo político regional. O imigrante, agora, exigia cidadania e procurava exercê-la via atuação política, muitas vezes dirigida pelo clero local. Essa questão fica nítida no *Staffetta*, onde a religião católica tornava-se o elemento de negociação com a identidade nacional. Ainda, o uso freqüente da língua portuguesa pelo jornal pode ser entendido como outro fator que possibilitava essa negociação. Neste sentido, politicamente, o imigrante deveria pleitear os seus direitos de cidadão brasileiro, consagrando a dicotomia identitária que foi inerente à sociedade colonial imigrante do período. Desta forma, temos, por um lado, a noção cívico-política desvinculada da concepção cultural de identidade, estando esta última irremediavelmente impregnada do sentido civilizacional superior, insuflado desde o Velho Mundo. A Itália ainda aparecia como o modelo de humanidade canalizado, agora, através do Fascismo.

### **3.2 ITALIANIDADE E FASCISMO NO *STAFFETTA***

O Fascismo surgia como movimento de regeneração do homem contemporâneo; havia a clara descrença dos valores da Modernidade que atingira boa parte do mundo ocidental, e a onda reacionária de direita parecia ser o caminho lógico do desenvolvimento futuro das nações. O fascismo, tal qual o Cristianismo conservador, pretendia ser um retorno à ordem perdida pelas ondas revolucionárias, ou seja, a paz social baseada nos velhos estamentos medievais, em um repúdio claro à moderna luta de classes. O sistema corporativista foi o exemplo mais bem acabado da tentativa de repor essa paz, concebendo a sociedade como um todo harmonioso,

representada por “grupos de interesse econômico e ocupacional”.<sup>444</sup> O repúdio a tudo quanto provinha das idéias liberais, democráticas, iluministas, frutos da Revolução Francesa, e do comunismo ateu, era o ponto de ligação entre fascistas e católicos.

Os inimigos da religião, consagrados pelas encíclicas de Pio IX e reforçados pelo Concílio Vaticano I de 1870, como foi visto no primeiro capítulo, agora ganhavam uma perspectiva prática, real, concretizada por um regime político que acenava aos sonhos de restauração de Roma. Isto não quer dizer que a Igreja tenha sido fascista em sua raiz, mesmo porque ela renegava os Estados seculares de pretensões totalitárias, o que lhe renderia atritos tanto com o sistema italiano quanto com o alemão<sup>445</sup>, principalmente em se tratando dos setores ligados ao Catolicismo social. Além disso, a sua identificação com a direita conservadora fará de Hitler e Mussolini os principais porta-vozes de suas aspirações, rejubilando-se com a queda do liberalismo e pelo sufocamento a todo e qualquer movimento que dissesse respeito ao monstro revolucionário bolchevique, como observa Hobsbawm, “os fascistas eram os revolucionários da contra-revolução”.<sup>446</sup>

Embora antimoderno, o que o faria contrário a qualquer idéia de progresso, o Fascismo valia-se dos avanços tecnológicos, combinando-os às suas práticas, pois o sistema era mais pragmático que teórico, propagandeando ao mundo os prodígios evolutivos do que deveria ser a nova ordem daí por diante. A propaganda era o instrumento de conquista dos corações e mentes do povo. As grandes demonstrações coletivas, como paradas militares, comícios, a idolatria ao chefe e todo um organismo de instituições que envolviam a sociedade, desde as escolas elementares e seus instrumentos complementares, como a *Opera Nazionale Balilla* e posteriormente a *Gioventù Italiana Del Littorio*, instrumentos de doutrinação de crianças e jovens, até a produção artística, em especial a cinematográfica, bombardeavam o homem comum, trazendo-o para dentro do regime como seu elemento de sustentação e legitimação. Essa

---

<sup>444</sup> HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos** – o breve século XX: 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 117.

“Desde muito cedo, o Fascismo propôs o corporativismo como solução para os problemas e conflitos entre empresários e trabalhadores. Por esse sistema, patrões e empregados se organizariam juntos em corporações, e estas gerenciariam a economia nacional, sob o controle do Estado e atendendo aos interesses de todos os membros envolvidos e também aos da Nação. Com sua instauração deveriam desaparecer a luta de classes e a ação reivindicativa dos sindicatos. Traços de corporativismo estiveram presentes em quase todos os movimentos fascistas, mas o Fascismo italiano foi o que mais enfatizou a sua importância”. BERTONHA, João Fábio Bertonha. **Fascismo, Nazismo, Integralismo**. São Paulo: Ática, 2003. p. 19.

<sup>445</sup> Pio XI em 29 de junho de 1931 criticara o Fascismo através da Encíclica *Non abbiamo bisogno* e, em 14 de março de 1937, através da *Mit brennender Sorge*, põe limites ao Nazismo de Hitler.

<sup>446</sup> HOBBSAWM, 1999, op. cit., p. 119, 121.

propaganda, no entanto, não era restrita apenas às fronteiras nacionais onde imperava o Fascismo, porém organizava-se também nos diversos países em que se encontravam imigrantes com o objetivo de lhes estender os tentáculos de sua política colonialista.

Organizações como os *fasci all'estero*<sup>447</sup> e os *Dopolavoro*<sup>448</sup>, que conheceram um grande desenvolvimento quando da expansão da rede consular italiana<sup>449</sup>, faziam o papel de difundir os ideais totalitários nas comunidades imigrantes, na tentativa de convertê-las e de aumentar o seu prestígio junto às mesmas. No caso brasileiro, os cónsules fascistas começaram a chegar ao final da década de 1920 e iniciaram uma propaganda cada vez mais intensiva do regime. A atuação dos mesmos foi favorecida quando, em 1932, Mussolini dá autonomia ao *Servizio Stampa*, vinculado ao *Ministero degli Affari Esteri*, para que os cónsules pudessem dispor de recursos financeiros a fim de vincularem na imprensa nacional artigos e matérias favoráveis ao Fascismo. A União dos Jornalistas Brasileiros passou a receber dinheiro diretamente do órgão e logo se fez sentir os resultados através de uma avaliação cada vez mais

---

<sup>447</sup> Os *fasci all'estero* eram seções do *Partito Nazionale Fascista* (PNF), implantadas nos exterior para converter os italianos imigrados à sua ideologia. Era um organismo radical e funcionava de forma independente às representações diplomáticas. Por muito tempo o *Ministero degli Affari Esteri* tentou submeter a organização a seu controle, que seguidamente lhe trazia problemas de relações com os países hospedeiros. Formado por fascistas radicais, chegavam a entrar em atrito até mesmo com os setores mais moderados do PNF. A atuação dos *fasci* ia além da pura propaganda, dedicando-se a atividades culturais e recreativas assim como ações às assistenciais, distribuindo cestas básicas aos necessitados, consultas médicas gratuitas e subsídios financeiros aos italianos pobres. Sua atuação política era inspirada em uma visão de que o Fascismo era a vanguarda da civilização italiana e cujo objetivo era difundir no mundo a sua influência, ao conquistar os italianos no exterior e torná-los instrumentos de sólida propaganda do regime no mundo, possibilitando, a partir daí, a criação do império. BERTONHA, João Fábio. Uma Política Exterior não-estatal? Os *Fasci all'estero* e a política externa do *Partito Nazionale Fascista*: 1919-1943. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 10, p. 41-45, dez. 1998 a e Idem. **O Fascismo e os imigrantes italianos no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001b. p. 87 - 107.

<sup>448</sup> Os *Dopolavoro* foram instituições semelhantes aos *fasci*, porém, enquanto este último mantinha um teor político muito forte, o primeiro se dedicava mais à assistência social e à difusão do esporte, promovendo a criação de times de futebol, vôlei, basquete, equipes de ginástica, luta livre, pingue-pongue, etc; do lazer, criavam bibliotecas e salas de leituras, organizando passeios de bicicletas e colônias de férias para os jovens e crianças imigrantes; e culturais, ao comemorar as festas fascistas italianas, promovendo bailes, almoços, recitais e peças teatrais. Seu caráter era mais apolítico, embora, é preciso lembrar, tenha sido muito auxiliado pelos *fasci*, que cronologicamente haviam surgido antes. BERTONHA, 2001b, op. cit., p. 107-116.

<sup>449</sup> A diplomacia italiana, tradicionalmente exercida pela elite nacional, é reformada quando Mussolini assume o poder. O *Ministero degli Affari Esteri* passará por modificações, como a eliminação de barreiras econômicas que impediam o acesso das camadas médias aos cargos diplomáticos, assim como o de aumentar o número de embaixadas, possibilitando o ingresso de militantes fascistas no organismo. Essas modificações foram realizadas a pretexto de democratização do ministério e enquadravam-se na nova perspectiva política adotada pelo Fascismo em relação aos filhos da Pátria que agora não mais seriam considerados imigrantes, mas “italianos no exterior”. Entre as novas diretrizes apresentadas por Mussolini à diplomacia se encontravam: a defesa da italianidade, seja no presente, seja no passado; incutir o respeito à Pátria no exterior; sanar as dissensões entre italianos à sombra do *Littorio* e prestar auxílio aos compatriotas que se encontravam em estado de necessidade. Os *Dopolavoro* e os *Fasci all'estero*, submetidos ao Ministério, serão instrumentos importantes desta diplomacia. GIRON, 1994, op. cit., p. 69 - 71.



positiva do regime na imprensa nacional por meio de matérias pagas e produzidas pelo *Ministero della Cultura Popolare*<sup>450</sup>.

No Rio Grande do Sul, o cônsul Manfredo Chiostri, chegando a Porto Alegre em 1926, marcou o início da difusão ideológica fascista, arregimentando e controlando a vida dos súditos italianos no Estado. Mais tarde, em 1929, Chiostri é substituído por Mario Carli que conseguiria obter bastante sucesso em sua missão propagandística, chegando a criar um periódico (*La Nuova Itália*) e fundando centros culturais como a *Società Dante Alighieri*, clubes esportivos (*Campo Sportivo Italo Balbo*) e colônias de férias como o *Campeggio Mussolini*.<sup>451</sup> Contudo, sua atuação restringia-se à capital do Estado, enquanto a zona colonial era pouco atingida por isso, sendo constantes as reclamações a respeito da debilidade dos organismos fascistas nestas áreas. Os *Dopolavoro* e os *Fasci all'estero* irão surgir na região colonial apenas em meados da década de 1930 e assim mesmo o seu raio de influência será bastante limitado.

Segundo a tese de Loraine Slomp Giron, o Fascismo ali teria sido direcionado; apenas à burguesia regional; era para ela que o regime direcionava os seus objetivos, não se interessando pelas camadas médias e populares. No entanto, João Fábio Bertonha chama a atenção para outros fatores que colocavam limites à propaganda fascista na região, como o relativo isolamento das populações rurais, pouco interessadas por questões políticas, tendo a classe média o seu próprio veículo de manifestação - o Integralismo-, e ainda, pela questão de que eram poucos os imigrantes recém-chegados ali, sendo que estes apresentavam mais interesse pelo Fascismo do que os velhos imigrantes das décadas finais do século XIX.<sup>452</sup>

Embora restrito a essa elite, isso não significou que o Fascismo não tivesse tentado uma maior penetração na região. Um indício disso foi a criação, em 24 de fevereiro de 1934, do periódico *Il Giornale dell'Agricoltore*. Dirigido por Adolfo Randazzo, um “imigrante tutelado”, engenheiro agrônomo italiano, chegado a Caxias do Sul no início dos anos trinta.<sup>453</sup> Como o próprio nome denuncia, era um jornal voltado para o pequeno agricultor, isto é, para o colono regional. Em seu primeiro número trazia com destaque na primeira página: “Em nome da

<sup>450</sup> CERVO, 1992., op. cit., p. 136-137.

<sup>451</sup> BERTONHA, João Fábio. Entre a bombacha e a camisa negra: notas sobre a ação do Fascismo italiano e do Integralismo no Rio Grande do Sul. **Revista de Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, n. 2, v. 24, p. 254, dez. 1998b.

<sup>452</sup> BERTONHA, 1998b, op. cit., p. 258-260.

<sup>453</sup> GIRON, 1994, op. cit., p. 97.

Itália, sinônimo de paz e trabalho, inicia hoje a vida Rio-Grandense do *Il Giornale dell'Agricoltore*". Em seguida trata de esclarecer seus objetivos.

Iniciamos a publicação de *Il Giornale dell'Agricoltore* na data de 24 de fevereiro que assinala o quarto anual do glorioso dia em que a gente da Itália deu início em Caxias à demonstração de trabalho e progresso desta fértil região, orgulho dos rio-grandenses e orgulho, também, dos imigrantes de 1876, de seus filhos e daqueles italianos que daquela data em diante, souberam, com a sua mente e seus braços, transformar a terra do Campo dos Bugres, na sorridente, rica e industrial cidade de Caxias. [...]

Somente através de um jornal como este, privado de provincianismo, poderá o agricultor encontrar, através de suas redações técnicas e competentes, inspiradas no espírito da Jovem Itália, um contato com a Pátria-Mãe, através de notícias autênticas, não interesseiramente deformadas e ver o progresso contínuo de cada campo do trabalho italiano em terras hospitaleiras. [...] Começando o nosso trabalho, enviamos nosso devoto cumprimento ao Duce da Itália.<sup>454</sup>

Centralizado na primeira página, trazia ainda um pronunciamento de Mussolini realizado em outubro de 1926 e dirigido aos agricultores italianos, o qual elogiava o trabalho duro, persistente, obediente e silencioso dos mesmos em prol do progresso da nação. Era clara a intenção de atingir o colono em geral, e de ligá-lo à Pátria distante. O jornal se ocupava de temas especificamente agrícolas: como tratar os animais, alimentá-los, cuidá-los. Como cultivar e manter produtivas as mais variadas culturas agrícolas. Artigos assinados por Celeste Gobbato e Tito Poggi – ambos agrônomos e simpáticos ao fascismo, Poggi, inclusive, era senador italiano – apareciam no jornal, a orientar tecnicamente o agricultor. O noticiário internacional era exclusivamente italiano, sendo constante durante os anos de 1934 e 1935 uma cobertura voltada ao reconhecimento internacional do regime Fascista. São publicadas matérias referentes a jornais ingleses, americanos, húngaros; homenageia-se o Duce pelo aniversário da marcha sobre Roma, noticiando os prodígios da marinha, da aviação italiana e outras.

O jornal traz ainda seções dedicadas à religiosidade Católica, e destaca os eventos símbolos comemorativos da região colonial como a Festa da Uva. Dedicada a apresentar o industrialismo e o trabalho como consagradores da “estirpe Itálica”, a festa era a exaltação “do mérito, do esforço e do ardor” do povo caxiense, “comemorando em uma oração inesquecível, o colono da Itália, unido e irmanado ao generoso povo do Rio Grande.”<sup>455</sup> Durante o primeiro ano de sua fundação, dedica-se com afinco a campanha em favor do cooperativismo, tido pelo periódico como a forma de organização mais adequada aos “povos cultos”, de “mentalidade aberta” que buscam na união os benefícios do próprio progresso. Em 1935 ganha destaque o

<sup>454</sup> *Il Giornale dell'Agricoltore*, 24 fev. de 1934.

<sup>455</sup> *Il Giornale dell'Agricoltore*, 08 mar. de 1934.

centenário Farroupilha, ótima oportunidade para amalgamar os símbolos rio-grandenses aos da Itália fascista. Através do Comitê Colonial Italiano, convoca-se a todos os “itálicos” do Rio Grande para que participem das comemorações Farroupilha, pedindo a colaboração das cooperativas, Sociedades Italianas e representantes consulares para que estimulem o povo a participar e a “render homenagem pública em honra aos italianos que neste centenário, através de seu contributo glorioso de sangue, de genialidade e trabalho, levaram o progresso civil e econômico ao Rio Grande hospitaleiro.”<sup>456</sup> Na edição de 09 de setembro de 1935, toda a primeira página é dedicada ao programa oficial das comemorações em Porto Alegre. Centralizado na mesma, aparecem figurados chaminés industriais, navios, forjas, engrenagens - simbolizando o trabalho e o progresso - rodeando as bandeiras do Rio Grande do Sul e da Itália postas ao centro. Na matéria intitulada “1835 – XX settembre – 1935”, faz-se menção a Garibaldi e Zambecari, homenageando a ambos como forma de reafirmar a solidariedade entre os dois povos.

Ainda no mesmo ano, a guerra na Abissínia ocupa o noticiário internacional expondo a visão imperialista fascista; da mesma forma, a Guerra Civil Espanhola é encarada como uma legítima luta contra o comunismo, ficando claro o apoio incondicional de Mussolini ao ditador espanhol. As sanções internacionais, sofridas pela Itália devido à guerra na África, repercutiam com força no jornal e radicalizava o discurso do mesmo. Apontavam-se os erros nos tratados após o final da Primeira Guerra e pedia-se para que a população “italiana” boicotasse os produtos vindos dos países sancionistas. Ao mesmo tempo o jornal empenha-se na campanha “patriótica iniciada pelo Comitê de Assistência e Propaganda Pró-Itália destinada a recolher ouro, prata e dinheiro a fim de anular o embargo econômico”<sup>457</sup> imposto pela Liga das Nações com a finalidade de humilhar a Itália. A vitória italiana seria vivamente comemorada pelo jornal, a fundação do Império seria compartilhada com a população local, agora parte de uma grande Itália. É importante perceber que o jornal não era totalmente escrito em italiano, muitos artigos eram redigidos em português, passando a ser totalmente nesta língua no ano de 1938. Este ano foi decisivo para a folha que troca de diretor, sendo Adolfo Randazzo substituído por Caetano Pettinelli. Reflexo dos novos tempos, devido à campanha nacionalizadora, o jornal comunicava a seus assinantes.

Comunicamos aos nossos distintos amigos, assinantes e anunciantes, que com o propósito de melhor poder atender a parte técnica, deliberamos transferir nosso jornal

<sup>456</sup> *Il Giornale dell'Agricoltore*, 23 mai. de 1935.

<sup>457</sup> *Il Giornale dell'Agricoltore*, 19 dez. 1935.

para Porto Alegre, onde estaremos aptos e aparelhados para atender a sempre maior difusão desta folha.

Comunicamos outrossim, que em virtude de novas disposições das leis brasileiras resolvemos alterar a designação de *Il Giornale dell'Agricoltore* para, O Jornal do Agricultor.<sup>458</sup>

Vendido a Henrique Lubisco, no mês de agosto de 1938 já era editado em Porto Alegre. Encerrava-se assim, a influência fascista no jornal que redirecionava seu discurso passando a ocupar-se apenas de questões técnicas que envolviam a agricultura. Embora esse periódico possa ter tido alguma influência em relação ao colono em geral,<sup>459</sup> este tomou realmente contato com Mussolini e com o Fascismo através da Igreja Católica, pois se há um modo com o qual se concorda que foi um poderoso instrumento de disseminação dos ideais fascistas, este foi a Igreja. Conquistar o clero era premente, tanto que ainda em 1927 o embaixador italiano no Brasil, Bernardo Attolico, julgando o clero nacional avesso ao Fascismo, aconselhava Mussolini a apoiar a criação do Colégio Eclesiástico brasileiro em Roma, o Pio Brasileiro, como forma de conquistar a Igreja brasileira à causa da italianidade.<sup>460</sup>

Essa aproximação tornar-se-á mais evidente após os acordos de Latrão, convertendo a hierarquia e o clero em geral aos apelos fascistas. Ordens como os franciscanos e os escalabrinianos promoviam palestras pró-fascismo e capuchinhos rezavam missas em reuniões dos *fasci* em todo o Brasil.<sup>461</sup> Figuras como o Cardeal D. Sebastião Leme e o Arcebispo de Porto Alegre, D. João Becker, demonstravam publicamente o seu apreço pela Itália e por Mussolini. Na região colonial italiana do Rio Grande do Sul, foi, sem dúvida, o clero o principal veículo de propaganda do regime, mesmo porque a sua penetração entre as camadas rurais era muito mais incisiva do que os organismos oficiais do governo italiano. A nível popular era a Igreja o instrumento de difusão fascista; valendo-se de sua importância e consciente do prestígio que a mesma desfrutava entre os imigrantes, o governo italiano tratou de garantir a sua simpatia, tanto que a própria fundação da Diocese de Caxias em 1934 foi fruto da influência de fascistas regionais, como Celeste Gobbato, junto ao Vaticano e ao governo peninsular, passando por cima até mesmo da autoridade de D. João Becker que não queria ver a sua diocese fragmentada. Os

<sup>458</sup> *Il Giornale dell'Agricoltore* 12 mai. de 1938.

<sup>459</sup> Não foi possível fazer um levantamento da tiragem semanal do jornal. As informações colhidas da própria folha revelam que sua circulação não era apenas circunscrita à região de Caxias, mas atingia cidades como Pelotas e Porto Alegre. Saber realmente qual sua penetração em relação ao colono italiano é algo que, neste momento, não pode ser precisado.

<sup>460</sup> CERVO, 1992, op. cit., p. 100.

<sup>461</sup> BERTONHA, João Fábio. Entre a cruz e o Fascio Littorio: a Igreja Católica brasileira, os missionários italianos e a questão do Fascismo: 1922-1943. *História & Perspectiva*, Uberlândia, n. 16-17, p. 38, jan./dez. 1997.

debates e polêmicas que envolveram a sua criação ganharam contornos de uma disputa nacionalista. A cidade de Vacaria, que disputava com Caxias o desenho geográfico da nova diocese, tratava com reservas a configuração diocesana do outro município e a considerava um ornamento do nacionalismo italiano, tanto que frei Pacífico, coordenador dos trabalhos pró-Vacaria, declararia em 1936, quando o processo já havia acabado que “Mussolini, depois de ter conquistado a Abissínia, conquistou também o Rio Grande do Sul”.<sup>462</sup> Enfim, em 11 de fevereiro de 1936 D. José Barea, filho de imigrantes italianos, tomaria posse da nova diocese em um indelével sinal de que a italianidade, sob a batuta fascista, havia sido mesmo uma das influências determinantes no processo de sua constituição.

### 3.2.1 AGREGANDO OS SÍMBOLOS FASCISTAS AOS VALORES IMIGRANTES: A RELIGIOSIDADE, A FAMÍLIA E O PROGRESSO ECONÔMICO.

Dentro deste contexto, o jornal *Staffetta*, como elemento de difusão das tendências do clero regional, passa a dar cobertura aos feitos do governo italiano, vinculando diretamente símbolos caros à sociedade local ao Fascismo. A Itália passa a ser representada como a nação modelo a qual todos os imigrantes deveriam orgulhar-se de serem descendentes. A Itália Nova era a fascista e seu artífice Mussolini - o futuro estava escrito em letras maiúsculas: ITÁLIA e DUCE. A grandiosidade da raça latina é o ponto de partida para a nova civilização; frente aos sistemas falidos da Modernidade, a grande nação acenava para o inexorável futuro, deixando o recente passado de pequenez; neste sentido, a Itália retornava o seu auge angariando o respeito do mundo frente a “mais nobre estirpe humana e histórica.”<sup>463</sup>

Meus caros! é hora de mudar de sistema, os tempos são diferentes, mudaram..., o passado é o passado e não voltará mais; pensem que a ITÁLIA de hoje não é mais a *Italieta* (minúscula) de 50 anos atrás por vós abandonada que pouco interesse tinha pelos seus emigrados... hoje a ITÁLIA (maiúscula) se interessa por vós todos de forma que obtereis sempre satisfação em dela fazer parte.<sup>464</sup>

No concerto das nações mundiais, a Pátria distante tinha seu o lugar reservado; deste modo, “não esqueçais que NUNCA como HOJE A ITÁLIA está em alta na opinião

<sup>462</sup> PINZETTA, Álvaro Luiz. Criação da Diocese de Caxias do Sul (8.9.1934). In: DE BONI, Luis A. (org.). **A presença italiana no Brasil**. v. 3. Porto Alegre: EST; Torino: EST:Fondazione Giovanni Agnelli, 1996. p. 547.

<sup>463</sup> *Staffetta Riograndense*, 15 nov. de 1933.

<sup>464</sup> *Staffetta Riograndense*, 15 nov. de 1933.

mundial. Nunca conseguiu um prestígio tão grande como o goza atualmente. Se hoje, cada italiano pode orgulhar-se de sua ascendência isto é porque em ROMA existe MUSSOLINI.”<sup>465</sup> O imigrante pobre e abandonado pela Itália do passado deveria rejubilar-se e reconciliar-se com a Nação do presente, “este orgulho, este grande orgulho de sentir-se parte de uma grande ITÁLIA, deve agir como um bálsamo benéfico em todos os nossos corações e como fortíssimo regenerador das nossas energias”.<sup>466</sup> O jornal convoca aos “italianos” para manterem a sua vida ordeira e laboriosa, de maneira a engrandecer a Pátria adotiva e a honrar a de origem,

o melhor meio de provar o vosso amor pela Pátria distante é o vosso patriotismo pela de adoção, que lhes deu a oportunidade de trabalho, de vida, de riqueza e de viver honestamente e laboriosamente, pois, nenhum Estado teve princípios mais sãos daqueles do Estado fascista vigente na nossa ITÁLIA. MUSSOLINI foi quem disse: o Estado fascista não é indiferente diante ao fato religioso em geral e particularmente aquela religião positiva que é o Catolicismo italiano.<sup>467</sup>

Trabalho e religiosidade são elementos de identificação - não há melhor forma de sustentar a italianidade do que preservar esses valores. O Fascismo apresenta-se como o bastião da moralidade e operosidade e congratula-se com os feitos de seus filhos no exterior, exemplo máximo do valor de sua gente. O *Staffetta* dá amplo destaque a este discurso e procura a todo momento reproduzir os pronunciamentos oficiais de personalidades políticas italianas. Ao noticiar a visita do embaixador Vittorio Cerruti a Garibaldi em 1932, o jornal reproduz a sua fala que volta a sustentar os mesmos símbolos acima especificados:

O embaixador se disse feliz em encontrar-se junto aos italianos, orgulhoso de poder ver que esses haviam se mostrado bem dignos da gloriosa tradição da estirpe, digna da Nova Itália. Atendendo às ordens de Mussolini, levava aos italianos de Garibaldi uma saudação cordial da Pátria, que não se esquecia de seus filhos, mas a estreitava com um abraço de gratidão, por aquilo que esses haviam feito, convidando-os a continuar a sustentar alta a bandeira da própria raça.<sup>468</sup>

O discurso finalizava com as saudações de “Viva o embaixador, o Brasil, a Itália, Mussolini.” O valor do trabalho imigrante agora é reconhecido pela pátria-mãe, o que o engrandece e torna-o importante. O orgulho de ser italiano é reproduzido nas páginas do jornal, não há porque se diminuir, pois o Fascismo redimira a Itália e seus descendentes. Na comemoração dos dez anos de regime, em matéria de primeira página com a foto de Mussolini ao centro, o periódico perpassa as principais conquistas do período. No campo religioso e moral, o Fascismo merecia o mais cordial e sincero aplauso pelos pactos de Latrão e pelo reconhecimento

<sup>465</sup> *Staffetta Riograndense*, 15 nov. de 1933.

<sup>466</sup> *Staffetta Riograndense*, 15 nov. de 1933.

<sup>467</sup> *Staffetta Riograndense*, 15 nov. de 1933.

<sup>468</sup> *Staffetta Riograndense*, 09 mar. de 1932.

dos valores espirituais, individuais e coletivos, a permear a vida pública e privada nos interesses oficiais de toda a Nação. A prática da religião católica, agora garantida pelo Estado em perfeita harmonia com a Santa Sé, era a garantia para as gerações futuras de um país unido e forte.

Procurar as ligações entre o regime e a catolicidade foi uma constante, na publicação da mensagem do embaixador Roberto Cantalupo em 1933, em homenagem a mais um ano de regime; deste modo, são exaltados os ideais antiliberais e antiindividualistas que subordinavam os interesses coletivos ao egoísmo - o espiritualismo pelo materialismo. A revolução fascista, a qual ganhava um caráter universal, fazia o contraponto ao 14 de julho de 1789 - era uma reação ao passado, motivada pelo empenho da nova juventude. O Fascismo tornava-se uma expressão de disciplina e ordem, de Justiça social e de domínio espiritual o qual tinha as suas raízes no Cristianismo; desta forma, a sua redenção haveria de transformar o mundo, “assim o Fascismo, partindo do Cristianismo, sabe impelir a Nação ao progresso, ao bem-estar, como o prova irrefutavelmente a atual situação da Itália.”<sup>469</sup> Mais ainda, Cantalupo convida a uma união universal do povo italiano sob o ensinamento evangélico: “amai-vos uns aos outros”, esta a fórmula dada por Jesus Cristo para que os povos sejam felizes - este é o principal ensinamento da civilidade cristã e que o Fascismo fazia agora o seu lema. “Enquanto o Fascismo é um retorno aos sãos princípios estabelecidos pelo Evangelho, nós podemos associar-nos cordialmente às celebrações de 28 de outubro, celebrações com as quais a Itália saúda a aurora de seu glorioso ressurgimento.”<sup>470</sup>

A Itália, segundo o jornal, estava na vanguarda das nações civis, ao prestigiar o Catolicismo, aprovar o ensino religioso nas escolas públicas e obrigar a exposição do crucifixo nos tribunais. A revolução fascista era a única e verdadeira, pois reconhecia Deus: “o Fascismo fez da religião a base fundamental da Nação. Isso levou a Nação italiana pela via luminosa das tradições católicas, via que conduz a Itália a ser a mestra dos povos.”<sup>471</sup>

Nas palavras de Mussolini transcritas pelo *Staffetta*, seria inútil a batalha contra a religião, “uma luta contra a religião é uma luta contra qualquer coisa de indistinguível, incompreensível, intocável, é uma luta contra o espírito na sua forma mais íntima e profunda”<sup>472</sup>; desta forma, um Estado só pode tornar-se vencedor quando luta contra outro Estado, jamais

<sup>469</sup> *Staffetta Riograndense*, 08 nov. de 1933.

<sup>470</sup> *Staffetta Riograndense*, 08 nov. de 1933.

<sup>471</sup> *Staffetta Riograndense*, 23 abr. de 1930.

<sup>472</sup> *Staffetta Riograndense*, 23 jan. de 1935.

quando tenta o sobrenatural. O Duce usa o exemplo de Bismarck e de Napoleão, vencidos e castigados pela força divina e acrescenta: “na concepção fascista de Estado totalitário, a religião é absolutamente livre em seu âmbito e completamente independente.”<sup>473</sup> O Estado fascista não ignora a religião, porém mantém com ela um sistema regulado via acordos. Mussolini destaca os pactos de 1929 como uma “obra imortal” e congratula-se com a paz religiosa e civil que goza a Itália, paz que é baseada na colaboração dos dois poderes cujo fim é um só: o homem.

Os ideais de Justiça social cristãos estão contidos na legislação italiana; a *Carta del Lavoro*, no fundo, observa o jornal, já existia no Antigo Testamento. A dignidade do trabalho, a justa distribuição de renda e a não-apropriação indevida dos bens produzidos pela coletividade podem ser encontradas no Levítico, no Pentateuco, nos Salmos - o Fascismo tinha no Livro Sagrado a sua inspiração. O apreço aos valores religiosos conduzia o governo à proteção de outra instituição fundamental ao imigrante: a família cristã. Salvar a família não é apenas um dever religioso, mas sim patriótico. Após alardear o decrescente número de nascimentos ocorridos em diversos países da Europa - evidência de uma ameaça à perpetuação familiar, fruto de uma educação laica de inspiração maçônica e pagã -, o jornal passa a expor as medidas tomadas por Mussolini no intuito de reverter o quadro na Itália. Aos solteiros eram vedados os cargos de importância dentro do partido fascista, pois, segundo o Duce, “quem não é chefe de alguma família, não sabe comandar a família maior que é o grande grupo do partido fascista.”<sup>474</sup> Incentivar o matrimônio, em especial o cristão, era a obra edificante mais importante de Mussolini. Os resultados dessa política já eram perceptíveis na Itália, afirmava o jornal, pois as estatísticas apontavam que 96,88% dos matrimônios celebrados no ano de 1931 haviam sido realizados diante de sacerdotes católicos e que 99% dos homens haviam se casado com mulheres católicas, o que provava que, para se formar uma “verdadeira” e “boa” família, era necessário encontrar uma mulher religiosa.

A instituição familiar estava garantida e protegida pelo Estado fascista; juridicamente, o matrimônio religioso tinha efeitos civis, e o Código Penal estabelecia penas duríssimas aos maridos que maltratassem as suas esposas; desta maneira, a santidade da família estaria a salvo. Mas não era apenas isso: o governo isentava de impostos aos casais que tivessem grande quantidade de filhos, ou seja, quanto maior a prole, menor a taxa de impostos; além disso,

---

<sup>473</sup> *Staffetta Riograndense*, 23 jan. de 1935.

<sup>474</sup> *Staffetta Riograndense*, 24 jan. de 1934.



as famílias numerosas gozavam de descontos nas contas de eletricidade, no preço do gás, nos transportes coletivos. Ainda, o governo distribuía prêmios às mães que tivessem o maior número de filhos, eram condecorações honrosas entregues em Roma pelo próprio Mussolini. Já aos que não se casavam entre os 25 e os 65 anos eram submetidos a uma taxa especial: “uma taxa de 70 liras entre os 25 e 35 anos; de 100 liras entre os 35 e 50 anos e de 50 liras entre os 50 e 65 anos.”<sup>475</sup> O jornal esclarecia que o dinheiro arrecadado iria para a Ação Nacional de Proteção à Maternidade e à Infância. A certeza da perpetuação familiar era saudada pelo *Staffetta*, pois, deste modo, a Itália estaria à frente, à testa das nações no que dizia respeito ao progresso na legislação social.

Ao progresso social só se comparava o econômico; assim, os ideais desenvolvimentistas e técnicos são parte de um esforço nacional de recuperação da altivez do povo italiano frente às humilhações do passado. O Fascismo havia recuperado a estima do povo e dado a confiança necessária para projetar o futuro. Agricultura e indústria eram os carros-chefe deste progresso. Cerimônias como as de premiação para os maiores produtores agrícolas, como no caso dos vencedores da *Bataglia del Grano*, eram transcritas pelo *Staffetta*. Exaltavam-se os procedimentos técnicos implantados pelo Fascismo no cultivo do solo como o seu preparo, adubação, fertilização, uso de novas máquinas e outros. Enaltecia-se a força de vontade e o trabalho dos agricultores que, apesar das dificuldades climáticas, conseguiam colher safras significativas. A recuperação de áreas incultas e a distribuição de lotes agrícolas aos colonos são feitos reconhecidos pelo mundo todo. Mussolini discursa, inaugura novas comunas agrícolas, rende homenagem à inteligência, à tenacidade e ao espírito de sacrifício do povo. A cada nova conquista, a Revolução dos Camisas-Negras exulta, “nós somos fascistas, e mais que olhar para o passado, estamos sempre atentos para o futuro.”<sup>476</sup>

É do temperamento da raça essa frenética ação e busca. O Fascismo passa a dignificar o trabalho e combinando-o com a genialidade da estirpe, torna a Itália um país ordeiro e progressista. O ritmo de crescimento e bem-estar parecem estar isentos das instabilidades internacionais que tanto afligiam o mundo na década de 1930. O país é descrito como imune e auto-suficiente às crises internacionais, havia um clima de harmonia que pairava sobre a Itália - uma perfeita comunhão entre povo e regime. A cada novo feito, um destaque especial, uma

<sup>475</sup> *Staffetta Riograndense*, 20 jan. de 1932.

<sup>476</sup> *Staffetta Riograndense*, 15 fev. de 1933.

ferrovia, uma estrada, uma indústria, seguem-se às festas, às homenagens, às falas empolgantes do Duce à engenhosidade dos trabalhos - a Itália parece um imenso canteiro de obras. Os prodígios acumulam-se como os da aviação italiana que, cruzando o Atlântico rumo à América sob o comando de Ítalo Balbo, faziam repercutir positivamente no jornal. As homenagens rendidas aos aviadores por Getúlio Vargas, quando da passagem dos mesmos em 1931 no Rio de Janeiro, também são noticiadas. Cabe destacar que a recepção dos aviadores na Itália ganha destaque nas palavras do chefe do governo:

hoje, depois de vosso triunfo classicamente romano, declaro que o haveis feito pelo mérito da Itália e da Revolução. Pela Itália porque durante os vinte mil quilômetros de vôo que com o passar do tempo se tornará legendário, centenas de milhões de homens, de todas as línguas do mundo, pronunciaram o nome “Itália”. Quando estiveram na América, despertaram, com a vossa presença o patriotismo daquela grande comunidade de italianos. Vosso mérito é também o da Revolução, porque o vosso feito, envolto da camisa negra, consagrou no céu de dois continentes a Revolução Fascista.<sup>477</sup>

Da cruzada pelo progresso engaja-se até o clero italiano que merece condecorações governamentais. Enfim, a Pátria distante (agora grande e forte) serve de orgulho aos italianos do mundo todo. Há o desejo claro, por parte do jornal, de estabelecer a ligação entre a Itália fascista e os símbolos que ela sustenta e os colonos imigrantes da região italiana do Rio Grande do Sul. Estes devem sentir-se ao espelho da “nova Itália”, comungar de seus ideais, sustentar sempre a sua ascendência e mostrar através de seu valor o quanto é capaz a raça. Ter em alta o nome italiano é função de cada imigrante que agora, amparado pelo Fascismo, sente-se reconhecido.

Mas é sempre preciso não esquecer que, conforme nota Loraine Slomp Giron, apesar do esforço em estender a influência fascista sobre o colono em geral, e que por mais que se procurasse abarcar a coletividade regional para suas fileiras, o movimento não se deu a partir de uma motivação espontânea da população, “mas foi induzido de fora para dentro pelos – italianos no exterior - que tinham vindo organizá-lo.”<sup>478</sup> O colono em geral apresentou uma certa simpatia pelo Fascismo mas não aderiu a ele completamente. A organização das células fascistas locais, como os *fasci*, processou-se através do aliciamento de associados. Os convidados a participar destes núcleos eram elementos da sociedade regional que possuíssem alguma representação como: “industriais, comerciantes, médicos e profissionais liberais de sucesso.”<sup>479</sup>

<sup>477</sup> *Staffetta Riograndense*, 04 out. de 1933.

<sup>478</sup> GIRON, 1994, op, cit., p. 83.

<sup>479</sup> *Ibid.* p. 85 – 86.

Ao espelho da Itália progressista filiavam-se os notórios imigrantes; era através deles que o país distante se via e se reconhecia a sustentar os símbolos do progresso. Da mesma forma, a elite local procurava essa ligação, o que lhe fornecia prestígio, honrarias e, acima de tudo, negócios lucrativos.

O clero, seguramente incluído na elite local, fazia parte destes segmentos sociais simpáticos ao regime de Mussolini. O *Staffetta* fazia eco à voz da Igreja regional e contribuía para construir uma imagem positiva do Fascismo. Mas, mais do que o regime em si, era necessário encontrar a síntese que lhe personificava, a figura que o constituía. Era preciso condensar objetivamente o que mais o representava, enfim, tinha-se que glorificar o seu condutor e o seu guia.

### 3.2.2 – O DUCE

Mussolini parece capitanear em sua personalidade todos os elementos a que se atribui à Nação. É dele que emana a força transformadora, é a própria encarnação do regime, o homem superior que dirige o país; cada novo passo da Itália, constitui-se em uma prova sempre mais evidente das qualidades do “grande estadista”. Em seus discursos reconhece-se “que se trata de um homem que fala aos outros homens como um irmão maior que sabe confortar com sua autoridade e com seu válido apoio.”<sup>480</sup> O punho forte do ditador é que estabelece a hierarquia e a ordem moral necessária ao progresso; desta maneira, o Duce “ama a seu modo uma vida séria, austera e religiosa, a qual, em certo sentido, postula o infinito e o ultraterreno”.<sup>481</sup> Ainda, “os

---

No entanto, a própria autora observa que a “italianização” promovida pelo Fascismo não deixou de atingir a população em geral. Segundo a mesma: “os imigrantes sentiam que seu trabalho era reconhecido e, em muitos casos, a animosidade que sentiam pela pátria, que os rejeitara, foi esquecida. Os colonos reconciliaram-se com a pátria de origem. Esta nova posição revela-se no setor cultural. Os colonos deixam de envergonhar-se de sua aparência humilde, de seus dialetos, segundo alguns testemunhos – até o sotaque italiano ao falar português passou a ser considerado de bom tom.” Id. p. 108.

“o ufanismo era um sentimento novo e gratificante, os desvalidos imigrantes apátridas perceberam no seu trabalho um sentimento maior de reconhecimento pela pátria. Os imigrantes passaram de colonos desconhecidos a símbolo do trabalho útil e produtivo. A Itália abria os braços para seus filhos de há muito esquecidos, e estes a reconheciam como pátria e se reconheciam como italianos.” Id. p. 109.

<sup>480</sup> *Staffetta Riograndense*, 14 jan. de 1931.

<sup>481</sup> *Staffetta Riograndense*, 29 ago. de 1934.

fascistas desdenham a vida cômoda, afirma o Duce.”<sup>482</sup> É importante ressaltar aqui, que o trabalho é a principal marca do estadista:

Mussolini, o homem da experiência, é inatingível pelas circunstâncias externas. Pelo fato de seu nascimento, pelo fato de seu ambiente de origem, pelo fato de sua formação pessoal, pelo fato da atmosfera de onde viveu e cresceu, ele poderia ceder a tirania de similares tendências. Mas ele se manteve afastado de toda influência perniciosa com uma energia e uma probidade viril estupenda. Vindo do povo, ousou pensar que os calos nas mãos não dão forçosamente o talento para conduzir um povo.

Ele teve esta idéia fecunda, corajosa de que, em um Estado, o qual se quer viver é preciso trabalhar. Logo, ao trabalho todos. Cruamente, sabiamente o Duce disse que isto pode servir tanto para o espiritual quanto para o temporal: quem não se mexe, morre.<sup>483</sup>

Mussolini é hábil, porque transigente; conciliador, sabe conformar-se e acomodar-se às situações mais difíceis. O jornal parece confirmar a idéia de um líder pacifista e tolerante, imagem que a própria propaganda fascista fazia no mundo e que a diplomacia italiana esforçava-se por construir. “Ele está em todos os lugares, vê tudo, faz tudo”<sup>484</sup>, sua onipresença e onividência são atributos de um homem excepcional - Mussolini é o Deus encarnado da Revolução Fascista:

Em uma semana resolve trezentos problemas. Preside pessoalmente o Conselho das Corporações, escuta os discursos dos oradores técnicos, discute, tira conclusões, dá o seu parecer, que se impõe, não porque ele é um mestre mas porque sua opinião representa o bom senso, a clarividência.<sup>485</sup>

Sua extraordinária atividade coloca-o um degrau acima dos estadistas comuns, “as horas de seu dia são inumeráveis, Mussolini é infatigável”, assiste às manobras navais, permanece horas em marcha com seus soldados em manobras terrestres, dirige-se aos oficiais que se maravilham pelos seus juízos, conversa com o povo, com os operários, debate com intelectuais “a atividade do Duce, mais que extraordinária, é certamente prodigiosa. Pouquíssimos homens podem igualar-se a ele. Mussolini demonstra ter nítida consciência da grave responsabilidade que carrega. Este é certo um grande mérito diante de Deus.”<sup>486</sup> Agradar ao divino e aos homens, “sente, mas sabe. Imagina, mas conhece. Decide, mas prevê.”<sup>487</sup> Os traços de sua latinidade como a mobilidade, a agilidade, a facilidade em expor seu pensamento, unem-se a uma postura rígida, sólida, pesada, ao exemplo de uma personalidade germânica. Ponderado, sabe argumentar, “fala

<sup>482</sup> *Staffetta Riograndense*, 29 ago. de 1934.

<sup>483</sup> *Staffetta Riograndense*, 29 ago. de 1934.

<sup>484</sup> *Staffetta Riograndense*, 11 out. de 1933.

<sup>485</sup> *Staffetta Riograndense*, 11 out. de 1933.

<sup>486</sup> *Staffetta Riograndense*, 11 out. de 1933.

<sup>487</sup> *Staffetta Riograndense*, 13 dez. de 1933.

sem pressa, com calma, certo de que ninguém haverá de perturbá-lo, escolhe as palavras que quer, articulando sílaba por sílaba como que as colocando entre vírgulas.”<sup>488</sup> Sua figura magnetiza as massas, seu gênio impressiona; segundo D. João Becker, “Mussolini e o Fascismo souberam dar continuidade à história italiana em seu sentido mais perfeito [...] ambos constituem uma coroa magnífica da vitória alcançada em uma campanha heróica e diuturna.”<sup>489</sup>

No momento em que o Comunismo se preparava para assaltar a península, o Duce, com seu intuito político e apoiado pela massa, soube salvar a Itália da catástrofe; para o jornal, Mussolini é o “herói que luta em defesa de uma nova era de paz, traz uma espada em sua mão para combater os inimigos (Maçonaria e Socialismo) e desarmá-los.”<sup>490</sup> Sua figura leonina e inteligente, agregada a uma intangível vontade, conduziu a Itália a reformas maravilhosas; com o Fascismo e Mussolini, dizia o jornal, cumpriu-se o sonho dourado dos filhos italianos, que era o de “legar à Itália contemporânea os tempos clássicos da cultura romana.”<sup>491</sup> D. João Becker, em seu texto de homenagem à marcha sobre Roma publicado pelo jornal, coloca o regime e seu líder como produtos da providência divina; segundo ele, quando a Terra estiver à beira do “cataclismo universal, a Itália será o farol rutilante do mundo, que conduzirá a humanidade para uma nova era de grandeza, correspondendo assim ao seu destino no convívio das nações.”<sup>492</sup> Entretanto, indaga-se ainda o arcebispo; “será esse renascimento religioso e missionário da Itália produto de uma obra suprema?” responde:

Em parte sim. Porque alguns homens foram colaboradores resolutos, admiráveis instrumentos nas mãos de Deus, em virtude de seu robusto talento, de sua coragem, de sua firmeza invencível de seu caráter e de sua visão clara e penetrante da situação. O primeiro entre todos é Mussolini, protótipo do novo italiano.<sup>493</sup>

Enfim, se há algo que represente o Fascismo e seu espírito esse é Mussolini. Existe uma identificação completa entre personalidade e regime; deste modo, o leitor do jornal reconhece na figura do Duce a exaltação dos mesmos valores que lhe são fundamentais, ou seja, a perseverança no trabalho que conduz ao progresso, a vontade tenaz ligada a um espírito austero, tendo como fundamento moral a religiosidade católica. Mussolini é único, porém em seus traços se insere uma coletividade - a italianidade fascista tem nele o seu exemplo mais bem acabado.

<sup>488</sup> *Staffetta Riograndense*, 13 dez. de 1933.

<sup>489</sup> *Staffetta Riograndense*, 21 nov. de 1934.

<sup>490</sup> *Staffetta Riograndense*, 02 nov. de 1932, *apud* GIRON, 1994, *op. cit.*, p. 94.

<sup>491</sup> *Staffetta Riograndense*, 21 nov. de 1934.

<sup>492</sup> *Staffetta Riograndense*, 21 nov. de 1934.

<sup>493</sup> *Staffetta Riograndense*, 21 nov. de 1934.

### 3.2.3 – A CONQUISTA DA ABISSÍNIA

Contudo, o auge do apoio e da exaltação fascista pelo jornal foi, sem dúvida, o período da guerra da Abissínia.<sup>494</sup> As hostilidades iniciadas ainda em 1933 agravaram-se nos dois anos seguintes, transformando-se em conflito aberto em outubro de 1935. A invasão da Abissínia (Etiópia) pela Itália provocaria reações de outras nações européias como a França e a Inglaterra que, através da Sociedade das Nações, decidiram aplicar-lhe sanções econômicas cujas conseqüências seriam irrelevantes. A guerra dará a oportunidade de Mussolini fortalecer o sistema internamente e ao mesmo tempo o de construir um império italiano, ao questionar os tratados do pós-guerra e reivindicar uma maior importância política da península no quadro internacional. Na guerra, que duraria apenas sete meses, a conquista italiana seria travestida do discurso civilizatório e motivada pela possibilidade de exploração econômica da região, visto que permite a transferência da mão-de-obra excedente no país.<sup>495</sup>

O *Staffetta*, que tanto vinculou o Fascismo ao Cristianismo, emprega a mesma argumentação para defender os interesses italianos na África. A invasão representa a expansão do Catolicismo no mundo das trevas; era função da Itália “ensinar aos semibárbaros abissínios o respeito que se deve aos povos civilizados.”<sup>496</sup> Os pronunciamentos de Mussolini às sanções internacionais são freqüentes; paradoxalmente, os ataques do jornal ao imperialismo britânico (protestante e maçônico) não se confundem com a obra que a Itália estava por realizar na Abissínia. A aura de santidade em que se envolvia a missão italiana distinguia a do paganismo e tornava-a uma verdadeira cruzada missionária. Os negros da África precisavam ser salvos, a Igreja italiana irá abençoar a iniciativa fascista; qualquer lugar que os soldados entrassem, a cruz de Cristo os acompanharia. O jornal afirma que Pio XI e Mussolini desempenham na guerra a mesma função que há tempos os pioneiros missionários ali se dedicavam: “insuflar entre as tribos

---

<sup>494</sup> Esse auge do apoio ao Fascismo pelo jornal, coincide com o momento em que as atividades dos fascistas regionais ganham intensidade. Segundo Giron, “na região colonial italiana do RS, foi o período compreendido entre 1935 e 1938, que correspondeu à máxima atividade política dos fascistas regionais. A propaganda corria solta, com todo apoio das autoridades policiais regionais, bem como com o auxílio direto da diplomacia italiana. Nunca, como período citado, a região mereceu maior atenção por parte da Itália. As visitas consulares, de ministros e autoridades italianas foram uma constante. As notícias da região apareciam na imprensa italiana.” GIRON, 1994, op. cit., p. 139.

<sup>495</sup> TRENTO, 1986, op. cit., p. 58-59.

<sup>496</sup> *Staffetta Riograndense*, 22 mai. de 1935.

bárbaras o sopro da civilidade cristã [...] o triunfo das armas italianas fará com que este objetivo seja posto em prática com mais força e ardor e com a mais ampla e sólida liberdade.”<sup>497</sup>

Os etíopes “puros”, como se expressava o jornal, não passavam de “aborígenes” que vegetavam na mais crassa ignorância, sem iniciativa para qualquer impulso evolutivo. Seu isolamento transformava-os em “quase brutos”, sem instrução e sem bons sentimentos - este povo encontrava-se ainda em estado pré-histórico. O país, dominado por uma horrível escravidão, não acenava a qualquer ímpeto de civilidade, “a barbárie impera ainda em quase todo o território”.<sup>498</sup> Inimigos do progresso, nem a própria convivência com os estrangeiros eliminava daquele povo primitivo esta tendência adversa; cultivadores de um espírito demolidor, eram contrários a qualquer dominação branca, o que poderia, de qualquer forma, aliviar a sua condição de selvageria.

Ironicamente, o *Staffetta* qualifica o sistema político abissínio de intolerante, “tal regime não tolera a mínima agressão”<sup>499</sup>, as maiores barbáries como assassinatos sem justificativa, apenas para incutir medo ao povo, são os expedientes usados pelo governo africano a fim de se manter no poder. Quanto à Itália, esta não cometia nenhum crime, “ao menos que se queira chamar delito levar e construir a civilidade em terras atrasadas, dando escolas, estradas, disseminando a higiene e o progresso.”<sup>500</sup>

Sua religião é a mais pura ignorância aos princípios celestes; embora oficialmente católica, seu Cristianismo era gasto e alterado por muitas infiltrações pagãs - nem rezar sabiam os abissínios. Ali “assassinatos, furtos, mentiras, falso testemunho, poligamia, concubinato, divórcio não eram considerados pecados”.<sup>501</sup> O jornal admirava ainda como um país tão “civilizado” poderia ocupar uma cadeira na Assembléia da Liga das Nações em Genebra. Ironicamente se referia às palavras de Pio XI: “é um pouco de negro sobre o branco”, no entanto tal distinção haveria de acabar com a conquista italiana, pois, sob os auspícios de um povo superior, os pobres negros africanos haveriam de atingir um novo estágio civilizatório, e a Abissínia se converteria graças ao exemplo de sua Nação dominadora.

A guerra da Abissínia é mais um capítulo irresolvido da questão colonial pós-Primeira Guerra; é importante destacar que as falas de Mussolini transcritas deixam explícitas

<sup>497</sup> *Staffetta Riograndense*, 11 mar. de 1936.

<sup>498</sup> *Staffetta Riograndense*, 07 ago. de 1935.

<sup>499</sup> *Staffetta Riograndense*, 07 ago. de 1935.

<sup>500</sup> *Staffetta Riograndense*, 11 dez. de 1935.

<sup>501</sup> *Staffetta Riograndense*, 07 ago. de 1935.

esse ponto: “sofremos a maior injustiça, injustiça de nos ver negado um pequeno pedaço de solo. Quantas promessas foram feitas à Itália quando esta uniu o seu destino àquele dos aliados.”<sup>502</sup> No banquete colonial, pouco havia sobrado à Nação, “depois da vitória comum, na qual a Itália deu o alto contributo de 670 mil mortos, 400 mil inválidos, e um milhão de feridos, quando pensou em sentar-se à mesa para tratar da paz, recebeu somente as migalhas do banquete colonial.”<sup>503</sup> Os discursos ressentidos do Duce são freqüentes e cada vez mais belicosos a convocar a Itália para a guerra; nesta luta, combate-se “pela sacra defesa da Pátria, em uma campanha de reparação da dignidade nacional.”<sup>504</sup> O conflito haveria de revelar ao mundo o que era a potência fascista e provaria definitivamente a completa identificação entre regime e país.

A mobilização dos soldados, as passeatas dos camisas-negras na Itália, o entusiasmo do povo são parte da cobertura do jornal que dedica muito mais espaço ao noticiário internacional, centrado nas notícias vindas da Itália. Lembra ainda que os que lutam na África são maridos, pais de família, jovens - não há menções ao homem abissínio senão o de sua completa inumanidade. As atrocidades das tropas italianas, certamente, não são noticiadas: o uso de substâncias tóxicas, o bombardeamento de centros povoados de civis, o fuzilamento de jovens, velhos e crianças permanecem silenciados, o que faz supor que tais medidas seriam justificáveis diante da grande missão italiana. Ressalta-se ainda, que o período de guerra marcou o auge da propaganda fascista no Brasil, com os consulados a subsidiar os jornais que apoiassem a causa italiana, ao distribuir grande material de propaganda e fornecer auxílio aos correspondentes de jornais, simpáticos ao regime.<sup>505</sup>

A vitória italiana será celebrada com júbilo pelo *Staffetta*: a proclamação da conquista, da anexação e da criação do império ocuparão as primeiras páginas das publicações de maio de 1936. No dia 20 daquele mês, a folha trazia a figura de Mussolini ao centro da página com o subscrito “O Duce, Fundador do Império Romano.”<sup>506</sup> Há a descrição da libertação das últimas cidades abissínicas que, com entusiasmo, recebiam as tropas italianas. No momento da vitória, Mussolini declarava: “existe um só modo de impor a própria vontade aos povos incivilizados: a força.”<sup>507</sup> Roma, na declaração do jornal, não precisa da Europa, porém a Europa

<sup>502</sup> *Staffetta Riograndense*, 09 out. de 1935.

<sup>503</sup> *Staffetta Riograndense*, 09 out. de 1935.

<sup>504</sup> *Staffetta Riograndense*, 16 out. de 1935.

<sup>505</sup> BERTONHA, 2001b, op. cit., p. 278.

<sup>506</sup> *Staffetta Riograndense*, 20 mai. de 1936.

<sup>507</sup> *Staffetta Riograndense*, 20 mai. de 1936.



precisa de Roma, pois a mesma vencera sozinha na África, enfrentando a contrariedade das principais potências continentais. O sonho dos 14 anos da era fascista estava concretizado - agora era preciso tratar do destino abissínio.

Mais do que nunca, o *Staffetta* passa a dar cobertura ao projeto missionário da Igreja na região; a construção de templos e a rápida conversão dos africanos ao Catolicismo eram sinais promissores do novo campo de influências que se abria:

Todos conhecem os generosos esforços dos missionários católicos nas terras da Abissínia, esforços que sempre se viram envoltos ao ódio satânico que os destruíra quando os mesmos estavam concretizados. Com a conquista italiana e com a limpeza feita dos vários mercenários protestantes, especialmente ingleses, que iludiam a boa-fé daquele povo, abre-se aos missionários católicos um vastíssimo campo de fecundo apostolado.<sup>508</sup>

Passa-se a defender também o direito italiano de possuir um império, desde que, é claro, as benesses ocidentais e o Cristianismo fossem levados aos povos conquistados. Mais do que isso, a vitória na Abissínia era o prêmio divino de reconhecimento aos bons serviços prestados à religião, “o governo italiano sempre observou os princípios cristãos, com respeito à religião, como o conceder à Igreja a plena liberdade no exercício de sua missão e haveria de ter como recompensa de Deus fundar um magnífico império.” Destacam-se os projetos colonizadores e de expansão agrícola; desta maneira, a Abissínia abria-se como uma terra promissora ao futuro italiano:

A conquista da Abissínia por parte da Itália terá extraordinários efeitos benéficos. Realmente as testemunhas são unânimes ao afirmar que a Abissínia se encontra em atraso de uma vintena de séculos em comparação à civilidade moderna. A colonização italiana da região será uma verdadeira revolução para aquela população quase ainda selvagem. De outra parte a Itália terá finalmente uma superfície imensa de terras férteis as quais enviará seus colonos que na Pátria se encontram em dificuldades.[...] existe ali uma eterna primavera e a terra produz muito: uva, olivas, laranja, café, trigo; que o clima é salutar, que as águas são limpas e frescas. Trata-se de uma região na qual a população italiana poderá desenvolver-se com toda a sua energia, beneficiando não apenas a Itália mas, como disse Mussolini, toda a humanidade.<sup>509</sup>

A atitude belicosa de Mussolini e os seus resultados positivos dar-lhe-iam a confiança de que a Itália estava destinada a ser uma grande nação colonialista. Sua política desde a metade dos anos 1930 o aproximaria cada vez mais da Alemanha e de Hitler<sup>510</sup>, associando-se

<sup>508</sup> *Staffetta Riograndense*, 03 jun. 1937, p. 1.

<sup>509</sup> *Staffetta Riograndense*, 11 mar. 1936, p. 1.

<sup>510</sup> Cronologicamente esta aproximação tem seu início com a constituição oficial do eixo Roma-Berlim em 1º de novembro de 1936. Essa aproximação segue com o apoio militar dado por Hitler e Mussolini a Franco na Guerra Civil Espanhola; a adesão da Itália ao Pacto Anticomunista em novembro de 1937, pacto que existia entre Alemanha e Japão, desde maio daquele ano. O sucessivo desligamento da Itália da Liga das Nações em finais de 1937 e a atuação de Mussolini ao lado de Hitler no tratado de Munique em setembro de 1938 tornavam claras as tendências

ao projeto expansionista, unido aos sentimentos antiingleses e franceses. No entanto o discurso era outro: na cobertura que o jornal dá aos fatos, o Duce aparece sempre como o artífice da paz continental, por mais que as tendências apontassem ao contrário. Segundo Mussolini, “daqui em diante todos devem estar convictos de que a Itália fascista quer praticar uma política concreta de paz. É com base nessa orientação que desejamos melhorar a nossa relação com outros países vizinhos.”<sup>511</sup> No encontro entre Hitler e Mussolini em Berlim em setembro de 1937, ouvem-se os mesmos argumentos, “fascistas e nazistas querem a paz, não a paz estúpida que fecha os olhos diante dos problemas vitais ao invés de resolvê-los, mas a paz fecunda. Ao mundo quem se pergunta qual será o resultado de minha visita, se paz ou guerra, Hitler e eu podemos responder: paz.”<sup>512</sup> A idéia de que a nação italiana pacifista e cristã conduziria o mundo a uma nova era parece ser parte da crença da Igreja e do jornal, evidenciadas nas últimas palavras de Pio XI antes da morte: “Paz, Itália, Jesus”.<sup>513</sup>

Todavia, Hitler e o Nazismo não gozavam do mesmo prestígio que Mussolini e o Fascismo possuíam junto à Igreja. Se a Itália era produto de rasgados elogios por parte do clero, o mesmo não ocorria com a Alemanha. O Nazismo era identificado como um regime pagão, e a Igreja torceu o nariz quando da aproximação entre os dois países. Geralmente, a própria opinião pública brasileira não gostou do fato, mantendo a esperança de que a Itália não entraria na guerra ao lado da Alemanha até o último momento.<sup>514</sup> A posição do *Staffetta* nesta questão foi contraditória, pois, desde o início do governo de Hitler, o jornal manteve uma crítica constante aos abusos e às perseguições do Nacional Socialismo à Igreja Católica na Alemanha.<sup>515</sup> A distinção entre Fascismo e Nazismo era clara no jornal; além disso, as afinidades entre os dois sistemas eram ignoradas, porém a aproximação da guerra faria desaparecer estas distinções. A

---

italianas em relação ao eixo que resultaria em sua declaração de guerra à França e à Inglaterra em junho de 1940 e da assinatura do pacto tripartite entre Itália, Alemanha e Japão, em setembro do mesmo ano.

<sup>511</sup> *Staffetta Riograndense*, 25 ago. de 1937.

<sup>512</sup> *Staffetta Riograndense*, 06 out. de 1937.

<sup>513</sup> *Staffetta Riograndense*, 15 fev. de 1939.

<sup>514</sup> CERVO, 1992, op. cit., p. 140.

<sup>515</sup> As críticas ao Nazismo foram constantes durante toda a década de 1930, principalmente no que se referia à concordata assinada entre a Santa Sé e Hitler em 1933. O jornal acusava o Nazismo de infringir os artigos 31 e 32 da mesma que rezavam, respectivamente, sobre as associações religiosas, em especial a Juventude Católica, e a atuação política do clero no país. As atitudes do Nacional Socialismo eram adjetivadas como de neopagãs. A proibição do episcopado alemão de comunicar-se com Roma, a secularização dos bens eclesiásticos e a abolição das escolas católicas scandalizavam o jornal. O culto à raça ariana e ao *Reich* alemão que, segundo o jornal, queriam substituir o Cristo evangélico pelos “antigos deuses do panteão germânico” era prova cabal do paganismo. Hitler queria vencer a Igreja, e o nazismo era irmão gêmeo do comunismo, com a sutileza de ser apenas mais diabólico.

Para compreender melhor as relações entre Vaticano e Estado nazista e os pontos fundamentais das dissensões da concordata de 1933, ver: FLICHE; MARTIN, 1980, op. cit., t. 2. p. 361 - 382.

fidelidade ao Duce conduziria ao apoio indireto ao *Führer*; ainda, as vitórias alemãs pareciam cada vez mais impressionantes, e o jornal passou a acompanhar com entusiasmo a luta contra o império “bolchevique russo e maçônico britânico”. Como uma última reflexão, a aproximação com o Fascismo reforçava ainda mais os traços europeizantes do clero local; sem sombra de dúvida, a identidade italiana ganhou relevo e contribuiu para cindir ainda mais a dupla noção de pertencimento que o jornal procurava sustentar. Certamente que a reação nacionalista não iria demorar, o que obrigaria o jornal muitas vezes a se defender de seus posicionamentos, até que em fevereiro de 1942 colocaria fim à dualidade identitária sustentada pelo jornal capuchinho durante a década anterior.

### 3.3 ENTRE DEUS E O DIABO: O PERÍODO DA GUERRA

A guerra iniciada em 1939 é tratada pelo jornal como uma colossal luta entre as potências do bem (Alemanha e Itália) contra as do mal ( Inglaterra e aliados). Permanecem editados os pronunciamentos incisivos de Mussolini, agora secundados pelos de Hitler. Por um momento, continuam as afirmativas propostas de uma ação pacifista das forças do Eixo. Segundo o líder italiano em fala por ocasião da Exposição Internacional de Roma em 1939, “ a política de Roma e do Eixo é uma política inspirada nos critérios de paz e de colaboração, da qual a Alemanha e a Itália já deram muitas provas.”<sup>516</sup> Entretanto, se a guerra parecia inevitável, o discurso pacifista cederia lugar aos virulentos ataques contra a “velha Europa”, nitidamente em oposição às “novas gerações da Itália e da Alemanha”. Mussolini afirmava ser o iminente conflito a reedição da Terceira Guerra Púnica que levaria à destruição da moderna Cartago: a Inglaterra. As notícias internacionais, das quais se ocupam as páginas centrais do jornal, o que corresponde à metade do espaço total da folha, são sobre o conflito europeu, e as suas fontes vêm diretamente de Roma e de Berlim. Os anos de 1939 e 1940 acompanham de maneira geral a evolução do conflito, dando ênfase às tratativas diplomáticas entre ambos os lados, pondo em evidência um certo equilíbrio de forças. A guerra é descrita como morna, sem muita atividade; as falas de Pio XII ocupam as colunas das primeiras páginas do jornal fazendo transparecer a sua atitude de neutralidade, reforçada pela compaixão e amor dedicados tanto aos alemães quanto aos aliados. Contudo, o ano de 1941 teria uma marca diversa: a agressividade do Eixo transpareceria no

---

<sup>516</sup> *Staffeta Riograndense*, 03 mai. de 1939.

*Staffetta* que passa a seguir de perto os avanços nazifascistas e a rejubilar-se diante da evidente derrota de seus inimigos.

A Inglaterra é o primeiro deles, sendo descrita como a fomentadora das hostilidades e acusada de incitar outras nações à luta. As declarações de guerra da Alemanha e de suas estrondosas vitórias são tratadas como o avanço inevitável de uma força invencível; a máquina de guerra alemã, auxiliada pelas forças italianas, trataria de expurgar do mundo o internacionalismo judaico-maçônico e recolocaria a ordem cristã no caos reinante da atualidade.

Diz a verdade infalível que não cai uma folha sem que Deus não o queira ou o permita. Da mesma forma nada acontece neste mundo sem que Deus o queira ou permita. Deus, pela sua Divina Providência, governa o mundo. Também a terrível guerra atual obedece a um plano da Divina Providência. Qual será este plano? Não o podemos saber agora; mas o que é certo é que também esta guerra influirá muito para o bem da religião.

O mundo inteiro está assombrado diante do irresistível poder bélico da Alemanha. Deus certamente permitiu tudo isso para o castigo das nações prevaricadoras.

Quem considera, isento de preconceitos, o desenrolar da guerra atual, facilmente constata uma luta gigantesca, titânica, entre duas potências poderosas, isto é: o fascismo e a Maçonaria. A vitória dos aliados deve ser o êxito dos princípios maçônicos.

A Maçonaria vê na Alemanha e na Itália os seus dois maiores inimigos; e por isso procura todos os meios para derrotá-las. Os povos maçônicos colocados sob a bandeira inglesa lutam contra as potências do eixo. De quem será a vitória? O tempo no-lo dirá.<sup>517</sup>

Aos infiéis maçônicos aguardava-lhes o “irresistível poder bélico da Alemanha”, responsável pelo corretivo aos prevaricadores. Por contraditório que fosse, o Nazismo alemão que tanto fora criticado pelo seu paganismo agora se tornava um instrumento nas mãos de Deus para castigar os descrentes. Acima de tudo, Itália e Alemanha passam a incorporar a luta do Cristianismo civilizador contra a barbárie pagã. Todavia, o ano de 1941 reservaria ainda um episódio especial quando, ao lado da Inglaterra maçônica, a Rússia comunista tornar-se-ia o alvo das tropas do Eixo. A configuração de uma luta do bem contra o mal será bem mais delineada a partir daí, “se aproxima a hora decisiva para o regime comunista: ou resiste ao Reich e sobrevive ou cairá fragorosamente sendo derrotado pelas invencíveis divisões germânicas.”<sup>518</sup> Os pronunciamentos de Hitler ao exército alemão, ao incentivar os seus soldados e anunciar a batalha de Moscou são transcritos pelo jornal: “é inútil resistir, estais em face do melhor exército do mundo que no transcurso de poucas semanas aniquilou os mais poderosos exércitos da Europa.”<sup>519</sup> Segue o discurso, nomeando seus inimigos, “Hitler lançou para fora da Alemanha os judeus e exploradores do país. Fazei da mesma forma e expulsai-os do vosso. [...] O exército

<sup>517</sup> *Staffetta Riograndense*, 14 mai. de 1941.

<sup>518</sup> *Staffetta Riograndense*, 25 jun. de 1941.

<sup>519</sup> *Staffetta Riograndense*, 02 jul. de 1941.

alemão contempla-vos livres da exploração bolchevique. Morra Stalin! Morram os exploradores judeus! Viva a liberdade de todos os povos!”<sup>520</sup>

Para o *Staffetta*, a Nova Europa lutava contra as “garras dissolventes e enxovalhantes dos bolcheviques”. Essa mesma Europa tão odiada e combatida pelo capitalismo judaico internacional agora dava exemplo ao mundo inteiro ousando fazer o que nenhum outro país tentara até então com as suas “acomodações e transigências”.

Dois campos aparecem assim delineados. De um lado, é a cultura européia, é o Cristianismo europeu a quem devemos o majestoso edifício de nossa civilização, levando de vencidos os bandos armados que pretendiam cair de surpresa sobre os povos, a fim de transformá-los na continuação da imundície soviética.<sup>521</sup>

O apoio inglês aos russos evidencia a traição maçônica e coloca às claras os falsos ideais democráticos:

Deixando cair sua máscara de hipocrisia, a democracia esqueceu-se subitamente dos seus ideais de liberdade, de decência universal para cair nos braços dos monstros bolcheviques na ânsia extrema de ainda poder salvar seu ouro. Esse ouro em nome do qual se fazia a história da civilização ao sabor dos juros e dos *trusts* da escravização legal de milhões de criaturas.<sup>522</sup>

Em um tom repleto de êxtase, o jornal anuncia a Rússia às vésperas do colapso; começa por relatar os inúmeros crimes cometidos contra a Igreja naquele país e proclama: “Deus está enviando à Rússia o justo castigo provocado pelas enormidades do governo soviético.”<sup>523</sup>. Aos pronunciamentos aliados, principalmente ingleses, de que a guerra na Rússia poderia ser revertida, afirma: “Parece que a Inglaterra não está ainda convencida da derrocada russa.”<sup>524</sup> Os fatos se sucedem, “russos desesperados tentam romper o cerco germânico”, “cidade de Odessa capturada, população festeja a entrada das tropas alemãs”, “alemães estão assentando os mais devastadores golpes contra as posições russas”, “Moscou em grave perigo, a vanguarda das divisões blindadas germânicas está a 80 quilômetros da cidade”, “a ofensiva alemã contra Moscou promete ser a mais vasta manobra envolvente da história militar mundial”, “as poderosas colunas blindadas germânicas avançam com velocidade e ímpeto avassaladores...”<sup>525</sup>

<sup>520</sup> *Staffetta Riograndense*, 02 jul. de 1941.

<sup>521</sup> *Staffetta Riograndense*, 16 jul. de 1941.

<sup>522</sup> *Staffetta Riograndense* 16 jul. de 1941.

<sup>523</sup> *Staffetta Riograndense*, 22 out. de 1941.

<sup>524</sup> *Staffetta Riograndense*, 22 out. de 1941.

<sup>525</sup> *Staffetta Riograndense*, 22 out. de 1941.

Nada parece conter o entusiasmo do jornal e as forças alemãs, “a verdade da vitória alemã é atordoante, mas é a verdade mesma”<sup>526</sup>. Não há como esconder a satisfação diante do fato. O ano de 1941 marcou, sem sombra de dúvida, o auge das simpatias pró-Eixo no jornal. Na notícia, “O heroísmo a serviço do Cristianismo”, salienta-se através da palavra do Papa a cruzada em que estava empenhada a civilização cristã:

O Papa elogiou o heroísmo dos soldados na guerra atual, ao receber, em audiência 3.000 pessoas, inclusive 600 soldados italianos. Sem mencionar nenhum país, porém, referindo-se ao que parece a Rússia, o Papa disse que muitos soldados morriam combatendo pelo Cristianismo. “Hoje – declarou – há grande heroísmo nos campos de batalha, no céu e no mar por parte dos jovens soldados, dos bravos comandantes, dos sacerdotes e das enfermeiras que no meio da batalha confortam os moribundos e curam os feridos. Embora a guerra seja horripilante, não se pode negar que revela a grandeza de muitas almas heróicas que sacrificam suas vidas para cumprir os deveres impostos pela consciência cristã.”<sup>527</sup>

O patriotismo do clero italiano junto às suas tropas é alvo de altos elogios por parte do periódico. Estes, servindo nos campos de batalha, “estavam escrevendo uma página de ouro na história da Itália e da Igreja,” pelos exemplos de abnegação e serviços prestados. Seguem-se narrativas em que religiosos socorriam a soldados feridos em meios a batalhas. A cruz de cristo acompanha as forças do Eixo - o Cristianismo parece fortalecer-se nos países ocupados:

A religião católica aumentou consideravelmente nos países ocupados pelas forças germânicas. A religião é praticada com mais fervor. Parece mesmo que Deus tenha permitido o flagelo da guerra para que os homens tornassem a Deus. [...] Visto como nos países ocupados, aumentou muito a vida religiosa, muitos católicos expressaram o desejo de que também Londres fosse ocupada pelas forças do Eixo, sendo este o único meio para acabar aquela praça forte da Maçonaria mundial.<sup>528</sup>

Convicto da aliança entre o Eixo e o Cristianismo, o *Staffetta* passa a acreditar na redenção dos mesmos e prevê um futuro de paz após a vitória ítalo-germânica, “a iminente luta final pela liberdade requer ainda grandes sacrifícios, mas depois da vitória do Eixo será garantida a paz por muitos anos.”<sup>529</sup> Ironicamente, o totalitarismo nazifascista é apresentado como o caminho para a liberdade em estreita ligação com os desígnios divinos. A democracia é desqualificada por suas alianças e torna-se o símbolo da traição que, a exemplo de Judas, beijava o rosto da civilização ocidental e a entregava como presa do demônio bolchevique. Enfim, inimigos históricos da Igreja como a Maçonaria e o Comunismo pareciam ter os seus dias contados, porém o ano de 1941 reservaria mais surpresas. Se esse foi o período em que mais

<sup>526</sup> *Staffetta Riograndense*, 05 nov. de 1941.

<sup>527</sup> *Staffetta Riograndense*, 20 ago. de 1941.

<sup>528</sup> *Staffetta Riograndense* 02 abr. de 1941.

<sup>529</sup> *Staffetta Riograndense*, 06 fev. de 1941.

ardorosamente se defendera o totalitarismo, foi também o ano que marcou o início da virada nas posições do jornal, momento de recuo e de atritos rumo a uma nova posição frente à identidade local.

### 3.4 A REAÇÃO E A POLÊMICA

A reação nacionalista não demoraria a se fazer sentir na região através da constituição das Ligas de Defesa Nacional, existentes nas principais cidades locais, como Caxias do Sul, Farroupilha, Garibaldi e Bento Gonçalves. Junto a elas a fundação de clubes culturais, com fins educacionais e promovedores de ações cívicas como o Centro Cultural Tobias Barreto de Menezes em Caxias do Sul, Rui Barbosa em Garibaldi e Humberto de Campos em Bento Gonçalves, complementava a ação nacionalizadora no sentido de incutir a brasilidade nos filhos de italianos e combater os nacionalismos intrusos - bem entendido -, o fascista. Essa reação pode ser explicitamente observada a partir do ano de 1938 e manter-se-á bastante ativa até pelo menos 1942.<sup>530</sup> É preciso ainda lembrar que a repressão nacionalizadora não foi uniforme nem mesmo dentro da própria colônia italiana, variando muito de localidade para localidade sendo que os grupos estrangeiros foram atingidos de forma distinta, com intensidades bastante diferentes.<sup>531</sup>

O primeiro sintoma dessa reação pôde ser sentido quando da criação em Caxias do Sul do jornal *A Época*. Fundado em 1938, tinha o claro propósito de combater as células fascistas regionais, mantendo estreita ligação com a Liga de Defesa Nacional da cidade e com o Centro Cultural Tobias Barreto. Tendo como diretor Ítalo Balem e como gerente João Brusa Netto, possuía como principal fundamento a brasilidade, sentimento esse que o jornal procurava despertar principalmente entre a juventude, incentivando e comemorando toda e qualquer data cívica: o 13 de maio, o 24 de maio (Batalha de Tuiuti), o Dia Nacional do Trigo e outros. Na primeira edição em 02 de outubro de 1938, trazia como frontispício a frase de Getúlio Vargas, “elevemos o espírito, os corações e juntemos os nossos votos irmanados num pensamento superior, para tudo empreender, pelo Brasil unido, pelo Brasil forte e pelo Brasil grande!”<sup>532</sup>

<sup>530</sup> Para compreender a ação nacionalista na região colonial italiana, ver: PAGANI, Marcos Fernando. **O nacionalismo na região colonial italiana**. Caxias do Sul: Maneco Livraria & Editora, 2005.

<sup>531</sup> GERTZ, René E. **O Estado Novo no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2005. p. 146.

<sup>532</sup> *A Época*, 02 out. de 1938.

Outro jornal que se engajava na luta nacionalista era *O Momento*, também de Caxias do Sul. Existente desde 1933, por algum tempo manifestou apoio ao PRL (Partido Republicano Liberal), partido do qual participavam alguns elementos fascistas da região. Contudo, após o Estado Novo em 1937, passa a fazer campanha cada vez mais aberta a Vargas e a apoiar o projeto de nacionalização empreendido pelo governo, da mesma forma que *A Época* a partir de 1938 trata de atacar as células alienígenas da região e coordenar a campanha de naturalização da população local. Os ataques, tanto de um jornal como de outro, tinham endereço certo: os estrangeiros e apoiadores dos regimes totalitários europeus. Não atacavam apenas os estrangeiros natos mas também os descendentes que, segundo os mesmos, lamentavelmente haviam sido deixados por dezenas de anos ao abandono, somente percebido “no dia em que, segundo divulgaram os jornais, políticos europeus afirmaram, como um aviso ao mundo, que onde quer que existissem patrícios seus, aí estariam suas próprias Pátrias.”<sup>533</sup> O alerta estava dado, o ser estrangeiro abarcava a idéia de uma ascendência sangüínea, não-contemplada no Direito nacional:

as leis brasileiras não se baseiam em preconceitos raciais, opondo barreiras que não encontram esteios sólidos. [...] Ao governo brasileiro não interessa a origem racial do indivíduo.[...] As leis não indagam se os indivíduos descendem de arianos, de semitas ou de negros. Exigem que arianos, semitas e negros que querem viver no Brasil, procedam com honestidade, acatando a soberania do nosso povo e respeitando a integridade de nosso território.<sup>534</sup>

As “irritantes minorias”, focos de “dissensões e desordens dentro das fronteiras da Pátria”, haveriam de ser eliminadas. Vive-se no território brasileiro, a ele devemos fidelidade, “o sangue não é atestado de qualidades morais.”<sup>535</sup> Ao nacionalismo “não lhe interessa saber se o indivíduo descende de índio, de português, de negro, de italiano, de alemão ou judeu: interessa-lhe saber se o indivíduo está disposto a sacrificar a vida pela Pátria e trabalhar por ela.”<sup>536</sup> Ainda, “entre os descendentes de estrangeiros nascidos no Brasil, não há lugar para distinções. Eles não são gringos, alemães, judeus, poloneses, etc, são brasileiros.”<sup>537</sup> No discurso nacionalista, o Brasil deveria tomar posse de si mesmo, recobrar a sua identidade sem qualquer tipo de hifenização - o Brasil era dos brasileiros e somente deles. O facciosismo estrangeiro era obra de patifes, os

---

<sup>533</sup> *A Época*, 06 out. de 1940.

<sup>534</sup> *A Época*, 11 dez. de 1938.

<sup>535</sup> *A Época*, 11 dez. de 1938.

<sup>536</sup> *A Época*, 04 dez. de 1938.

<sup>537</sup> *A Época*, 04 dez. de 1938.



extremismos europeus acobertavam-se sob os rótulos patrióticos assumidos pelos que procuravam apenas os seus interesses. São permanentes os apelos à delação:

Os brasileiros que desejam a felicidade do berço nativo têm o dever de velar pelos seus destinos, denunciando as atividades subterraneamente subversivas dos maus elementos, daqueles que simulam sentimentos de brasilidade que nunca possuíram e que são, conseqüentemente, traidores do regime e da Pátria.<sup>538</sup>

Todo e qualquer tipo de opinião que não se enquadrasse nos pressupostos nacionalistas era sinônimo de traição: cabia aos autênticos nacionais a função de zelar pela ordem e pela integridade da Nação. *O Momento* qualifica os quinta-colunas:

A quinta-coluna é a traição que se prevalece de uma das mais puras expressões da fraternidade humana: a hospitalidade. A sua história é a do bandido que, humildemente pede pouso e alimento, e, na sombra da noite ergue-se soturno, surpreende o seu benfeitor, mata-o e, ululante de prazer sanguinário, depreda e saqueia a casa que, generosamente abriu as portas às suas fingidas súplicas e o aquecera no aconchego do fogão familiar.<sup>539</sup>

Até mesmo a mudança de nomes italianos dos logradouros públicos para outros “abrasileirados” são destacados pelos jornais como exemplos de brasilidade. Cabe ressaltar que as ações dos grupos nacionalistas não ficaram apenas no discurso. O caso da mudança de nome da praça Dante Alighieri, em Caxias do Sul, para Ruy Barbosa, é um exemplo disto, quando na noite de 22 de maio de 1944 “um grupo de cidadãos reuniu-se na praça principal da cidade e, sem qualquer licença do poder público municipal, retirou a placa que denominava o logradouro público, colocando outra em seu lugar com a nova denominação”.<sup>540</sup> Na mesma ocasião, a placa que denominava a Avenida Itália fora trocada, pelo mesmo grupo, por uma outra com a denominação de Avenida Brasil.<sup>541</sup> Em Nova Milano, então distrito de Caxias do Sul, cujo local marca o estabelecimento dos primeiros imigrantes italianos na região, a placa de bronze aposta abaixo do obelisco erigido em comemoração do cinquentenário da imigração em 1925, é retirada por um grupo de militares e, em seu lugar é posta uma outra, de madeira, com as mesmas inscrições em tinta azul e atada ao monumento com um fio de arame<sup>542</sup>. O jornal *A Época* sugere, inclusive, a mudança do nome da região: “Zona Colonial Italiana” ou simplesmente Colonial Italiana”. Para a folha, essa era uma designação antiga que remetia a um “quisto” dentro do Rio Grande, “não há mais colonos aqui, na significação exata do termo, e muito menos

<sup>538</sup> *O Momento*, 18 jul. de 1938.

<sup>539</sup> *O Momento*, 10 jun. de 1940.

<sup>540</sup> GIRON, 1994, op. cit., p. 118.

<sup>541</sup> Ibid. p. 119.

<sup>542</sup> A inscrição na placa era: *Ai pioneri della civiltà latina 1875-1925*. RIBERIO, 2002, op. cit., 141-142.

italianos”. Nomes mais aceitáveis seriam os de “Zona Agrícola do Vale das Antas, Região Vitivinícola do Nordeste do Estado”.<sup>543</sup> Não bastava apenas renomear ruas ou praças: era necessário nacionalizar o nome da região, nem que isso fosse feito por decreto governamental. Ao contrário do *Staffetta* que mantinha boa parte de seu espaço para as notícias internacionais, os dois jornais caxienses, certamente dentro de suas propostas, ocupavam-se quase que exclusivamente das notícias da cidade. As menções à guerra são escassas; além disso, a neutralidade do governo brasileiro e a tentativa de afastamento do conflito europeu transparecem no noticiário dos jornais que pouco se preocupam com o desenrolar da guerra. No entanto, as tensões internacionais podem ser medidas pela radicalização do discurso nacionalista; desta maneira, o perigo externo reforçava o apelo à unidade nacional, construída sobre uma identidade única e exclusiva, “nada de ambigüidades patrióticas! Nada de afetos bipartidos!”<sup>544</sup> Amar a Pátria onde nasceste, a bandeira do teu país, glorificar os heróis do passado, são os principais mandamentos cívicos ditados pelos jornais; às “estranhas zonas do Sul do Brasil” era aconselhado um banho de patriotismo, era uma forma de trazê-los junto à comunidade nacional e de tirá-los do isolamento a que haviam sido submetidos pelo esquecimento e descuido de tantos governos passados.

No entanto, o fato da radicalização de tal processo não necessariamente acabou com tal isolamento. A ação dos grupos nacionalistas acabou surtindo um efeito de retraimento no que diz respeito à integração do descendente de imigrante à comunidade nacional. Como observa Giron:

os colonos ficaram proibidos de sair das suas propriedades, visto que a proibição de falar a língua que conheciam ( no caso os dialetos italianos) impedia a participação em festas e, mais do que isso, impedia-os de realizar suas compras e vendas. Os filhos que estudavam nas escolas municipais substituíram os pais nas transações comerciais. Os colonos mais velhos, em sua maioria, preferiram o isolamento do que o aprendizado da língua portuguesa. Alguns aprenderam algumas poucas palavras, o que possibilitava a sua comunicação.<sup>545</sup>

Contudo, tais posições haveriam necessariamente de entrar em conflito com tão distintas opiniões sustentadas pelo *Staffetta*. A imprensa regional, como se pôde observar até agora, era declaradamente partidária, explícita em suas posições políticas. O debate acalorado que surgirá em meados de 1941 entre o jornal *A Época* e o *Staffetta* serve de termômetro para as

---

<sup>543</sup> *A Época*, 23 abr. de 1940.

<sup>544</sup> *A Época*, 06 fev. de 1941.

<sup>545</sup> GIRON, 1994, op. cit., p. 137.

tensões locais que giravam em torno da questão identitária. A discussão que envolveu ofensas pessoais mútuas entre os articulistas Francisco Firpo e João Brusa Neto (de *A Época*) e Marcelino Prates e os editores do jornal *Staffetta* iniciou-se com uma simples crítica moralista a um artigo do periódico católico e acabou ganhando uma conotação profundamente política.

O início do debate ocorreu quando Francisco Firpo (de *A Época*) criticou e ironizou uma matéria do *Staffetta* com a chamada de “A grave lição”, que tratava das enchentes recém ocorridas no mês de maio de 1941 e que atingiram muitas das cidades gaúchas. A matéria finalizava com a conclusão de que as tais catástrofes haviam sido castigos divinos por terem as ditas cidades inundadas, promovido durante o Carnaval, bailes indecentes e escandalosos. Afirmava Marcelino Prates: “Deus não podia deixar impunes tantas barbaridades e imoralidades praticadas pelos gozadores da vida durante o último Carnaval.[...] Os homens devem se convencer de que há um Deus e que a sua lei não pode ser impunemente violada.”<sup>546</sup> Firpo qualificava a matéria como tragicômica e perguntava ao católico Marcelino:

A doutrina de Cristo não é a do amor e do perdão, da tolerância e do sacrifício? Porque atribuir a uma Justiça divina uma calamidade que não poupou nem mesmo os católicos puros, os inocentes e as criancinhas? Também estas teriam praticado tantas imoralidades no carnaval para merecerem o castigo?<sup>547</sup>

Prosseguia dizendo que tal opinião era produto de uma “mentalidade estreita, apegada a baixas credences” - julgava ser Marcelino um falso católico cujos disparates comprometiam a filiação religiosa do jornal. A resposta não demoraria, e, na edição de 11 de junho do *Staffetta*, Marcelino Prates, em longo artigo, devolveria as críticas, acusando Firpo de ser apenas católico da boca para fora e de não observar os dogmas. Ainda, acusaria o jornal *A Época* de imoral, por publicar matérias assinadas por Dr. José de Albuquerque referentes à sexualidade e aconselharia aos católicos a não assinarem esse jornal, por ser contrário às leis da Igreja. Prates voltaria a reafirmar a sua opinião sobre as enchentes, desfiando em sua argumentação inúmeras passagens bíblicas que, segundo ele, provariam a mão da Providência Divina em tais flagelos. Desafiava mais uma vez o articulista de *A Época* que provasse o contrário e que estaria sempre pronto ao revide, já que o ataque havia partido “de seu antagonista”.

As respostas de *A Época* agora seriam em dose dupla e viriam por parte de seu diretor, João Brusa Netto e do próprio Francisco Firpo. Na edição de 22 de junho, o jornal

<sup>546</sup> *Staffetta Riograndense*, 21 mai. de 1941.

<sup>547</sup> *A Época*, 01 jun. de 1941.

caxiense torna-se mais agressivo e chama Marcelino Prates de “ignorante”, “cavalgadura”, “insensato”, “desonesto” e “dogmático pernóstico”, pois censurava a leitura de *A Época* aos católicos, porém ele próprio confessava ter lido o jornal e ter conhecimento das matérias ali publicadas. Brusa Netto, contudo, vai além e passa a criticar diretamente a linha editorial do *Staffetta*, pois, se *A Época* não era aconselhável aos bons católicos, o *Staffetta* não seria aconselhável aos “Bons brasileiros,” sendo a folha nitidamente impregnada de uma “ideologia estrangeirada, não lhe sendo estranho, mesmo, ainda hoje, um folhetim continuado em idioma estrangeiro. Até o título lá está com um *Staffetta* com éfes e três dobrados e com a falta de um e”<sup>548</sup>. O mesmo articulista observa ainda a ausência de noticiários nacionais, fato de aviltante constrangimento; além disso, o noticiário da guerra era apresentado com “notória parcialidade para uma das partes, em flagrante contradição às nossas leis de neutralidade.”<sup>549</sup> O autor ainda convoca a Marcelino Prates para que auxilie a edição do *Staffetta* a abraçar-se, de modo a contribuir para a obra nacionalizadora, bem mais útil do que os disparates moralistas pregados pelo mesmo. Ainda nesta edição, Francisco Firpo volta à carga com novas ofensas pessoais a Prates, nomeando-o como “novo Torquemada,” de “inteligência obtusa” e “moralista de conveniência”. Todavia, abstém-se de criticar a linha editorial do jornal atendo-se somente à polêmica pessoal com o articulista do *Staffetta*.

Observa-se que o debate já começava a fugir da polêmica inicial que envolvia Firpo e Prates e direcionava-se a uma luta aberta entre os editores dos dois periódicos sem, é claro, abandonar o desfile de ofensas pessoais entre os dois principais protagonistas. Em 02 de julho Marcelino retruca as críticas de Brusa Netto e de Firpo; é importante notar que os editores do *Staffetta* ainda não se haviam pronunciado. Em sua resposta particular a Francisco Firpo, chama-o de “ateu e incrédulo”; às acusações de estrangeirismo de Brusa Netto afirma:

O Sr. Brusa deve ficar sabendo que o *Staffetta* foi fundado propositalmente para os italianos e filhos de italianos, que, devido à falta de escolas pelo passado, não compreendiam o nosso vernáculo; a esta categoria podemos incluir também os antepassados de Sr. Brusa.

Porém, com o decorrer dos anos e o aumento das escolas, os descendentes de estrangeiros puderam aprender o nosso idioma; motivo pelo qual o *Staffetta* adotou aos poucos a nossa língua. Obedecendo agora a um decreto do benemérito Governo Nacional de 1 de julho em diante, adota exclusivamente o idioma nacional.<sup>550</sup>

<sup>548</sup> A *Época*, 22 jun. de 1941.

<sup>549</sup> A *Época*, 22 jun. de 1941.

<sup>550</sup> *Staffetta Riograndense*, 02 jul. de 1941.

De fato, o jornal que de julho em diante seria publicado totalmente em português, já apresentava desde o início da década de 1930 muitas de suas matérias nesta língua e, por força de decreto, seria agora editado totalmente em vernáculo. Ainda, em setembro do mesmo ano, aportuguesaria também o seu nome, passando a se chamar *Correio Riograndense*.

Na arena da luta, seguem-se os ataques mútuos, ácidos e irônicos. Francisco Firpo em 06 de julho volta à carga contra a linha editorial do *Staffetta*. Ironicamente comenta o fato de que o mesmo jornal ameaçava aos assinantes inadimplentes de que, se não acertassem as suas mensalidades neste mundo, correriam o risco de acertá-las “no outro”. Desde já, Firpo requeria ao Sr. Marcelino uma assinatura do jornal para pagamento apenas no outro mundo. Acusa novamente o jornal de fazer propaganda para uma das facções em guerra e escandaliza-se com o fato de a folha apresentar o desejo de que Londres fosse invadida pelas forças do Eixo para pôr fim à Maçonaria em prol da expansão do reino de Cristo. Nada disso era digno de uma edição que se dizia católica, pois pregava-se a guerra e a morte, enquanto se esqueciam das recriminações que o próprio Papa havia feito aos regimes nazista e fascista.

Os ataques são cada vez mais virulentos; o fato de que o *Staffetta* lamentava cessar a publicação em italiano não passa despercebido ao jornal *A Época* que comenta o “grande desprazer” de o jornal ser editado apenas em português. Há também mais um fato: a suspensão da publicação dos episódios de *Togno Brusafрати*<sup>551</sup>, folhetim antimaçônico, que elogiava a ação repressora de Mussolini contra a ordem na Itália, dá novamente a oportunidade ao jornal *A Época* de vincular a ideologia pró-Eixo do periódico católico. Para *A Época* não era necessário apenas nacionalizar o nome ou transformar a publicação em língua vernácula: era preciso, acima de tudo, “nacionalizar a mentalidade de sua direção”, caso contrário se tornaria um “instrumento perigoso para a fomentação de quistos estranhos [...], merecendo a atenção do poder

---

<sup>551</sup> Os episódios de *Togno Brusafрати* tinham como título principal *Bravure de do compari* e foram publicados em forma de folhetim semanalmente no *Staffetta Riograndense* durante o período de 1º de janeiro de 1941 a 25 de junho de 1941, sendo interrompido por ocasião da proibição das publicações em língua estrangeira. Na verdade os episódios eram editados em dialeto, sendo de autoria do frei Ricardo Domingos Liberali. Sua história relatava o fato ocorrido em Alfredo Chaves (Veranópolis) em 1908, quando dois médicos, Luiz Viglierchio e Estenislau Fernando Tempski, foram acusados de colocarem uma bomba no intuito de destruir o seminário capuchinho daquela cidade. A bomba acabou não sendo detonada, nem os responsáveis foram devidamente flagrados. As acusações caíram sobre os dois médicos que há muito estavam em atrito com os frades, por serem maçons. O processo foi instaurado, mas os dois réus acabaram absolvidos. No folhetim, o personagem *Togno* aparece como adepto da Maçonaria, incorporando a figura dos dois médicos, e luta contra os freis os quais quer exterminar. Obviamente que o objetivo é o de desqualificar os maçons e não faltam, inclusive, no capítulo 25, elogios por parte do narrador a Mussolini que, com sua política havia reprimido a Maçonaria na Itália. MORAIS, Carmen Regina Colman de. (org.). **Togno Brusafрати; Tonho Queima-frades**. Porto Alegre: EST, 1997.

competente.”<sup>552</sup> *A Época* continua reiterando a sua crítica ao estrangeirismo do *Staffetta* e considera um jornal pernicioso em relação ao seu esforço de nacionalização. Como conclusão pode-se citar o fechamento do artigo de 13 de julho o qual dizia:

Circulando em uma colônia onde ainda é conservado, em parte, o idioma de origem, o *Staffetta* poderia tornar-se útil à difusão das nossas coisas, da nossa língua de apego somente ao nosso Brasil, suprimindo conscientemente os assuntos estrangeirados, a propaganda dos dotes guerreiros de nações distantes.

Assim, com “grande desprazer” em nacionalizar-se, se a semelhante vileza se pode classificar de “nacionalização”, não só é uma publicação inconveniente, que está explorando grosseiramente e sem escrúpulo o sagrado dogma católico, como deve merecer atenção do nosso digno governo e das eminentes autoridades eclesiásticas, as quais está, outro tanto, indiretamente ofendendo e comprometendo.<sup>553</sup>

Por parte do *Staffetta*, entre os meses de julho e setembro, as respostas ao jornal *A Época* são constantes; Marcelino Prates acusa Francisco Firpo e Brusa Netto de serem maçons, com o agravante de quererem dar lições de religião aos católicos. Prossegue, invocando a catolicidade como o principal elemento de identidade nacional; além disso, que sendo os jornalistas caxienses “adeptos do triângulo”, já condenado por muitas bulas papais, seriam eles não apenas “hereges excomungados” mas também “maus brasileiros”, portanto, estavam os mesmos desautorizados a julgar ser o *Staffetta* um jornal estrangeiro. A lista de qualificativos depreciativos de ambas as partes é longa - continuar a relatá-las seria um despropósito - porém vale a pena, por último, observar a resposta dos editores do jornal católico que virá apenas no mês de setembro. Reproduzir-se-á aqui somente as partes principais do longo artigo:

Toda a redação do *Staffetta Riograndense* é composta de brasileiros natos, e temos a consciência de sermos bons brasileiros. Se contra isso se alegasse o fato de nossa origem italiana, respondemos que não é maior obstáculo do que a origem lusa de nossos concidadãos – como eles são bons brasileiros, reconhecendo embora, venerando e respeitando Portugal, a Pátria gloriosa de seus antepassados, da mesma forma nós somos bons brasileiros, embora reconheçamos, veneremos e respeitemos a Itália, a Pátria gloriosa de nossos pais e avós. [...] Nós somos brasileiros e nossa brasilidade é de pacífica possessão, ninguém poderá no-la contestar.[...]

Nesta colônia italiana falou-se e fala-se ainda o italiano. Se depois de três quartos de século de estada em solo brasileiro o vernáculo não é ainda familiar ao colono, a culpa não é do colono, mas dos precedentes governos que pouco ou nada fizeram pela instrução destes[...]

O jornal *Staffetta Riograndense* nunca serviu a interesses de país estrangeiro, era um jornal brasileiro escrito em língua italiana, pois dirigia-se a brasileiros, defendia (então como agora) os interesses de cidadãos brasileiros.[...]

Quando, pois, a redação exprimia “grande desprazer” foi o desprazer de obediência ao governo, não foi desprazer de escrever em vernáculo (já o estava em quase sua totalidade): mas foi unicamente o desprazer de suprimir um folhetim, que teve as simpatias de nossos assinantes, ótimos brasileiros e bons filhos de italianos.[...]

<sup>552</sup> *A Época*, 13 jul. de 1941.

<sup>553</sup> *A Época*, 13 jul. de 1941.

É nossa persuasão que tanto luso-brasileiros, como os teuto-brasileiros, como ítalo-brasileiros podem ser, e são bons brasileiros.<sup>554</sup>

Observa-se claramente um jornal na defensiva, mais brando em sua defesa. Verifica-se também a defesa de uma identidade adjetivada: para os redatores do *Correio*, o termo *italo* era perfeitamente cabível aos descendentes de imigrantes na região - muito ao contrário eram as opiniões dos jornais nacionalistas, cada vez mais agressivos. O ano de 1942, com a declaração brasileira de guerra ao Eixo, marcaria o cume dos ataques aos traidores da Pátria. “Os quinta-colunas são traidores e devem ser exterminados com as armas ao nosso alcance: a bofetadas, a pauladas ou a pedradas”<sup>555</sup>, reproduzia *A Época* em primeira página e em letras garrafais o pronunciamento do Gen. Valentin Benício do tiro de Guerra n 248 de Caxias. O jornal *O Momento* insistia em sua campanha para a delação: “Brasileiro! Seja um vigilante da Pátria! Observa e escuta os movimentos e as palestras daqueles que são os inimigos da nossa Pátria, da nossa família, das nossas instituições. Denuncie-os à polícia”<sup>556</sup> Em uma crítica direta aos jornais “estrangeiros”, *A Época* colocava em primeiro item os sintomas que identificam os quinta-colunas. “Quando alguém disser: É um absurdo a supressão da imprensa em língua estrangeira no Brasil, pois a cultura repele tal coisa e nas escolas brasileiras se ensinam língua estrangeira. Esse indivíduo é um quinta-coluna.”<sup>557</sup> Ao mesmo tempo passam a incentivar a adoção da nacionalidade brasileira, “somos brasileiros e só brasileiros”. 1942 encerraria o auge da campanha nacionalista e anti-Eixo na região; para o já *Correio Riograndense* os sintomas deste novo contexto acenavam para uma futura mudança, momento em que abandonaria por força das circunstâncias os seus laços com a velha Europa e assumiria por inteiro a sua identidade brasileira.

### 3.5 ASSUMINDO A BRASILIDADE

Seria injusto e mesmo incorreto afirmar que o jornal católico defendera sempre o ideal de italianidade. Como foi visto no início do atual e mesmo no primeiro<sup>558</sup> capítulo desta

<sup>554</sup> *Correio Riograndense*, 10 set. de 1941.

<sup>555</sup> *A Época*, 12 mai. de 1942.

<sup>556</sup> *O Momento*, 14 set. de 1942.

<sup>557</sup> *A Época*, 15 fev. de 1942.

<sup>558</sup> Ver item Os Capuchinhos. p. 60.

dissertação, entre as preocupações dos capuchinhos encontrava-se a de proporcionar ao imigrante uma melhor adaptação à terra de adoção, consciente do fato e do perigo que representava o simples transplantar da Itália sonhada pelo clero peninsular para essas terras distantes, especificamente os carlistas. O fato de terem dado apoio aberto ao Fascismo não excluiu a sua tendência ao abasileiramento; deste modo, a dupla fidelidade patriótica persistiu até o último momento quando enfim a lei obrigou a uma posição definida a favor da nacionalidade brasileira.

Mesmo durante o período da guerra, em que as simpatias pró-Itália e Alemanha ficaram mais evidentes, o jornal não deixava de render a sua homenagem à nação de acolhida, se bem que estas demonstrações de patriotismo só se faziam evidentes em datas especiais como o 7 de setembro. A passagem do fogo simbólico, os desfiles de militares e escolas, os pronunciamentos das autoridades eram publicados na íntegra pelo jornal. Em tais datas, as cerimônias sempre se encerravam em frente à Igreja local, e os discursos sobre patriotismo e sobre religião eram pronunciados por R. P. Ambrósio, reitor do Seminário Maior dos Padres Capuchinhos de Garibaldi. É importante ressaltar, aqui, a fidelidade a Getúlio Vargas, ao Estado Novo. O Vigário da cidade, padre Caetano, também discursava, convocava a juventude para continuar a obra de engrandecimento da Nação, isto é, a União dos Moços Católicos, que, colaborando com a Liga de Defesa Nacional do município, construía a sólida base das futuras gerações brasileiras.

Antes mesmo do ano polêmico de 1941, antecipando-se às horas difíceis e contraditórias que viriam, como uma preocupação já evidente diante do ponto crucial que envolvia a identidade local, publicava o jornal em 1940 a mensagem de D. João Becker ao clero e aos católicos sobre a Pátria e sobre o patriotismo na qual afirmava peremptoriamente:

A nossa pátria é o Brasil [...] Todos são brasileiros, sem distinção de suas origens étnicas. A Constituição não antepõe a brasileiro nenhum restritivo ou qualificativo, como seja, luso, ítalo, teuto, afro, siro, nipo, chino, indo, judio, etc. Ora, segundo o axioma jurídico “*ubi lex non distinguit, nec nos distinguere debemus*”, onde a lei não distingue, nem nós devemos distinguir”. Portanto, todos são brasileiros sem nenhuma adjetivação, pois a Constituição é a lei suprema de que dimanam todas as outras.<sup>559</sup>

As ações por parte da hierarquia eclesiástica na tentativa de evitar futuros atritos já se faziam sentir ainda em 1939 quando Dom João Becker orienta o clero metropolitano para que cessem as pregações em idiomas estrangeiros; se acaso em algumas paróquias essa houvesse

<sup>559</sup> *Staffetta Riograndense*, 07 ago. de 1940.



necessidade, os sacerdotes repetiriam as suas falas em língua estrangeira ao final das prédicas.<sup>560</sup> Neste mesmo ano o bispo de Caxias, D. José Barea, seguindo as determinações do Arcebispo de Porto Alegre, resolve nacionalizar as práticas religiosas regionais. A Igreja já começava a sentir o impacto das leis de 1938 e direcionava-se ao acatamento da legislação nacionalizadora.

Quanto ao jornal, o ano decisivo foi 1942, marcado pelo rompimento diplomático entre o Brasil e as potências do Eixo. Em 04 de fevereiro daquele ano, publicavam-se as medidas de segurança tomadas pela chefatura de polícia que podem assim ser resumidas.

- I – Os estrangeiros nacionais da Alemanha, Itália e Japão devem comunicar à autoridade policial a sua residência em quinze dias, a contar a data (29.01.1942).
- II – Aos estrangeiros não é permitido:
  - a) viajar de uma localidade para outra sem licença da polícia;
  - b) reunir-se, ainda que em casas particulares a título de comemorações privadas;
  - c) discutir ou trocar idéias em lugares públicos sobre a situação internacional ;
  - d) mudar de residência sem a prévia comunicação à polícia;
  - e) viajar por via aérea, sem licença especial da polícia;
  - f) obter licença para andar armado e registrar armas;
  - g) obter licença para negociar armas;
- III – Fica proibido:
  - a) distribuir escritos em idioma das potências com as quais o Brasil rompeu relações;
  - b) cantar ou tocar hinos das referidas potências;
  - c) fazer saudações peculiares a estas potências;
  - d) usar o idioma das mesmas potências em conversações em lugares públicos;
  - e) exhibir retratos dos membros dos governos daquelas potências;
- IV – Devem ser detidos os que manifestam simpatias pela causa das referidas potências;
- V – Devem ser recolhidos todo o material de propaganda política existente em favor das mesmas;
- VI – Devem ser interditadas as estações de rádio amador dos súditos daquelas potências;
- VII – Devem ser interditados os aviões pertencentes aos súditos do Eixo;
- VIII – A polícia deve oferecer absoluta garantia à pessoa e aos bens dos súditos das potências do Eixo;
- IX – Estas instruções entram em vigor imediatamente.<sup>561</sup>

Durante as edições do mês de fevereiro, o jornal reeditaria as medidas e reiteraria o pedido aos “italianos” para que se apresentassem à polícia e regularizassem a sua condição de cidadãos nacionais. Na mesma edição de 04 de fevereiro, o prefeito de Garibaldi, Vicente Dal Bó, se pronunciaria sobre o grande problema da região, segundo o que publicava o jornal, reconhecia o grande empenho do governo federal e a sua preocupação em nacionalizar os filhos de colonos que há mais de 60 anos habitavam o local; no entanto afirmava, “de fato,

<sup>560</sup> CORSETTI, Berenice. A reação do Estado Novo aos movimentos políticos da zona de colonização do Rio Grande do Sul. In: **História: Ensino e Pesquisa**, Porto Alegre, n. 3, ano 2, p. 51.

Dom João Becker adotava assim a mesma atitude quando da Primeira Guerra em que baixara as mesmas medidas em relação aos ofícios religiosos ministrados em alemão, proibindo, inclusive, o ensino nessa língua em escolas comunitárias católicas. GERTZ, René E. Dom João Becker e o Nacionalismo. **Estudos Leopoldenses, Série História**, São Leopoldo, n. 2, v. 3, p. 157, 1999.

<sup>561</sup> *Correio Riograndense*, 04 fev. de 1942.

porém, este problema não existe aqui: todos estão perfeitamente convencidos de sua brasilidade e todos trabalham para o progresso de nossa Pátria sem ligação nenhuma a partidos ou a ideologias estrangeiras.”<sup>562</sup> O afundamento dos navios mercantes brasileiros e a conseqüente declaração de guerra ao Eixo é acolhida pelo jornal com grande júbilo que passa a descrever a empolgação da juventude de Garibaldi ao aceno de poderem lutar na Rússia e na África contra os exércitos alemães e italianos, “a mocidade de Garibaldi está no auge do delírio e espera com impaciência a hora em que , ao lado das heróicas nações aliadas, irá medir forças com alemães e italianos para salvaguardar a nossa independência e a nossa honra nacional.”<sup>563</sup>

O reconhecimento do estado de beligerância inspirava os cuidados da Igreja nacional; neste sentido no mês de outubro de 1942, aparece a publicação de D. Leme, antigo admirador dos regimes totalitaristas, pedindo cautela ao povo para que não julgassem precipitadamente as ordens, indivíduos ou a instituição; confirmava, desta forma, a sua fidelidade ao Estado nacional:

côncios de suas responsabilidades e não obstante confiarem plenamente na fidelidade do clero secular e regular à causas do Brasil em guerra em guerra estão os bispos brasileiros, como sempre estiveram e estão ainda, vigilantes em prevenir ou sanar nos meios eclesiásticos possíveis excessos individuais de deslealdades para com a nossas Pátria.<sup>564</sup>

Por diversos momentos, o jornal toma o tema do clero estrangeiro e da nacionalização e procura demonstrar a importância dos missionários junto aos indígenas e ao seu processo de integração à sociedade nacional, assim como o da dilatação das fronteiras brasileiras pelo embrenhamento dos religiosos no interior do país. Em artigo assinado por Paulo Nunes, há a seguinte afirmação: “não conheço clero nacional ou estrangeiro, o que conheço é o CLERO DE NOSSO SENHOR JESUS CRISTO.”<sup>565</sup> Existe ainda o argumento de que grandes homens patriotas, como Oswaldo Aranha, João Neves, Nereu Ramos e outros foram formados nas escolas religiosas de ordens estrangeiras.

Os discursos de Vargas são cada vez mais freqüentes, e os aniversários do presidente e do Estado Novo agora ganham mais espaço. D. José Barea, por ocasião do primeiro, em 1942, pronuncia-se sobre a obra altamente patriótica na região empreendida por Getúlio, “dentro em breve, não soará em nossos núcleos outro idioma que não seja o nacional, pois às

<sup>562</sup> *Correio Riograndense*, 04 fev. de 1942.

<sup>563</sup> *Correio Riograndense*, 26 ago. de 1942.

<sup>564</sup> *Correio Riograndense*, 07 out. de 1942.

<sup>565</sup> *Correio Riograndense*, 18 nov. de 1942.

novas gerações temos o direito de exigir mais do que as precedentes que por incúria dos governos, nada aprenderam, porque ninguém nada lhes ensinou.”<sup>566</sup> D. José segue declarando que, Vargas eliminou os comunistas, os extremistas de direita (integralistas), os quinta-colunas e construiu uma nação sólida, baseada nos princípios cristãos. Seguindo esta linha, o próprio noticiário nacional acabou por ganhar maior espaço. Isto não quer dizer, certamente, que as páginas internacionais tivessem sido suprimidas: a guerra prosseguia e também a sua cobertura - somente que agora há a nítida tendência aos aliados. De certa forma, os heróis agora mudavam de lado: se a Inglaterra havia sido a “praça forte” da Maçonaria mundial, após 1942 se transformara em um país respeitador da catolicidade; embora o seu governo e a grande maioria de sua população fossem protestantes, haviam-se mostrado bastantes liberais com os católicos, reconhecendo principalmente a sua importância junto ao exército e sabendo premiar o seu patriotismo.

O *Correio Riograndense* esforça-se por demonstrar a evolução do Catolicismo nos países aliados como os Estados Unidos; a Alemanha volta a ser dominada pelo paganismo nazista; quanto à Rússia, agora ao lado dos aliados, faz-se silêncio. As declarações mais contundentes sobre o bolchevismo vão ocorrer apenas ao final do conflito, quando a Guerra Fria já estava delineada no espaço internacional. Glorifica-se a ação da aviação brasileira nos ataques a submarinos do Eixo, tem-se orgulho da Força Expedicionária Brasileira na Europa, “nossos irmãos heróicos já desfraldaram nos campos de luta a invicta bandeira auriverde.”<sup>567</sup> Os símbolos da nacionalidade estão mais presentes do que nunca; desta forma, “religião e nação formam o patriotismo; catolicidade e Brasil são inseparáveis na história.”<sup>568</sup> Ou “servindo a Deus com fidelidade, serviremos o Brasil com eficiência.”<sup>569</sup> A bandeira democrática agora se sobrepõe aos ideais totalitários. É importante frisar que durante o ano de 1945 os conceitos de Pio XII sobre a democracia figuram nas primeiras páginas do jornal.

E quanto ao fascismo e a Mussolini? Bem, em relação ao segundo, a notícia de sua morte por fuzilamento é dada juntamente com a morte de seu aliado, Hitler, ocupando toda a página dedicada à manchete “Cessou a Guerra na Europa”, do dia 18 de maio de 1945. Segundo o jornal, as cenas macabras que se seguiram à sua morte, como a exposição em praça pública do

<sup>566</sup> *Correio Riograndense*, 09 mai. de 1942.

<sup>567</sup> *Correio Riograndense*, 12 jul. de 1944.

<sup>568</sup> *Correio Riograndense*, 16 set. de 1942.

<sup>569</sup> *Correio Riograndense*, 02 dez. de 1942.

corpo para tornar-se alvo da ira da população, eram simplesmente lamentáveis; o jornal declara sobre isso: “A imprensa sensata lamenta a indiscriminada violência de ódio usados contra Mussolini, cujos erros e méritos a História julgará.”<sup>570</sup> Quanto ao regime, fica-se com a resposta de Pio XII a Roosevelt quando as tropas americanas haviam invadido a Sicília em julho de 1943: o Sumo Pontífice expressava “seu pesar pelo fato de não ter sido feita uma distinção suficientemente clara entre os regimes nazista e fascista.”<sup>571</sup>

Enfim, veladamente o jornal ainda parecia apresentar alguma simpatia por Mussolini e pelo fascismo, porém tal posição era insustentável no referido contexto. De 1942 em diante, há o abandono de uma identificação italiana, assumindo-se a identidade nacional brasileira. O viés europeizante marcadamente presente no clero conservador, que se manteve vivo desde o período da colonização e que tinha no padrão romano a fonte da regeneração espiritual do Catolicismo brasileiro, agora era obrigado a ceder espaço ao projeto autoritário de nacionalização. O sufocamento do discurso pró-italianidade, ligado aos símbolos fascistas, desaparecia junto com o próprio regime - a ambigüidade identitária já não era mais possível: era preciso ser brasileiro por inteiro.

---

<sup>570</sup> *Correio Riograndense*, 18 mai. de 1945.

<sup>571</sup> *Correio Riograndense*, 28 jul. de 1943.

## CONCLUSÃO

O século XIX marcou profundamente a História da Igreja pela cisão ocorrida entre a mesma e as instituições modernas. A Europa secularizava-se cada vez mais ao romper os laços da antiga ordem e a confirmar as reformas modernizantes sob a influência das idéias liberais. A Igreja, diante do espaço perdido pelas ondas revolucionárias, resolve pela reação a contrapelo e passa a negar todos os valores consagrados pela Modernidade. Bastião do conservadorismo, a partir da metade do século XIX, inicia um movimento restaurador, encampado pela hierarquia eclesiástica que tinha em Pio IX o seu mentor principal. Era preciso deter a vaga liberal que tomava conta, inclusive, de parte do clero e reafirmar os valores tradicionais da ordem cristã. Baseado nos ideais tridentinos terá início um revigoramento do Catolicismo mundial, centrado nos preceitos romanos, levado a cabo por setores combativos do clero (ultramontanos) e fiéis à política papal. A luta de tal clero foi a de impor uma disciplina entre os quadros religiosos, ao eliminar as suas tendências liberais e enquadrá-las na mentalidade reformista. O mundo católico devia voltar-se para Roma e acatar as ordens do vigário de Cristo. O espírito de contra-ataque do Vaticano não tolerava dissensão: era preciso exterminar com resquícios de Igrejas nacionais, conformando-as ao centralismo romano.

Especificamente no quadro brasileiro, a Igreja que durante quase quatro séculos vivera sob o regime de padroado, passaria pelo período de transição, convivendo com inúmeros atritos que envolviam diretamente a nova orientação de Roma com as tendências regalistas da formação do clero nacional. Durante todo o século XIX, existirá uma permanente tensão entre religiosos liberais e conservadores, visto que os primeiros haviam sido formados em seminários como o de Coimbra, suscetíveis ao pensamento iluminista, enquanto os segundos já possuíam uma formação romana, impregnada dos ideais tridentinos. A luta da hierarquia católica brasileira será a de se desvincular da dependência do governo nacional, em uma recusa ao envolvimento político em prol de uma dedicação exclusiva aos assuntos religiosos. O clímax desta crise pode ser sentido durante a “questão religiosa” da década de 1870 e aprofundou-se com a Proclamação da República e a conseqüente separação entre Igreja e Estado.

A luta, contudo, não era apenas a de enquadrar o clero nas novas diretrizes, e sim a de reformar as próprias práticas religiosas populares. Neste sentido, a religiosidade brasileira causava espanto aos reformadores, pois, longe do padrão dogmático romano,

apresentava-se escandalosamente sincrética, devocional e leiga. A Romanização seria, desta forma, o remédio para trazer de volta estes fiéis ao verdadeiro Cristianismo. A repressão às manifestações religiosas populares ganharam corpo no decorrer do século XIX, já que as expressões de um Catolicismo genuíno iam sendo substituídas pela padronização romana.

No conjunto destas transformações, é preciso lembrar que essa era apenas uma faceta do processo de europeização da sociedade brasileira como um todo; neste sentido, a vinda do clero estrangeiro era bem-vista pela hierarquia eclesiástica que depositava nele a esperança de revigoramento dos quadros nacionais. Entretanto, as esperanças não se depositavam apenas no clero mas também nos próprios imigrantes europeus cuja mentalidade tridentina era o ponto de partida para a reforma das práticas religiosas populares. Por sua vez, as ordens ultramontanas que acompanhavam os imigrantes acreditavam que o isolamento dos mesmos da sociedade nacional e a manutenção de sua identidade européia seriam a forma de preservar neles o espírito cristão - era preciso ficar longe da infecciosa influência da degenerada religiosidade brasileira.

Em relação às comunidades imigrantes do Rio Grande do Sul, especificamente os italianos que se instalaram na região serrana, foram as ordens religiosas dos carlistas italianos e dos capuchinhos franceses que marcaram maior presença em seu meio. Carlistas e capuchinhos foram também as únicas ordens religiosas que sustentaram - no caso dos capuchinhos ainda sustentam - uma imprensa religiosa regional, editada em italiano, de importante influência. Essa voltava-se às comunidades imigrantes na qual refletiam as suas posições frente aos colonos, ao orientar comportamentos, atacar seus inimigos e invariavelmente entrar em conflito consigo mesma. A adoção da imprensa como meio de evangelização encontrava-se no contexto nacional de retomada do espaço perdido pela Igreja frente aos novos tempos republicanos, procurando barrar o oficialismo ateu e conservar as massas cristãs junto à influência clerical.

No caso dos carlistas ou scalabrinianos, seu jornal, *Il Corriere d'Italia*, editado em Bento Gonçalves, procurava manter-se fiel à orientação delineada por seu fundador, João Batista Scalabrini, de forte apego à italianidade e à política oficial do governo italiano. Os scalabrinianos eram considerados ultramontanos transigentes e, ao contrário dos intransigentes, aceitavam uma reconciliação entre a Igreja e o Estado liberal italiano, instaurado em 1870. Seu forte apego à identidade italiana transparecia no jornal e a condicionava diretamente ao fato de ser católico.

Já os capuchinhos, embora também acreditassem que manter a identidade europeia era um importante fator de conservação católica, tinham a consciência da necessidade de adaptar o imigrante à Pátria de escolha; além disso, eram abertamente contra a Itália unificada e a favor das monarquias católicas, como a austríaca. Associando-se ao pároco de Conde d'Eu, João Fronchetti, passam a colaborar com a edição do jornal *Il Colono Italiano* que, devido à nacionalidade austríaca de seu diretor, toma abertamente partido em favor dos Impérios Centrais, fato que, durante a Primeira Guerra, render-lhe-á atritos e críticas por parte do jornal carlista. O resultado será a saída de Fronchetti da direção do periódico, acarretando também a mudança do nome para *Staffetta Riograndense* em 1917. A década de 1920 começa já com os capuchinhos como sócios majoritários do jornal e, em 1927, há a fusão das duas folhas quando o *Staffetta* incorpora *Il Corriere d'Italia*. A década de 1930 iniciaria, desta forma, com a imprensa católica unificada, sem resquícios dos antigos atritos e com uma posição sólida entre a comunidade imigrante regional.

No contexto nacional, os anos 30 iniciam-se sob o impacto da Revolução que levaria Getúlio Vargas ao poder, marcando também o processo que ficou conhecido como Neocristandade, isto é, a retomada do espaço político perdido pela Igreja durante os anos da República Velha. Ligado diretamente aos interesses da hierarquia nacional, o *Staffetta* passa a uma campanha aberta em prol do exercício da cidadania brasileira por parte dos católicos estabelecidos na região colonial. A tendência já observada de defesa a uma adaptação à nova Pátria pode ser observada no conteúdo cívico-político vinculado no jornal. A recuperação do Catolicismo nacional estava diretamente ligada ao papel de um católico militante e de um imigrante que exigia agora o seu direito à cidadania brasileira. A década de 1930 aparecia como o momento adequado para concretizar o vínculo entre o imigrante e a sociedade nacional por meio do catolicismo.

No entanto, a ascensão do Fascismo na Itália ainda na década de 1920 e dos posteriores acordos de Latrão em 1929, conquistarão o clero mundial à sua causa, e os capuchinhos não ficarão imunes a tal influência. O apoio a Mussolini e ao regime italiano acentuariam as tendências europeizantes da identidade local e colocariam em relevo o teor ideológico do clero ultramontano, isto é, profundamente antiliberal e autoritário. Tal posição dúbia será mantida durante toda a década de 1930, passando a ser questionada a partir de 1938 com o recrudescimento da campanha nacionalista, atingindo o seu cume em 1941 com os atritos

diretos entre o jornal *A Época* de Caxias e o próprio *Staffetta*. A exemplo do que ocorrera durante a Primeira Guerra, o jornal muda novamente de nome e passa a chamar-se *Correio Riograndense*, sendo, a partir de agora, editado em português.

É importante destacar que 1942 torna-se o ano-chave, ocasião em que se desfaz a dicotomia identitária, até então sustentada. Não era mais possível requerer a cidadania brasileira e manter os seus vínculos étnicos com a Itália. Era preciso ser brasileiro por inteiro, e, atendendo a tais mudanças, o jornal assume, neste sentido, o ponto de vista do nacionalismo brasileiro e passa a sustentar uma identidade sem adjetivação. Os novos tempos assim o exigiam: esquecia-se a Itália; celebra-se o Brasil.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAMI, João Spadari. **História de Caxias do Sul: 1864-1962**. t. 1. Caxias do Sul: São Miguel, 1971.
- ALTOÉ, Valeriano. Napolitanos “nuvens de gafanhotos”? In: DE BONI, Luis A . **A presença italiana no Brasil**. v. 3.. Porto Alegre: EST; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1996. p.434 – 446.
- ARAÚJO, José Carlos Souza. **Um estudo de mentalidade ideológica: A Igreja Católica brasileira (1890-1922)**. São Paulo: Dissertação de Mestrado, defendida na USP em 1982.
- AUBERT, Roger. A Igreja na sociedade liberal e no mundo moderno. In: ROGIER, L.J. et alii. **Nova História da Igreja**. V. 5. t.1 –2. Petrópolis: Vozes, 1975.
- AZEVEDO, Thales de. **Os italianos no Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: EDUCS, 1994. (Cadernos de pesquisa – 4).
- AZZI, Riolando. **O episcopado brasileiro frente ao Catolicismo popular**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- \_\_\_\_\_. **O catolicismo popular no Brasil: aspectos históricos**. Petrópolis: Vozes, 1978.
- \_\_\_\_\_. **A Igreja e os imigrantes: a imigração italiana e os primórdios da obra escalabriniana no Brasil (1884-1904)**. v. 1. São Paulo: Paulinas, 1987a.
- \_\_\_\_\_. **A Igreja e os Imigrantes: A Imigração Italiana e os Primórdios da Obra Escalabriniana no Brasil (1904-1924)**. v. 2. São Paulo: Paulinas, 1987b.
- \_\_\_\_\_. **A crise da cristandade e o projeto liberal**. São Paulo: Paulinas, 1991a.
- \_\_\_\_\_. **O altar unido ao trono**. São Paulo: Paulinas, 1991b.
- \_\_\_\_\_. O Catolicismo de imigração. In: DREHER, Martin Norberto. **Imigração e História da Igreja no Brasil**. São Paulo: Santuário, 1993. p. 65-98.
- \_\_\_\_\_. **A Neocristandade: um projeto restaurador**. São Paulo: Paulus, 1994.
- BALÉN, João Maria et alii. A Igreja Católica no Rio Grande do Sul até 1912. **Enciclopédia Rio-Grandense**. v.2. Porto Alegre: Sulina, 1968. p. 3 - 35.
- BARATA, Alexandre Mansur. **Luzes e sombras: a ação dos pedreiros-livres brasileiros (1870-1910)**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998. p. 187 – 227.

BAUER, Otto. A Nação. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BENCOSTA, Marcus Levy Albino. Cultura escolar e história eclesiástica: Reflexões sobre a ação romanizadora pedagógica na formação de sacerdotes católicos e o Seminário Diocesano de Santa Maria (1915-1919). In: **Cadernos Cedex**, n. 52, ano 22, p.88-103, nov. 2000.

BEOZZO, José Oscar. Decadência e morte, restauração e multiplicação das ordens e congregações religiosas no Brasil. In: AZZI, Riolando (org.). **A vida religiosa no Brasil – enfoques históricos**. São Paulo: Paulinas, 1983. p. 85-129.

\_\_\_\_\_. A Igreja entre a revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In: FAUSTO, Boris (org.). **História geral da civilização brasileira**. V. 11. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1986. p. 273 - 341.

\_\_\_\_\_. O clero italiano no Brasil. In: DE BONI, Luís Alberto (org.). **A presença italiana no Brasil**. v. 1. Porto Alegre: EST, 1987. p. 34-62.

\_\_\_\_\_. A Igreja frente aos Estados liberais. In: DUSSEL, Enrique (org.). **Historia Liberationis – 500 anos de História da Igreja na América Latina**. São Paulo: Paulinas/CEHILA, 1992. p 177-222.

\_\_\_\_\_. As Igrejas e a imigração. In: DREHER, Martin Norberto. **Imigração e História da Igreja no Brasil**. São Paulo: Santuário, 1993. p. 9-64.

BERNARDI, Aquiles. **Nanetto Pipetta**. Trad. de Maria Adami Tcacenco e Alberto Victor Stawinski. Porto Alegre/EST; Caxias do Sul/EDUCS, 1988.

BERTONHA, João Fábio. A máquina simbólica do Integralismo: controle e propaganda política no Brasil dos anos 30. **História & Perspectiva**, Uberlândia, n. 7, p. 87-110, jul./dez. 1992.

\_\_\_\_\_. Entre a cruz e o Fascio Littorio: a Igreja Católica brasileira, os missionários italianos e a questão do Fascismo, 1922-1943. **História & Perspectiva**, Uberlândia, n. 16,-17, p. 29-45, jan./dez. 1997

\_\_\_\_\_. Uma política exterior não-estatal? Os *Fasci all'estero* e a política externa do *Partito Nazionale Fascista*: 1919-1943. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 10, p. 40-58, dez. 1998 a.

\_\_\_\_\_. Entre a bombacha e a camisa-negra: notas sobre a ação do Fascismo italiano e do Integralismo no Rio Grande do Sul. **Revista de Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, n. 2, v. 24, p. 247-268, dez. 1998b.

\_\_\_\_\_. Entre Mussolini e Plínio Salgado: o Fascismo italiano, o Integralismo e o problema dos descendentes de italianos no Brasil. **Revista brasileira de História**, São Paulo,

v. 21, n. 40, 2001a. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010201882001000100005&lng=pt&nr=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882001000100005&lng=pt&nr=iso)>.

\_\_\_\_\_. **O Fascismo e os imigrantes italianos no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001b.

\_\_\_\_\_. **Fascismo, Nazismo, Integralismo**. São Paulo: Ática, 2003.

BIGO, Pierre. **A doutrina social da Igreja**. São Paulo: Loyola, 1969.

BORGES, Stella. **Italianos: Porto Alegre e trabalho**. Porto Alegre: EST, 1993.

BREUILLY, John. Abordagens do Nacionalismo. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BRUM, Rosemary Fritsch. **Uma cidade que se conta: Imigrantes italianos e narrativas no espaço social da cidade de Porto Alegre (1920 – 1937)**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUC, 2003.

BRUNEAU, Thomas C. **O Catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.

BUSATTA, Felix F. ; SATAWINSKI, Alberto V. **Luís de la Vernaz: a Igreja em colônias italianas**. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1979.

CAMARGO, Aspásia. A revolução das elites: clivagens regionais e centralização política. In: **Simpósio sobre a Revolução de 1930**. Porto Alegre: Erus, 1983. p.383 – 415.

CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane Ângela. **Da Colônia Dona Isabel ao Município de Bento Gonçalves**. (1975 a 1930). Bento Gonçalves: VISOGRAF; Porto Alegre: CORAG, 2005.

CAROCCI, Giampiero. **Storia d'Italia dall'Unità ad Oggi**. Milão: Feltrinelli, 1998.

CAMPOS, Francisco. **O Estado nacional, sua estrutura, seu conteúdo ideológico**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

CATROGA, Fernando. Memória e História. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Fronteiras do Milênio**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

CERVO, Amado Luiz. **As relações históricas entre o Brasil e a Itália: o papel da diplomacia**. Brasília: UnB; São Paulo: Instituto Italiano di Cultura, 1992.

**Cinquantenario della Colonizzazione Italiana nel Rio Grande Del Sud: 1875-1925**. v. 1, 2. 2 ed. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 2000.

COLUSSI, Eliane Lúcia. **A Maçonaria gaúcha no século XIX**. 3 ed. Passo Fundo: UPF, 2003.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **O italiano da esquina: meridionais na sociedade porto-alegrense e permanência da identidade entre moraneses.** 1990 (Tese de Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

\_\_\_\_\_. Italianos, maragatos e pica-paus. In: DE BONI, Luís A. **A presença italiana no Brasil.** v. 3. Porto Alegre: EST; Fondazione Giovanni Agnelli: Torino, 1996. p. 225 - 236.

\_\_\_\_\_. Pesquisa histórica e análise de conteúdo: pertinência e possibilidades. **Estudos Ibero-Americanos,** Porto Alegre, n. 1, v. 28, p. 183-194, jul. 2002.

\_\_\_\_\_. Italiani a Porto Alegre:l'invenzione di uma identità. **Altreitalie.** [online] Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, p. 76 – 88. lug./dic. 2002. Disponível em. <http://www.altreitalie.it/UPLOAD/ALL/84108.pdf>.

\_\_\_\_\_. Produzione storiografica sull'immigrazione italiana in vari contesti del Sul del Brasile. In: PROVINCIA DI MODENA/COMUNE DI CONCORDIA (org.). **Gli emiliano romagnoli e l'imigrazione italiana in America Latina: il caso modenese.** Modena: Província di Modena; Comune di Concórdia, 2003. p. 221 - 223.

CONZEN, L.S. The invention of the ethnicity: uma leitura americana. **AltreItalie.** v.3, p. 4-36, 1990.

CORREIO RIOGRANDENSE. **Um século de presença dos freis capuchinhos no Rio Grande do Sul** – edição comemorativa. Caxias do Sul, 16 out. 1996.

CORSETTI, Berenice. A reação do Estado Novo aos movimentos políticos da zona de colonização do Rio Grande do Sul. In: **História: Ensino e Pesquisa,** Porto Alegre, n. 3, ano 2, p. 35-54.

COSTA, Rovílio; BATTISTEL, Arlindo. **Assim vivem os italianos.** Porto Alegre: EDUCS/EST, 1982.

COSTA, Rovílio et alii. **As colônias Dona Isabel e Conde d'Eu.** Porto Alegre: EST/Fondazione Giovanni Agnelli, 1992.

\_\_\_\_\_. A Igreja no início das colônias italianas. In: DE BONI, Luis A . **A presença italiana no Brasil,** v. 3. Porto Alegre: EST/Fondazione Giovanni Agnelli, 1996. p. 497 - 522.

CUNHA, Tânia Maria da. **A história e a influência da Maçonaria em Bento Gonçalves.** Monografia de especialização apresentada na Universidade de Caxias do Sul em 2002.

D'APREMONT, Bernardin; GILLONNAY, Bruno. **Comunidades indígenas, brasileiras e polonesas e italianas no Rio Grande do Sul: (1895-1915).** Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1976.

DE BONI, Luis A; COSTA, Rovílio. **Os capuchinhos do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: EST/Correio Riograndense, 1996.

DE BONI, Luis A O catolicismo da imigração: do triunfo à crise. In: DACANAL, J. H. **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 234 - 255.

DEL PRIORE, Mary. **Religião e religiosidade no Brasil colonial**. São Paulo: Ática, 1994.

DREHER, Martin N. **Igreja e germanidade**. Porto Alegre: Porto Alegre/EST; Caxias do Sul:EDUCS, 1984.

\_\_\_\_\_. Rostos da Igreja no Brasil Meridional – o cristianismo no sul do Brasil. In: \_\_\_\_\_. **Populações rio-grandenses e modelos de Igreja**. Porto Alegre: EST; São Leopoldo: Sinodal, 1998. p. 9-34.

\_\_\_\_\_. **A Igreja latino-americana no contexto mundial**. São Leopoldo: Sinodal, 1999.

DUSSEL, Enrique. A Igreja no processo da organização nacional e dos Estados na América Latina (1830-1880). In: \_\_\_\_\_. **Historia Liberationis – 500 anos de História da Igreja na América Latina**. São Paulo: Paulinas/CEHILA, 1992. p. 162-176.

\_\_\_\_\_. A Igreja nos regimes populistas (1930-1959). In: \_\_\_\_\_. **História Liberationis – 500 anos de História da Igreja na América Latina**. São Paulo: Paulinas/CEHILA, 1992. p. 223 - 243.

FARINA, Geraldo. **História de Veranópolis – 1888 – 1992**. Veranópolis: Prefeitura Municipal de Veranópolis, 1992.

FAVARO, Cleci Eulália. **Imagens Femininas: contradições, ambivalências, violências – Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul – 1875 – 1950**. Tese de doutoramento defendida na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul em 1995.

FERNANDES, Astrogildo. A Imprensa Católica. **Enciclopédia Rio-Grandense**. v. 2, Porto Alegre: Sulina, 1968. p. 42 - 45.

FLICHE, Agustín; MARTIN, Víctor. **História de la Iglesia: Guerra Mundial y Estados Totalitarios**. V. 26, t. 1 –2. Valencia: EDICEP, 1980.

FRAGOSO, Hugo. A Igreja na formação do Estado liberal. In: BEOZZO, José Oscar (org.). **História da Igreja no Brasil**. t. 2. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 143-253.

FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. Origens ibéricas do Catolicismo latino-americano. In: DREHER, Martin Norberto. **500 anos de Igreja na América Meridional**. Porto Alegre: EST/CEHILA, 2002. p. 40-50.

FRANZINA, Emilio. **Mérica! Mérica! Emigrazione e colonizzazione nelle lettere dei contadini veneti e friulani in América Latina: 1876-1902**. Verona: Cierre Edizioni, 1994.

\_\_\_\_\_. **Gli italiani al nuovo mundo: l'emigrazione italiana in America (1492 – 1942).** Milano: Arnaldo Mondadori Editore, 1995.

FROZI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. **Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul – processo de formação e evolução de uma comunidade ítalo-brasileira.** Porto Alegre: Movimento, 1975.

GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. **A cultura clerical e a folia popular.** *Revista Brasileira de História* [online], n. 34, v. 17, p. 183-202, 1997. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01881997000200010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200010)

GARDELIN, Mário; STAWINSKI, Alberto Victor. **Capuchinhos italianos e franceses no Brasil.** Porto Alegre: EST; Caxias do Sul:UCS, 1986. p. 23-26.

GASPERIN, Alice. **Farroupilha: Ex-colônia particular Sertorina.** Caxias do Sul: Edição do Autor, 1989.

GERTZ, René. **O Fascismo no Sul do Brasil.** Porto alegre: Mercado Aberto, 1987.

\_\_\_\_\_. Cidadania e nacionalidade: história e conceitos de uma época. In: MÜLLER, Telmo Lauro (org.). **Nacionalização e imigração alemã.** São Leopoldo: Editora Unisinos, 1994.

\_\_\_\_\_. Dom João Becker e o Nacionalismo. **Estudos Leopoldenses, Série História,** São Leopoldo, n. 2, v. 3, p. 155-175, 1999.

\_\_\_\_\_. **O aviador e o carroceiro:** política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

\_\_\_\_\_. **O Estado Novo no Rio Grande do Sul.** Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2005.

GHIRARDI, Pedro Garcez. **Imigração da palavra.** Porto Alegre: EST, 1994.

GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloísa Eberle. **Colônia: um conceito controverso.** Caxias do Sul: EDUCS, 1996.

GIRON, Loraine Slomp. **Caxias do Sul: evolução histórica.** Caxias do Sul: UCS/EST, 1977.

\_\_\_\_\_. **As sombras do Littorio.** Porto Alegre: Parlenda, 1994.

\_\_\_\_\_. Fazendeiros e colonos: a difícil união. **Coletânea CCHA - Cultura e Saber – História.** Caxias do Sul, n. 1, v. 1, p. 57-66, dez. 1997.

\_\_\_\_\_. O som do silêncio: sexo e prostituição na colônia. **Coletânea CCHA - Cultura e Saber – História,** n. 2, v. 3, p 117-133, nov. 1999.

\_\_\_\_\_. **Casas de negócio.** Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

\_\_\_\_\_. Colonos italianos e alemães: relações interétnicas. **Mesa Redonda do IX Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras**. São Vendelino, 28 de abril de 2006.

GREISING, Ana Maria Bidegain. A Igreja na emancipação (1750-1830). In: DUSSEL, Enrique. **Historia Liberationis: 500 anos de História da Igreja na América Latina**. São Paulo: Paulinas/CEHILA, 1992. p. 123-161.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 6. ed. Campinas: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **Identidades culturais na pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1997.

HAUCK, João Fagundes. A Igreja na Emancipação (1808-1840). In: BEOZZO, José Oscar (org.). **História da Igreja no Brasil**, t. 2. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 13-139.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOBBSAWM, Eric. **A era do capital: 1848-1875**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

\_\_\_\_\_. **Era dos extremos – O breve século XX: 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. **A era dos impérios: 1875-1914**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

HOORNAERT, Eduardo. **Formação do Catolicismo brasileiro: 1550-1800**. Petrópolis: Vozes, 1974.

\_\_\_\_\_. A Igreja no Brasil. In: DUSSEL, Enrique (org.). **Historia Liberationis – 500 anos de história da Igreja na América Latina**. São Paulo: Paulinas/CEHILA, 1992. p. 297-317.

\_\_\_\_\_. Discurso católico e discurso estrangeiro (sobre o caráter imigratório do discurso católico no Brasil). In: DREHER, Martin Norberto. **Imigração e História da Igreja no Brasil**. São Paulo: Santuário, 1993. p. 99-108.

HORTAL, Jesus. **Maçonaria e Igreja: conciliáveis ou inconciliáveis?** São Paulo: Paulinas, 2002.

HOSPITAL, Maria Silvia; CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Construção da identidade e associações italianas: La Plata e Porto Alegre (1880-1920). **Revista de Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre, n. 2, v. 25, p. 131-145, dez. 1999.

HUNSCHE, Carlos Henrique. **Protestantismo no Sul do Brasil**. Porto Alegre, EST; São Leopoldo: Sinodal, 1983.

ISAIA, Artur César. **Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

IOTTI, Luiza Horn. **O olhar do poder**. 2. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

JEFFREY, Lesser. **A negociação da identidade nacional**. São Paulo: Unesp, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas: Papyrus, 1896.

LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante italiano**. Porto Alegre: PUCRS; Sulina, 1975.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. Separação da Igreja e do Estado no Brasil (1890): uma passagem para a libertação. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, n. 139, v. 35, p. 624-647, set. 1975.

\_\_\_\_\_. A Igreja e o Integralismo no Brasil. **Revista de História**, São Paulo, n. 108, p.503 – 532, 1976.

\_\_\_\_\_. Pio IX e o Catolicismo no Brasil. **Revista Eclesiástica Brasileira**. Petrópolis, n. 158, v. 40, p. 270-285, jul. 1980.

\_\_\_\_\_. **Os bispos do Brasil e a imprensa**. São Paulo: Loyola/CEPEHIB, 1983.

\_\_\_\_\_. (org.). **A Igreja Católica no Brasil e o regime republicano – um aprendizado de liberdade**. São Paulo: Loyola/CEPEHIB, 1990.

MACHADO, Maria Conceição Abel Missel. **Submissão e Poder: mulheres operárias em Caxias do Sul – 1900-1950**. Dissertação de Mestrado, defendida na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul em 1993.

MANFRÓI, Olívio. **Colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais**. Porto Alegre: IEL/Grafosul, 1975.

MONTEIRO. Katani Maria Nascimento. **Um italiano irrequieto em contexto revolucionário: um estudo sobre a atuação de Celeste Gobbato no Rio Grande do Sul (1912 – 1924)**. Dissertação de Mestrado apresentada na PUCRS em 2001.

MORAIS, Carmen Regina Colman de (org.) **Togno Brusafрати; Tonho Queima-Frades**. Porto Alegre: EST, 1997.



MORETO, Abel. Imprensa em língua italiana. **Enciclopédia Rio-Grandense**. v. 2. Porto Alegre: Sulina, 1968, p. 281 - 289.

MOURA, Odilão. **Idéias católicas no Brasil**: direção do pensamento católico no Brasil do século XX. São Paulo: Convívio, 1978.

MOURA, Sérgio Lobo de; ALMEIDA, José Maria G. A Igreja na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (org.). **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1978. p. 324 - 342.

PAGANI, Marcos Fernando. **O Nacionalismo na Região Colonial Italiana**. Caxias do Sul: Maneco Livraria. & Editora, 2005.

PESAVENTO, Sandra. O imigrante na política Rio-Grandense. In: LANDO, Aldir Marli (org.). **RS: Imigração & Colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 156 – 194.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; LUCAS, Maria Elizabeth. **Antologia do Movimento Operário Gaúcho (1870-1937)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992.

PIERRARD, Pierre. **História da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1982.

PINTO, Celi Regina J. **Positivismo**: um projeto político alternativo. Porto Alegre: L&PM, 1986.

PINZETTA, Álvaro Luiz. Criação da Diocese de Caxias do Sul (8.9.1934). In: DE BONI, Luis A. (org.). **A presença italiana no Brasil**. v. 3. Porto Alegre: EST; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1996, p 534 - 554.

PISTORELLO, Daniela. **“Os homens somos nós”**: o Integralismo na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado apresentada na PUCRS em 2001.

POLETTO, Darci. **Primeiras pedras**. Bento Gonçalves: Edição do Autor, 2004.

POSSAMAI, Paulo. Imprensa e italianidade: RS (1875-1937). In: DREHER, Martin Norberto (org.). **Imigração & imprensa**. Porto Alegre: EST, 2004. p. 561 - 584.

\_\_\_\_\_ **“Dall’Italia siamo partiti”** a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945). Passo Fundo: Editora da UPF, 2005.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998.

POZENATO, Kenia Maria Menegotto; GIRON, Loraine Slomp. **100 anos de imprensa regional (1897-1997)**. Caxias do Sul: Educs, 2004.

\_\_\_\_\_ Católicos x maçons – imigrantes italianos: imprensa e lutas políticas. In: DREHER, Martin Norberto (org.). **Imigração & imprensa**. Porto Alegre: EST, 2004. p. 537 - 548.

POZENATTO, José Clemente. A literatura de imigração italiana. In: INSTITUTO SUPERIOR BRASILEIRO-ITALIANO DE ESTUDOS E PESQUISA. **Imigração italiana**: estudos. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1979 p. 225 - 231.

RAMBO, Arthur Blasio. Igreja da Restauração Católica no Brasil Meridional. In: DREHER, Martin Norberto. **Populações rio-grandenses e modelos de Igreja**. Porto Alegre: EST; São Leopoldo: Sinodal, 1998. p. 147-161.

\_\_\_\_\_ A Igreja dos imigrantes. In: DREHER, Martin Norberto (org.). **500 anos de Igreja na América Meridional**. Porto Alegre: EST/CEHILA, 2002. p. 57-73.

RECH, Tamara; RECH, Marco. **Scrivere per non Dimenticare**: l'emigrazione di fine 800 nelle lettere della famiglia Rech, Checonét. Feltre: Libreria Pilotto Editrice, 1996.

RELA, Eliana. **Nossa fé , nossa vitória**: Igreja Católica, Maçonaria e poder político na formação de Caxias do Sul. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Júlio. **Festa e identidade**: como se fez a Festa da Uva. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.

RIZZARDO, Redovino. **Os carlistas no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST/CEPAM, 1981.

RIZZON, Luís Antônio; POSSAMAI, Osmar J. **História de São Marcos**. São Marcos: ed. dos Autores, 1986.

RUBERT, Arlindo. **História da Igreja no Rio Grande do Sul**. v. 1 - 2. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

SCALABRINI, Joao Batista. **A emigração italiana na América**. Tradução Redovino Rizzardo, Porto Alegre: EST/CEPAM – Caxias do Sul: UCS, 1979.

SALGADO, Plínio. **Obras completas**. V. 9. São Paulo: Editora das Américas, 1954.

SANOCKI, Márcia. *Il Colono Italiano*: comércio, imprensa e poder em Caxias no século XIX. In: DREHER, Martin Norberto (org.). **Imigração & imprensa**. Porto Alegre: EST, 2004. p.549 - 560.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SCHWARTZMAN, Simon. A Revolução de 1930 e o problema regional. In: **Simpósio sobre a Revolução de 1930**. Porto Alegre: Erus, 1983. p.367 – 376.

\_\_\_\_\_ A política da Igreja e a educação: o sentido de um pacto. **Religião e Sociedade**, 13/1, p. 108-127, mar. 1986. Disponível em. <http://www.schwartzman.org.br/simon/alceu.htm>.

SEYFERT, Giralda. **Imigrantes e cultura no Brasil**. Brasília: UNB, 1990.

\_\_\_\_\_ As identidades dos imigrantes e o *melting pot* nacional. **Horizontes antropológicos**. Porto Alegre, n. 14, ano 6, nov. 2000.

SIGNOR, Lice Maria. **João Batista Scalabrini e a migração italiana**: um projeto sócio-pastoral. Porto Alegre: Pallotti, 1986.

SIMÕES, Rodrigo Lemos; CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Diversidade e tensões: Porto Alegre no final do século XIX. **Revista de Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, n. 1, v. 22, p. 95-101, jun. 1996.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a terra de Santa Cruz**. São Paulo: Companhia da Letras, 1986.

SOUZA, Wlaumir Doniseti de. **Anarquismo, Estado e Pastoral do Imigrante**. São Paulo: Unesp, 2000.

\_\_\_\_\_ Imigração italiana e Igreja: Ultramontanismo e Neo-ultramontanismo. In: DREHER, Martin Norberto (org.). **500 anos de Igreja na América Meridional**. Porto Alegre: EST/CEHILA, 2002.

TRENTO, Ângelo. **Fascismo italiano**. São Paulo: Ática, 1986.

TRINDADE, Héliqio. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo: Difel, 1974.

UGO, Gianluigi. **Piccola Storia D'Italia**. Perugia: Guerra Edizioni, 1994.

VILLAÇA, Antônio Carlos. **O pensamento católico no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1975.

WADI, Yonissa Marmitt. **Louca pela vida**: a história de Pierina. São Paulo: Tese de Doutorado, defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 2002.

VERONA, Antônia Folquito. Pacto social e luta operária em Schio. **Revista Brasileira de História** [online], n. 34, v. 17, p. 13-52, 1997. Disponível em. <[http://scielo.Br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=s010201881997000200002&lng=pt&nrm=iso](http://scielo.Br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s010201881997000200002&lng=pt&nrm=iso)>.

VÉSCIO, Luiz Eugênio. **O crime do Padre Sório**: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1893-1928). Porto Alegre: UFGRS; Santa Maria: UFSM, 2001.

VIEIRA, David Gueiros. **O Protestantismo, a Maçonaria e a questão religiosa no Brasil**. Brasília: UnB, 1980.

ZAGONEL, Carlos Albino. **Igreja e imigração italiana**. Porto Alegre: EST, 1975.

---

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
379.

Província do Rio Grande do Sul – Sagrado Coração de Jesus. In:  
(org.). **Capuchinhos no Brasil**. Porto Alegre: CCB, 2001. p. 353 –

### **JORNAIS CONSULTADOS**

*Il Colono Italiano* – janeiro de 1898 a agosto de 1898

*Il Corriere d'Italia* – julho de 1913 a junho de 1927

*La Libertà* – fevereiro de 1909 a dezembro de 1909

*Il Colono Italiano* – janeiro de 1910 a julho de 1917

*Staffetta Riograndense* – julho de 1917 a setembro de 1941

*Correio Riograndense* – setembro de 1941 a dezembro de 1945

*A Época* – janeiro de 1938 a dezembro de 1942

*O Momento* – janeiro de 1938 a dezembro de 1942

*Il Giornale dell'Agricoltore* – fevereiro de 1934 a agosto de 1938

*A Federação* – outubro de 1929 a agosto de 1931

### **ARQUIVOS E MUSEUS**

Arquivo Histórico Municipal de Caxias do Sul, Caxias do Sul

Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa, Porto Alegre

Museu Histórico Casa do Imigrante, Bento Gonçalves

Museu Histórico dos Capuchinhos do Rio Grande do Sul, Caxias do Sul

Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi, Garibaldi



# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)